Editora Uniesp

DIÁLOGOS CIENTÍFICOS EM

ARQUITETURA E URBANISMO

PRODUÇÕES CIENTÍFICAS 2024.2

PUBLICADO EM 2025

Ísis Amaral Méro
Marcela Dimenstein
Andrei de Ferrer e Arruda Cavalcanti
(Organizadores)

ISBN 978-65-5825-253-5

DIÁLOGOS CIENTÍFICOS EM ARQUITETURA E URBANISMO
PRODUÇÕES ACADÊMICAS 2024.2

Andrei de Ferrer e Arruda Cavalcanti
Isis Amaral Méro
(Organizadores)

Centro Universitário UNIESP

CABEDELO
2025

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIESP

Reitora

Érika Marques de Almeida Lima

Editor-chefe

Cícero de Sousa Lacerda

Editor-assistente

Karelline Izaltemberg Vasconcelos Rosenstock

Editora-técnica

Elaine Cristina de Brito Moreira

Corpo Editorial

Ana Margareth Sarmento – Estética
Anneliese Heyden Cabral de Lira – Arquitetura
Arlindo Monteiro de Carvalho Júnior – Medicina
Aristides Medeiros Leite – Medicina
Carlos Fernando de Mello Júnior – Medicina
Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda
Érika Lira de Oliveira – Odontologia
Ivanildo Félix da Silva Júnior – Pedagogia
Patrícia Tavares de Lima – Enfermagem
Marcel Silva Luz – Direito
Juliana da Nóbrega Carreiro – Farmácia
Larissa Nascimento dos Santos – Design de Interiores
Luciano de Santana Medeiros – Administração
Marcelo Fernandes de Sousa – Computação
Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire – Ciências Contábeis
Márcio de Lima Coutinho – Psicologia
Paula Fernanda Barbosa de Araújo – Medicina Veterinária
Giuseppe Cavalcanti de Vasconcelos – Engenharia
Rodrigo Wanderley de Sousa Cruz – Educação Física
Sandra Suely de Lima Costa Martins – Fisioterapia
Zianne Farias Barros Barbosa – Nutrição

Copyright © 2025 – Editora UNIESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (UNIESP)

D537 Diálogos científicos em arquitetura e urbanismo: produções acadêmicas 2024.2 [recurso eletrônico] / Organizadores, Andrei de Ferrer e Arruda Cavalcanti, Isis Amaral Méro. - Cabedelo, PB : Editora UNIIESP, 2025.

257 p.; il.

Tipo de Suporte: E-book

ISBN: 978-65-5825-253-5- Digital

1. Produção científica – Arquitetura, Urbanismo. 2. Arquitetura, Urbanismo - Interdisciplinaridade. 3. Diálogos – Conhecimento científico. I. Título. II. Cavalcanti, Andrei de Ferrer e Arruda. III. Méro, Isis Amaral.

CDU : 001.891:72

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053

Editora UNIESP
Rodovia BR 230, Km 14, s/n,
Bloco Central – 2 andar – COOPERE
Morada Nova – Cabedelo – Paraíba
CEP: 58109 - 303

APRESENTAÇÃO

A coletânea de textos apresentada nesta obra reúne produções acadêmicas de alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UNIESP, refletindo a diversidade temática e a interdisciplinaridade que caracterizam a formação na área. Estruturado em cinco eixos, o livro explora distintos aspectos da arquitetura e do urbanismo, articulando teoria, análise crítica e proposições projetuais que dialogam com desafios contemporâneos da cidade e do espaço construído.

No primeiro eixo, "Arte, Arquitetura e Cidade", os capítulos investigam as interações entre a produção arquitetônica, sua dimensão simbólica e sua presença na cultura visual. O capítulo de abertura examina a relação entre arquitetura e espiritualidade, evidenciando como elementos formais e simbólicos estruturam a experiência do sagrado nos templos católicos. Em seguida, os autores do segundo capítulo propõem a requalificação da Antiga Sede da Alfândega de João Pessoa como uma escola de restauro, promovendo a valorização do patrimônio edificado e a educação patrimonial. O capítulo que encerra o eixo analisa as casas do filme "Parasita" (2019) e demonstra como a arquitetura transcende a função de cenário, assumindo papel narrativo fundamental na crítica social da obra cinematográfica.

O segundo eixo, "Projetos de Edificação", enfatiza a prática projetual e sua relação com questões sociais e espaciais. Se propõe um espaço adaptado para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), fundamentando-se em princípios da neuroarquitetura para criar um ambiente inclusivo e estimulante. Na mesma linha de preocupação social, se discute a requalificação de um edifício ocioso no centro da cidade para acolhimento de pessoas em situação de rua, abordando a função social da arquitetura na reintegração urbana e socioeconômica. Complementando a discussão sobre habitação, se propõe um espaço que equilibra a coletividade e a individualidade, oferecendo suporte aos estudantes e promovendo interação social.

O terceiro eixo, "Projetos Urbanos", traz abordagens voltadas à infraestrutura e à requalificação do espaço público, investigando a problemática da drenagem na Avenida Sanhauá, analisando deficiências na infraestrutura e propondo soluções para mitigação de inundações e melhoria da mobilidade. Este capítulo destaca a importância do planejamento urbano sustentável, considerando impactos ambientais e a qualidade de vida da população.

A análise da performance do espaço arquitetônico constitui o foco do quarto eixo. Abrindo com uma discussão sobre as adaptações espaciais necessárias para atender às demandas específicas dessa população, abordando normativas e soluções de design que promovem autonomia e inclusão. Já o capítulo seguinte examina empreendimentos multifamiliares verticais em João Pessoa, analisando padrões projetuais, flexibilidade de layout e impacto da verticalização na dinâmica urbana.

Por fim, o quinto eixo, "Análise de Desempenho do Espaço Urbano", problematiza as transformações da cidade e seus efeitos socioeconômicos, investiga os processos de valorização imobiliária e substituição populacional decorrentes da intensificação de atividades comerciais. No caso específico da Rua Joaquim Avundano, avalia a qualidade das Três Ruas nos Bancários e discute a perspectiva de gênero no planejamento urbano.

Essa coletânea evidencia a riqueza do pensamento arquitetônico e urbanístico em formação, demonstrando como a pesquisa acadêmica pode contribuir para a compreensão e intervenção qualificada nos espaços construídos. Os capítulos aqui reunidos revelam o potencial da arquitetura como ferramenta de análise crítica e transformação socioespacial, reafirmando a relevância do diálogo entre teoria, prática e contexto urbano na produção acadêmica da área.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - UM OLHAR ARQUITETÔNICO SOBRE O ESPAÇO SAGRADO CATÓLICO 08

Beatriz Motta Meira Feitosa e Anne Camila Cesar Silva

CAPÍTULO 2 - DA RUÍNA À EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: ANTEPROJETO PARA UMA ESCOLA DE RESTAURO 27

Pâmela Pietra Ormesino Bento e Anne Camila Cesar Silva

CAPÍTULO 3 - ARQUITETURA E CINEMA: CENÁRIO, CASA E PROJETO: UMA ANÁLISE E CRÍTICA SOBRE AS CASAS DO FILME "PARASITA" 50

Midiã Gomes Fernandes e Andrei de Ferrer e Arruda Cavalcanti

CAPÍTULO 4 - ANTEPROJETO DE UM CENTRO CULTURAL MULTISSENSORIAL EM JOÃO PESSOA-PB: DIRETRIZES PROJETUAL DE UM CENTRO CULTURAL MULTISSENSORIAL EM JOÃO PESSOA, PARA PESSOAS COM TEA (TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA) 66

Melissa De Aquino Resende Amorim e Tayene de Oliveira Pinto

CAPÍTULO 5 - DO ABANDONO À INCLUSÃO: UMA ABORDAGEM PROJETUAL SOBRE REQUALIFICAÇÃO DE EDIFÍCIO OCIOSO NO CENTRO DE JOÃO PESSOA-PB PARA ACOLHIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA 95

Lívia Maria Felix Giangiulio e José Giuseppe Pereira Branquinho

CAPÍTULO 6 - ANTEPROJETO DE UMA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA – PB 122

Iandra Batista Marques de Oliveira e Tayene de Oliveira Pinto

CAPÍTULO 7 - RESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DO PROJETO DE DRENAGEM EM TRECHO DA AV. SANHAUÁ, NO ENTORNO DA PRAÇA NAPOLEÃO LAUREANO 145

Kaline Benício Nogueira e Rodrigo José Lucena de Medeiros

CAPÍTULO 8 - ACESSIBILIDADE E ERGONOMIA: ESPAÇOS RESIDENCIAIS PARA PESSOAS COM NANISMO 159

Anna Gaião Martins e Ana Luisa Guedes

CAPÍTULO 9 - HABITAÇÃO CONTEMPORÂNEA: UMA ANÁLISE DA ATUAL PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA MULTIFAMILIAR VERTICAL EM JOÃO PESSOA-PB 179

Renata Késsia Silva Alves, Andrei de Ferrer e Arruda Cavalcanti e Marcela Dimenstein

CAPÍTULO 10 - GENTRIFICAÇÃO DA RUA JOAQUIM AVUNDANO A PARTIR DO USO COMERCIAL NOS ÚLTIMOS ANOS 202

Brendha Victória Alves de Andrade e Nirvana Lígia Albino Rafael de Sá

CAPÍTULO 11 - AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO NO PARQUE DAS TRÊS RUAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS 12 CRITÉRIOS DE JAN GEHL 219

Luan Felipe Cardoso da Rocha, Andrei de Ferrer e Arruda Cavalcanti e Marcela Dimenstein

CAPÍTULO 12 – A PERSPECTIVA DE GÊNERO NO PLANEJAMENTO URBANO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO MUNICÍPIO DE CABEDELO-PB 241

Roberta de Paiva Saldanha e Nirvana Lígia Albino Rafael de Sá

CAPÍTULO 1: UM OLHAR ARQUITETÔNICO SOBRE O ESPAÇO SAGRADO CATÓLICO

Beatriz Motta Meira Feitosa [1]
Anne Camila Cesar Silva [2]

RESUMO

Este trabalho analisa, sob a perspectiva arquitetônica, o espaço sagrado católico, destacando sua organização, simbologia e funcionalidade. O estudo percorre a evolução histórica dos principais templos religiosos, com foco nas transformações semânticas associadas à oferta ritualística e em como essas mudanças se refletem na arquitetura do espaço sagrado. Posto isso, o foco principal recai sobre os templos católicos, analisando como elementos arquitetônicos, como luz, forma e proporção, contribuem para criar ambientes propícios à espiritualidade e à contemplação. A pesquisa foi desenvolvida por meio de análise bibliográfica e estudo de caso com visita *in loco* a Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na cidade de João Pessoa-PB. Conclui-se que a arquitetura desempenha um papel fundamental na materialização do Sagrado, promovendo uma experiência sensorial e espiritual única.

Palavras-chaves: Arquitetura; Espaço Sagrado; Igreja Católica.

ABSTRACT

This work analyzes the Catholic sacred space from an architectural perspective, highlighting its organization, symbolism, and functionality. The study explores the historical evolution of major religious temples, focusing on the semantic transformations associated with ritual offerings and how these changes are reflected in the architecture of sacred spaces. With that, the main focus falls on Catholic temples, analyzing how architectural elements such as light, form, and proportion contribute to creating environments conducive to spirituality and contemplation. The research was developed through bibliographic analysis and a case study with an *in loco* visit to the Nossa Senhora do Perpétuo Socorro Parish, in the city of João Pessoa-PB. It is concluded that architecture plays a fundamental role in materializing the Sacred, promoting a unique sensory and spiritual experience

Keywords: Architecture; Sacred Space; Catholic Church.

[1] Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniesp. E-mail: beatrizmotta46@gmail.com

[2] Orientadora do trabalho e Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniesp. E-mail: anne.camila@iesp.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A História da humanidade é marcada pela religiosidade. Desde os primórdios, é possível estabelecer uma relação entre o ser humano e a sua constante busca pelo divino, há no homem uma necessidade de comunicar-se com Deus. É possível afirmar isso, a partir da análise das edificações mais antigas construídas pelos homens, nas quais, boa parte destas são templos ou espaços religiosos. Pode-se citar como exemplo Göbekli Tepe, na Turquia, construído há mais de 11 mil anos, que é destaque por, além de, ser a primeira arquitetura datada por arqueólogos e especialistas da área, é também o templo mais antigo do mundo.

Mediante isto, é palpável na História que o homem, para favorecer o seu encontro pessoal ou comunitário com o seu lado espiritual, constrói espaços sagrados. Assim sendo, é perceptível em todas as religiões, nas mais variadas localidades geográficas; sejam templos, mesquitas, sinagogas, capelas, grutas, igrejas, santuários, há sempre na memória antropológica registros da construção de espaços que estimulem a aproximação, ao mesmo tempo que, reflitam a busca humana pela transcendência e pelo contato com o sagrado.

Portanto, espaço sagrado é conhecido como o local que incentiva este diálogo, que diminui as distrações humanas e, no qual, se evidencia ainda mais a Sua presença santa, como nos diz o teólogo Thomas Merton. Trata-se, desse modo, de um lugar especial e mais apropriado, construído pelo homem, que favoreça o encontro do humano com o divino. Segundo a tradição cristã, este espaço é a morada de Deus entre os homens (Apocalipse 21, 3).

Crer em Deus é uma adesão pessoal, mas celebrar a fé é uma necessidade comunitária. Isso nos diz o Catecismo da Igreja Católica (150, 166). A origem dos espaços sagrados, sob a espiritualidade cristã da tradição da Igreja Católica Apostólica Romana, perpassa a Sagrada Escritura, inicia-se com os patriarcas da Fé - Abraão, Isaac, Jacó -, no texto bíblico do Gênesis, levantando altares em lugares especiais para se encontrar com Deus. Isso segue até Jesus Cristo, que segundo o magistério da Igreja Católica, assim como em suas Escrituras e tradição, é o autêntico e verdadeiro templo de Deus vivo, no Novo Testamento.

Outrossim, com Jesus, vem também o batismo no Espírito Santo, que expande a definição de templo para os cristãos batizados, templos vivos do Espírito. Como afirmado nas Escrituras, sois templo de Deus e o Espírito Santo habita em vós, o templo de Deus é santo e esse templo sois vós (cf. I Cor 3, 16-17). Logo, o espaço cristão se torna não apenas um templo, mas um fragmento inserido no corpo místico de Cristo, intensificando assim, o desejo de construir espaços materiais e dignos voltados para a celebração do rito do culto cristão.

Os templos, mais comumente chamados de igrejas na fé católica, são locais onde se procura a paz, o conforto espiritual e a orientação para superar as dificuldades da vida. Segundo a neurociência, baseado em estudos do neurocientista Andrew Newberg (século XXI), a oração altera o funcionamento do cérebro, liberando substâncias que reduzem o estresse e aumentam a sensação de felicidade. Os espaços sagrados são os mais propícios para o estimulo dessas sensações.

O Concílio de Trento, referindo-se em particular à Santa Missa, incentivou esta prática recordando que:

> A natureza do homem é tal, que muito dificilmente se eleva à meditação das coisas divinas, sem a ajuda exterior que a favoreça. Por isso a santa Igreja, Mãe piedosa, estabeleceu determinados ritos [...] com o fim de encarecer a majestade de tão augusto Sacrifício [a Eucaristia] e a incitar as mentes dos fiéis a se elevarem por meio deste sinais exteriores [visíveis] da religião e devoção, à contemplação das realidades altíssimas que estão ocultas neste sacrifício (Concílio de Trento, XXII, V, DS, 1746).

Com efeito, a arquitetura e todo seu ambiente interno é disposto de maneira tal, mediante diretrizes de documentos estipulados nos Concílios, em especial, o Concílio de Trento e o Concílio Vaticano II, a estimularem o indivíduo, através desses elementos externos, a entrar na espiritualidade da oração.

A arquitetura é uma manifestação tangível das aspirações e identidades de uma sociedade e de um tempo. Da mesma forma, ocorre com os espaços sagrados católicos, os quais refletem os valores e a espiritualidade da Igreja Católica ao longo dos séculos. Aspirando a constância a fidelidade a tradição católica, a Igreja propõe, por meio de documentos gerados em seus concílios, sobretudo Trento e Vaticano II, diretrizes quanto à disposição interna de suas igrejas.

Desse modo, a Igreja consciente da dificuldade humana de, por si só, conectar-se com o Altíssimo, dispõe de elementos externos que impulsionem o indivíduo a espiritualidade da oração, gerando espaços sagrados detalhadamente pensados arquitetonicamente.

Aliado a isto, há estudos da neurociência, realizados pelo neurocientista Andrew Newberg, diretor de pesquisa no Marcus Institute of Integrative Health no hospital Thomas Jefferson, na Filadélfia, e no Medical College, na Pensilvânia, pioneiro nos estudos neurocientíficos de experiências religiosas e espirituais, que afirmam que a oração tem efeito positivo sobre a saúde mental, incluindo a redução do estresse e da ansiedade (ELIAS, 2022).

Em uma de suas pesquisas, em 2012, Newberg avaliou centenas de pessoas de fé – de evangélicos a muçulmanos – durante a oração. Usando técnicas de neuroimagem, ele constatou que, naquele momento, uma grande descarga de neurotransmissores foi liberada no cérebro dos participantes. Isso incluía a dopamina (hormônio do prazer), serotonina (substância que reduz o estresse) e norepinefrina (que ativa a resposta de luta ou fuga).

Desse modo, considerando que, as igrejas, ainda nos dias de hoje, são vistas como refúgio e consolo para muitos, diante das preocupações da vida cotidiana, urge a conjuntura de tais assuntos, arquitetura e neurociência.

Ademais, ao longo da história, a Igreja Católica exerceu forte influência social, moral, política e cultural, especialmente na Idade Média, quando forneceu estabilidade em meio a conflitos e preservou conhecimento clássico por meio de mosteiros, como o de Monte Cassino. Ainda hoje, mantém relevância moldando valores e normas por meio de lideranças religiosas e ações sociais, como educação, saúde e ajuda humanitária, destacando-se a Caritas Internationalis. Além disso, sua influência transcende a comunidade católica, refletida no uso global do calendário gregoriano, instituído pelo Papa Gregório XIII, que estrutura celebrações cristãs e impacta calendários civis em várias culturas.

Diante do exposto temos, como objetivo geral, compreender o espaço arquitetônico sagrado e como ele influencia o comportamento do indivíduo, sob o olhar da neurociência, tendo como foco a fé católica, sob o estudo analítico da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em João Pessoa-PB. **E, como objetivos específicos,** compreender as diretrizes católica para a formação de construções físicas em vistas espirituais; entender a arquitetura de interiores da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em João Pessoa-PB, considerando aspectos projetuais e a nalisar o comportamento do indivíduo que vivencia os espaços sagrados e como a arquitetura o influencia.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. TEMPLOS

2.1.1. Usos dos templos na História

Os templos perpassam a História da humanidade, sendo perceptíveis mudanças no seu significado e uso, como reflexo da diversidade das culturas e religiões ao longo do tempo. Para os egípcios, os templos podiam ser de dois tipos, podendo ser em dedicatória a um faraó falecido ou em homenagem a um determinado deus, como nos diz o prof. Jefferson Ramos. Havia, também, a ideia de que o templo egípcio era o elo entre os macrocosmos (mundo) e os microcosmos (homem), ou seja, entre os neteru (deuses/deusas) e o rei, como representante do povo. Portanto, o templo egípcio não era um local de culto público, sendo acessível apenas pelo sacerdote e o próprio rei ou seu substituto (CENTRO DE SABEDORIA EGÍPCIA, s/d).

Os templos gregos e os romanos, eram estruturas construídas para abrigar estátuas dos seus deuses, de forma a proteger as imagens das intempéries do tempo, podendo haver outras câmaras ou antecâmaras em que ficavam guardados objetos do culto e/ou oferendas. Entretanto, o interior desses não serviam para acomodar os fiéis. As cerimônias e os rituais públicos ocorriam na parte de fora do templo. Os gregos, em especial, eram realizados em uma das fachadas do templo, e os romanos, normalmente, ocorriam em torno de um altar ou ara que ficava na frente do templo. Logo, poucas pessoas tinham acesso ao interior desses espaços sagrados (VIVADECORA, 2021 e ANDRÉ, 2023).

As mesquitas, são projetadas para oração comunitária, com separação entre espaço para as mulheres e para os homens. Seu interior não consta com bancos ou imagens, sendo sua decoração com padrões geométricos e caligrafia com textos sagrados do Alcorão. Suas características arquitetônicas marcantes são a sala de oração, minarete, minbar [um púlpito onde o imã (líder das orações) fica para entregar sermões] e área de ablução, além de sua direção sagrada, a Qibla, voltada para Meca, marcada pelo mihrab na parede (PORTO, s/d e ARCHDAILY, 2023).

Dessa forma, é notória a relação entre o templo, como espaço sagrado, e o seu uso como ferramenta para as religiões e cultos, funcionando como auxílio e ligação do divino com o profano. Apesar de, em alguns recortes temporais e culturais, o templo também servir para os setores administrativos, funerários, sociais e educacionais, o uso mais predominante no tempo, é o religioso, prevalecendo, ainda hoje, esse tipo de função e uso.

Outro ponto relevante de ressaltar, é a mudança na acessibilidade aos templos e nas modalidades de sacrifício e oferta. Os templos romanos, por exemplo, com a conversão do Império Romano ao cristianismo, tornaram-se igrejas e, para isso, passaram por adaptações arquitetônicas para atender às necessidades da liturgia cristã. Um exemplo palpável disso, é o Panteão de Roma no qual sua estrutura foi preservada, mas seu interior passou por mudanças. Foi inserido um altar principal no centro de um dos nichos semicirculares, de frente para a entrada, e outros altares menores foram adicionados nas capelas laterais, onde foram encontradas estátuas de deuses, hoje existem capelas com numerosas obras de arte e riquezas católicas (ROME MUSEUM, s/d).

Figura 01: Panteão Roma.

Fonte: ArchDaily, compilação e marcações da autora.

Com isso, os atuais templos romanos, passaram a ser acessíveis a todos os fiéis, e a concepção da expiação e do sacrifício, transformou-se profundamente. Antes da vinda de Jesus Cristo, a expiação dos pecados na tradição judaica era principalmente realizada através de sacrifícios de animais e outras práticas rituais. Com Jesus, a expiação assumiu um novo significado e se centralizou em sua vida, morte e ressurreição, pontos celebrados e meditados na Santa Missa, celebração central da fé cristã, enfatizando a graça, o perdão e a reconciliação com Deus, oferecidos através do sacrifício supremo de Jesus. Portanto, o centro das igrejas é o altar, local onde se celebra esse sacrifício.

1.1.2 Mudança no conceito de templo para os cristãos católicos

No início do século IV d.C., durante o reinado de Constantino I, Roma começa sua conversão oficial para o cristianismo. Período este em que se desenvolve a arte bizantina, contextualizada na arte paleocristã, que se divide em fase catacumbária e fase basilical. A primeira fase da arte paleocristã, é marcada pelas perseguições aos cristãos, portanto, estes se reuniam secretamente nas catacumbas, cemitérios subterrâneos de Roma, para a celebração de seus cultos. Os cristãos foram perseguidos por três séculos, até que, em 313, Constantino outorgou o Édito de Milão, legalizando o cristianismo, iniciando a segunda fase. Com isso, surgem as igrejas cristãs e um novo estilo de arte, a bizantina, considerada o primeiro estilo de arte cristã (IMBROISI e MARTINS, 2015 e AIDAR, s/d).

Posto isso, se introduz a transição gradual de Roma de um império predominantemente pagão para uma potência cristã, sendo isto, refletido em sua arquitetura, que, de maneira geral, preservou a estrutura clássica, enquanto seu interior foi adaptado para atender a liturgia católica. Tais mudanças se centram na modificação de culto, anteriormente politeísta, passando a se celebrar um Deus único. Com isso, no período pagão, as práticas religiosas estavam centradas nos sacrifícios de animais e oferendas de alimentos, incenso, vinho, e outros bens materiais, feitas sobre altares, para agradar aos deuses, ritual visto como uma troca direta, a qual os romanos esperavam que os deuses os retribuíssem com bênçãos.

Com a oficialização do cristianismo no Império Romano, as práticas de oferendas e sacrifícios mudaram completamente, refletindo os princípios cristãos. O CIC nos diz que, a Eucaristia é a fonte e ápice de toda a vida cristã, pois contém todo o bem espiritual da Igreja, o próprio Cristo (cf. 1324). Desse modo, a oferta passa a ser Jesus, contido na eucaristia, que se doou em sacrifício por todos para salvá-los, e a mesa da oferta, o altar, o símbolo central da fé católica.

Diante disso, com a eleição a povo de Deus, por meio do batismo no Espírito Santo, a definição de templo, espaço de encontro entre o divino e o homem, se atualiza para os cristãos batizados, que se tornam templos vivos do Espírito (cf. I Cor 3, 16-17). Portanto, já não há a necessidade própria de se deslocar aos templos para se encontrarem com o divino, pois este, uma vez que se é batizado, passa a habitar em seu interior. Desse modo, os espaços sagrados físicos, tornam-se lugar de encontro dos fiéis para as celebrações dos ritos do culto cristão, uma vez que, para a realização desses, há a necessidade de um sacerdote ou ministro, não podendo serem celebrados individual pelos fiéis leigos.

1.2 USO LITÚRGICO DO ESPAÇO

1.2.1 Espaço sagrado católico

Segundo o professor Marciano de Brito (2020), sagrado é algo que é separado e consagrado. Separado, no contexto de solto do profano, do terreno. Consagrado, por sua vez, tem suas raízes no latim, vem da palavra *consecratus*, que é o particípio passado de *consecrare*. Este verbo é

composto por *con-* (prefixo que significa "junto" ou "com") e *sacrare* (que significa "santificado" ou "sagrado"). Portanto, a palavra “sagrado” faz alusão a algo separado do profano e junto com o divino, o espiritual.

Partindo de tais definições, Cláudio Pastro (2012), renomado artista plástico brasileiro, com especialização em arte sacra, aborda que espaço sagrado é um lugar onde a arte, a arquitetura e a espiritualidade se encontram para criar um ambiente que facilita o encontro entre o humano e o divino, promovendo a vivência profunda da fé. Sob a perspectiva da espiritualidade cristã da tradição da Igreja Católica Apostólica Romana, o espaço sagrado católico deve ser organizado em torno da celebração eucarística. O altar, como centro da celebração, deve ser claramente destacado, refletindo a centralidade do sacrifício de Cristo na liturgia católica (CIC 1182).

Ademais, o uso de símbolos é essencial para enriquecer a espiritualidade e a liturgia. Ícones, vitrais, esculturas e pinturas devem ser cuidadosamente escolhidos e dispostos para ensinar e inspirar os fiéis, ajudando-os a meditar sobre os mistérios da fé, motivando sua participação ativa nas celebrações. Pastro (2012) nos aponta ainda que, de maneira inteligente, as grandes religiões comunicam-se com o sagrado por meio de sinais (ritos, cultos, celebrações), pois somente os símbolos formam uma linguagem universal, portanto, são imprescindíveis para a composição dos espaços sagrados católicos. Além disso, outro ponto de destaque, é que o espaço sagrado católico seja funcional e atenda as variedades da liturgia católica (PASTRO, 2012, p. 15).

Outrossim, para Pastro (2012) a beleza é uma via para Deus. A harmonia das formas, das cores e da luz deve elevar o espírito dos fiéis e convidá-los à contemplação. Ele buscava, em seus projetos, mostrar que a beleza não é algo acessório e complementar à liturgia e ao espaço por ela ocupado, mas parte intrínseca da celebração cristã. Afirma ainda, que a beleza atrai todo ser humano, e que é impossível permanecer igual, passivo, diante do belo. Nos diz ainda, que o espaço cristão tem a função de nos conduzir à conversão (PASTRO, 2012, p. 8-14 e p. 80).

> A beleza gera um ENCONTRO que nos leva do visível ao INVISÍVEL. Um verdadeiro encontro. A beleza nos coloca diante de uma presença, de uma companhia e não de um fantasma, de uma ilusão. A palavra pode manipular-nos. A beleza coloca-nos diante de uma PRESENÇA (PASTRO, 2012, p.28).

Em suma, para Pastro o espaço sagrado é uma manifestação da beleza divina e um ponto de encontro entre o humano e o transcendente, ele nos diz que “no espaço sagrado (espaço da beleza → espaço = HA MAQON = Deus é o espaço) não vamos ao encontro de nós mesmos, mas de um Outro que dá sentido à nossa vida” (PASTRO, 2012, p. 40). Com isso, através da arte, contemplamos a unidade e a universalidade que ela possui em essência, pois ela estabelece uma comunhão entre as pessoas, fazendo com que todos passem a falar a mesma língua, e, na perspectiva católica, a liturgia empreende isso (PASTRO, 2012, p. 48).

Partindo para a perspectiva da arquiteta e educadora Regina Céli de Alburquerque Machado, organizar o espaço sagrado, para ela a casa de encontro com Deus, é uma decisão séria para a comunidade, pois implica antecipar o “mundo novo”. É a antecipação da realidade almejada e anunciada pela comunidade cristã, é a meta para o qual a fé católica aponta (MACHADO, 2008, p.9).

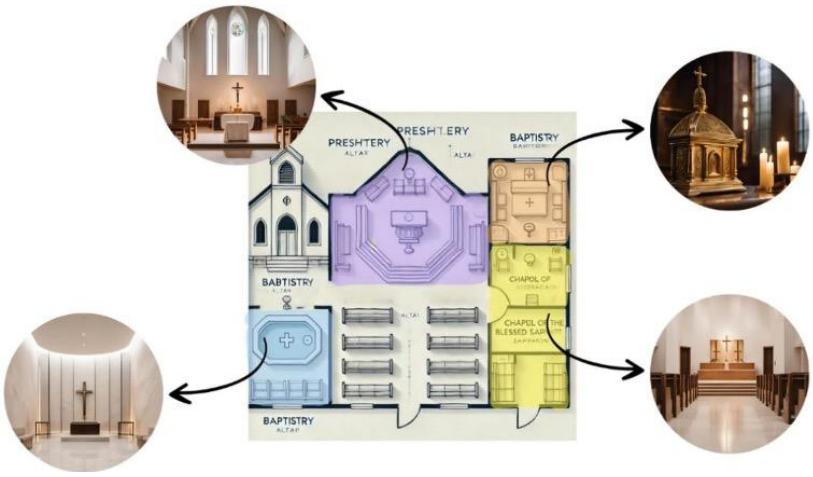
Posto isso, para ela a simplicidade é o partido a ser trabalhado, é o caminho mais curto e fácil para atingir o belo e o sublime. Logo, o espaço sagrado deve ser expressão da verdade que a Igreja anuncia, sem falsidades nem imitações, sendo isso evidente em seus materiais. O espaço da igreja, é visto como um símbolo de Deus que habita entre os homens, é anúncio da Jerusalém Celeste. Portanto, o espaço deve refletir sua função simbólica e mística através de suas formas,

cores, luzes e sombras, texturas, materiais e disposição das peças. A beleza e a harmonia do ambiente devem nutrir a piedade dos fiéis e revelar a santidade dos mistérios ali celebrados (MACHADO, 2008, p.9).

Desse modo, o espaço sagrado católico, sob as perspectivas de Pastro e Machado, deve ser o produto da harmonia entre beleza e simplicidade. Lugar onde a liturgia católica seja respeitada, refletindo a morada divina entre os homens, como canal de antecipação da Jerusalém Celeste. Ambos os artistas enfatizam, também, a importância da estética e da funcionalidade do espaço litúrgico, visando sempre criar um ambiente que eleve a espiritualidade e facilite essa comunhão dos fiéis com Deus.

1.2.2 O programa iconográfico do edifício igreja

Figura 02: Iconografia ilustrativa de uma igreja católica.



Fonte: Imagens geradas por Inteligência Artificial, marcações e compilação da autora.

- **Presbitério (em roxo – Figura 2):** é o lugar que recebe o altar, a mesa da celebração. Nele deve conter altar, ambão, sédia, cruz processional e credência. Todas essas peças são expressões simbólicas do Cristo Celebrante e, com exceção da credência e da cruz, devem ser todas do mesmo material e estilo, representando a sua unidade na celebração. É espaço amplo (o possível), com o altar no centro e no mínimo 2,50m livres em torno dele, de modo a prever e possibilitar as várias celebrações realizadas ao longo do ano litúrgico.

Figura 03: Presbitério da Igreja Santa Teresinha – Adequação Religiosa por Potrich Arquitetura.

Fonte: Pinterest, por Potrich Arquitetura, marcações da autora.

- **Altar (em roxo – Figura 3):** é a peça central da igreja, a mesa do sacrifício e do banquete pascal, a mais importante. Pode ser feito de pedra maciça ou de folhas de pedra ou de madeira ou da combinação, deve ser única, pois é sinal do Cristo. Jamais de plástico, fórmica ou vidro, materiais que não revelam firmeza e estabilidade. Deve ocupar um lugar que atraia naturalmente a atenção de todos os fiéis, e que dê a sensação que todos têm acesso, todos são convidados para o banquete do cordeiro. O altar é uma extensão do mistério da cruz. Sobre ele, terá (após o Evangelho) toalha, corporal, cálice, patena e missal, nada mais. Velas, flores, galhetas etc, sempre fora dele. Não se deve encher a mesa de elementos, até os próprios objetos e elementos litúrgicos da Santa Ceia devem ficar numa mesa auxiliar, a credência, até o início da oração eucarística. A toalha deve cair apenas nas laterais, de modo a não esconder a beleza e a nobreza da peça. De igual modo, deve-se evitar cadeiras na frente da mesa. Com altura de 95cm, pode ser quadrado (1,00m x 1,00m ou 1,30m x 1,30m), ou retangular, e, por maior que seja a igreja, não há necessidade de ter mais do que 1,50m x 0,80m ou 1,70m x 0,80m.
- **Ambão (em azul – Figura 3):** é a mesa da Palavra, é o lugar que precede a liturgia eucarística. Deve manifestar a dignidade e importância da Palavra de Deus na sua forma e localização, favorecendo o seu anúncio. Não há dois ambões, pois uma só é a Palavra de Deus. Em si é peça alta que anuncia e testemunha o Cristo, faz uma só peça com o altar e, portanto, é feito do mesmo material. Deve se localizar onde a atenção dos fiéis se volta espontaneamente durante a liturgia da Palavra, em local visível para toda a assembleia. Dele são proclamadas as leituras, o salmo responsorial e o louvor pascal, podendo ser feitas, também a homilia e a oração universal. Comentários, cantos e avisos devem ser feitos em um lugar à parte.
- **Sédia (em vermelho – Figura 3):** é a cadeira do presidente da celebração, faz conjunto com o altar, o ambão e o batistério. São todos sacramentais, partes de um único mistério a ser celebrado, o Mistério Pascal. A sédia (para o padre ou bispo) pertence ao único celebrante e mestre, Jesus Cristo[14], e é considerada como lugar de autoridade, do magistério da Igreja. Para diferenciar das cadeiras dos ministros e da presidência colegiada, ela é maior e mais imponente, enquanto as demais são mais simples, às vezes, até sem encosto.
- **Cruz Processional (em laranja – Figura 3):** a cruz é um forte símbolo cristão, e ela deve estar posicionada no centro, à frente do altar, ou poderá pender sobre o altar. É uma cruz simples, instrumento de nossa vitória. Na procissão de entrada é carregada por um ministro e colocada junto ao altar.
- **Credência (em rosa – Figura 3):** é uma mesa auxiliar, onde são colocados os objetos necessários para a celebração. Com ela, não se sobrecarrega o altar como também facilita e melhora a dinâmica dos ministros durante a celebração. Deve se localizar em um lugar discreto, próximo a mesa eucarística.
- **Tabernáculo ou Sacrário (em laranja – Figura 2):** é o lugar para aconservação das sagradas espécies, o Santíssimo, onde ficam guardadas as reservas eucarísticas[15]. Preferencialmente, deve estar fora do espaço de celebração, em uma pequena capela à parte, lugar para oração pessoal.
- **Capela do Santíssimo (em amarelo – Figura 2):** é um lugar à parte, onde se encontra apenas o tabernáculo, genuflexórios e cadeiras. Nesse local, não há necessidade da imagem do crucificado ou qual outra, pois consta com a presença real do próprio Jesus.
- **Batistério (em azul – Figura 2):** é uma capela ou sala junto ao adro ou na entrada da nave principal, onde se encontra a pia batismal. A organização de seu espaço deve refletir a importância do sacramento do batismo para a igreja, a entrada do neocatecúmeno no Corpo de Cristo[16]. De preferência, a pia batismal deve ser fixa, com água corrente e abundante, que permita o batismo de imersão.

1.3 LITURGIA

1.3.1 O que é liturgia?

Para a Igreja Católica, a liturgia é a ação central da comunidade de fé. É através da liturgia que a Igreja adora a Deus, recebe a graça e se edifica como corpo de Cristo. A liturgia não é apenas um conjunto de rituais, mas a manifestação viva e dinâmica da fé da Igreja, que une os fiéis a Cristo e uns aos outros em um único ato de culto e serviço divino.

Partindo do Catecismo da Igreja Católica (CIC), cânone 1069, originariamente, a palavra "liturgia" significa "obra pública", "serviço por parte dele em favor do povo". Na tradição cristã, isso indica que o povo de Deus participa da "obra de Deus". Através da liturgia, Cristo, nosso Redentor e Sumo Sacerdote, continua a realizar na Igreja, com ela e por meio dela, a obra da nossa redenção.

> Além de ser obra de Cristo, a liturgia é também uma ação de sua Igreja. Ela realiza e manifesta a Igreja como sinal visível da comunhão entre Deus e os homens por meio de Cristo. Empenha os fiéis na vida nova da comunidade. Implica a participação consciente, ativa e frutuosa de todos (CIC, 1071).

De acordo com o sacerdote católico e teólogo alemão, Uwe Michael Lang, conhecido por seu trabalho em liturgia, arquitetura sacra e história da Igreja, a liturgia católica é muito mais rica do que apenas seus textos. Para ele, a liturgia é uma síntese harmoniosa de vários outros aspectos da linguagem não-verbal, incluindo gestos, música e arquitetura, que apontam para Deus (LANG, 2015).

3. METODOLOGIA

Este trabalho segue uma abordagem teórica, cujo objetivo é o entendimento de um espaço sagrado católico, enquanto arquitetura, e, a partir disso, desenvolver uma análise comportamental e de interação das pessoas com ele. Para isso, partiu-se de um levantamento bibliográfico sobre trabalhos relacionados a neurociência e a arquitetura sacra, priorizando-se a leitura de artigos acadêmicos com experimentos práticos, encontrados no Google Acadêmico.

Após a visualização da abrangência do assunto de interesse, intensificou-se pesquisas bibliográficas coletando livros, sites e documentos visando enriquecer o embasamento do conhecimento a ser aplicado posteriormente. Ademais, objetivando uma fundamentação mais consistente acerca dos funcionamentos celebrais e os efeitos dos ambientes no cérebro humano, foi realizado um minicurso ministrado pela arquiteta Giovanna Gogosz a respeito da psicoarquitetura.

Todo o processo teórico foi conduzido com base em autores de referência na área, como Cláudio Pastro, Regina Machado e dr. Andrew Newberg, além do aprofundamento na tradição e liturgia católica, tendo como guia o Catecismo da Igreja Católica, sua Sagrada Escritura e documentos dos seus Concílios, a fim de garantir a veracidade dos assuntos abordados.

A segunda etapa do trabalho, partiu da elaboração de uma tabela de análise com parâmetros arquitetônicos e comportamentais, visando nortear o objetivo da observação, além de torna-la mais prática. Posto isso, realizaram-se duas visitas a Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no Altiplano, em João Pessoa-PB, uma durante um dia de celebração dominical e a outra em dia de celebração semanal, para coleta de dados, visando entender as variações nos comportamentos e interações, bem como suas similaridades, além da análise e estudo do espaço físico.

Após a visita, para fim ilustrativo do que foi percebido e analisado, foi realizado a produção de mapa de localização, esquemas em planta baixa, com marcações e legenda, adaptados para os pontos a serem apresentados, bem como o uso dos registros fotográficos efetuados durante as visitas, criando-se igualmente quadros comparativos de ambos os dias de observação, seguindo o mesmo processo.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

Considerando três eixos de análise, sendo eles espaço físico, experiência sensorial e o comportamento coletivo, foram construído os seguintes paramentos metodológicos: arquitetura, distribuição e função dos espaços, espacialidade, iconografia e imagens, elementos teológicos, som e música, iluminação, aroma, participação dos fiéis, corpos e espaços e projeto.

Posto isso, iniciou-se a análise da Paróquia Nossa Senhora (NS) do Perpétuo Socorro, uma igreja local contemporânea, localizada na Rua Emílio de Araújo Chaves, s/n, no Altiplano Cabo Branco, em João Pessoa-PB, visando a análise de dados interacionais e comportamentais dos fiéis, bem como o estudo do espaço físico e sua influência nesse processo.

4.1. PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO

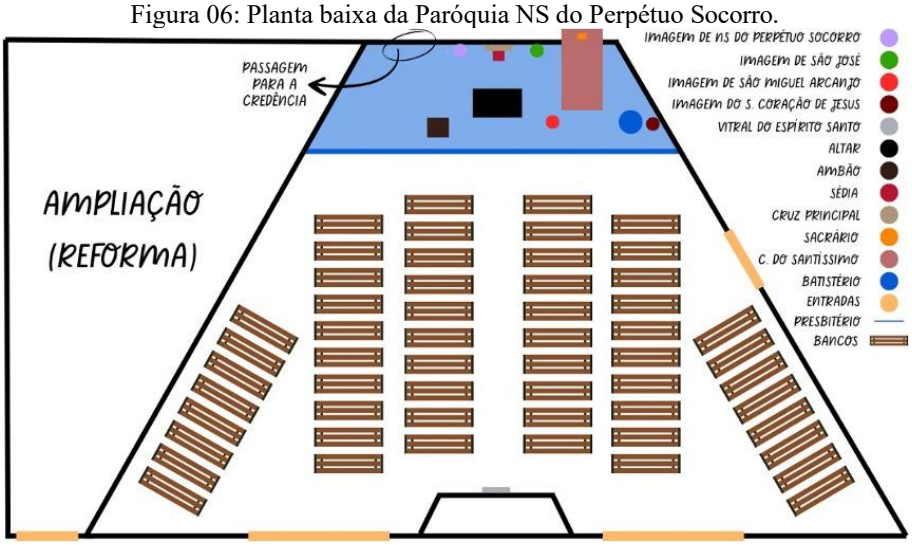
Figura 04: Mapa de localização da Paróquia NS do Perpétuo Socorro.

Fonte: Google Earth, 2024, marcações da autora.

Figura 05: Fachada frontal da Paróquia NS do Perpétuo Socorro.

Fonte: Acervo da autora, 2024.

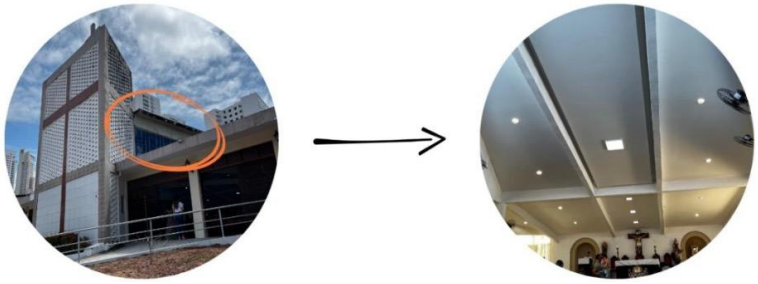
Figura 06: Planta baixa da Paróquia NS do Perpétuo Socorro.



Fonte: Esquema produzido pela autora, 2024.

4.1.1. Primeira análise

Figura 07: Detalhe da coberta da Paróquia NS do Perpétuo Socorro e sua replicação interna.



Fonte: Acervo da autora, 2024, marcação e compilação da autora.

Arquitetonicamente, a Perpétuo apresenta o elemento central da fachada principal destacado, o que replica em seu interior, gerando inclinação no forro em direção ao altar com a visualização de vigas aparentes, componentes que norteiam o olhar do fiel assim que adentra a paróquia. Quanto a sua planta, o mesmo é percebido, pois o seu formato trapezoidal direciona todas as entradas e bancos para o constituinte central da fé católica, a mesa do sacrifício. Na transição entre o lado externo e o espaço sagrado, não há grandes marcações de distinção, apenas mudança na paginação e nivelamento do piso, sendo o exterior de pedra inclinado ascendente e o interno de concreto polido plano.

Figura 08: Presbitério da Paróquia NS do Perpétuo Socorro, vista frontal.

Fonte: Acervo da autora, 2024, marcações e compilação da autora.

Figura 09: Presbitério da Paróquia NS do Perpétuo Socorro, vista em perspectiva.

Fonte: Acervo da autora, 2024, marcações da autora.

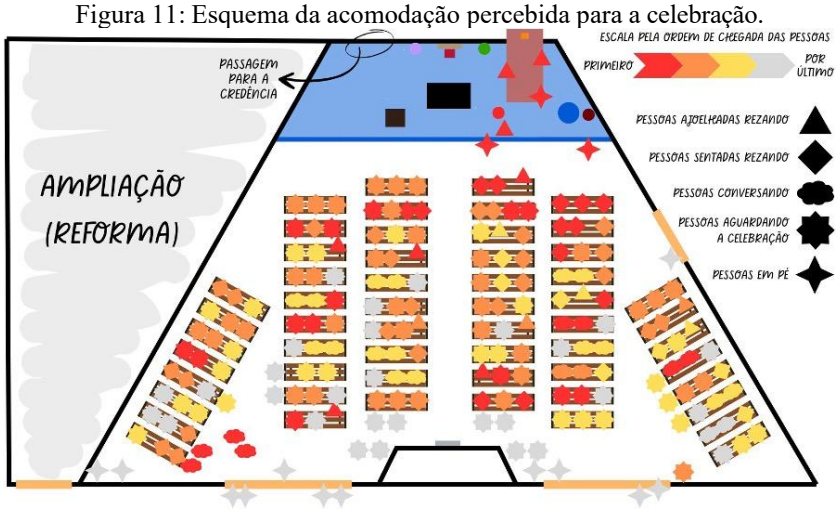
Internamente, todo o presbitério se localiza na parte de destaque da planta baixa, na base menor do trapézio principal e elevado em dois degraus em relação ao nível interno da paróquia, voltado para os acessos, sendo a capela do Santíssimo com o sacrário e o batistério ao lado direito do altar. Nessa parte, ainda é possível identificar uma cruz sobre a mesa do sacrifício, a cruz central principal, juntamente com a sédia e as imagens de NS do Perpétuo Socorro e de São José, posicionadas atrás da linha do altar, enquanto o ambão, a imagem de São Miguel Arcanjo e a do Sagrado Coração de Jesus um pouco a sua frente, sendo o ambão no lado esquerdo e os demais no direito. A mesa da credência fica por detrás do presbitério, junto com a cruz processional, sendo acessada pela passagem localizada a esquerda do altar (ver figura 10). Ademais, há também, voltado para este, um vitral do Espírito Santo (ver figura 17). Além disso, aos pés dos principais elementos teológicos, percebe-se arranjos de flores, embelezando-os e evidenciando ainda mais a sua importância.

Figura 10: Parte posterior do presbitério da Paróquia NS do Perpétuo Socorro, credência e cruz processional.

Fonte: Acervo da autora, 2024, marcações da autora.

Para com estes elementos teológicos e iconográficos, foi-se percebido uma singularidade no comportamento e interação dos fiéis, que se ajoelhavam ou posicionavam-se próximo, sentados ou em pé, e os direcionavam olhares fixos devocionais ou ficavam com a cabeça baixa, em posição de recolhimento e oração. Próximos a esses elementos, foi-se notável que os fiéis eram impulsionados ao silêncio, sendo percebido poucas interações e conversas entre si. Outrossim, tais lugares foram percebidos, notoriamente, como os preferidos para oração e contemplação, bem como os primeiros a serem ocupados.

Figura 11: Esquema da acomodação percebida para a celebração.



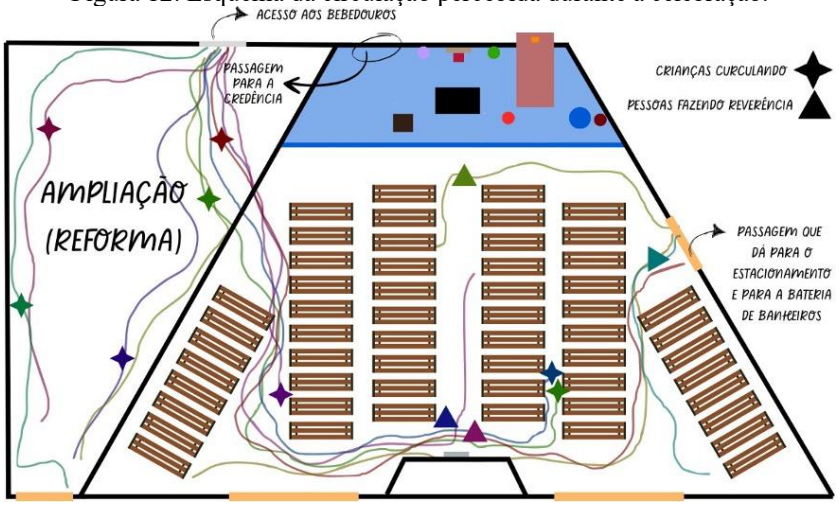
Fonte: Esquema produzido pela autora, 2024.

A visita de análise se iniciou 30 minutos antes da celebração, nesse período, quanto a experiência sensorial, notou-se que, antes da celebração, ouvia-se apenas o barulho dos ventiladores, breve ensaio do ministério de música e conversas baixas, já durante a leitura das intenções e ao fim da missa, o volume das conversas tornou-se mais intenso. Após as intenções, perceptível um certo recolhimento e preparação para o início da celebração. O som do sino foi escutado apenas durante a celebração eucarística, seguindo a liturgia católica, assim como as músicas e cânticos.

Com relação a iluminação, a natural é predominante devido aos janelões de vidro transparente, deixando quase imperceptível a iluminação artificial. Na circulação central, há a presença de vitrais azuis, que refletem no interior dando um ar mais sereno e contemplativo no centro da igreja. Quanto a aromas, não houve o uso de incenso na celebração, os únicos percebidos foram o cheiro das velas, acessas próximo a celebração, direcionando o olhar dos fiéis para o altar, indicando o início da missa, e o de rosas na proximidade do altar, devido aos arranjos.

Durante a celebração, foi-se percebido comportamento geral dos fiéis condizente com a liturgia, com movimentação externa, usualmente, apenas das crianças e seus responsáveis, na área da ampliação. Comumente, alguns fiéis que precisaram circular pela paróquia, optaram por passar pelas passagens mais distantes, ao invés de pela frente do altar. Ademais, notável que muitos, ao passarem por este, realizavam a reverência, pequena inclinação da cabeça, um ato de respeito com a mesa do sacrifício, que representa Cristo, segundo a liturgia católica.

Figura 12: Esquema da circulação percebida durante a celebração.



Fonte: Esquema produzido pela autora, 2024.

4.1.2. Segunda análise

Arquitetonicamente, não se percebeu mudanças em sua estrutura nem em sua planta, apesar de atualmente a Paróquia estar passando por reformas. O mesmo se observou para a distribuição e função dos espaços, bem como para a separação entre o espaço sagrado e o mundo exterior, que também foram conservadas.

Figura 13: Presbitério da Paróquia NS do Perpétuo Socorro, vista em perspectiva.

Fonte: Acervo da autora, 2024, marcações da autora.

Internamente, o presbitério não sofreu mudanças em sua localização ou disposição dos elementos teológicos, percebendo-se apenas modificações em sua composição e arranjo da iconografia. As imagens de NS do Perpétuo Socorro e São José (ambas em azul – figura 14) permaneceram sem grandes alterações, apenas acréscimo de iluminação artificial, já a de São Miguel Arcanjo (em vermelho – figura 14), se encontrava posicionada onde, na visita anterior, estava a imagem do Sagrado Coração de Jesus, que foi retirada. Mudança essa, justificada pelo fato de, durante a primeira visita, a Igreja vivia a quaresma de São Miguel, motivo pelo qual este se localizava mais à frente, em destaque no presbitério (ver figura 14).

Ademais, outra mudança visual percebida no comparativo da composição do presbitério nas visitas, foi que, dessa vez, não havia a presença de arranjos de flores aos pés dos elementos teológicos e principais imagens, como na visita anterior. Além disso, a cruz presente sobre o altar (em roxo – figura 14), assim como as velas (em laranja – figura 14), diferem nos dias de análise, sendo as do primeiro dia maiores e mais robustas, enquanto as do segundo, menores e mais discretas. Diferença essa, explicada pela razão de, no dia de análise noturno, após a celebração da missa, ocorre a Adoração ao Santíssimo, ocasionando assim, a retirada dessa cruz menor para a sua exposição, elemento que por si só é bastante imponente, além de harmonizar com os novos castiçais (suportes das velas), pelo tom dourado.

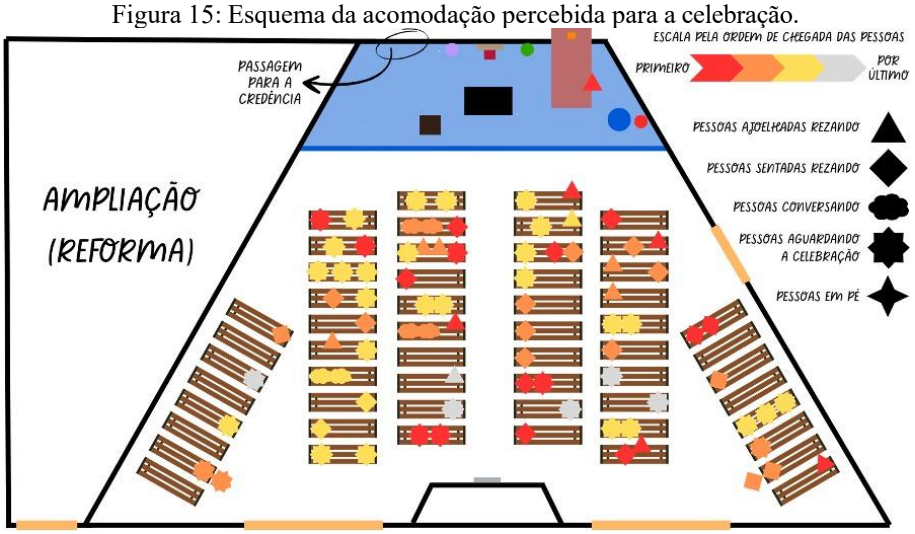
Quanto a interação coletiva para com estes elementos, notou-se uma singularidade e comunhão com a visita anterior, em que seus comportamentos e posturas, quase que de maneira totalitária, se caracterizavam como de caráter devocional e oracional, sempre respeitosa, havendo procura por se aproximarem destes, mantendo os olhos fixos ou a cabeça baixa, predominando movimentos silenciosos, em especial, no sacrário, local de maior preferência. Igualmente, a primeira visita, os lugares próximos a esses elementos teológicos, foram ocupados preliminarmente, e caracterizados como os prediletos para realizar orações pessoais (ver figura 15).

Figura 14: Esquema comparativo do presbitério nas duas visitas.

Fonte: Compilação e marcações da autora, acervo da autora, 2024.

Ademais, outros pontos relevantes acerca da ocupação do espaço se deram no fato de, por haver um quantitativo menor de pessoas na celebração, foi observado que a paróquia não ficou totalmente ocupada, não havendo, inclusive, preenchimento da área da ampliação, diferente da visita anterior. Além disso, notou-se que as pessoas se sentaram de modo mais espaçado entre si, e preferencialmente próximas ao presbitério, não ocorrendo tanta procura por lugares próximo aos ventiladores e portas, como no primeiro dia. Fato este justificado pela amenidade temporal, que proporciona um maior conforto térmico natural no interior da paróquia (ver figura 15 abaixo).

Figura 15: Esquema da acomodação percebida para a celebração.



Fonte: Esquema produzido pela autora, 2024.

Assim como na primeira visita, o presbitério foi percebido em destaque, porém dessa vez sob um novo olhar. Sua visibilidade proeminente se deu, em especial, pela composição da iluminação artificial, pois enquanto na geral se predomina a luz branca fria, atrás da cruz principal e da imagem de São Miguel (ambos em amarelo – figura 16) há a presença de uma luz mais quente, evidenciando tais elementos. Ademais, o mesmo foi percebido nas imagens de NS do Perpétuo Socorro e de São José (ambos em azul – figura 16), que são ressaltadas pela

luz azul, colocada detrás dessas. Outrossim, o espaço do sacrário e da passagem de acesso a parte posterior do presbitério (ambos em laranja – figura 16) também se realçam, visto que, apesar de também usarem luz fria, o fato de possuírem suas paredes pintadas na paleta do tom areia, diferente do geral da paróquia, cria-se áreas de destaque visual na composição total do presbitério (ver figura 16 abaixo).

Figura 16: Esquema comparativo da iluminação percebida nas duas visitas.

Fonte: Compilação e marcações da autora, acervo da autora, 2024.

Assim como na visita anterior, essa se iniciou 30 minutos antes do início da celebração, e, nesse período, a experiência sensorial se assimilou quase que totalmente a primeira, sendo percebido, predominantemente, o barulho dos ventiladores, breve ensaio do ministério de música e conversas baixas. Durante a celebração, o som do sino foi percebido apenas no momento da celebração eucarística, seguindo a liturgia católica, assim como as músicas e cânticos. Quanto a aromas, igualmente não houve o uso de incenso na celebração, os únicos percebidos foram o cheiro do perfume das pessoas e de chiclete que chegavam mascando. Diferentemente da visita anterior, nessa o cheiro das velas acessas próximo a celebração não foi percebido, assim como o cheiro de rosas próximo ao altar, devido à ausência dos arranjos.

Figura 17: Esquema comparativo da iluminação percebida nas duas visitas.

Fonte: Compilação produzida pela autora, acervo da autora, 2024.

Quanto a iluminação, importante ressaltar como a luz artificial modifica a vivência e percepção do espaço, para além do que já foi mencionado. Um grande exemplo disso, é o vitral do Espírito Santo (ES) presente na paróquia, que durante o dia, apenas com a iluminação natural, nota-se a

cruz ao centro do vitral em destaque, enquanto, com o acréscimo da luz artificial a noite, ela quase não é percebida, pois o ES se sobressai, este que pela manhã quase não se evidenciava. Esta dinâmica luminotécnica, chega próximo a criar uma ideia de que são vitrais distintos, se não analisados minuciosamente (ver figura 17).

De forma semelhante a primeira visita, durante a celebração, foi-se percebido comportamento geral dos fiéis condizente com a liturgia, com pouquíssima movimentação diferente a isso, basicamente, apenas das pessoas chegando. Assim como no dia de análise anterior, alguns fiéis que eventualmente precisaram circular pela paróquia, optaram por passar pelas passagens mais distantes, ao invés de pela frente do altar. Ademais, identicamente, notou-se que muitos, ao passarem pela mesa do sacrifício, realizavam a reverência, pequena inclinação da cabeça. Além disso, observou-se que estes ao entrarem na paróquia, inicialmente, realizavam a genuflexão, gesto de encostar um joelho no chão enquanto inclina o corpo, em sinal de respeito e humildade ao adentrar o espaço sagrado, ato não tão notável no dia da celebração dominical.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como ponto de partida o fato de que a História da humanidade é marcada pela religiosidade. Na memória antropológica humana, é recorrente a prática de construir edificações destinadas a favorecer o encontro pessoal entre o homem e o Divino, uma tradição que perdura até os dias atuais. Nesse contexto, este trabalho buscou discutir, de forma objetiva, o uso dos templos religiosos, destacando sua importância e as variações ocorridas ao longo dos anos. Foram analisadas, em especial, as mudanças semânticas relacionadas à oferta e seus reflexos no espaço sagrado, tanto na arquitetura quanto na liturgia, com ênfase no programa iconográfico do edifício igreja, sendo seu foco na tradição da Igreja Católica Apostólica Romana.

Posto isso, e partir de um estudo prévio do CIC, das Sagradas Escrituras e de documentos provenientes de seus Concílios, foi possível aprofundar-se na liturgia católica e compreender suas diretrizes para a formação de seus espaços sagrados. Essa fundamentação permitiu o entendimento da arquitetura de interiores da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, objeto de estudo deste trabalho, e, conseguinte, sua análise crítica, núcleo essencial deste artigo.

Ademais, constatou-se que a arquitetura, em harmonia com os elementos teológicos propostos pela liturgia e pela tradição católica, exerce uma influência significativa no comportamento dos fiéis que ocupam o espaço sagrado. Essa influência manifesta-se tanto na experiência sensorial, com destaque para aspectos como a iluminação e a existência dos elementos externos, quanto na maneira como os fiéis se posicionam e se comportam no ambiente. Esse efeito promove uma postura respeitosa, frequentemente caracterizada pelo silêncio e pelo recolhimento, conduzindo os indivíduos à oração e a um relacionamento mais profundo com o Divino.

Esse fenômeno foi claramente observado na Perpétuo Socorro, especialmente no segundo dia de análise (quinta-feira), quando se registrou uma maior presença de fiéis mais visivelmente aprofundados na doutrina católica. Esses indivíduos demonstraram um comportamento ainda mais respeitoso, caracterizado por um recolhimento evidente e uma relação mais consistente e consciente com o Divino, refletindo de maneira clara a influência do espaço sagrado e dos elementos litúrgicos em sua vivência espiritual.

Além disso, verificou-se que esse comportamento reverente é amplificado pela disposição do espaço sagrado, em que todos os elementos arquitetônicos e simbólicos convergem para o Altar, símbolo central da fé católica. Essa organização espacial ressalta a importância da mesa do sacrifício como o ponto central da liturgia, orientando a atenção e a espiritualidade dos fiéis. A arquitetura, nesse contexto, não apenas define o ambiente, mas também desempenha um papel

essencial na expressão da fé e na vivência litúrgica, evidenciando a integração entre forma, função e significado na tradição católica.

Essa influência foi plenamente confirmada pela evidente diferença comportamental dos fiéis interna e externamente ao espaço sagrado. Enquanto no ambiente externo prevalece uma dinâmica mais descontraída e social, o interior do templo conduz os fiéis a uma sociabilidade quase inteiramente voltada para o Divino, reforçando a sacralidade do espaço e sua capacidade de transformar a experiência humana.

REFERÊNCIAS

A FUNÇÃO/ OBJETIVO DO TEMPLO. **Centro de Sabedoria Egípcia**. Disponível em: https://egyptianwisdomcenter.org/pt/o-objetivo-da-funcao-do-templo-2/. Acesso em: 05 de junho de 2024.

AIDAR, Laura. Arte Bizantina. Toda Matéria. Disponível em: https://www.todamateria.com.br/arte-bizantina/. Acesso em: 18 de setembro de 2024.

A MESQUITA NO PASSADO, NO PRESENTE E SUA FUNÇÃO ALÉM DO ESPAÇO

RELIGIOSO. **ArchDaily**, 2023. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/999513/a-mesquita-no-passado-no-presente-e-sua-funcao-alem-do-espaco-religioso. Acesso em: 18 de setembro de 2024.

ANDRÉ, Eduardo. Os 10+ (Templos). **Histórias de Roma**, 2023. Disponível em: https://historiasderoma.com/category/templos/. Acesso em: 05 de junho de 2024.

ARQUITETURA e religião: as igrejas mais belas do mundo. **Sua obra**. Disponível em: https://www.suaobra.com.br/noticias/arquitetura-e-religiao-as-igrejas-mais-belas-do-mundo. Acesso em: 02 de março de 2024.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição, revista e ampliada. 13ª impressão. São Paulo: Paulus, 2019.

BRITO, Marciano de. O que são espaços sagrados?. Disponível em: https://www.canaleducacao.tv/images/slides/41005_dfd52a43946201f71f332fecdb2ece75.pdf

. Acesso em: 26 de maio de 2024.

CATECISMO da Igreja Católica. São Paulo: Loyola, 2000.

CONHEÇA OS 10 TEMPLOS GREGOS MAIS FAMOSOS +FATOS CURIOSOS.

VivaDecora, 2021. Disponível em: https://www.vivadecora.com.br/pro/templos-gregos/. Acesso em: 05 de junho de 2024.

DUTRA, Juliana. **A arquitetura do espaço sagrado católico: as diretrizes do Concílio do Vaticano II e o caso da Igreja Nossa Senhora de Fátima, João Pessoa-PB.** TCC – Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. P. 74. 2022.

ELIAS, Valdeni. O que acontece no cérebro quando rezamos?. **Portal Católico**, 2022. Disponível em: https://portalcatolico.net/portal/o-que-acontece-no-cerebro-quando-rezamos/. Acesso em: 22 de março de 2024.

IMBROISI, Margaret; MARTINS, Simone. **Arte Paleocristã**. História das Artes, 2015. Disponível em: https://www.historiadasartes.com/nomundo/arte-na-antiguidade/arte-paleocrista/. Acesso em: 18 de setembro de 2024.

LANG, Uwe. **Sinais do Altíssimo: Liturgia, ritual e a expressão do sagrado**. San Francisco: Ecclesiae, 2015.

MACHADO, Regina Céli de Albuquerque. **O espaço da celebração: mesa, ambão e outras peças**. 5ª edição. São Paulo. Paulinas, 2008.

MONTFORT ASSOCIAÇÃO CULTURAL. **Concílio Ecumênico de Trento.** Disponível em: https://www.montfort.org.br/bra/documentos/concilios/trento/#sessao22. Acesso em: 16 de setembro de 2024.

MOTA, Gabriel Luan Paixão. O crucifixo no centro do altar na Missa "de frente para o povo"

– Departamento de Celebrações do Sumo Pontífice. **Contemplações Católicas**, 2011. Disponível em: https://contemplacoescatolicas.blogspot.com/2017/04/o-crucifixo-no-centro-do-altar-na-missa.html. Acesso em: 09 de março de 2024.

ORIGEM DAS PALAVRAS PARA ESTUDO. **Origem da Palavra**, 2024. Disponível em: https://origemdapalavra.com.br/palavras/consagracao/#:~:text=1)%20Do%20Latim%20CONSACRARE%2C%20%E2%80%9C,%2C%20%E2%80%9Csantificado%2C%20sagrado%E2

%80%9D. Acesso em: 26 de maio de 2024.

PANTEÃO DE AGRIPA. **Rome Museum**. Disponível em: https://www.rome-museum.com/br/panteao-roma.php. Acesso em: 16 de setembro de 2024.

PASTRO, Cláudio. **O Deus da beleza: A educação através da beleza.** 3ª edição. São Paulo, Paulinas, 2012.

POR QUE existem espaços sagrados? **Com. Shalom Formação**, 2022. Disponível em: https://comshalom.org/por-que-existem-espacos-sagrados/. Acesso em: 16 de março de 2024.

PORTO, Gabriella. Mesquita – templos islâmicos. **InfoEscola**. Disponível em: https://www.infoescola.com/islamismo/mesquita/. Acesso em: 05 de junho de 2024.RAMOS, Jefferson. Características da Arquitetura do Egito Antigo. **Sua Pesquisa**. Disponível em: https://www.suapesquisa.com/respostas_historia/arquitetura_egito_antigo.htm. Acesso em: 05 de junho de 2024.

TEMPLO, espaço sagrado. **Canção Nova Formação**. Disponível em: https://formacao.cancaonova.com/espiritualidade/templo-espaco-sagrado/#:~:text=Templo%2C%20espa%C3

%A7o%20sagrado%20%2D%20Forma%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 16 de março de 2024.

WALSH, Niall Patrick. Arquitetura mais antiga do mundo conta uma nova história do surgimento da civilização. **ArchDaily**, 2018. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/900962/arquitetura-mais-antiga-do-mundo-conta-uma-nova-historia-do-surgimento-da-civilizacao. Acesso em: 17 de março de 2024.

CAPÍTULO 2: DA RUÍNA À EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

ANTEPROJETO PARA UMA ESCOLA DE RESTAURO

Pâmela Pietra Ormesino Bento [1]
Anne Camila Cesar Silva [2]

RESUMO

Este trabalho aborda a problemática do patrimônio edificado em estado de arruinamento da cidade de João Pessoa, com ênfase na valorização da Antiga Sede da Alfândega. A proposta consiste na requalificação do edifício para a implantação de uma escola de restauro com foco na preservação e promoção do patrimônio cultural local. Essa iniciativa visa fomentar a conscientização da população e de visitantes acerca da importância do patrimônio histórico, contribuindo para sua conservação. Pautada em análises históricas e documentais, a proposta visa integrar a educação patrimonial ao desenvolvimento cultural e à profissionalização técnica. Para tanto, a pesquisa foi estruturada em três eixos principais: patrimônio cultural, educação patrimonial e turismo cultural. A partir das informações coletadas, desenvolveu-se um projeto que alia conservação, formação educacional e estímulo ao turismo cultural, consolidando-se como uma estratégia para a requalificação urbana e a preservação da memória coletiva.

Palavras-chaves: patrimônio cultural, educação patrimonial e turismo cultural

ABSTRACT

This study addresses the issue of deteriorated built heritage in the city of João Pessoa, focusing on the restoration and valorization of the Old Customs House. The proposal involves the building's revitalization to establish a restoration school dedicated to the preservation and promotion of local cultural heritage. This initiative aims to raise awareness among the local population and visitors about the importance of historical heritage, fostering its conservation. Grounded in historical and documental analyses, the project seeks to integrate heritage education with cultural development and technical training. The research was structured around three main axes: cultural heritage, heritage education, and cultural tourism. Based on the collected data, a proposal was developed to combine conservation efforts, educational initiatives, and the promotion of cultural tourism, establishing a strategic approach for urban revitalization and the preservation of collective memory.

Keywords: cultural heritage, heritage education and cultural tourism

[1] Graduanda (o) do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniesp. E-mail: 20201069031@iesp.edu.br
[2] Orientador (a) do trabalho e Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniesp. E-mail: anne.camila@iesp.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado tem como foco principal a educação patrimonial na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, tendo como ponto de partida a requalificação de um importante prédio histórico abandonado e deteriorado com o passar do tempo. A cidade, rica em história e cultura, se apresenta como um espaço significativo para o debate e a prática de preservação patrimonial, alinhando passado, presente e futuro.

O Brasil é referência em patrimônio histórico, com 14 Patrimônios Históricos e Culturais da Humanidade reconhecidos pela UNESCO, distribuídos por estados como Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Além disso, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) contabiliza mais de 20 mil edifícios e 83 conjuntos urbanos tombados. Apesar dessa riqueza, o país enfrenta desafios relacionados ao abandono e deterioração de edificações históricas, agravados pela expansão urbana e a perda de centralidade dos centros históricos.

Em João Pessoa, esse processo foi intensificado pela expansão rumo às áreas litorâneas a partir da década de 1970. Como Lefebvre (1991) explica, a urbanização gera um fenômeno de "implosão-explosão", no qual áreas centrais são esvaziadas e transformadas em guetos para populações marginalizadas, enquanto áreas periféricas se expandem.

> Ao mesmo tempo ainda, muitos núcleos urbanos antigos se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para as periferias distantes, residenciais ou produtivas. Escritórios substituem os apartamentos. Às vezes (...) esses centros são abandonados aos “pobres” e tornam-se *guetos* para os desfavorecidos (Lefebvre, 1991, p.10).

O livro “Educação Patrimonial” do IPHAN (2014, p. 19) define que essa prática se constitui através de “todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural”, ou seja, se utilizando de formas de ensino convencionais, como a teoria e com manifestações culturais, incentivando a vivência dos espaços históricos.

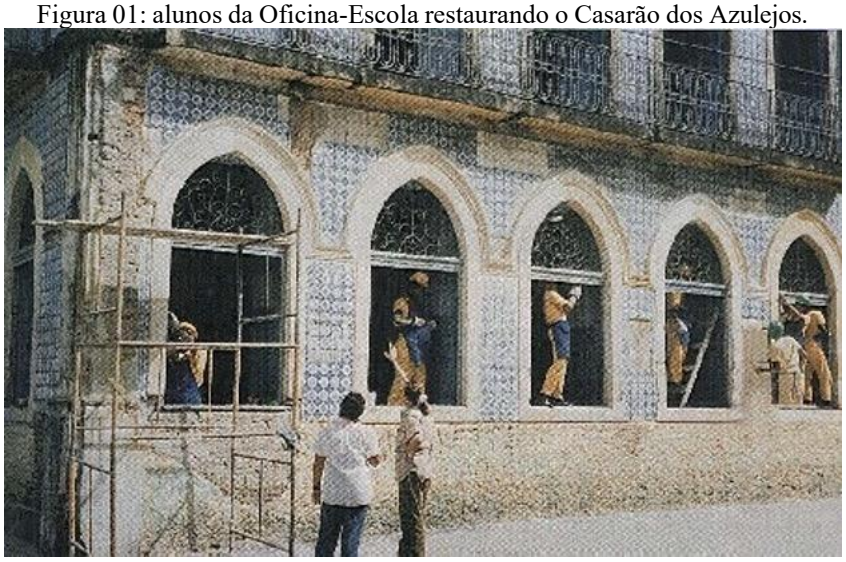
Com essa perspectiva, o presente estudo visa propor a requalificação do edifício da antiga Alfândega de João Pessoa, inserindo-o no contexto de uma escola de restauro. Esse espaço terá como objetivo fomentar debates, estudos e práticas voltados à preservação do patrimônio cultural da cidade.

A escolha do tema foi motivada pelo estado de abandono dos prédios históricos em áreas centrais e pela consequente perda de memória cultural. Até o século XIX, os centros urbanos eram ocupados principalmente por edifícios públicos e religiosos. Contudo, a partir do final desse século, a substituição das residências por comércios resultou na degradação das áreas centrais, como destaca Villaça (1998).

Em 1985 a Espanha lançou o Programa Oficina Escola na América Latina, por meio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), visando combater o desemprego e capacitar profissionais no campo do restauro. João Pessoa foi a primeira cidade brasileira a receber o programa, em 1991, seguida por Salvador e São Luís.

Na capital paraibana, a Oficina-Escola ganhou uma sede em 1995, na antiga Fábrica de Vinhos Tito Silva, oferecendo cursos que uniam disciplinas teóricas e práticas sob a filosofia "aprender fazendo". Entre seus resultados estão o restauro do Casarão dos Azulejos, da Bica de Tambiá e da própria fábrica Tito Silva. Essas iniciativas evidenciam o potencial transformador de projetos que unem preservação e educação.

Figura 01: alunos da Oficina-Escola restaurando o Casarão dos Azulejos.



Fonte: acervo Germana Bronzeado (Acesso em 01 de junho de 2024).

O edifício selecionado para este estudo é a Antiga sede da Alfândega, localizada na Rua Visconde de Inhaúma, na comunidade Porto do Capim. Atualmente a edificação encontra-se em estado avançado de arruinamento, sendo em exemplo emblemático do abandono de bens históricos. (Figura 02)

Figura 02: edificação escolhida para intervenção.

Fonte: acervo da autora, 2023.

A preferência por tal edifício se deu principalmente pelo estado de deterioração que demanda ações imediatas de restauração, sua localização na cidade baixa, uma área de relevância cultural no centro histórico de João Pessoa, como também o potencial para uma requalificação de um espaço integrado a comunidade, promovendo a vivencia e o aprendizado em torno do patrimônio cultural.

Portanto, Diante do exposto, temos como objetivo geral desenvolver um anteprojeto de restauração no edifício da Antiga sede da Alfândega da cidade de João Pessoa, PB visando a

implementação de uma escola de educação patrimonial. E, como objetivos específicos, compreender como se dá a educação patrimonial no Brasil; analisar a vivência e apropriação das pessoas na área de intervenção; e estudar as práticas e critérios para restauração abordadas pelo IPHAN.

2. METODOLOGIA

Visando a requalificação da Antiga sede da Alfândega de João Pessoa para a implementação de um anteprojeto de uma Escola de Restauro e o cumprimento dos objetivos estabelecidos no tópico anterior, para isso foi definida uma divisão em 4 partes de estratégias que guiaram a construção deste trabalho: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, análise de projetos correlatos, pesquisa in loco e análises pré projetuais.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada para a criação do referencial teórico, através de trabalhos acadêmicos, teses, artigos e sites. Também para a construção do embasamento teórico do presente trabalho, foi realizada a revisão e o estudo de documentos, decretos e leis.

Ainda buscando referências para o escopo do anteprojeto, foram realizadas pesquisas em sites de arquitetura para um projeto correlato que compactuam das mesmas diretrizes ou pudessem trazer inspiração para lidar com uma ruína.

Já na etapa pré-projetual, o primeiro passo dado é a pesquisa *in loco,* onde o objetivo é coletar o máximo de informações concretas do estado atual do edifício de intervenção.

Para o anteprojeto, foram realizadas propostas de intervenção na ruína e o programa de necessidade de uma escola de restauro, junto da execução dos desenhos técnicos.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Antes de chegarmos ao ponto do anteprojeto de uma escola de restauro, precisamos entender os princípios do patrimônio cultural e suas definições, assim como entender quais as práticas de restauro existem para decidir a melhor forma de aplicação no edifício escolhido.

3.1.O que é patrimônio?

Substantivo masculino, “bens materiais de família; herança” (Patrimônio, 2024), seria a definição que obteríamos ao pesquisar diretamente em um dicionário, mas para chegar na definição que de fato buscamos para o propósito deste trabalho, precisamos fazer uma busca mais profunda.

A noção de patrimônio veio da etimologia da palavra *patrimonium* que faz referência a “propriedade herdada do pai ou dos antepassados” como também a palavra *moneo* que significa “levar a pensar”, logo se subentende que as noções de patrimônio cultural estão ligadas à memória e lembrança. (Funari, 2001, p.23-32)

Do renascimento até o final do século XVIII, o passado, as origens e os ancestrais eram muito valorizados pela sociedade, mas no final do século XVII para a metade do século XVIII o que ocorreu foi uma reviravolta no pensamento, ocasionada pela ciência da literatura e arte que gerou uma oposição entre o novo e o antigo.

Com a Revolução Francesa e o cenário de destruição, o entendimento de patrimônio deixou de ser individualista e começou a ter um olhar voltado aos edifícios públicos e como restaurar e preservar a identidade deles. Outro passo importante para o caminhar do entendimento de

patrimônio foi o período Pós Primeira Guerra Mundial, onde em Atenas no ano de 1931 ocorreu a I Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, que teve como tema a longevidade dos monumentos históricos obtendo como resultado a Carta de Atenas, apresentava não só ideias patrimoniais, mas também urbanísticas.

Já após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, o ICOMOS, nele se reuniram diversos especialistas interdisciplinares para conversar e discutir sobre o futuro da atuação no campo do patrimônio, tendo a Carta de Veneza como meio para apresentar a ampliação do conceito e da diversidade do que se entendia como patrimônio. Foram estabelecidos alguns conceitos por meio dela:

> Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Entende-se não só as grandes criações, mas também as obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.
> Artigo 2° - A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental.
> Artigo 3° - A conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico.

Com a Carta de Veneza se tem a demonstração de universalidade, se entende que é algo para todos, diferentemente da Carta de Atenas, que se voltava apenas ao patrimônio imediato, a Carta de Veneza tem o olhar voltado também para o entorno imediato dos bens.

O Brasil era um país considerado "jovem" ainda para ter patrimônio, mas em 1933 teve a primeira lei aprovada sobre a cidade de Ouro Preto em Minas Gerais, como monumento nacional. Logo depois, em 1937 foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN, que foi o primeiro órgão federal voltado para a proteção do patrimônio, que hoje é o IPHAN. Com o decreto da Lei nº. 378 de 13 de janeiro de 1937, o SPHAN foi integrado ao Ministério da educação e Saúde com o seguinte propósito:

> fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional"

A maior revolução para o cenário do patrimônio cultural no Brasil ocorreu quando na elaboração da Constituição do Brasil foi destacada a importância do patrimônio no país no artigo 216:

> Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-

> culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Parágrafo 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação. Parágrafo 4º -Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

Com esse novo olhar, o patrimônio cultural ganha muito mais força e assim, e as teorias de restauro tem um órgão para fiscalizar as execuções e difundir a história do país por gerações.

3.2. Educação Patrimonial

Como já dizia Aloísio Magalhães "Só se preserva o que se ama, só se ama o que se conhece", assim também é com o patrimônio cultural, seja material ou imaterial, é preciso ter conhecimento daquilo para se ter apreço e salvaguardar a memória daquele bem. O patrimônio faz parte da memória e a memória faz parte do pertencimento.

Para conceituar educação patrimonial, o IPHAN estabelece diretrizes com a necessidade de estabelecer os normativos para tal educação encontradas na Portaria Iphan nº137, abril de 2016, que diz:

> Art. 1º. Instituir um conjunto de marcos referenciais para a Educação Patrimonial – EP enquanto prática transversal aos processos de preservação e valorização do patrimônio cultural no âmbito do Iphan.
> Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação. Parágrafo único. Os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades.

Ou seja, entende-se que a educação patrimonial se dá por meio de processos educativos formais e informais que o foco seja o patrimônio cultural, com participação ativa da sociedade para que, conhecendo e tendo entendimento da importância do patrimônio, exista a valorização e preservação dos bens da comunidade. Dando sequência ao que diz a Portaria do Iphan (2016):

> Art. 3º São diretrizes da Educação Patrimonial: I – Incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais; II – Integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas; III – valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais; IV – Favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural; V – Considerar que as práticas educativas e as

> políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais;[...]

Para que a participação das comunidades de fato aconteça, é preciso que faça sentido para aquelas pessoas, e acontece, tornando o patrimônio mais presente na vida delas, integrando a sua realidade, a outros âmbitos da vida daquela pessoa. A educação que se fala aqui não é aquela que é apenas um depositário de conhecimentos, chamada por Paulo Freire de "educação bancária", mas sim um educação onde "funda-se justamente na relação dialógico-dialética entre educador e educando: ambos aprendem juntos" (Freire, 1970, p.69). Mas sim uma educação palpável e participativa, onde ocorre uma troca de quem passa a informação e para quem recebe. Esse conceito de educação permeia a ideia de outros escritores, como se pode ver na charge com uma frase de Mário de Andrade (Figura 03).

Figura 03: 1/ 5 da série "Fundação pró-memória em extinção" de Antonio Luiz Dias de Andrade.

Fonte: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4528 . (acesso em:01 de junho de 2024)

Viver a cidade, as ruas, os bairros, os centros, as periferias e comunidades, é uma forma de tomar consciência do patrimônio, e não só o que é edificado, mas tudo o que faz parte da história daquele povo, segundo o ex-ministro da cultura -entre 2003 e 2008, "Patrimônio também é o suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital, e todas as formas de espiritualidade de nossa gente[...]" (IPHAN, 2014, p.14).

Desse modo a educação patrimonial tem um importante papel na valorização do patrimônio, muito mais do que a divulgação e um ato de tombar um edifício importante, é sobre infundir aquilo na realidade e nas relações afetivas de uma comunidade, entendendo que as cidades são vivas e que cada rua carrega uma vida e uma estória. Um meio de valorizar a diferença cultural, para que cada indivíduo, independente de onde venha, possa entender, respeitar e salvaguardar a memória daquele bem.

3.3. Como o turismo e a educação patrimonial caminham juntos?

No ano de 1976 o IPHAN lançou a Carta de Turismo Cultural que tinha como objetivo promover por meio do turismo, o conhecimento sobre a cultura daquele lugar, sendo também uma forma de preservar a integridade dos sítios histórico-artísticos, dando uso e justificando a manutenção e proteção dos edifícios históricos (IPHAN, 1976).

A fim de conciliar o turismo com preservação dos edifícios e sítios históricos, nas décadas de 80/90 houve um movimento de "revitalizar" os edifícios, com intervenções urbanísticas para

chamar atenção para o canto da cidade que estava sendo jogado de lado, uma forma de retomar a apropriação daqueles lugares carregados de história e significado.

Segundo a Carta lançada pelo IPHAN em 1976 a movimentação turística a favor dos bens culturais se daria por uma união entre representantes do setor de turismo e pelo órgão de proteção ao patrimônio, no caso da cidade estudada no presente trabalho, o IPHAEP. Sendo assim uma essa movimentação turista usada para favorecer a cultura e história através dos bens protegidos, mas para além da promoção desses bens, apropriada proteção e conservação deles.

O uso do turismo cultural, utilizado de forma consciente traz o fortalecimento da cultura de determinado local, para Irving o destaque ao patrimônio, dado pela caracterização de "sua importância na caracterização de perfis e realidades diferenciadas" ou pelo retorno econômico que o turismo pode gerar a uma cidade é um instrumento de cidadania quando seu uso serve a "recuperação da autoestima de populações e/ou à revitalização de áreas deprimidas." (Irving, 2002, p. 136).

Importante frisar que a vivência cultural vai muito além da visitação em museus, centros culturais e edifícios históricos, a ativação do turismo cultural vai para além do físico, vai principalmente ao jeito de expressão cultural, por meio de danças, comidas e entre outras demonstrações como já dito no presente trabalho, a Constituição Federal no artigo 216 deixa claro que o Patrimônio Cultural brasileiro é composto por "bens de natureza material e imaterial" (BRASIL, 1988).

4.0. REFERENCIAL PROJETUAL

Este capítulo tem como finalidade apresentar um projeto como referência levando em consideração não apenas a inspiração projetual dos elementos, mas principalmente as propostas que estão diretamente ligadas ao restauro e intervenção em bens históricos.

4.1. Casarão da Inovação - Cassina

O Casarão da Inovação (Figura 05) - Cassina, em Manaus, é um exemplo emblemático de restauração e intervenção em patrimônio histórico. Construído em 1890 e em ruínas desde 1960, o projeto liderado pelo arquiteto Laurent Troost transformou o edifício em um coworking moderno, preservando as marcas do tempo e incorporando vegetação como elemento central.

Figura 04: imagem: Laurent Troost, 2014.

Fonte: https://mdc.arq.br/2023/06/29/casarao-da-inovacao-cassina/ (acesso em:01 de junho de 2024)

4.2.1. Existe beleza na ruína

O Cassina era uma ruína urbana que despertou curiosidade e reflexão de como o tempo e o homem podem afetar os edifícios e a imagem da cidade, nesse caso especial, como já foi citado no texto, a fachada do prédio em questão havia sido tomado pela ação do tempo e vegetação. “A beleza da imperfeição da ruína suscita interesse, questiona e convida à reflexão

sobre o passado e a ação do tempo e do homem na cidade e nos edifícios patrimoniais em geral.” (MDC, 2011) as ruínas das cidades contam história e é importante enxergá-las por trás do abandono.

4.2.2. (Re)surge o Cassina

A abordagem combina restauração histórica com inovação, refletindo a beleza das ruínas e criando um espaço integrado à história e à cultura local. Laurent Troost destacou a importância de preservar os elementos que marcaram a paisagem urbana por décadas, reconhecendo o valor histórico e emocional da vegetação que tomou o edifício ao longo dos anos.

4.2.4. Principais características

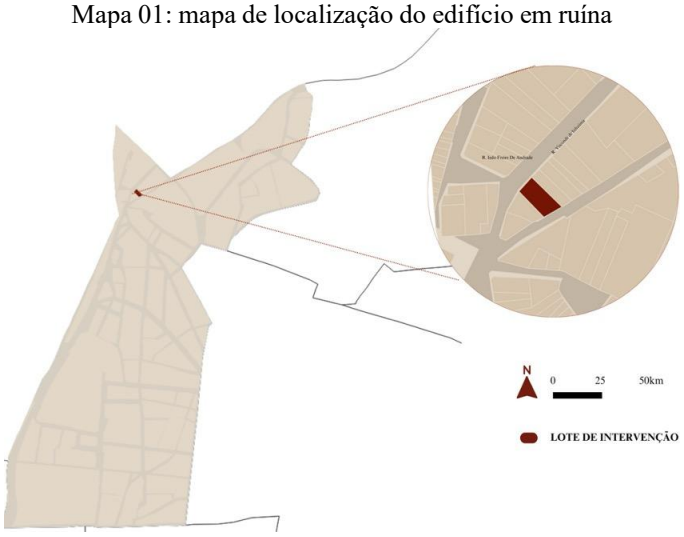
As principais características no projeto do Cassina que serão levados em consideração também no projeto resultante deste trabalho, foram o respeito pela ruína, mantendo a fachada original com um meticuloso trabalho de preservar o desgaste causado pelo tempo e a sustentabilidade, utilizando estratégias de ventilação cruzada (MDC, 2011).

5.0. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

A cidade mais oriental das Américas teve seu ponto de partida às margens do rio Sanhauá, na comunidade Porto do capim, no bairro Varadouro. Considerada a terceira cidade mais antiga do Brasil, atrás de Salvador e Rio de Janeiro. A cidade que nascera no ano de 1585, foi constituída a partir do seu primeiro porto e região comercial com concentração de atividade pesqueira e agricultura. Com a transição do porto comercial para a cidade de Cabedelo, em 1935, algumas instalações foram abandonadas.

Com o passar do tempo, a comunidade se tornou foco em projetos de turismo e comércio em relação à vida ribeirinha.

Mapa 01: mapa de localização do edifício em ruína



Fonte: acervo da autora com base em Arquivo Cartográfico

A ruína que será utilizada neste trabalho fica localizada no bairro do Varadouro, o mais antigo da cidade, segundo o Censo de 2010 (IBGE) o bairro conta com uma população de

4.384 habitantes, é composto por algumas comunidades, Vila Nassau, Porto do Capim, Sanhauá, entre outras. Neste trabalho se dará um foco maior a comunidade Porto do Capim pela proximidade com a ruína a ser intervida

A comunidade Porto do Capim é conhecida por sua trajetória de resistência, uma comunidade unida que luta por seu lugar. Tem organizações conhecidas, como a Comissão Porto do capim, criada em 2010, Associação de Mulheres do Porto do Capim de 2014 e as Garças do Sanhauá, desenvolvida em 2015, todos em suas maneiras particulares fornece e desenvolve a preservação cultural, proporcionando o turismo cultural em sua essencialidade com a experiência de vivenciar o porto do capim.

O edifício que se encontra em estado avançado de arruinamento tem aproximadamente 418.42m², tem características do estilo arquitectónico neoclásico. Com o estado de degradação bem avançado, o edifício consta hoje em dia apenas com sua fachada principal de pé e algumas partes das paredes laterais (Figuras 5 e 6).

Figura 05: edifício em estado de arruinamento avançado.

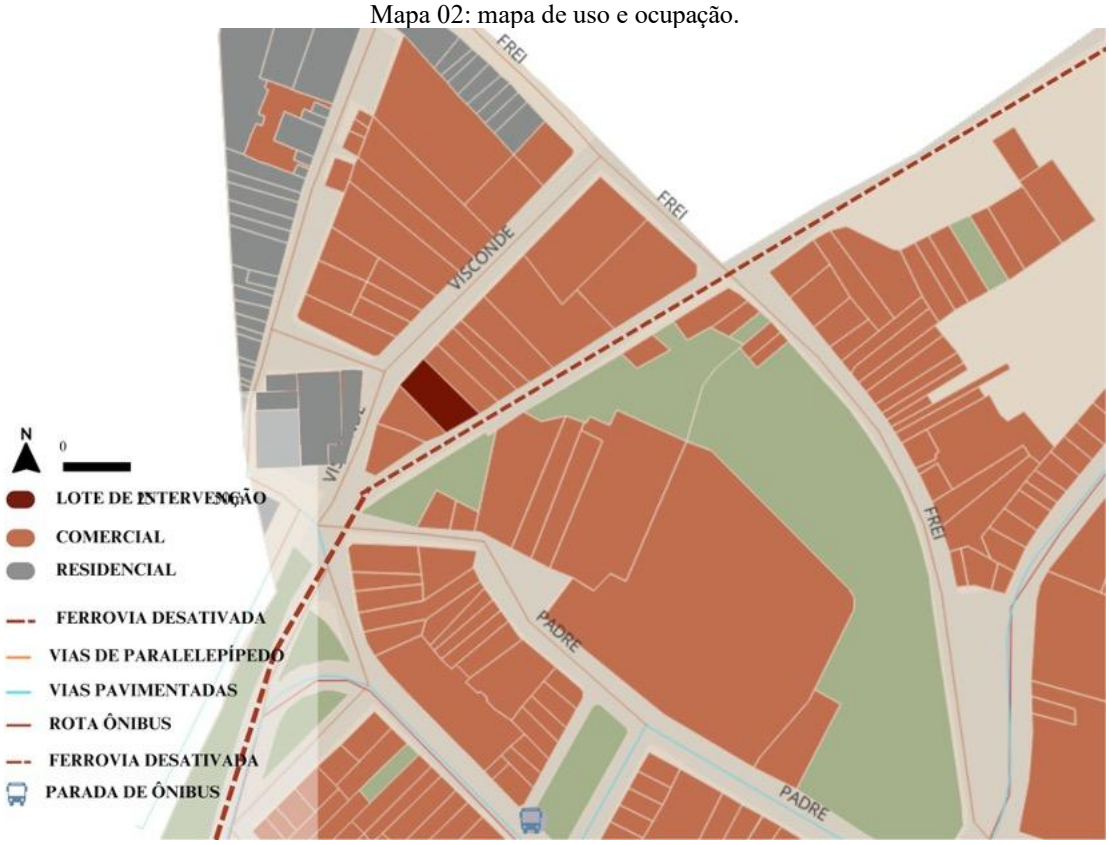
Fonte: google maps, 2024

5.1. Características do entorno

O bairro do Varadouro, localizado na “cidade baixa” de João Pessoa, é predominantemente comercial. Na análise deste mapa podemos observar a presença de lotes ocupados por edificações residenciais e comerciais de todos os tipos como: Igreja, escola, ambulantes e comércio local. No entorno imediato da ruína temos a concentração de edifícios comerciais, sobretudo madeiras.

Este mapa mostra também, o conjunto de elementos fundamentais que servem como base para o pleno funcionamento do bairro. É formado pela análise das vias e dos tipos de transportes que estão à disposição da população ao entorno do edifício. Em uma breve análise, levanta a discussão sobre as oportunidades dadas à população por meio do implemento de políticas públicas, como também a falta de infraestrutura em alguns aspectos, como transporte público tem uma grande ausência, além do , lazer e acessibilidade. Ao analisar, é perceptível a falta de fácil acesso por meio de transporte público a área escolhida para intervenção, fazendo com que os moradores tenham que gastar mais tempo para se deslocar.

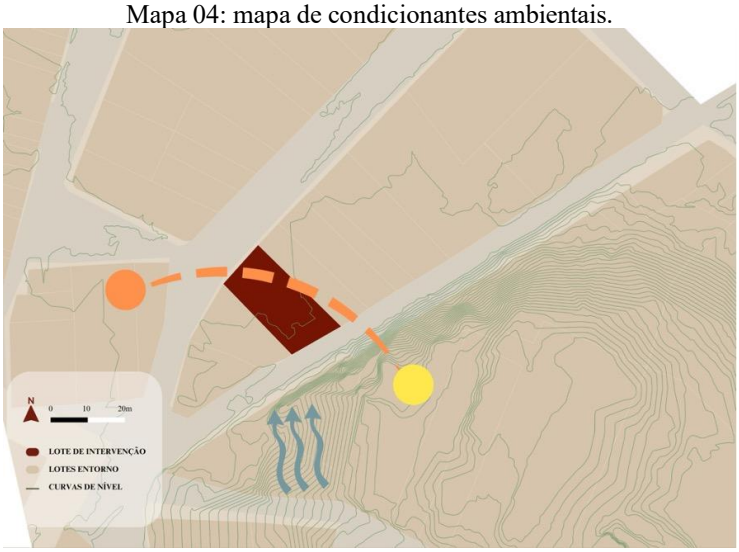
Mapa 02: mapa de uso e ocupação.



Fonte: acervo da autora com base em Arquivo Cartográfico.

5.2. Condicionantes ambientais

Mapa 04: mapa de condicionantes ambientais.



Fonte: acervo da autora com base em Arquivo Cartográfico.

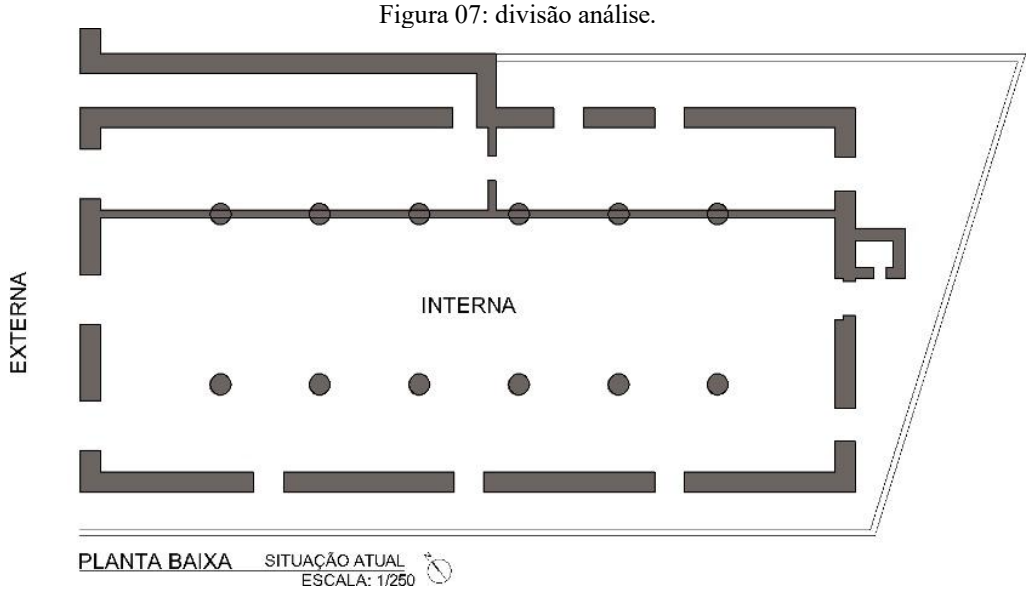
Ao analisar o mapa de condicionantes ambientais, podemos perceber que a fachada é a que recebe melhores condições de conforto térmico, por estar voltada para o lado de maior predominância de ventilação e por não ser atingida diretamente pelos raios solares.

No que se diz respeito à topografia do terreno, não existem grandes variações de níveis dentro do lote estudado, apenas um pequeno desnível no fundo do lote.

5.3. Caracterização do edifício

Para facilitar o entendimento desta análise, a edificação será dividida em dois setores, interno e externo (Figura 07) Interna, sendo analisado o que resistiu ao tempo e externamente os danos causados nas fachadas. Neste tópico iremos analisar a parte externa do edifício e parte interna será avaliada no memorial descritivo.

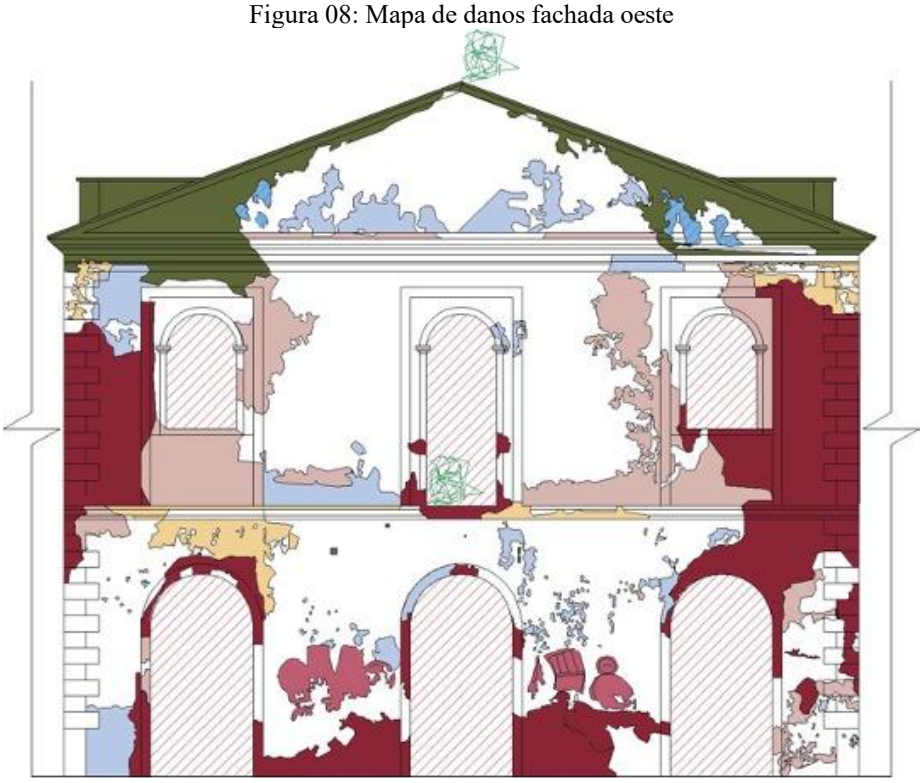
Figura 07: divisão análise.



Fonte: Autoral, 2024

A parte externa do edifício encontra-se com grandes prejuízos, como é possível observar no mapa de danos (Ver anexo 1, p. 1 da fachada frontal, executado por meio de levantamento *in loco*, por estar em condições precárias, o acesso as outras fachadas podem se tornar perigoso, por este motivo a fachada em estudo aprofundado, será a fachada oeste (Figura 08).

Figura 08: Mapa de danos fachada oeste



Fonte: Autoral, 2024.

Tabela 02: Legenda de danos.

LEGENDA		
SÍMBOLO	DANO	SOLUÇÃO
	DESGASTE DA CAMADA PISTÓRICA 01 / EXIBIÇÃO DA CAMADA PISTÓRICA 02	REALIZAR LIMPEZA, LIXAMENTO E PINTURA
	DESGASTE DA CAMADA PISTÓRICA 02 / EXIBIÇÃO DA CAMADA PISTÓRICA 03	REALIZAR LIMPEZA, LIXAMENTO E PINTURA
	DESPLACAMENTO DA CAMADA DE REBOCO EXPONDO A ALVENARIA EM TIJOLO MACIÇO ORIGINAL	REALIZAR APLICAÇÃO CORRETA DO REBOCO COM ADITIVOS IMPERMEABILIZANTES ADEQUADOS
	GRAFITISMO	REALIZAR LIMPEZA E PINTURA
	PATINA	REALIZAR LIMPEZA E PINTURA E MANUTENÇÃO RECORRENTE
	INFILTRAÇÃO	REALIZAR APLICAÇÃO DE CALCÁRIO EM MAIOR PROFUNDIDADE DO SOLO PARA CORREÇÃO DA ACIDEZ
	MOFO OU BOLOR	REALIZAR LIMPEZA, APLICAÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE E PINTURA
	LACUNA ESQUADRIAS - MADEIRAMENTO	INTALAÇÃO DE UMA NOVA ESQUADRIA
	INTERVENÇÃO CONTEPORANÊA PARA INSTALAÇÃO DE AFIAÇÃO	FAZER A RETIRADA E CORREÇÃO COM ARGAMASSA E PINTURA
	VEGETAÇÃO	FAZER A RETIRADA

Fonte: Autoral, 2024.

Diversos tipos de danos são encontrados na fachada da edificação, como: grafismo (Figura 09), desplacamento de reboco (Figura 10), mofo/ bolor (Figura 11), vegetação (Figura 12) entre outras, como é possível ver na tabela acima.

Figuras 09 e 10: grafismo espaçamento reboco10: desplacamento reboco

Fonte: Autoral, 2024.

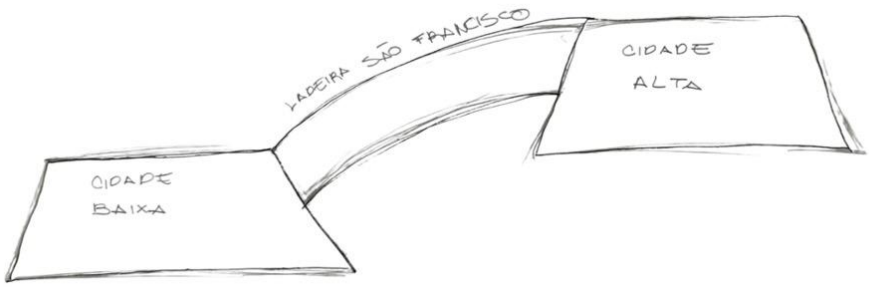
Figuras 11e 12: mofo/ bolor e vegetação.

Fonte: Autoral, 2024.

5.4. Conceito e Partido

"Cidade alta e cidade baixa", divisão de muitas cidades colonizadas por Portugal, inspirou o conceito deste anteprojeto. A parte baixa da cidade localizada às margens do Rio Sanhauá, no Varadouro, onde está inserido o prédio de intervenção, era predominantemente ocupada por habitações de classe baixa e comércio. Já na parte alta da cidade, se concentram os edifícios religiosos, administrativos, locais de fomentação cultural e entre outros. E entre essas divisões de cidade, havia ligações, sendo as principais a Ladeira São Francisco, a Rua da Areia e a Ladeira da Borborema. (Figura 13).

Figura 13: croqui do conceito "cidade alta e cidade baixa"



Fonte: autoral, 2024.

A partir disso a escola de restauro será dividida em dois pavimentos, o térreo, representando a "cidade baixa" que contará com toda a parte de serviço e administrativo, atrelado também com um pátio interno e uma escada que representará as três principais ligações entre as "cidades". Já no pavimento superior "cidade alta" será constituído pelo setor educacional e artístico, também pelas exposições evidenciando o fomento cultural dessa parte da cidade.

6. MEMORIAL DESCRITIVO

6.1 Programa de necessidades

O presente programa de necessidade foi elaborado segundo os estudos citados neste trabalho sobre educação patrimonial e nas pesquisas entre outras escolas de restauro, como o próprio

projeto da Oficina Escola, acontecido em 1995 na cidade de João Pessoa e também a Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu em Fortaleza.

Tabela 02: Programa de Necessidades e Pré-dimensionamento

SETOR	AMBIENTE	DEFINIÇÃO	ÁREA
SERVIÇO	almoxerifado	Local para armazenamento de matérias administrativos	13m²
	copa	Espaço para refeições dos funcionários.	14m²
	depósitos	Armazenamento de materiais utilizados para as aulas e exposições	20,29m²
	BWC Sserviço	Banheiro para uso funcionários	6,05m²
	WCS (térreo + 1° pavimento)	Banheiro para uso em áreas comuns.	48,74m²
ADMINISTRATIVO	recepção	Espaço para recepcionar e direcionar as pessoas.	73,61m²
	sala de reuniões	Espaço para realização de reuniões administrativas.	25,14m²
	sala dos professores	Espaço para descanso dos professores	33,24m²
	ADM	Sala destinada ao uso do responsável administrativo.	17,68m²
EDUCACIONAL	Sala Teórica	Sala destinada a aulas teóricas de restauro	25,14m²
	sala de Oficina	Sala destinada a oficinas	32,94m²
	Laboratório	Sala destinada ao estudo aprofundado de alguma peças	42,43m²
	Biblioteca	Sala para leitura e acervo de livros	54,36m²
GERAL	Espaço Multiuso	Local destinado a debates abertos, aulas e exposições	37,92m²
	Convivência	Local de descontração aos usuários	23,85m²
	Pátio Central	Local de descontração aos usuários	46,61m²
	Jardim	Local de descontração aos funcionários	61,11m²
	circulação		116,74m²

Fonte: Autoral, 2024.

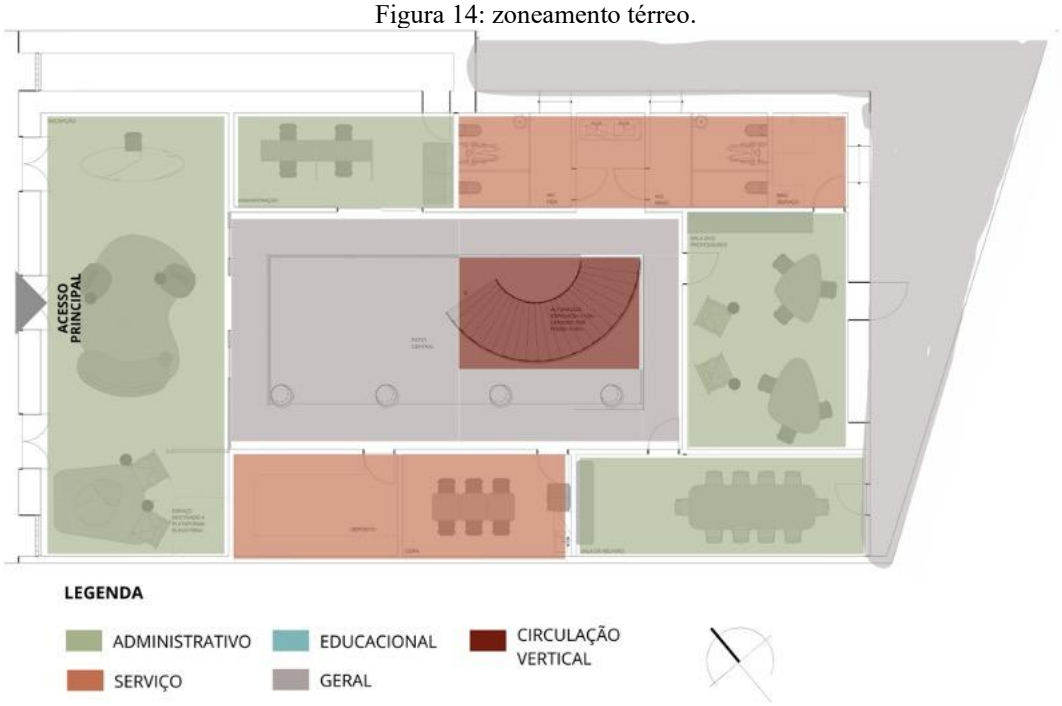
6.2. Zoneamento e Setorização

O ponto de partida para o zoneamento se deu a partir do conceito do projeto de “cidade alta e cidade baixa”, deixando separados os setores de serviço educação, em pavimentos que representassem também a divisão de classes da época colonial.

No pavimento do térreo se encontram todos os setores de serviço e administração, fazendo analogia a “cidade baixa”, prestadora de serviço. Contando também com um pátio central que dá acesso a escadas de ligação ao primeiro pavimento (Figura 14).

Já no primeiro pavimento, situam-se todos os setores ligados à educação e exposição de arte e conhecimento, fazendo analogia à “cidade alta” fomentadora da cultura e do conhecimento (Figura 15).

Figura 14: zoneamento térreo.



Fonte: Autoral, 2024.

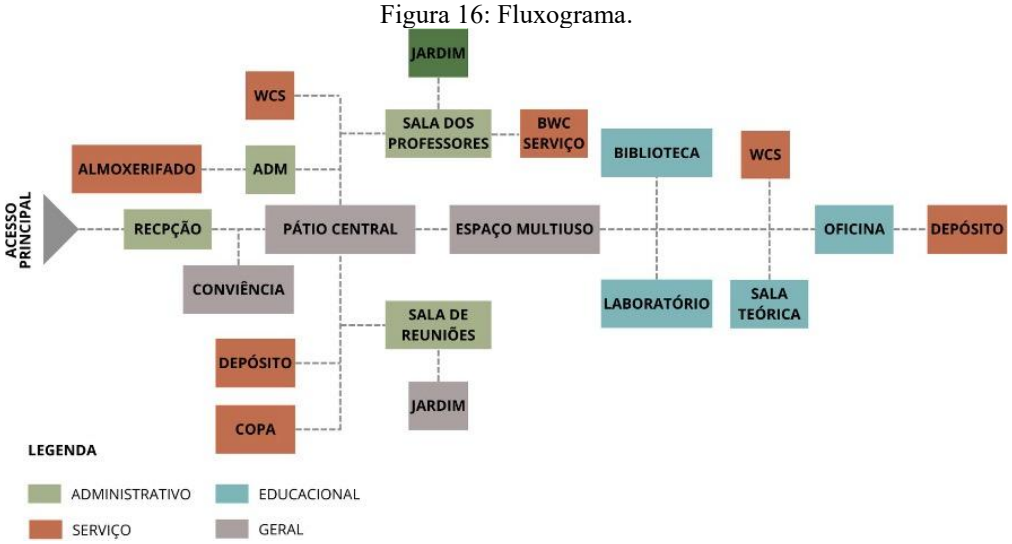
Figura 15: zoneamento 1° pavimento.

Fonte: Autoral, 2024.

6.3 Fluxograma

Para um melhor entendimento da divisão e funcionamento dos setores da edificação, juntamente com as circulações e conexões dos ambientes, foi realizada a elaboração de um fluxograma (Figura 16).

Figura 16: Fluxograma.



Fonte: Autoral, 2024.

6.4 Alternativas para a Acessibilidade

A alternativa adotada no presente trabalho foi a sugestão do uso de plataforma elevatória, para que pessoas com mobilidade reduzida possam acessar o primeiro pavimento do edifício, sem maiores dificuldades, como também com banheiros dentro da norma para que o uso seja confortável e acessível para todos.

6.5. Alternativas para Conforto Ambiental e Sustentabilidade

A estratégia adotada no partido arquitetônico para conforto ambiental, foi a criação de um pátio interno e um jardim nos fundos da edificação, que para além da estética do edifício, serve para que a ventilação seja abundante dentro da edificação, tornando o uso mais agradável e sem apelar para agentes motores.

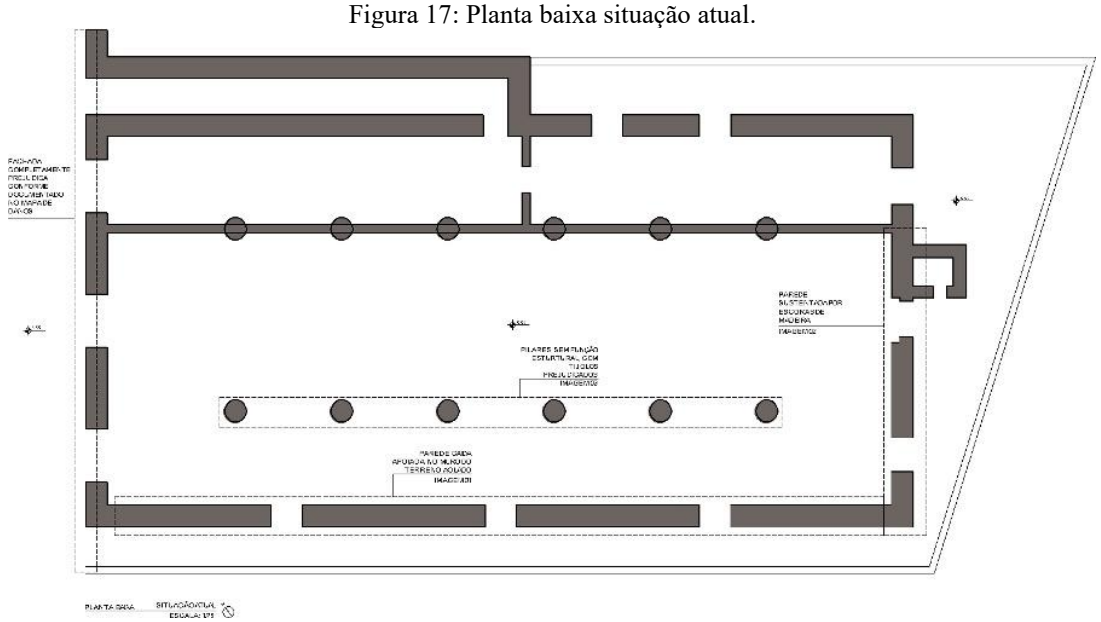
Já no que diz respeito à Sustentabilidade, o fato de estar "re-utilizando" um edifício, já ajuda na relação de gerar resíduos de obra, no caso deste projeto, ainda existe geração de resíduos, porém muito menor do que uma obra do zero, o uso também de materiais regionais, como as madeiras da própria região em que está inserido.

7. MEMORIAL DESCRITIVO

7.1. Situação Atual

Por meio do levantamento arquitetônico (Figura 17) é possível evidenciar que a edificação se encontra em estado crítico de arruinamento, tanto em sua fachada principal, quanto internamente, já não possui esquadrias, nem laje dividindo o térreo do primeiro pavimento, apenas algumas paredes resistiram ao passar do tempo e falta de cuidado. Há parede caída por cima do muro do terreno ao lado (Figura 18- 01), os pilares já não cumprem mais função estrutural e estão fragilizados, sem camadas de reboco, a sua maioria apenas com o tijolo maciço original aparente (Figura 19-02) e sua fachada dos fundos se mantém de pé com ajuda de escoras de madeira (Figura 20-03).

Figura 17: Planta baixa situação atual.



Fonte: Autoral, 2024

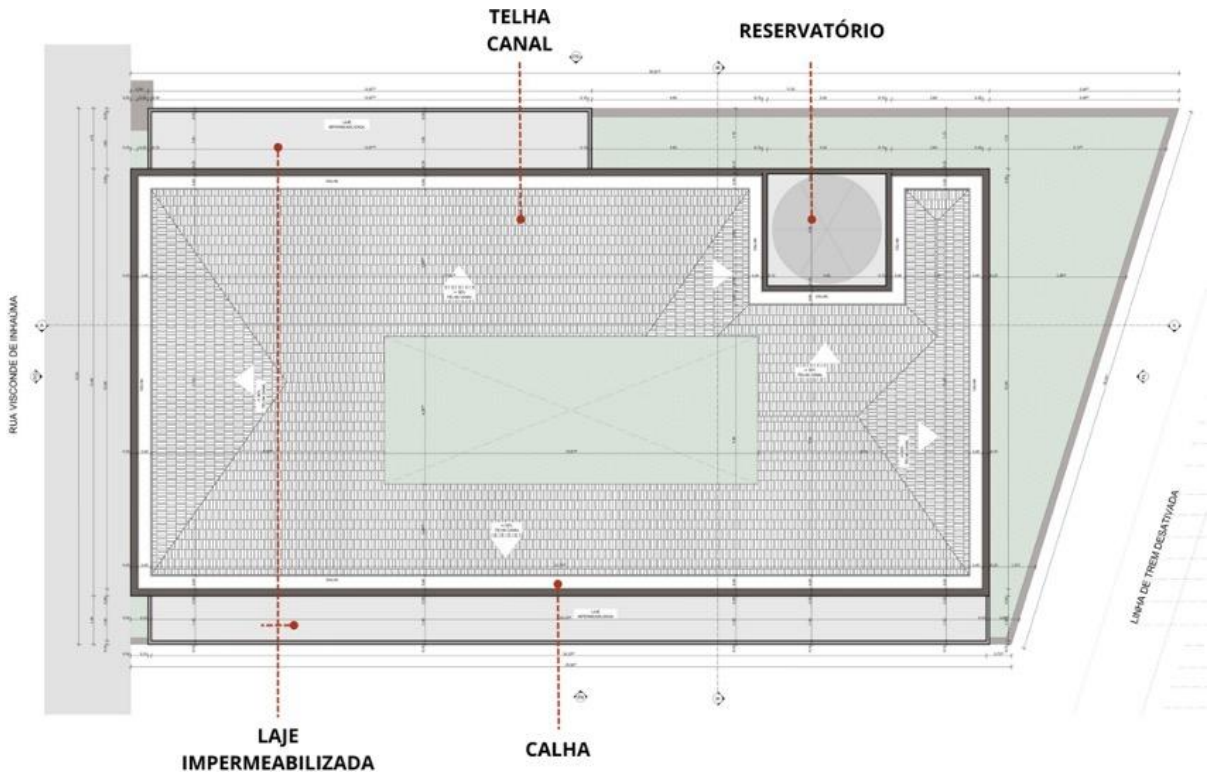
Figuras 18, 19 e 20: parede tombada no terreno ao lado, pilares sem função estrutural e parede tombada no terreno ao lado.

Fonte: Autoral, 2024.

7.2. Planta de Locação e Coberta

Por ser um edifício histórico, e seguir as diretrizes projetuais impostas pelo IPHAEP, a recolocação da coberta em telha canal, onde originalmente era construído o edifício da antiga alfândega, já nas laterais onde foi feita a ampliação, aproveitando os recuos, foi feita a proposta para instalação de laje impermeabilizada pintada na cor da telha, para que visualmente, não ocorra distinção entre os outros prédios históricos (Figura 21).

Figura 21: Planta de Coberta.



Fonte: Autoral, 2024.

7.3. Planta Baixa Térreo

Como citado no conceito do projeto, o térreo do edifício se destaca pelo aproveitamento das paredes “saudáveis” da ruína e pelo seu pátio central com uma escada monumental para o andar de cima. Nesta base da escola, se encontram predominantemente o setor administrativo da escola de restauro, constituído por sala dos professores, reuniões, administração e setores de serviço, como copa e depósitos (Figura 22).

A ambientação foi pensada para gerar conforto a quem usufrui da escola, com mobiliários convidativos, uso de vegetação e também com frases que geram pensamentos sobre educação patrimonial.

Figura 22: Planta baixa Térreo.

Fonte: Autoral, 2024.

7.4. Planta Baixa 1° Pavimento

No primeiro Pavimento (Figura 23), que tem como proposta ser construído do zero, já que originalmente não resistiu ao tempo e ao descaso, funcionará a parte das aulas, com uma sala voltada às aulas teórica, outra a aulas práticas de oficina, um laboratório para pesquisas mais aprofundadas, uma biblioteca e um espaço multiuso podendo ser utilizado para aulas e para exposições. (Ver anexo 1, p.2). (Ver anexo 2).

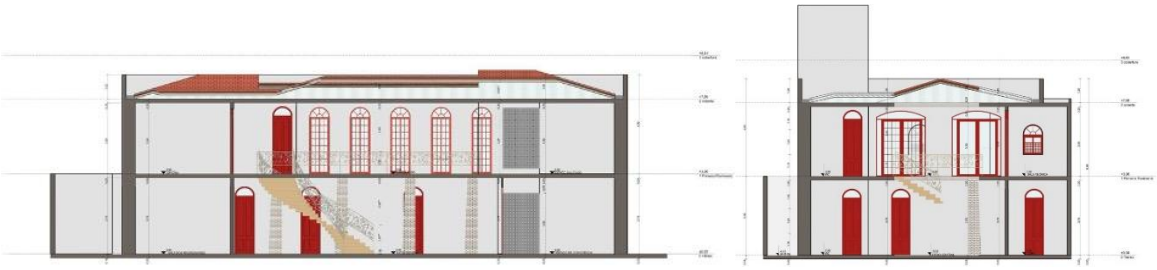
Figura 23: Planta baixa Térreo.

Fonte: Autoral, 2024.

7.5. Cortes

Nos cortes é possível observar a relação de alturas entre os pavimentos e funcionamento da coberta (Figuras 24 e 25).

Figuras 24 e 25: Corte AA e Corte BB.

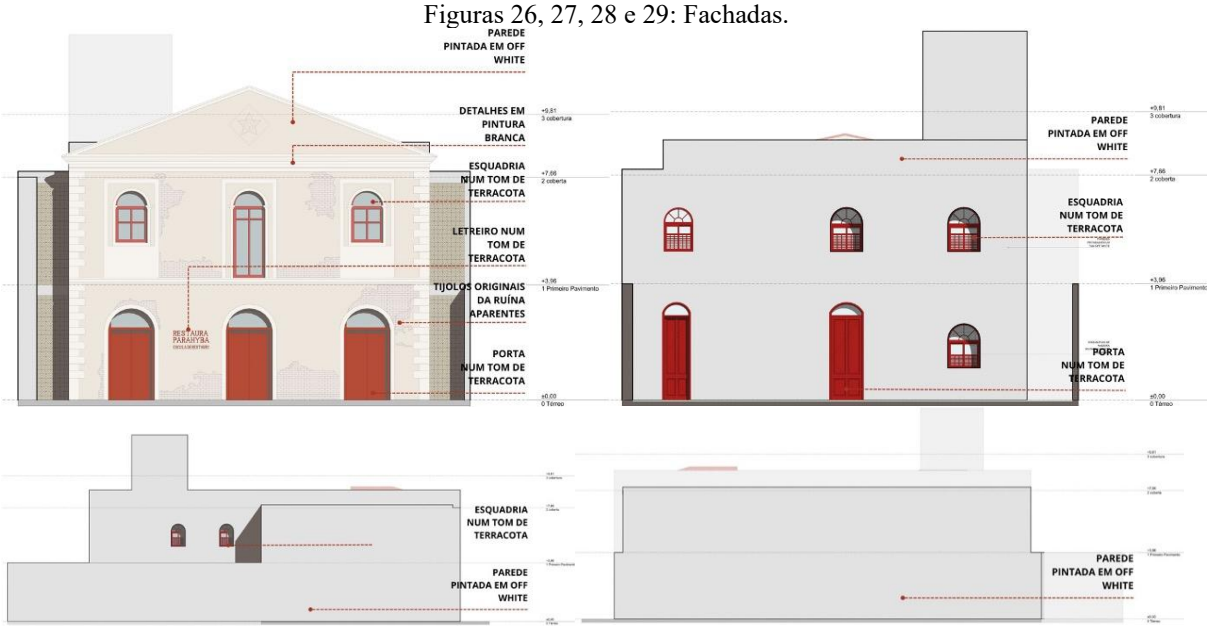


Fonte: Autoral, 2024.

7.5. Fachadas

Por meio dos desenhos das fachadas é possível observar as medidas de restauro que foram tomadas. (Figuras 26 a 29).

Figuras 26, 27, 28 e 29: Fachadas.



Fonte: Autoral, 2024.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal a elaboração de uma proposta para uma escola de restauro, desenvolvida em nível de anteprojeto. A partir do embasamento teórico, identificou-se a importância da educação patrimonial como ferramenta essencial na formação cultural e social de um povo. Compreende-se que a inserção do patrimônio cultural na vivência cotidiana das pessoas é fundamental para que a população se aproprie de sua história, estabeleça vínculos afetivos com os bens culturais e, consequentemente, contribua para sua preservação. Assim, a escola de restauro não se limita a ensinar técnicas e princípios da restauração, mas busca também sensibilizar e educar sobre o valor histórico, cultural e simbólico de cada patrimônio.

O projeto enfrenta o desafio específico de intervir em uma edificação histórica em avançado estado de ruína, exigindo um processo criterioso para identificar os elementos ainda aproveitáveis da estrutura original. Esse trabalho cuidadoso permitiu traçar diretrizes projetuais que respeitam as características essenciais do edifício, buscando equilibrar a preservação do legado arquitetônico com a funcionalidade necessária para atender às novas demandas do uso proposto. Nesse contexto, evitou-se tanto a criação de algo artificialmente novo quanto a

reprodução de um falso histórico, optando-se por um projeto complementar que dialoga com a pré-existência e valoriza sua autenticidade.

Além disso, o trabalho considerou aspectos teóricos e práticos relacionados à preservação do patrimônio, à educação patrimonial e ao impacto sociocultural que a implementação de uma escola de restauro pode trazer. A proposta visa não apenas a formação técnica e profissional de restauradores, mas também a conscientização da comunidade local e dos visitantes sobre a importância de cuidar do patrimônio histórico como um bem coletivo e representativo da identidade de uma cidade.

Os dados levantados durante o desenvolvimento da pesquisa apontaram para o grande potencial das edificações históricas, mesmo em estado de deterioração, como instrumentos de perpetuação da memória cultural. Ao reutilizá-las e adequá-las a novas funções, é possível mantê-las vivas no imaginário social e transmiti-las às futuras gerações. O anteprojeto resultante deste estudo apresenta uma solução que alia a conservação dos valores históricos do edifício com a criação de um espaço educacional que fortaleça a relação da sociedade com seu patrimônio, contribuindo para a preservação da memória coletiva e para o desenvolvimento cultural da cidade.

Com este projeto, espera-se contribuir para a revitalização do centro histórico de João Pessoa e para a conscientização sobre o papel do patrimônio cultural na formação da identidade local. O edifício da antiga Alfândega, hoje abandonado, poderá se tornar um exemplo de como a requalificação arquitetônica pode promover integração social, turismo e desenvolvimento cultural. A criação da escola de restauro é uma estratégia para aproximar a população de seu patrimônio, promovendo sua conservação para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação. Rio de Janeiro: IPHAN,1996

. InstitutodoPatrimônioHistórico eArtísticoNacional. EducaçãoPatrimonial:histórico,conceitos e processos. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em: http://portal.iphan. gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf. Acesso em 01. abril. 2024.

VARINE, Hugues de. As raízes do futuro – o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Ed. Medianiz, 2012

SILVA, Regina Celly Nogueira. A revitalização do centro histórico de João Pessoa: uma estratégia para a reprodução do capital, São Paulo, 2016

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio NOBEL, 1998.

PATRIMÔNIO. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/risco/>. Acesso em: 20/05/2024.

. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Diário Oficial da União, 29 abr. 2016, sec. 1, n.81, p. 06

MOLL, Jaqueline. Um paradigma contemporâneo para a Educação Integral. Pátio,Revista Pedagógica, n. 51, p.12-15, ago./out. 2009

ICOMOS. Carta de Turismo Cultural. 1976. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ Carta%20de%20Turismo%20Cultural%201976.pdf.

Oficina-Escola completa 22 anos recuperando prédios históricos na PB. **G1**, Jõao Pessoa, 05 de agosto de 2013. Disponivel em:

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/festa-das-neves/2013/noticia/2013/08/oficina-escola-completa-22-anos-recuperando-predios-historicos-na-pb.html >.Acesso em 01 de abril 2024

Patrimônio Histórico do Brasil: quais sã e onde estão? Saiba aqui!. **Passagens Promo,** sem data. Disponível em:<https://www.passagenspromo.com.br/blog/patrimonio-historico-do-brasil/#Qual_a_diferenca_entre_patrimonio_historico_cultural_Unesco_e_Iphan>,

Casarão da Inovação - Cassina. **MDC,** São Paulo,29 de junho de 2023. Disponível em:<https://mdc.arq.br/2023/06/29/casarao-da-inovacao-cassina/ >.

Casarão da Inovação - Cassina. **Arch dayli,** São Paulo,29 de junho de 2023. Disponível em:

https://www.archdaily.com.br/br/958210/casarao-da-inovacao-cassina-laurent-troost-architectures?ad_source=search&ad_medium=projects_tab

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. **Cidade e memória- A Oficina-escola de Revitalização do Patrimônio Cultural em João Pessoa.** Disponivel em:<https://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigoscc89.html?cod=77>. Acesso em 01 de junho de 2024

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. A noção de patrimônio e a origem das ideias e das práticas da preservação no Brasil. **Arquitextos,** 149.01. 13 de outubro de 2012. Disponível em:<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4528>.

CAPÍTULO 3: ARQUITETURA E CINEMA: CENÁRIO, CASA E PROJETO

UMA ANÁLISE E CRÍTICA SOBRE AS CASAS DO FILME "PARASITA"

Midiã Gomes Fernandes [1]
Andrei de Ferrer e Arruda Cavalcanti [2]

RESUMO

Este artigo investiga a relação entre arquitetura e cinema, utilizando como objeto de estudo o filme "Parasita" (2019), dirigido por Bong Joon-ho. O objetivo é analisar como a arquitetura das residências das famílias Kim e Park, no filme, transcende o papel de cenário, atuando como um elemento narrativo crucial que amplifica as disparidades socioeconômicas retratadas. A metodologia empregada combina análise fílmica e teoria arquitetônica, abordando aspectos como a disposição espacial, o design das casas e os efeitos de luz e sombra, além de contextualizar essas escolhas dentro da crítica social proposta pelo filme. Os resultados demonstram que a arquitetura no filme serve como uma metáfora visual das divisões de classe, influenciando o comportamento dos personagens e refletindo as tensões sociais da Coreia do Sul contemporânea. A principal contribuição deste estudo é destacar como a arquitetura, enquanto componente narrativo, enriquece a compreensão das relações sociais e dos conflitos de poder, oferecendo novas perspectivas sobre a interação entre espaço físico e narrativa cinematográfica.

Palavras-chaves: Cinema; Cenário; Análise; Arquitetura.

ABSTRACT

This article investigates the relationship between architecture and cinema, using the film "Parasite" (2019), directed by Bong Joon-ho, as its object of study. The objective is to analyze how the architecture of the residences of the Kim and Park families, in the film, transcends the role of setting, acting as a crucial narrative element that amplifies the socioeconomic disparities portrayed. The methodology used combines film analysis and architectural theory, addressing aspects such as spatial layout, house design and light and shadow effects, in addition to contextualizing these choices within the social criticism proposed by the film. The results demonstrate that architecture in the film serves as a visual metaphor for class divisions, influencing characters' behavior and reflecting social tensions in contemporary South Korea. The main contribution of this study is to highlight how architecture, as a narrative component, enriches the understanding of social relations and power conflicts, offering new perspectives on the interaction between physical space and cinematic narrative.

Keywords: Cinema; Scenario; Analysis; Architecture.

[1] Midiã Gomes Fernandes do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniesp.
E-mail: 20201070022@iesp.edu.br
[2] Andrei de Ferrer professor do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniesp.
E-mail: andrei@iesp.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Desde o surgimento do cinema como forma de arte e entretenimento, as casas têm desempenhado papéis multifacetados nas narrativas cinematográficas, refletindo não apenas as preferências estilísticas de uma época, mas também as complexidades sociais, econômicas e psicológicas dos personagens que nela habitam. A interseção entre arquitetura e cinema representa uma rica confluência de arte, técnica e narrativa, onde o espaço físico e o espaço imaginário se encontram para criar experiências sensoriais e emocionais únicas.

Desde os primórdios do cinema no final do século XIX até as produções contemporâneas, o uso do espaço arquitetônico tem sido crucial na construção de atmosferas, na expressão de temas e na amplificação da narrativa visual. Da mesma forma, a arquitetura tem se beneficiado das inovações tecnológicas e das técnicas narrativas desenvolvidas pelo cinema, influenciando a maneira como os espaços são projetados e percebidos. O cinema, ao explorar diferentes ângulos de câmera, iluminação, cores e composição de cena, oferece uma forma única de experimentar e interpretar o espaço arquitetônico, indo além da simples visualização estática. As técnicas de filmagem, como planos-sequência e enquadramentos que destacam a profundidade e as texturas dos espaços, podem servir de inspiração para arquitetos que desejam criar ambientes que proporcionem sensações imersivas e narrativas visuais. Além disso, as simulações digitais e a renderização de cenários 3D no cinema têm influenciado diretamente o design arquitetônico, possibilitando a visualização e experimentação de projetos antes mesmo de serem construídos. O filme *Gisaengchung* (2019) ou “Parasita”, dirigido por Bong Joon-ho, emergiu como uma obra que não apenas narra uma história envolvente sobre desigualdade social, mas também utiliza a arquitetura das casas como um elemento crucial para a construção de sua narrativa.

Neste trabalho, exploraremos como a arquitetura das casas retratadas em "Parasita" não é apenas um cenário, mas um protagonista silencioso que desempenha um papel vital na trama. O objetivo é analisar como a arquitetura das residências das famílias Kim e Park, no filme, transcende o papel de cenário, atuando como um elemento narrativo crucial que amplifica as disparidades socioeconômicas retratadas. Faremos comparações e observações nos detalhes arquitetônicos, e em como o ambiente pode influenciar direta e indiretamente na vida de seus frequentadores, neste caso, moradores. Juntamente com a Simbologia e Narrativa Visual, em que investigaremos como a disposição dos espaços e os níveis de altura nas casas contribuem para a criação de simbolismos visuais que reforçam os temas da longa-metragem.

E por fim, o contexto social e econômico, onde buscaremos contextualizar as escolhas arquitetônicas dentro da crítica social proposta, a fim de expandir a compreensão do papel da arquitetura na construção da narrativa cinematográfica. Deste modo, será através dessa análise minuciosa da arquitetura das residências da obra. Ao fazê-la, a análise busca não apenas expandir nossa compreensão do filme em si, mas também contribuir para discussões acadêmicas mais amplas sobre desigualdade social, representação visual e o papel da arquitetura na construção da narrativa cinematográfica.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. O MANIFESTO DAS SETE ARTES

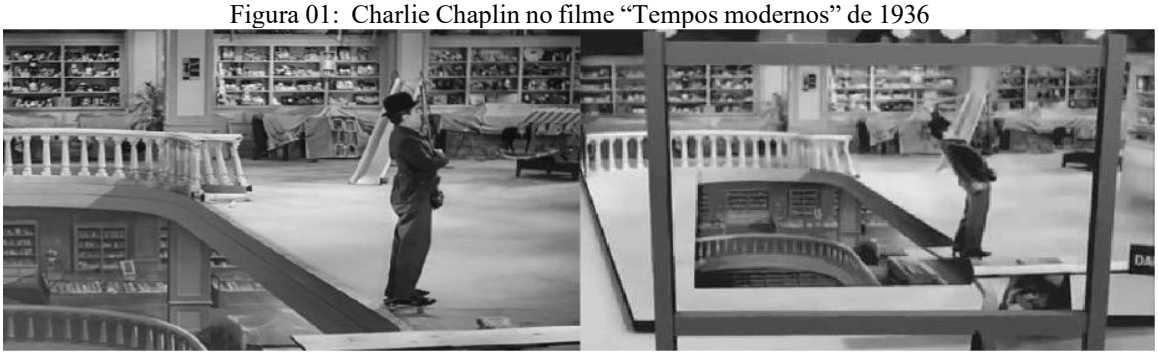
Em sua obra Conversa de arquiteto, Niemeyer (1993, p. 9) diz que a origem da arquitetura nasce de um traço. E quando ele é bonito e cria surpresa, ele pode atingir, sendo bem conduzido, o

nível superior de uma obra de arte. O que abre espaço para questionarmos, e já não seria a arquitetura uma obra de arte? Afinal, para muitos uma obra de arte trata-se de uma criação estética que provoca uma sensação sensorial ou emocional em seu observador.

Segundo Isidoro de Sevilha (630), as artes liberais, divididas em Trivium e Quadrivium, constituíam a base do conhecimento durante a Grécia antiga, sendo elas classificadas como disciplinas essenciais para a formação de um cidadão livre e educado. Contudo, Winckelmann (1764, p. 57) afirma que "a arquitetura grega, com sua harmonia e proporção, era considerada uma das formas mais puras de arte na Antiguidade" e trás a discussão sobre o progresso da arte na Grécia Antiga, destacando a arquitetura e seu desenvolvimento para tornar-se parte das belas-artes na cultura grega, anteriormente chamadas de tríade, com as principais artes da época. Eram elas: Pintura, escultura e agora arquitetura. Contudo, assim como a arquitetura evoluiu conforme o passar dos anos, esse conceito também teve sua evolução. Foi em seu manifesto das sete artes que o crítico de cinema italiano Canudo (1911), citado por Vieira (2020), chegou no epílogo dessa discussão, e dela se considera até os dias atuais. Ele categoriza as artes existentes em sete tipos, sendo elas: Arquitetura, escultura, pintura, música, poesia/literatura, dança e o cinema (anteriormente não existente). Canudo (1911) argumenta que o cinema trata-se da combinação das demais seis artes. Logo, faz -se notável que a arquitetura está presente na elaboração e na construção dos cenários em obras cinematográficas desde a origem do mesmo.

Na figura abaixo, vemos um dos exemplos pioneiros de uma montagem cinematográfica que faz o uso da câmera, sua principal ferramenta, para moldar o espaço arquitetônico. Ao selecionar o enquadramento, a perspectiva e o movimento, o diretor decide o que será visto, e mais importante, o que será omitido. O ângulo da câmera pode tornar um ambiente grandioso ou claustrofóbico; pode sugerir a superioridade de um personagem ao filmá-lo de baixo, ou a sua vulnerabilidade ao filmá-lo de cima. Através do controle do espaço visual, o cineasta direciona o olhar e a interpretação do espectador, manipulando sua relação emocional com os personagens e os cenários.

Figura 01: Charlie Chaplin no filme “Tempos modernos” de 1936



Fonte: ESCUELA CMYKE (2019)

A montagem cinematográfica e a arquitetura compartilham mais semelhanças do que pode parecer à primeira vista. Ambas as disciplinas envolvem o ato de organizar elementos espaciais e temporais para criar uma experiência significativa para o observador. A montagem, por um lado, é o processo de selecionar e combinar diferentes tomadas de um filme, criando uma narrativa coesa e emocionalmente impactante. A arquitetura, por outro lado, é a arte de projetar e construir espaços físicos que propõem ambiência e atmosfera em seu interior. Outro teórico importante que toca nesse paralelo é André Bazin (2018), especialmente em suas discussões sobre o realismo no cinema e o espaço arquitetônico. Bazin valorizava o uso de planos longos e profundidade de campo para manter a integridade do espaço e permitir ao espectador explorar o ambiente visualmente. Na arquitetura cinematográfica, isso se traduz em como os espaços são construídos e filmados para transmitir realismo e contexto social. Em “Parasita”, a casa da

família rica, os Park é apresentada de forma detalhada e realista, com planos que permitem ao espectador observar tanto o luxo do espaço quanto sua funcionalidade. Esse realismo ajuda a reforçar a distância social entre as classes. O cinema cria espaços para contar histórias ao combinar elementos visuais, sonoros e narrativos, construindo ambientes que vão além da simples representação física. Esses espaços não são estáticos, mas dinâmicos, transformando-se em resposta às emoções, temas e estrutura da narrativa. Seja através da câmera, da montagem, do design de produção ou do som, o cinema possui uma habilidade única de manipular o espaço-tempo para construir mundos que imergem o espectador e enriquecem a história contada.

Esse é um exemplo de como ambas as artes se complementam e podem incorporar diversos resultados uma na outra. Resultados que perpetuam até a contemporaneidade, um exemplo disso, é o filme analisado neste trabalho: "Parasita", de 2019. Tendo isso em vista, a importância da análise e crítica a qual o filme transmite de seus problemas sociais e como esses problemas são demonstrados através das moradias e suas arquiteturas, faz-se notável. Além de que, com a vasta representatividade e repercussão que tal arquitetura e relação social conseguiu alcançar grande espectro através do filme, uma pauta veio a se levantar, no questionamento da qualidade dessas moradias e de um grande déficit na acessibilidade e comodidade dessas habitações. De tal modo, o filme tornou-se popular mundialmente após a sua vitória na premiação do Oscar em 2019, e apesar de que ele seja ambientado na Coreia do Sul, e aborda questões específicas da sociedade sul-coreana, suas temáticas sobre desigualdade social, disparidade de classes e a busca por ascensão econômica são universalmente relevantes, o que o tornou cativante para a audiência global, resultando em seu grande sucesso. Exemplifica também o arquiteto brasileiro Carlos Lemos a arquitetura de tal modo:

> Bem mais do que planejar uma construção ou dividir espaços para sua melhor ocupação, a Arquitetura fascina, intriga e, muitas vezes, revolta as pessoas envolvidas pelas paredes. Isso porque ela não é apenas uma habilidade prática para solucionar os espaços habitáveis, mas encarna valores. (LEMOS,1995, s/p)

Atendendo tal pensamento, a importância da análise e crítica a qual o filme transmite de seus problemas sociais e como esses problemas são demonstrados através das moradias e suas arquiteturas, torna-se percepitivel. Assim, a pesquisa busca destrinchar a relação entre Arquitetura e a obra "Parasita". Essa análise nos permite investigar como a arquitetura pode ser usada como uma ferramenta poderosa para representar e comentar sobre questões sociais mais amplas na arte cinematográfica. Dito isso, este trabalho pretende realizar uma análise aprofundada da arquitetura das casas em "Parasita", explorando suas funções simbólicas, estéticas e narrativas.

2.2. ESTUDOS FÍLMICOS E NARRATIVAS DE MONTAGEM VISUAL

Para o estudioso Sergei Eisenstein (2008), a narrativa visual do filme é contada e expressa através de sua montagem, sendo ela capaz de desenvolver e enfatizar os impactos emocionais do filme. Logo, percebe-se que a utilização de tal montagem usada como ferramenta de expressão, é muito utilizada pelo diretor Bong Joon-ho, para destacar os contrastes entre os espaços das diferentes casas, contribuindo para a construção e tensão da narrativa do filme. Deste modo, podemos encarar que de acordo com alguma de suas obras: "A Forma do filme" (1990) e "Movimento expressivo e montagem de atrações na teoria do espetáculo de Serguei Eisenstein" (2008) o espaço cinematográfico como um mecanismo que transcende sua dimensão física, tornando-se um campo de significados psicológicos e emocionais .Ao longo de todo o século XX e até o presente, filmes serviram e têm servido à arquitetura das mais

variadas formas e com diferentes propósitos: de veículo de crítica social a visões para o futuro das cidades ou reflexo do ambiente urbano" (PALLASMAA, 2007, p. 15). O cinema desempenha um papel multifacetado na relação com a arquitetura, fornecendo inspiração estilística, possibilitando a visualização de projetos, explorando a narrativa espacial, documentando o patrimônio arquitetônico e estimulando debates sobre questões sociais e políticas relacionadas ao ambiente construído.

> É inegável que o cinema tem uma influência marcada na arquitetura moderna, por sua vez, a arquitetura moderna traz seu lado artístico para o cinema...Ela não apenas serve ao cenário cinematográfico, mas imprime sua marca na direção [mise-en-scène], rompe seu enquadramento; a arquitetura atua. (MALLET-STEVENS, s.d, p. 9)

Essa interseção entre cinema, sociedade e arquitetura é um território fértil para análises profundas e reflexões críticas. Autores como Siegfried Kracauer (1960) e Walter Benjamin (1935) oferecem perspectivas valiosas sobre como o cinema e a arquitetura podem se entrelaçar para revelar aspectos importantes da experiência urbana e da vida social. Segundo Kracauer (1960), a teoria do filme pode ser entendida como uma busca pelo significado oculto por trás das imagens cinematográficas. Ele examina como a cidade moderna, com sua arquitetura em constante mudança e seu ritmo frenético, é representada no cinema. Argumenta também ele, que os filmes capturam não apenas a aparência física das cidades, mas também a atmosfera e o espírito de uma época. Ao observar a maneira como os cineastas retratam edifícios, ruas e espaços públicos, podemos entender melhor as dinâmicas sociais e culturais que permeiam o tecido urbano.

Benjamin (1935) por sua vez, estava interessado na relação entre arquitetura, tecnologia e experiência sensorial. Em seus escritos, ele explorou como a arquitetura moderna, especialmente a arquitetura de ferro e vidro, refletia os novos modos de percepção e experiência espacial na era industrial. Ele viu o cinema como uma extensão dessa tendência, oferecendo uma nova maneira de ver e habitar o mundo. Em última análise, o cinema oferece uma lente poderosa para examinar as interações complexas entre sociedade, arquitetura e cultura. Ao estudar filmes através das lentes teóricas de Kracauer (2004), Benjamin (1935) e outros pensadores, podemos ganhar insights valiosos sobre como os espaços que habitamos moldam e são moldados pelas forças sociais, políticas e econômicas de nosso tempo.

Além do mais, de acordo com a autora Giuliana Bruno (2018), o espaço não é apenas um cenário passivo, mas um elemento ativo na narrativa cinematográfica, segundo ela, a arquitetura e o design de interiores em um filme podem contar histórias próprias, refletindo temas e estados emocionais dos personagens. A autora explora como o movimento através de diferentes espaços interagem entre si, e podem servir para a montagem de uma jornada emocional, em conjunto com a forma em que a câmera e os personagens se movimentam por esses espaços, criando uma espécie de mapa emocional que guia o espectador através da narrativa. Juntamente com a análise da abordagem interdisciplinar de Bazin (2018) que mais uma vez irá nos permitir observar e a compreender melhor a relação complexa entre esses dois âmbitos (arquitetônico e fílmico) e como esse dinamismo entre os espaços utilizados age como instrumento para evidenciar tais pautas sociais. Além do mais, o diretor Bong Joon-ho descreveu "Parasita" como um "thriller de classe", um gênero que ele praticamente criou para explorar o impacto do capitalismo desenfreado na vida das pessoas. Ele utiliza a arquitetura como metáfora central: a mansão dos Park representa luxo, conforto e isolamento, enquanto o semi-porão dos Kim simboliza precariedade, sujeição e a luta constante para ascender. O contraste é ampliado pelo uso brilhante da verticalidade, os Kim vivem literalmente "abaixo" da sociedade, enquanto os Park habitam um espaço elevado e inatingível. Em entrevistas, Bong Joon-ho destacou que seu objetivo não era demonizar a classe rica, mas expor a brutalidade estrutural que impede a mobilidade social. Ele afirmou que a família Park, apesar de privilegiada, também está presa

ao sistema, embora em uma posição mais confortável. Em Uma entrevista após a vitória do oscar em 2019, o diretor pontuou:

> "Parasite foi feito na Coreia do Sul, mas as desigualdades sociais que ele retrata não são exclusivas. As pessoas ao redor do mundo reconhecem essa realidade, porque todos nós estamos no mesmo barco. O filme é uma metáfora para como as pessoas estão vivendo sob o capitalismo hoje. Não importa de qual lado você esteja, todos estão tentando sobreviver em um sistema que é inerentemente injusto." (Bong Joon-ho, 2019)

3. METODOLOGIA

Esse estudo teórico foi desenvolvido através de uma análise qualitativa de fontes secundárias, incluindo artigos acadêmicos, livros e sites que retratam a relação entre arquitetura e cinema. A pesquisa foi ramificada em quatro etapas: A primeira foi a etapa da pesquisa bibliográfica. Inicialmente, foi realizada uma ampla pesquisa bibliográfica para identificar as principais obras e estudos relevantes sobre a arquitetura retratada no cinema e, especificamente, no filme "Parasita".

Foram consultados livros de arquitetura, artigos em periódicos acadêmicos e teses que abordam a relação entre cinema e arquitetura, Kracauer (1960) e Giuliana Bruno (2002) . A segunda etapa foi uma análise visual e fílmica das cenas do filme, focando na composição dos espaços arquitetônicos e sua relação com a narrativa. Essa análise foi complementada por estudos de planos e enquadramentos que destacam a arquitetura como um elemento narrativo. A terceira etapa foi a consulta em sites especializados, logo, para enriquecer a discussão, foram utilizados sites como ArchDaily e Dezeen, que oferecem análises detalhadas das casas apresentadas no filme, além de insights sobre as intenções dos designers e cineastas. Justamente com a etapa final, que foi a comparação e interpretação, entre a arquitetura e sua relação e colaboração com a disparidade social retratada no filme.

4. UMA ANÁLISE DOS AMBIENTES

4.1. A ARQUITETURA COMO METÁFORA

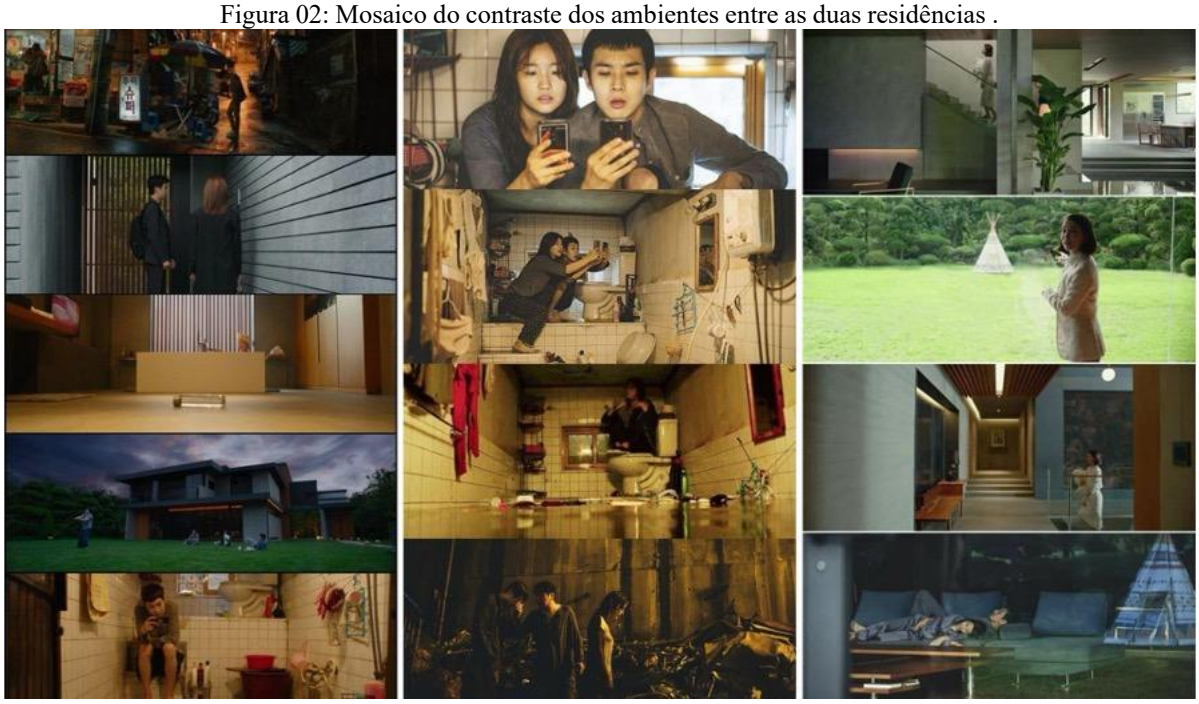
A princípio um dos mecanismos que colabora para essa construção espacial na narrativa do filme e o que logo nos chama atenção é a disposição vertical da arquitetura das casas que é significativa. Enquanto a casa da família Park (Os ricos) está localizada no topo de uma colina, com uma visão privilegiada da cidade, a casa da família Kim (Os pobres) está localizada abaixo do nível da rua, em um subsolo sombrio e claustrofóbico. Essa hierarquia espacial reflete as disparidades de classes entre as duas famílias. Por exemplo, a casa da família Park possui grandes janelas que oferecem uma visão clara do jardim e do exterior, enquanto a casa da família Kim está cercada por uma cerca alta, isolando-os do mundo exterior. Um aspecto notável da arquitetura no filme é o uso simbólico do espaço vertical, uma metáfora recorrente para o status social. A casa dos Park, situada no topo duma colina como já citado, representa a superioridade e o distanciamento da elite, a sua localização elevada sugere um controle tanto físico quanto social, permitindo que os Park olhem para o mundo de cima, separados das preocupações mundanas.

A casa dos Kim, em contraste, está localizada abaixo do nível da rua, onde o espaço físico se torna uma extensão do seu status social. Essa dicotomia, reflete o estado psicológico e econômico das personagens, e suas tentativas de ascender socialmente são frustradas pelo ambiente físico opressor que os cerca. Esses contrastes arquitetônicos não são apenas estéticos,

mas reforçam visualmente a estrutura de poder e as dinâmicas de classe, mostrando como o ambiente físico contribui para a perpetuação das desigualdades sociais. Também, a transição e deslocamento em que os personagens realizam entre os níveis inferiores até finalmente chegarem ao nível da casa luxuosa pode ser interpretada como uma analogia de ascensão e descenso na forma de retratar a mobilidade social.

A família Kim, ao subir a colina até a casa dos Park, tenta metaforicamente "ascender" socialmente. No entanto, essa ascensão é temporária, e eles sempre acabam retornando ao seu lugar "subterrâneo". Em complemento, o percurso entre as casas e a relação entre ter que subir no nível da cidade para poder chegar a casa dos Park e ter que descer o nível da cidade para a casa dos Kim, também reforça a ideia de que a mobilidade social trazida pelo filme se equipara e reforça essa dinâmica de "sustentação" entre as classes, sendo a classe inferior a base da estrutura da classe superior. E vemos essa mesma ideia no decorrer da trama, já que apesar de trabalharem na casa dos Park e viverem temporariamente em seu luxo, a família Kim nunca consegue ultrapassar o "muro" invisível que os separa. Sendo a arquitetura um grande contribuinte para a construção desta barreira invisível, tanto física quanto social, entre ricos e pobres. O design luxuoso e a disposição dos espaços dos Park criam um ambiente que, embora pareça acessível, é inatingível para os Kim, como exemplifica a imagem abaixo.

Figura 02: Mosaico do contraste dos ambientes entre as duas residências .



Fonte: PINTEREST (2020) acervo da Sveva Todeschini.

4.1.1. Texturas de classe

Outro fator que contribui para esse dinamismo entre as residências são os materiais distintos, como essa percepção entre as classes fica mais visível quando observamos tais materiais. O primeiro exemplo disso é logo na cena inicial, onde somos apresentados a família dos Kim e a sua residência subterrânea composta de blocos de cimento e concreto bruto. A simplicidade revela a falta de recursos e a pouca condição para o design ou o conforto da residência. A casa é fria e úmida, o que é destacado na cena em que ela é inundada por um temporal, revelando a vulnerabilidade da família à natureza e à sociedade. O mobiliário é simples e desgastado, e os itens de uso diário estão acumulados de forma amontoada, o que reflete a indisponibilidade de recursos, como espaços adequados de armazenamento, da casa da família Kim, como na imagem destaca a seguir.

Figura 03: Mosaico da residência Kim

Fonte: Mosaico de fotos retiradas do filme 'Parasita' (2019), dirigido por Bong Joon Ho.

Ao analisarmos a imagem acima, percebemos que não existem acabamentos sofisticados nos materiais usados no interior, contrastando com a estética cuidadosamente planejada da casa dos Park. Logo, essa uniformidade e acabamento se deve pela utilização de materiais sofisicados e nobres, como o uso da madeira para os móveis, ou então nos detalhes da escada e ao redor do jardim, onde podemos notar o uso de pedra natural, adicionando uma camada de sofisticação e conexão com a natureza na casa Park. A pedra, além de sua qualidade estética, contribui para a sensação de permanência e imutabilidade da classe rica. E por fim, a vasta utilização do vidro que simboliza a transparência e abertura da vida dos ricos, mas também atua como uma barreira física entre eles e o mundo exterior. A utilização extensiva de vidro permite uma abundante entrada de luz natural, criando uma atmosfera arejada e aberta. Esses elementos sugerem transparência e liberdade na casa Park.

Em contraponto temos o semi-porão, com suas características claustrofóbicas e sombrias, evoca uma sensação de opressão e desespero da casa dos Kim. Os materiais usados na casa da família Kim no filme, como por exemplo o concreto e a alvenaria simples, o concreto aqui não transmite modernidade, como na casa dos Park, mas sim a frieza e a dureza da vida dos Kim. Esse tipo de material é comum em habitações mais antigas e de baixo custo, indicando uma construção barata e sem cuidados estéticos, foram escolhidos para representar a precariedade de sua condição social. Além dos revestimentos velhos e desgastados, onde podemos ver nas superfícies internas da casa, como as paredes, apresentam manchas de mofo e umidade, com pintura desgastada e rachaduras visíveis. Esse estado de deterioração simboliza a falta de recursos da família para manter a casa em condições adequadas. O desgaste dos revestimentos também sugere a passagem do tempo e o abandono, refletindo a desesperança que permeia o ambiente. Através desses materiais, o filme destaca a vulnerabilidade e a degradação que acompanham sua realidade. Também, essas diferenças arquitetônicas destacam as barreiras sociais e econômicas que separam as duas famílias. Podemos notar essa dinâmica nos espaços durante todo o decorrer da história, a relação entre a casa da família rica e o semi-porão da família pobre é fundamental para a narrativa.

A casa rica, com sua arquitetura moderna e minimalista, transmite uma sensação de ordem e poder, a mansão dos Park é um exemplo clássico de arquitetura modernista, com linhas limpas,

grandes janelas, e um layout espaçado e calculado. Projetada para significar elegância e simplicidade, a casa reflete a riqueza e o status elevado da família Park.

Figuras 04: Mosaico feito com imagens retiradas do filme.

Fonte: Mosaico de fotos retiradas do filme 'Parasita' (2019), dirigido por Bong Joon Ho.

A casa moderna e luxuosa dos Park contrasta fortemente com o semi-porão escuro e apertado dos Kim, simbolizando a profunda desigualdade social e econômica entre as duas famílias. Essa relação espacial não só define o ambiente físico, mas também reforça os temas centrais do filme sobre classe social e divisão econômica.

Um exemplo disso, seria a arquitetura da casa dos Park sendo projetada para facilitar a segregação e a separação entre empregadores e empregados, com áreas distintas para cada grupo. Por exemplo, a maneira como a família Kim se esconde nos espaços ocultos da casa, como o porão secreto, destaca a natureza clandestina de sua presença na vida dos ricos. Tal divisão e arquitetura das residências, é utilizada no filme como uma ferramenta de exemplificação dessa disparidade social, e como ela pode ser expressa durante o decorrer da narrativa. Logo podemos ver o contraste dos ambientes entre as residências das famílias principais, o tamanho das esquadrias, a diferença dos níveis, os materiais utilizados, o que acaba ressaltando em como o comportamento, postura e conduta dos personagens acaba sendo refletido e influenciado muitas vezes pela arquitetura do local. O contraste entre as duas casas, principalmente em relação aos materiais utilizados, é uma representação visual da divisão de classes na obra. A casa dos Park é construída para impressionar e proporcionar conforto, utilizando materiais de alta qualidade que são símbolo de status e poder. A casa dos Kim, por outro lado, é uma construção utilitária e sem estilo, refletindo a precariedade e a luta diária. A escolha dos materiais e a forma como eles são utilizados nas duas casas também destacam a ideia de que a vida da classe rica é cuidadosamente protegida e mantida em um estado de perfeição, enquanto a vida da classe trabalhadora é exposta às intempéries, tanto físicas quanto sociais. Essa diferença cria uma barreira não apenas física, mas também psicológica, que é constantemente reforçada ao longo da história.

4.2. A HIERARQUIA ESPACIAL

A disposição dos espaços na casa dos Park é hierárquica, com áreas claramente definidas para diferentes funções e níveis de acesso. A sala de estar e a cozinha, por exemplo, são amplas e conectadas visualmente, mas o subsolo, onde a família Kim se esconde, é escondido e inacessível, simbolizando as camadas ocultas da sociedade. O jardim bem cuidado e espaçoso é uma extensão da casa, representando um refúgio de tranquilidade e privilégio, em contraste direto com o ambiente urbano degradado onde os Kim vivem. A mansão dos Park, com sua opulência e organização meticulosa, representa o privilégio e o distanciamento da elite, enquanto o semi porão dos Kim encapsula a luta diária e a marginalização dos pobres.

Além disso, diferente da mansão espaçosa dos Park, a casa dos Kim é pequena, apertada e cheia de objetos acumulados. O tamanho reduzido dos cômodos reforça o sentimento de que a família está lutando por espaço, tanto físico quanto social. A casa semi-subterrânea também simboliza o status inferior da família, que vive literalmente abaixo do nível da rua, uma metáfora visual para sua posição social marginalizada. Outro símbolo que reforça essa disposição dos ambientes da casa é a escada, ela é utilizada como símbolo de ascensão e queda**.** As escadas que conectam os diferentes níveis da casa são um elemento recorrente e simbólico, elas representam tanto a aspiração de ascensão social quanto as barreiras que impedem essa subida. A família Kim, ao entrar na casa dos Park, sobe as escadas, tentando se inserir em um espaço que não pertence a eles. No entanto, o filme revela que essa ascensão é ilusória, e o caminho para cima é sempre seguido por uma queda. A escada, assim, simboliza o ciclo de desigualdade e a impossibilidade de transpor as barreiras de classe de maneira significativa. O jeito que a residência Park foi projetada é bem simbólico: cheia de espaços amplos nas suas esquadrias e luminosos, mas ao mesmo tempo fria e isolada. Tudo grita "riqueza", mas de uma forma que também mostra o quanto a família Park vive numa bolha, desconectada da realidade de quem não tem esse privilégio. A casa dos Kim é o oposto da dos Park. É um porão apertado e sombrio, com janelas minúsculas que dão direto para uma rua suja. É mais uma metáfora visual para a posição deles na sociedade: estão sempre "embaixo", quase invisíveis, tentando sobreviver com o pouco que têm. Podemos ver as principais diferenças das duas casas na imagem abaixo.

Figura 05: Mosaico do contraste dos ambientes entre as duas residências.

Fonte: Mosaico de fotos retiradas do filme 'Parasita' (2019), dirigido por Bong Joon Ho.

4.2.1. O Impacto da Arquitetura na Identidade dos Personagens

As residências dos Kim e dos Park servem como extensões físicas das suas respectivas identidades e status sociais, refletindo e reforçando as características individuais e as dinâmicas de poder entre os personagens. A casa dos Kim, com seu espaço pequeno e submerso, tem um impacto profundo nas personalidades dos seus habitantes. A constante proximidade física e a falta de privacidade moldam a dinâmica familiar, criando uma atmosfera de tensão e dependência mútua. O espaço limitado incentiva a criatividade e a engenhosidade dos membros da família, refletindo suas tentativas constantes de melhorar sua situação. Essa realidade concreta de apertamento e luta contribui para o desenvolvimento de características como a determinação, a adaptabilidade e a ambição dos personagens.

Por exemplo, Ki-taek, o pai da família Kim, demonstra que a resiliência é uma habilidade para lidar com adversidades, que são uma resposta direta às condições de vida difíceis. A falta de espaço e as condições precárias agem como um catalisador para suas ações e decisões, e moldam sua personalidade como alguém que é ao mesmo tempo pragmático e passivo. A disposição dos cômodos e a falta de privacidade também afetam a dinâmica entre os membros da família. A proximidade constante entre os Kim faz com que eles se tornem cada vez mais coesos e colaborativos em sua busca por uma vida melhor, mas também aumenta a tensão e o conflito. A falta de espaço pessoal contribui para o surgimento de frustrações e conflitos internos, que se manifestam em suas interações e decisões.

Em contraponto, a dinâmica das casas do Park é oposta, os espaços amplos e a disposição dos ambientes na casa criam uma barreira física e emocional entre a família e os outros personagens, especialmente os membros da família Kim. Essa barreira espacial reforça o isolamento e a exclusividade que a família experimenta. A sensação de distanciamento é palpável, e isso se reflete na maneira como os membros interagem com aqueles ao seu redor, muitas vezes demonstrando uma falta de compreensão ou interesse pelas vidas dos outros.

A forma como os espaços são projetados e utilizados influencia profundamente a maneira como os personagens percebem a si mesmos e uns aos outros. As condições e o design das casas moldam as atitudes, comportamentos e dinâmicas sociais, refletindo e reforçando as

complexidades das relações entre as diferentes classes sociais retratadas no filme. Os personagens secundários, como a governanta da família e o seu marido, também são moldados pela arquitetura dos espaços que habitam. A casa dos Park oferece um ambiente de trabalho que reflete e reforça seu papel submisso, como exemplifica a imagem abaixo, que demonstra como a ambientação da casa Park interage diretamente na dinâmica dos personagens. Já que no decorrer da trama, descobrimos que a governanta que já trabalhava na casa antes da mudança dos Park, mantém o seu marido em um cômodo no subsolo, uma espécie de porão. E ali o alimenta com os condimentos e mantimentos da casa de maneira que os seus patrões não percebam. O que mais uma vez reforça o sentimento "clandestino" e a analogia feita pelo título do filme em relação ao parasitismo dos membros de classe inferior na casa.

Figura 06: Ilustração feita da estrutura da casa Park.

Fonte do desenho: MINT WARES LLC (2024).

Como vemos na imagem, o cômodo em questão é um local que tem apenas um acesso, que se dá através da despensa da casa, e por uma pequena passagem por trás de um armário. E por se tratar de um ambiente para funcionários, tal acesso passa despercebido já que aquele ambiente é destinado para os funcionários e não para a família. O fato de esse espaço estar diretamente sob a casa luxuosa reforça a ideia de que a riqueza e o conforto da elite são sustentados, muitas vezes, pela exploração e sacrifício dos menos favorecidos. É um espaço escondido, fora de vista e fora de mente, que enfatiza a cegueira voluntária da classe rica em relação às lutas das classes baixas, como destaca o layout de divisão da casa. Durante o longa, vemos diversas cenas que utilizam os ambientes para relacionar essa suposta natureza clandestina na casa, como por exemplo, quando os Park realizam uma viagem e os Kim têm a casa inteira para eles sem a supervisão dos patrões.

Essa "tomada de posse" do espaço representa um momento de subversão e um desejo de experimentar o estilo de vida que sempre esteve fora do alcance deles. A cena é marcada pelo consumo extravagante de comida e bebida. A família Kim abre garrafas de vinho caríssimas, come petiscos finos e cozinha um banquete para si mesma. O ato de beber e comer os produtos caros que pertencem aos Park reflete um desejo reprimido de viver como ricos e experimentar

o que sempre lhes foi negado. Este consumo também simboliza um ato de resistência, um prazer momentâneo de experimentar o estilo de vida de luxo. Durante esse momento de celebração, a família Kim começa a discutir abertamente suas opiniões sobre os Park, revelando um misto de inveja, ressentimento e uma certa admiração. Eles comentam sobre a ingenuidade da Sra. Park e a vida aparentemente perfeita que os Park levam. É nesse momento que vemos a dualidade de sentimentos que a família Kim tem em relação aos seus empregadores.

Figura 07: Mosaico feito com imagens retiradas do filme.

Fonte: Mosaico de fotos retiradas do filme 'Parasita' (2019), dirigido por Bong Joon Ho.

Porém, o clima de euforia é interrompido pela chegada inesperada da ex-governanta, Moon-gwang. Este momento marca uma reviravolta na narrativa. Moon-gwang, que foi substituída pela mãe da família Kim, pede para entrar, alegando que esqueceu algo importante. A partir daí, o segredo do bunker no porão é revelado, mostrando que outra pessoa estava vivendo clandestinamente na casa todo esse tempo.

Essa cena é uma metáfora poderosa sobre a luta de classes. A família Kim, por um breve momento, experimenta o que é ser rico, mas isso é uma ilusão. A invasão da ex-governanta e a revelação do bunker oculto mostram que há ainda mais camadas de desigualdade. Mesmo entre os pobres, existe uma hierarquia, e há sempre alguém em uma posição mais precária.Essa sequência é crucial para demonstrar o contraste entre as classes sociais. Enquanto a família Kim tenta aproveitar um pequeno momento de fuga e ilusão, percebemos que a desigualdade social é mais profunda e complexa do que aparenta.

A cena revela a falsa sensação de conquista e o fato de que, mesmo quando os pobres têm acesso temporário ao luxo, essa realidade não é duradoura. Em termos visuais, a cena também utiliza elementos da arquitetura da casa para enfatizar a divisão de classes. Os membros da família Kim se espalham pela sala de estar, um espaço que normalmente pertence à família Park, simbolizando uma inversão temporária dos papéis. No entanto, o porão da casa logo se torna um palco de confronto, revelando que, na realidade, eles ainda estão "abaixo" dos Park, tanto literalmente quanto figurativamente.

Além disso, como já dito anteriormente, outro ponto crucial no filme é a divisão dos espaços internos e externos. A casa dos Park, cercada por um jardim espaçoso e privado, oferece um ambiente protegido e exclusivo, onde os membros da família podem se isolar do caos do mundo

exterior. Já a casa dos Kim carece de qualquer área externa privada e está localizada em uma área urbana densamente povoada, onde as fronteiras entre o público e o privado se tornam confusas. Isso destaca a vulnerabilidade da classe trabalhadora, constantemente exposta às pressões externas e sem o refúgio seguro que a elite possui, a arquitetura das duas casas não apenas reflete as condições de vida das personagens, mas também influencia suas interações sociais.

Na casa luxuosa, o layout aberto e minimalista cria um distanciamento emocional entre os membros da família, refletindo uma relação fria e formal, mediada por hierarquias invisíveis. Já no subsolo dos Kim, o espaço confinado força uma proximidade física entre os membros da família, o que intensifica tanto os momentos de solidariedade quanto os de tensão. A arquitetura, assim, não é apenas um pano de fundo para as ações, mas um elemento ativo que molda a dinâmica entre as personagens e reforça as barreiras sociais que as separam.

Na imagem abaixo nós podemos ver um pouco da fachada e alguns ambientes da casa, a sala em questão que tem conexão direta e ampla com o jardim, ou então a entrada da casa ao lado da garagem, que destaca. Tudo na casa não foi escolhido por acaso, afinal no filme é citado que a casa foi projetada por um arquiteto fictício chamado Namgoong Hyeonja, um arquiteto renomado, o que reforça a ideia de prestígio associada ao imóvel e reforça a ideia de que toda a residência foi meticulosamente projetada e que cada cômodo desempenha um papel importante na dinâmica de quem a frequenta. A revelação do bunker também serve para destacar como as desigualdades sociais estão profundamente enraizadas, literalmente nas fundações da casa e, por extensão, na estrutura social. A presença do bunker escondido no subsolo, no entanto, sugere que mesmo no topo da hierarquia social existem segredos e fragilidades ocultas, ressaltando a complexidade das relações de classe abordadas no filme. Esse ambiente também funciona como um ponto de convergência para o clímax do filme, intensificando os conflitos entre os personagens e trazendo à tona a violência que resulta do colapso dessas tensões de classe. Ele é, portanto, mais do que um espaço físico: é um símbolo poderoso das camadas escondidas e muitas vezes ignoradas da sociedade.

Figura 08 e 09: Casa Park.

Figura 08: Fonte: DECIDER (2020) e figura 09: Mosaico com cenas retiradas do filme.

No entanto, essa casa, aparentemente perfeita, também se torna palco de momentos de tensão e revela as falhas e vulnerabilidades da família que nela habita. Ela serve como um microcosmo

que expõe as diferenças de classe e a desigualdade, mostrando como o espaço físico pode ser um reflexo das divisões sociais. A forma como a casa é apresentada no filme, com seus ângulos e perspectiva, ajuda a criar uma sensação de vigilância e controle, ressaltando as dinâmicas de poder entre as duas famílias. A arquitetura da casa dos Park em "Parasita" é, portanto, não apenas um cenário, mas um personagem em si, essencial para a narrativa e o simbolismo do filme. Dessa forma, para futuras pesquisas, sugere-se ampliar o escopo para incluir uma análise comparativa com outros filmes ou obras que utilizam a arquitetura como elemento narrativo.

Estudos focados em diferentes contextos culturais poderiam revelar como a representação da desigualdade social através do ambiente físico varia em função das realidades específicas de cada sociedade. Além disso, a realização de entrevistas com arquitetos ou designers de produção que trabalham no cinema poderia oferecer uma visão técnica sobre as escolhas estéticas e funcionais que moldam a arquitetura nos filmes. Logo, o presente estudo oferece uma contribuição inicial para a compreensão de como a arquitetura pode ser utilizada como um dispositivo para discutir desigualdades sociais em obras audiovisuais. No entanto, é evidente que há espaço para investigações mais profundas e abrangentes sobre o tema, que poderiam fornecer insights adicionais sobre a relação entre o espaço construído e a estrutura social no cinema e em outras formas de mídia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo proposto teve como objetivo analisar como a arquitetura das casas no filme "Gisaengchung" reflete e amplifica as diferenças de classe entre as famílias representadas. A pesquisa abordou a relação entre o espaço físico e a condição social, destacando como o ambiente construído é uma extensão das estruturas de poder e desigualdade que permeiam a sociedade contemporânea. Ao longo da análise, foi possível observar que a arquitetura no filme atua não apenas como cenário, mas como um elemento narrativo que reforça a divisão social entre as classes. A residência da família Park, com seu design moderno e localização elevada, foi apresentada como um símbolo da elite e de seu isolamento tanto físico quanto social. A análise evidenciou que o espaço amplo, a luz natural abundante e o layout organizado refletem o privilégio e a estabilidade econômica dessa família. Já a casa dos Kim, localizada em um semi subsolo apertado e mal iluminado, foi estudada como um símbolo das dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora. O confinamento e a falta de luz natural enfatizam as limitações de mobilidade social e a marginalização econômica vivida por essa família. Os resultados deste estudo mostram que a arquitetura desempenha um papel ativo na construção das dinâmicas sociais retratadas na obra. O uso do espaço vertical como metáfora para o status social, a separação entre o público e o privado, e o contraste entre o isolamento da elite e a exposição da classe trabalhadora são aspectos cruciais que reforçam a narrativa sobre desigualdade. Além disso, a análise destacou que a arquitetura das casas influencia diretamente as interações entre os personagens, criando barreiras emocionais e físicas entre as classes.

No que tange ao cumprimento dos objetivos propostos, pode-se afirmar que o estudo atingiu seu propósito de investigar a relação entre arquitetura e classe social no filme. Foi possível não só identificar as diferenças arquitetônicas entre as duas residências, mas também explorar como essas diferenças reforçam a divisão social entre as personagens. No entanto, o estudo apresenta algumas limitações. Uma delas é a restrição do escopo de análise ao filme Parasita. Embora o filme seja um exemplo relevante e rico para explorar o tema, a análise de outros filmes ou obras audiovisuais que abordam questões semelhantes poderia enriquecer a discussão sobre como a arquitetura representa as desigualdades de classe em diferentes contextos culturais e históricos. Além disso, a interpretação simbólica dos espaços arquitetônicos pode variar dependendo do ponto de vista do espectador, o que cria margem para leituras alternativas. A análise aqui

apresentada reflete uma visão específica sobre a simbologia das casas, mas outros estudos poderiam explorar essa questão de maneira diferente, considerando aspectos como o impacto emocional das construções nas personagens ou a interação entre arquitetura e narrativa sob diferentes perspectivas teóricas.

REFERÊNCIAS

BAZIN, André. **O que é o cinema?.** 1.ed .[s.l.]:Ubu Editora, (2018).Disponível em < https://www.ubueditora.com.br/pub/media/productattachment/t/r/trecho_o_que_e_o_cinema.pdf>.Acesso em 05 de 2024.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, (2018).(RS). Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_babel/textos/benjamin-obra-de-arte-1.pdf> .Acesso em 05 de 2024.

BRUNO, Giuliana. **Atlas da Emoção: Jornadas na Arte, Arquitetura e Cinema.** 1. ed. [s.l.]: Verso, (2018).

DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo: Escavando o futuro em Los Angeles.** 1.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, (2009). (SP).

EISENSTEIN,S.A. **Movimento expressivo e montagem de atrações na teoria do espetáculo de Serguei Eisenstein**.1.ed.São Paulo:Perspectiva, (2008).(S.P).

EISENSTEIN,S.A. **Forma do filme**.1.ed.São Paulo:Zahar, (1990).(S.P). Disponível em

<https://monoskop.org/images/5/5f/Eisenstein_Sergei_A_forma_do_filme_2002.pdf> . Acesso em 05 de 2024.

ISIDORO DE SEVILHA. **Etimologia**. Tradução e organização de Stephen A. Barney. Cambridge: Cambridge University Press, (2006). Disponível em:

<Santo Isidoro - Etimologias> Acesso em 10 de 2024.

KRACAUER, Siegfried. **Teoria do Filme: A Redescoberta do Significado**.1.ed.New york: Princeton University press, (1960). (NJ). Disponível em:

<https://cominsitu.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/09/siegfried-kracauer-theory-of

-film_-the-redemption-of-physical-reality-princeton-university-press-1997.pdf>. Acesso em 05 de 2024.

VIEIRA, Matheus. **A-7ª-arte.** Pet.ifc (2020). Disponível em

<https://www.pet.ifc-camboriu.edu.br/wp-content/uploads/A-7%C2%AA-arte.pdf>. Acesso em 05 de 2024

WINCKELMANN, Johann Joachim. **A História da Arte na Antiguidade**.1.ed. Dresden:Viena, (1764). Disponível em:

<Winckelmann PDF | PDF> Acesso em 10 de 2024.

CAPÍTULO 4: ANTEPROJETO DE UM CENTRO CULTURAL MULTISSENSORIAL EM JOÃO PESSOA-PB

DIRETRIZES PROJETUAL DE UM CENTRO CULTURAL MULTISSENSORIAL EM JOÃO PESSOA, PARA PESSOAS COM TEA (TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA)

Melissa De Aquino Resende Amorim[1]
Tayene de Oliveira Pinto [2]

RESUMO

O trabalho explora a criação de um anteprojeto de um Centro Cultural multissensorial no município de João Pessoa, voltado para pessoas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), usando princípios da neuroarquitetura. A proposta atende à necessidade da inclusão social e autonomia de pessoas com TEA, em espaços de lazer, adaptando elementos sensoriais para interação com o ambiente. Uma pesquisa nos mostra através da Lei Brasileira de Inclusão, que existem garantias para acessibilidade e autonomia para pessoas com deficiência, que promove a igualdade de direitos e inclusão social. Estudos demonstram que no Brasil há mais de dois milhões de autistas, e que existe uma grande escassez no que tange áreas comuns com estruturas e equipamentos de lazer, para atender os portadores de necessidades especiais ,que precisam se sentir mais acolhidas e ter um ambiente adaptado para elas. Com um ambiente interativo, áreas de refúgio e jardins sensoriais, tudo isso, busca oferecer uma experiência de lazer inclusiva.

Palavras-chaves: Neuroarquitetura; Autismo; Arquitetura; Cultura.

ABSTRACT

The work explores the creation of a preliminary project for a multisensory Cultural Center in the city of João Pessoa, aimed at people with Autism Spectrum Disorder (ASD), using principles of neuroarchitecture. The proposal meets the need for social inclusion and autonomy of people with ASD, in leisure spaces, adapting sensory elements for interaction with the environment. Research shows us, through the Brazilian Inclusion Law, that there are guarantees for accessibility and autonomy for people with disabilities, which promotes equal rights and social inclusion. Studies show that in Brazil there are more than two million autistic people, and that there is a great shortage of common areas with structures and leisure equipment, to serve those with special needs, who need to feel more welcomed and have an adapted environment. for them. With an interactive environment, refuge areas and sensory gardens, all of this seeks to offer an inclusive leisure experience.

Keywords: Neuroarchitecture; Autism; Architecture; Culture.

[1] Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniesp.
E-mail: 20201069016@iesp.edu.br
[2] Orientadora do trabalho e Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniesp.
E-mail: tayenepinto@iesp.edu.br

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição com algum grau de envolvimento social, seja na comunicação, na fala e também em atividades de repetições. Com isso, há uma enorme dificuldade desse público em ter uma interação social, por falta de equipamentos de lazer que sejam adaptados para todos.

É necessária uma atenção especial nos ambientes projetados, visando proporcionar uma comunicação adequada, tornando a arquitetura interativa com o público que a utilizará. De acordo com dados do Jornal Unesp, uma pesquisa realizada em 2022, aponta que uma pessoa a cada quarenta e quatro segundos tem um diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA), com dados estimados em cerca de quatro milhões de pessoas. E não há uma quantidade relativa de equipamentos de lazer que sejam categoricamente inclusivos para esses tipos de transtornos.

Com isso, a pessoa com TEA consegue socializar em ambientes de uso coletivo, bastando que o ambiente provoque os estímulos sensitivo, olfativo, visual e tátil, além de interagir com o público em que será utilizado. Assim, o centro cultural é um ambiente que necessita da interação do público, porém nem sempre é tão bem adaptado para esse tipo de pessoa, pois é necessário ter uma proposta de uma acústica seguindo as normas da NBR (Associação Brasileira de Normas Técnicas) 10152, que fala dos níveis adequados de ruídos para promover um conforto acústicos para cada tipo de ambiente, iluminação seguindo as NBR e estruturas que possam conduzir, de forma que eles sejam capazes de permear pela edificação, da mesma maneira que consigam usufruir do equipamento de lazer, como qualquer outra pessoa.

Além disso, ter um ambiente com uma sala multissensorial de descompressão para que, quando necessário uma criança ou adulto, necessite de equilíbrio emocional, ela possa usufruir, de forma que consiga se acomodar, através de recursos visuais e táteis. Porém, não só nos ambientes das salas, mas também ao decorrer da edificação como um todo.

O objetivo geral da pesquisa é desenvolver um anteprojeto de um Centro Cultural multissensorial para pessoas neurotípicas utilizando a Neuroarquitetura, localizado no município de João Pessoa. Para alcançar o objetivo geral citado, os passos a serem seguidos são direcionados através dos seguintes objetivos específicos: estudar a relevância da Neuroarquitetura e como ela pode auxiliar na Arquitetura multisensorial; compreender os aspectos arquitetônicos que influenciam no desenvolvimento/comportamento das pessoas neurotípicas; e, investigar a estrutura de centros culturais e estudar técnicas sensoriais que melhor se adaptem.

Assim, a pesquisa justifica-se diante do estudo da Lei n° 13.146/15, de 06 de julho de 2015, que cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, visando garantir e proporcionar a integração dessas pessoas, com todos seus direitos de igualdade, da não discriminação, acessiblilidade, e auxiliando na proteção dos portadores de Transtorno Espectro Austista (TEA) a partir da busca por sua inclusão social. Através dessa lei, há a exigência de criação de ambientes adaptados para todas as pessoas com TEA, para que estes locais sejam capazes de viabilizar a interação entre as pessoas, além disso, que seja acessível e possibilite a autonomia destas, para que assim, não seja necessário um acompanhante e possa ter um momento de lazer de forma independente, visando dar o devido conforto e lazer para todos os públicos que utilizam o local.

Na Arquitetura, existem formas de serem implementados os equipamentos de lazer, sendo projetados adequadamente para o público com TEA, na qual essas pessoas possam se sentir

acolhidas, proporcionando o conforto térmico, acústico, inclusivo e acessível para todos os públicos. "*Aspectros* é o primeiro conjunto de diretrizes de design baseado em evidências em todo o mundo para abordar ambientes construídos para indivíduos com TEA." (Mostafa, M. 2015, s/p). Mostafa é uma arquiteta canadense que mostrou como deve ser construído um design inclusivo para este público, uma vez que o *Aspectros* são diretrizes projetuais que indicam o que é necessário para uma arquitetura para autistas.

Hoje, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem cerca de dois milhões de autistas no Brasil, isso significa que 10% da população tem um nível de autismo. É um imenso número de pessoas com doenças neurotípicas e as cidades, por sua vez, têm alguns equipamentos de lazer, nos quais elas possam se socializar e usufruir sem muitas dificuldades. Dessa forma, vendo essa necessidade e visando uma melhoria para esse público, novos projetos devem surgir para acrescentar uma melhor qualidade de vida para eles.

"A neuroarquitetura é a prática de projetar espaços com base no entendimento das respostas do cérebro humano a elementos arquitetônicos e ambientais." (Valente, L. e Fioravante, L. 2023, s/p). Com isso, podemos realizar projetos que oferecem estímulos cerebrais, pensando num *layout* intuitivo, espaços calmos, locais para sensibilidade sensorial, com um jardim sensorial, ambientes de refúgio, espaços de transições e iluminação adequada, ressaltando-se que deve ter uma luz natural, predominantemente.

A metodologia abordada para o desenvolvimento desse projeto foi baseada em três etapas: a) foram feitas pesquisas bibliográficas específicas do tema e análise de projetos correlatos; b) estudo e análise das normas, legislação, código de obras e análise de mapas com o programa do QGIS, além de visitas in loco para uma melhor análise da região onde o terreno se encontra; c) pesquisa dos dados, a fim de conseguir solucionar os objetivos apresentados anteriormente.

2. ESTUDO PRELIMINAR

2.1. O estudo do TEA a Neuroarquitetura

O TEA (Transtorno Espectro Autista), como fala o Ministério da Saúde, é uma condição de saúde caracterizada por dificuldades em três áreas importantes do progresso humano: habilidades socioemocionais, atenção compartilhada, linguagem, déficit na comunicação e comportamentos repetitivos. Atualmente, a ciência fala não só de um tipo de autismo, mas de muitos tipos diferentes, que se manifestam de uma maneira única em cada pessoa.

Para definir a ampla abrangência do autismo, usa-se o termo "espectro", pois há vários níveis de comprometimento - desde pessoas com outras doenças associadas (chamada de comorbidade), como deficiência intelectual, até pessoas que têm uma vida comum, independente, porém, algumas nem sabem que são autistas, pois jamais tiveram esse diagnóstico.

Diante de todas as necessidades foram criadas várias leis, nas quais buscam priorizar e proteger pessoas com esse transtorno. Um exemplo disso é a lei 13.861/19, na qual tem o objetivo de realizar um levantamento estatístico da quantidade de autistas no Brasil, sendo possível observar que o número tem aumentado, e, com isso, a necessidade de lugares inclusivos para esse público.

Regionalmente, pode-se citar a implementação da lei nº 11.090, criada em 2018, no estado da Paraíba:

> A Lei 11.090/18 criada no estado da Paraíba, inclui o símbolo mundial do autismo nas placas de atendimento preferencial dos estabelecimentos públicos e privados. Por força da Lei Federal os autistas já teriam direito sendo respeitado, por uma série de fatores,os principais são o desconhecimento do que é TEA, e do fato do que o autismo, diferente de outros transtornos, síndromes e deficiências, não traz nenhuma mudança morfológica (física).

Figura 01: Números de autistas, 2019, Hilana Zaché.

Fonte: Disponível em: < https://www.pcdfacil.com.br/blog/dados-sobre-o-autismo-farao-parte-do-censo-de-2020/>. Acesso em 14 de Maio de 2024.

Portanto, essa Lei estadual objetiva garantir que o portador de TEA tenha estabelecimentos que sejam capacitados para esse transtorno, desde uma vaga de estacionamento ao permear pela edificação com segurança e autonomia de conseguir se acomodar e usufruir do local.

Outra norma que merece destaque é a lei nº 13.977, instituída em 2020 e denominada "Lei Romeo Mion", pois:

> (...) cria a Cipela (Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista) ,com vistas a garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social. O nome dado a essa Lei , foi em homenagem ao filho do apresentador Marco Mion, que tem autismo.

Dessa forma, as pessoas que são portadoras de alguma deficiência poderão usufruir da cidade com segurança e serão capazes de ter momentos de lazer em sua região, buscando um atendimento qualificado e acessível.

2.2. Neuroarquitetura e Autismo

A neuroarquitetura é a junção da neurociência com arquitetura, em que nela pode ser realizada nos projetos arquitetônicos, através de implementação da biofilia, de espaços amplos, com uma boa iluminação natural ou jogo de luz e sombra, além de uma acústica apropriada para cada área, ou seja, uma ambientação que promove sensações cognitivas do cérebro humano. Esse termo surgiu através de dois pesquisadores, o neurocientista Fred Gage e o arquiteto John Paul Eberhard, e começou a ser utilizado em 2003 pelo órgão oficial ANFA – *Academy of Neuroscience for Architecture* (Academia de Neurociência para Arquitetura).

"A compreensão das sensibilidades sensoriais e a aplicação de diretrizes específicas podem ajudar a criar ambientes que promovam a saúde mental e o bem-estar de indivíduos autistas e

suas famílias.” (Matoso, M. 2022, s/p). Com isso, é possível criar projetos inclusivos e adaptados para pessoas com TEA, através das ambientações, elementos arquitetônicos e diretrizes projetuais, buscando realizar um bem-estar e momentos de lazer.

“A neurociência vem mostrar como os espaços arquitetônicos afetam nossa atividade cerebral e, portanto, o comportamento humano” (Carbone, J. 2024, s/p). Desse modo, a neuroarquitetura tem um forte potencial em melhorar os ambientes para as pessoas portadoras do TEA ou neurotípicas, tornando mais inclusivos, adaptados e acessíveis para todas as pessoas.

Estudos comprovam que existem variáveis ambientais que influenciam na saúde física, mental e social das pessoas, sejam elas crianças, adultos ou idosos. “A neuroarquitetura nutre-se do despertar de gatilhos mentais vinculados a sensações, emoções e comportamento na busca por resultados” (Andréa, 2022, s/p).

A proposta é que os projetos alinhem as necessidades dos usuários com o objetivo de promover mais experiências positivas e melhorar a qualidade de vida. Assim, uma iluminação ambiental correta, por exemplo, é capaz de melhorar a qualidade de sono e diminuir a ansiedade, impactando profundamente na qualidade de vida da pessoa.

2.3. Centro cultural multissensorial

2.3.1 Multissensorial

“Toda experiência comovente com a arquitetura é multissensorial; as características de espaço, matéria e escala são medidas igualmente por nossos olhos, ouvidos, nariz, pele, língua, esqueleto e músculos.” (Pallasmaa, J, 2005, p. 39). Portanto, podemos observar como a arquitetura multissensorial está ligada ao nosso corpo e nossos sentidos, e como a execução arquitetônica de lugar, pode influenciar e estimular o nosso cérebro, tornando um trajeto por um ambiente mais atraente, por fazer com que todos os nossos sentidos sejam ativados. Com isso, criar um centro cultural multissensorial é tornar esse equipamento um lugar de contemplação, de experiência, lazer e atrativo para todos.

2.3.1. Centro cultural

Em João Pessoa existem Centros Culturais que são Espaço Cultural José Lins do Rêgo (Figura 03) Centro Cultural Mangabeira Tenente Lucena (Figura 04) , porém esse citados acima, não possuem ambientes e não são adaptados para pessoas atípicas.

Figura 03: Espaço Cultural.

Fonte: G1, 2020.

Figura 04: Centro cultural Mangabeira.

Fonte: Portal Correio, 2021.

Mas ao longo do tempo foram realizados equipamentos para atender esse tipo de público, mas ainda não é como um centro cultural, mas como centros de acolhimento e atendimentos para autistas. São esses: Centro de Referência Municipal de Inclusão para Pessoa com Deficiência – CRMIPD, localizado no Pedro Gondim e a FUNAD - Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência, neles são oferecidos serviços como fonoaudiólogas, musicoterapia, arteterapia, brinquedoteca dentes outros no qual engloba todas essas funções em um só lugar. Em 2020 foi entregue pelo governo um Centro de Atendimento ao Autista - CAA (JP/PB) em Varjão (Rangel). Nesses, contam com multiprofissionais das áreas de serviço necessárias para esse público.

2.4. REFERENCIAL PROJETUAL

2.4.1. Centro Cultural Pilares

O Centro Cultural PILARES, cujo nome se dá em razão de suas siglas, significa: Pontos de Inovação, Liberdade, Arte, Educação e Saberes. Ele é um projeto urbano sendo promovido a um espaço público. Foi projetado pelos arquitetos Rozana Montiel e Estúdio de *Arquitectura*, em 2021, com uma área de 710 m². Um terreno relativamente estreito de esquina dentro de um município conhecido por ser violento, não possuir equipamentos de lazer e a maioria dos edifícios são fechados sem aberturas, coibindo as pessoas de se sentirem convidadas a entrarem no local.

O Genius Loci fica localizado na Colônia Presidentes, Iztapalapa no México, um dos municípios mais povoados. Nesse bairro, não há ambientes com espaços abertos, por isso a utilização de locais arejados, um pátio central e uma praça na entrada para conseguir unir as atividades externas, internas socializando os públicos existentes no local.

Com isso sua identidade é mostrada através da materialidade da área que foi utilizado, apenas dois tipos de materiais locais são blocos estriados e telhas de concreto, justamente para não perder a identidade da região e os espaços da forma que foi criado, fazendo com que os ambientes sejam integrados, tanto internamente quanto externamente, e, com isso, mesmo sendo um ponto com um nível de violência, passa a ser mais segura por possuir imensa visibilidade para todos e por ser acolhedor. Assim, é possível que tenha um maior aproveitamento por parte do município, bem como permite ter um território de lazer e de estudos, diante das oficinas ofertadas, trazendo vida e sentido ao local.

Figura 05: Entrada do Centro Cultural.

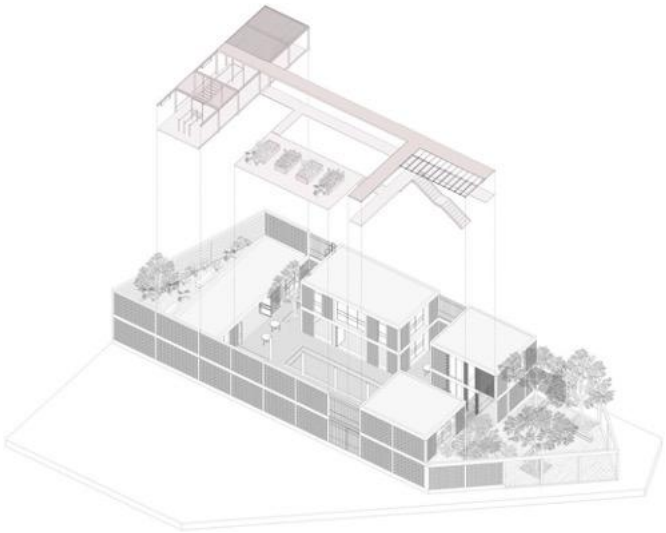
Fonte: Divisare, 2022.

A idealização do projeto é que abrigue a população do município e que seja um local aberto, para ser convidativo a todas as classes sociais, permitindo uma conexão com o exterior. Com isso, prezando grandes vãos e paredes vazadas em cobogó, como podemos ver na (Figura 06), possuem pátios centrais, jardins e estruturas com cobertas em pergolados.

A opção de uso de jardins e espaços abertos, possibilitou o uso da iluminação natural e ventilação, o jogo de luz e sobram, prezando pelo conforto dos usuários, em qualquer horário

do dia. Além disso, houve um bom aproveitamento do terreno, menos sendo pequeno e de esquina, possibilitando a entrada se conectar com a rua, criando uma praça na frente.

Figura 06: Volumetria



Fonte: Divisare, 2022.

O uso desse local foi destinado para ciberescola que nela conta com oficinas de artes, sala de dança, yoga e artes corporais dentre outras atividades. Além de ser um equipamento que proporciona o ensino, também traz com ele, locais para a prática de lazer desses moradores do município. O intuito desse equipamento urbano é tornar o centro cultural em um oásis recreativo e estudantil.

Figura 07: Crianças dançando na frente da edificação.

Fonte: Divisare, 2022.

Como podemos observar na planta baixa, a setorização da implantação mostrada na (figura 8) foi bem aproveitada, sem muitos recortes, aproveitando ao máximo do terreno para o uso de sala de aulas coletivas, além de contar com os pátios e espaços abertos, um corredor único traçado no meio da edificação e arborização ao longo do edifício.

Figura 08: Setorização.

Fonte: Divisare, 2022.

Através da plástica que conta com espaços abertos, como pátios, arborizações, materiais em tons claros, elementos vazados, permitindo o jogo de luz e sombra para tornar a edificação ampla por se tratar de um terreno pequeno. Além disso, conta com uma edificação linear e com altos vãos, onde possui esquadrias de piso a teto, dispondo de parede com aberturas em simetria por meio de cobogós feitos em concreto. Os materiais utilizados foram os locais, como placas de concretos pré-fabricadas em um tom malva, blocos estriados e perfis em aço na mesma tonalidade dos demais materiais. Os blocos em concreto foram usados em diferentes formas, uma delas foi, nas superfícies vazadas da edificação, alguns dos pilares estão à mostra, um circulares, mas de forma que compõe.

Figuras 09 e 10: Pátio central e aberturas.

Fonte: Divisare, 2022.

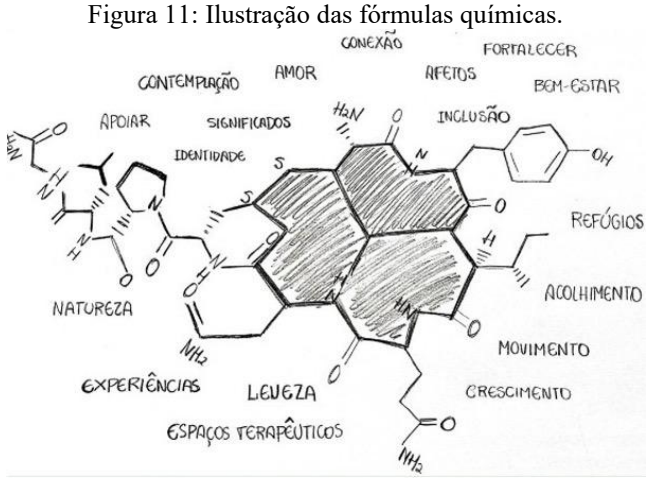
3. CONCEITO E PARTIDO

O anteprojeto do Centro Cultural Multissensorial surgiu pela necessidade de um equipamento de lazer, no qual possa acolher as pessoas típicas e atípicas, visando o acolhimento pelo próximo, ou seja, um local em que todas as pessoas sejam incluídas e possam contemplar ao

usufruir da edificação. Dessa forma, a pesquisa demonstra como é o comportamento das toxinas do corpo humano de pessoas típicas, denominada por ocitocina e localizada na amígdala (região relacionada com comportamentos sociais) e uma forma de produzir esses estímulos é com "a libertação do neuropeptídeo pode ser mediada pelo toque, pelo calor, pela estimulação do olfato, assim como por determinados tipos de sons e luzes." (Revista de Enfermagem, vol. III, núm. 1, julho, 2010, pp. 126). Assim, é imprescindível que haja uma edificação com aberturas e ambientes para contemplação de ventilação natural e iluminação, além de paredes com texturas e acústicas para o estímulo cerebral.

A fim de explicar figurativamente a presente ideia, Oliveira (2023) criou a seguinte ilustração, a qual será inspirada nesta pesquisa:

Figura 11: Ilustração das fórmulas químicas.



Fonte: Oliveira, Layse Emily Tavares de Magalhães, 2023.

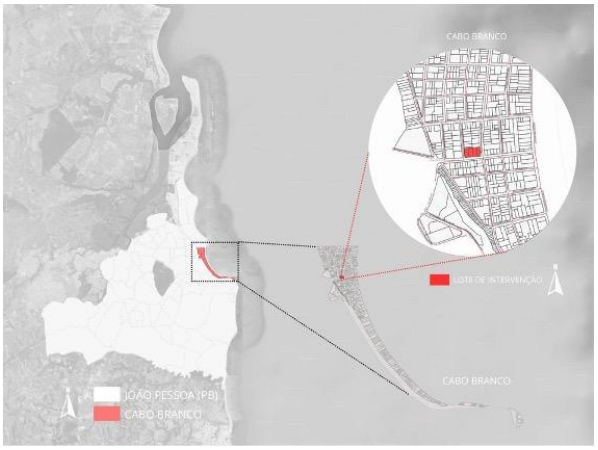
Com isso, a ligação dessas fórmulas químicas faz relação da junção das três fórmulas químicas cujo formato se assemelha a um coração, e que com a união ao centro faz a conexão deste hormônio do amor que é capaz de produzir nas pessoas, vide figura 11. Desse modo, a partir de uma análise comparativa, a edificação se dará em três volumes, isto é, se "encaixando" ao unirem-se semelhantemente a um quebra cabeça, de modo que remete à ideia do símbolo do autismo, cujas marcações serão realizadas através da paginação de piso que promove uma ligação entre as edificações.

4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

4.1. Características geográficas e localização

A área em análise foi marcada para ser implementado o uso de um Centro Cultural Multissensorial. O terreno conta com quatro lotes conforme mostrado na figura abaixo (12), situado no Bairro do Cabo Branco, possui três frentes localizadas entre as ruas Francisco Carneiro De Araújo, a Rua Doutor Frutuoso Dantas e a Av. Monsenhor Odilon Coutinho.

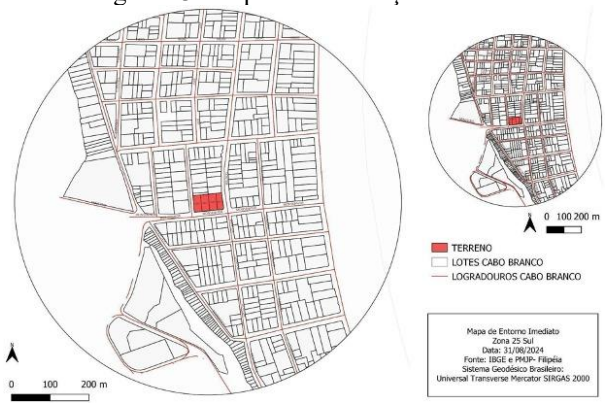
Figura 12: Mapa de localização.



Fonte: Mapa elaborado pelo autor, desenvolvido pelo software QGIS. 2024.

A área em análise foi marcada para a implementação de um Centro Cultural na cidade de João Pessoa. Dessa forma, o terreno escolhido está localizado no Bairro do Cabo Branco, cuja região é conhecida por ser um local de ponto turístico localizado em paralelo à Av. Monsenhor Odilon Coutinho, considerada uma via principal ligada à praia do Cabo Branco, a Tambaú e ao Altiplano.

Figura 13: Mapa de localização terreno.

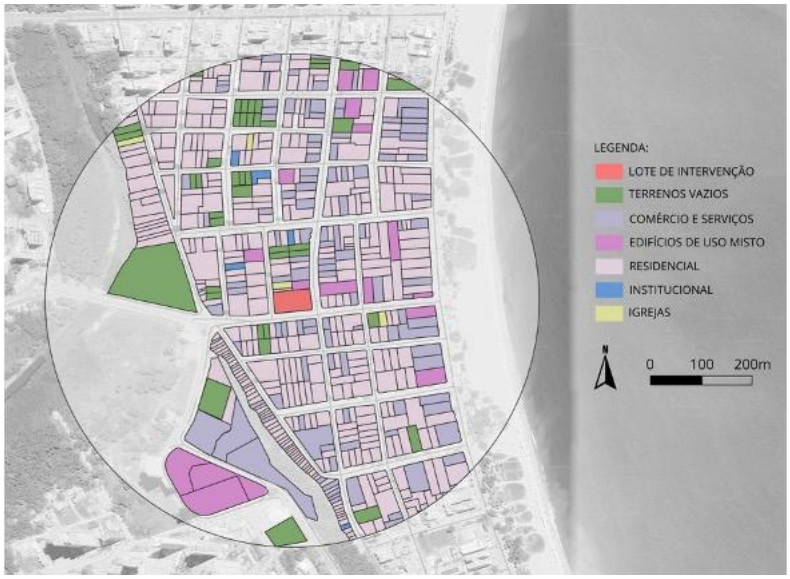


Fonte: Mapa elaborado pelo autor, desenvolvido pelo software QGIS. 2024.

4.2. Caracterização do entorno

O entorno foi examinado por meio de um raio de 500 metros do terreno escolhido, com isso, com o mapa de uso e ocupação do solo foi possível analisar, os equipamentos públicos e o de mobilidade urbana. Considerando este mapa de uso e ocupação (Figura 14) observamos um uso predominantemente de lotes residenciais em todo o entorno do lote, bem como o uso de lotes voltados para o setor comercial, uma vez que se trata de um polo turístico. Dessa forma, esta região é considerada uma área conveniente para a inserção de um Centro cultural, no qual necessita de um público turístico e residencial, promovendo o lazer para aqueles que moram na região e visitam, além de abranger o público que reside na zona sul e na praia, por se localizar no centro delas.

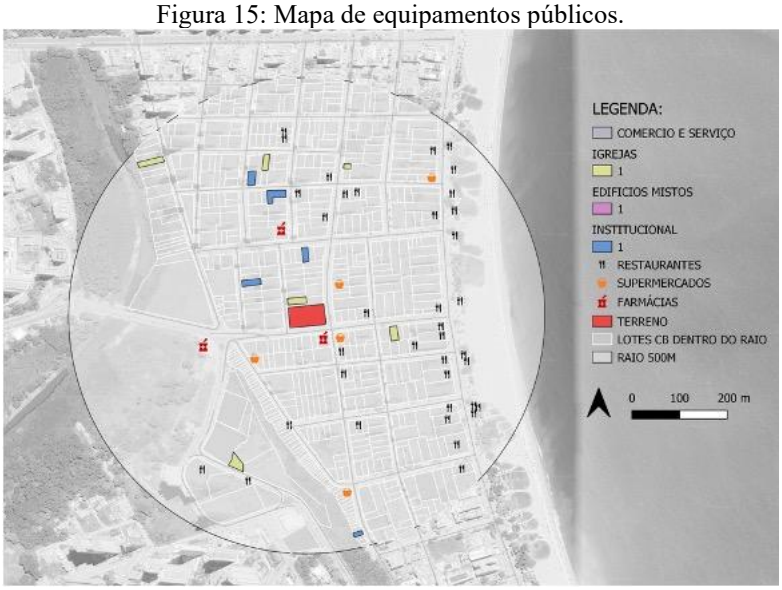
Figura 14: Mapa de uso e ocupação do lote.



Fonte: Mapa elaborado pelo autor, desenvolvido pelo software QGIS. 2024.

Já com o mapa dos equipamentos públicos (Figura 15) no entorno da área escolhida, tem os serviços de comércio como: hotelaria, academia, padaria, restaurantes, farmácia, além dos edifícios de uso residencial e misto.

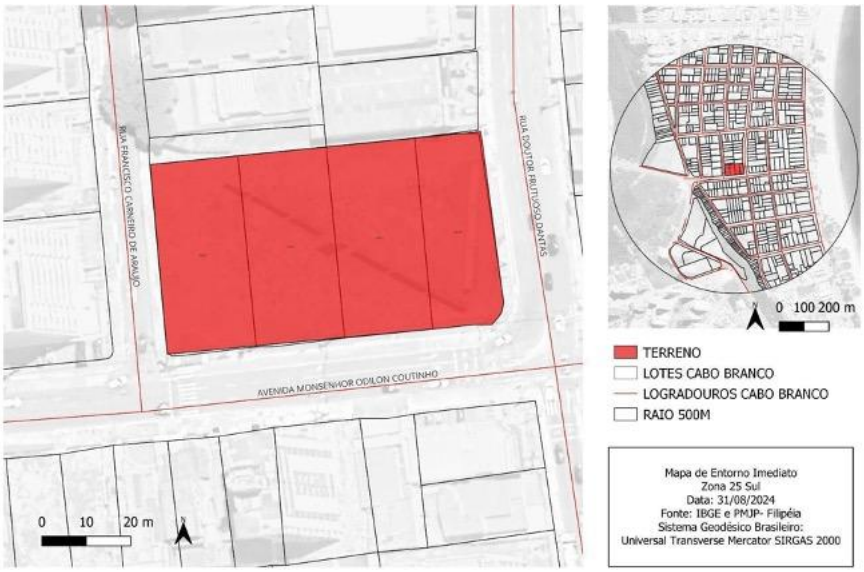
Figura 15: Mapa de equipamentos públicos.



Fonte: Mapa elaborado pelo autor, desenvolvido pelo software QGIS. 2024.

Após essas duas análises, realizou-se a análise do entorno imediato**,** em que foi apresentada uma análise *in loco* dos usos e os equipamentos do terreno ao redor, que são residências com prédios e flats de até dez andares, algumas casas e comércios como farmácia e um supermercado. Com isso, há certa quantidade de público de turistas que se hospedam pela região, bem como há público de moradores locais.

Figura 16: Mapa do entorno imediato.



Fonte: Mapa elaborado pelo autor, desenvolvido pelo software QGIS. 2024.

4.2.1. Características da população e dados socioeconômicos

Segundo o IBGE, no último censo em 2022, o público de João Pessoa possui 833.932 pessoas, com uma densidade demográfica de 3.970,27 por quilômetro quadrado, com o seu valor médio de PIB per capita de 26.936,78. Conforme a última pesquisa, realizada em 2021, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,763, com salário médio mensal de trabalhadores formais de 2,7 salários-mínimos. Além disso, no bairro em que o terreno está implementado, há uma classe média que reside na região e uma boa parte de turistas nas hotelarias que se hospedam no bairro do Cabo Branco. Ademais, de acordo com a Prefeitura Municipal de João Pessoa existem mais de três mil e quinhentas crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que fazem parte do ensino da rede municipal, além das outras que são subnotificadas e das pessoas adultas, que sofrem com esse transtorno ou alguma outra doença atípica.

4.2.2. Descrição dos envolvidos e impactados pela proposta

O anteprojeto foi elaborado para pessoas com autismo e/ou algum transtorno atípico, que necessitam de um suporte, mas que também necessitam de um lazer no qual possam se sentir incluídas e estimuladas a usufruir do equipamento. Assim, além de possibilitar o uso para esse tipo de público, essa edificação também atenderá pessoas típicas e turistas, por se tratar de um centro cultural.

4.2.3. Características culturais da população envolvida

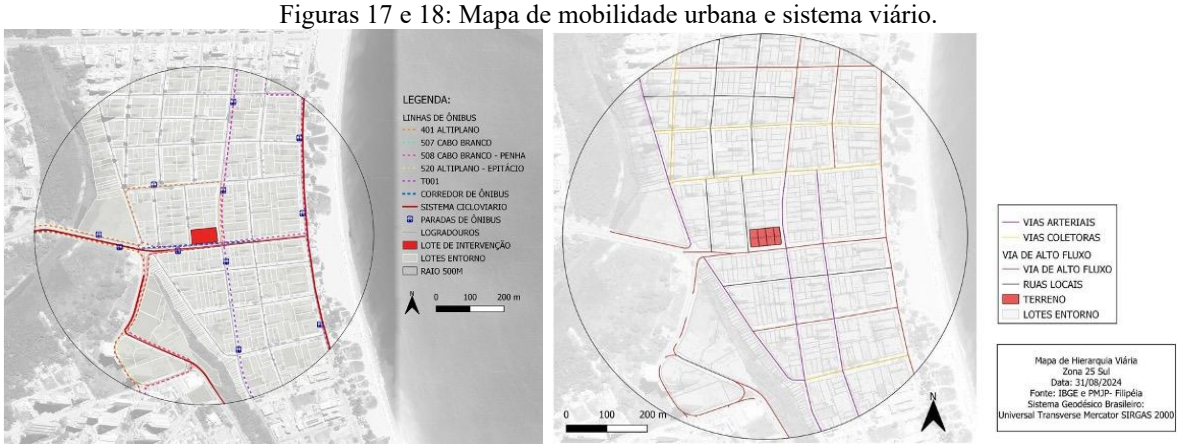
O bairro do Cabo Branco possui características culturais que envolvem o aproveitamento da região litorânea da cidade de João Pessoa, configurando o uso turístico por sua famosa orla da praia do Cabo Branco que atende as pessoas que residem na região da praia, bem como da Zona Sul, em razão da sua proximidade. Além disso, a população pode se envolver com demais atividades culturais relacionadas à Fundação Casa de José Américo e SESC Cabo Branco, bem

como desfrutar de experiências gastronômicas no Parque Cabo Branco, ou bares e restaurantes típicos da região.

4.2.4. Análise da mobilidade urbana na área de intervenção

Com a análise do mapa de mobilidade urbana (figura 17) e do mapa de sistema viário (figura 18), na qual é possível observar que há uma faixa de ciclovia e um corredor de ônibus, com ponto de ônibus bem próximo ao terreno. Dessa forma, há uma facilidade na locomoção das pessoas para que possam visitar a edificação de três formas diferentes: por meio de bicicleta, transporte público ou de automóveis. Além disso, uma via de alto fluxo que deságua na avenida da beira mar do Cabo Branco, uma via artéria e uma local rodeiam o terreno escolhido.

Figuras 17 e 18: Mapa de mobilidade urbana e sistema viário.



Fonte: Mapa elaborado pelo autor, desenvolvido pelo software QGIS. 2024.

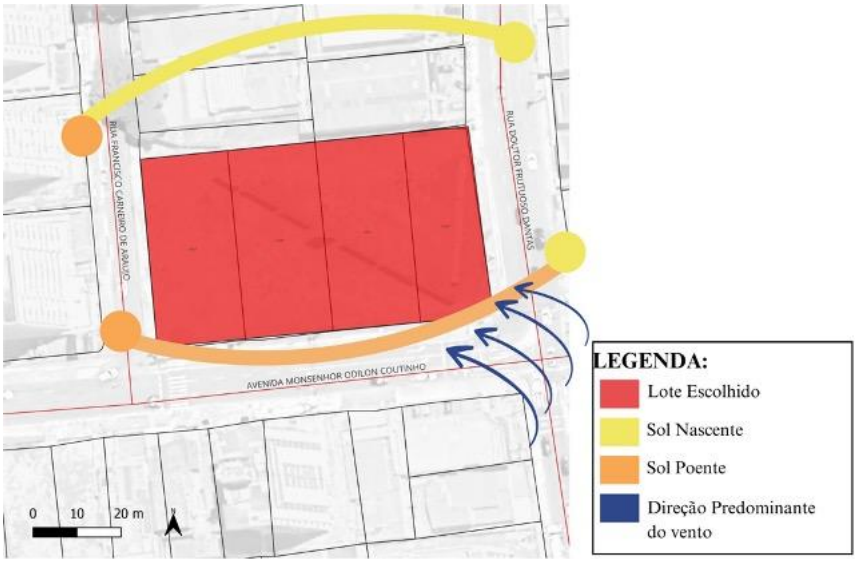
4.2.5. Análise da infraestrutura urbana na área de intervenção (saneamento, abastecimento, sistema elétrico, sistema de coleta de lixo e segurança)

Com o estudo sobre a infraestrutura da região que o terreno se encontra, foi visto que existe saneamento básico, sistema elétrico, coleta de lixo, pela região, por se tratar de uma avenida principal, além de possuir uma boa iluminação, promovendo uma maior segurança ao público que permeia pelo local.

4.2.6. Análise das condições ambientais e paisagismo

Com base no estudo feito sobre os condicionantes ambientais, foi observado que a fachada com a frente para o sul é a que possui a melhor ventilação, devido ao maior índice de ventilação, com isso serão priorizados os setores sociais para esse lado.

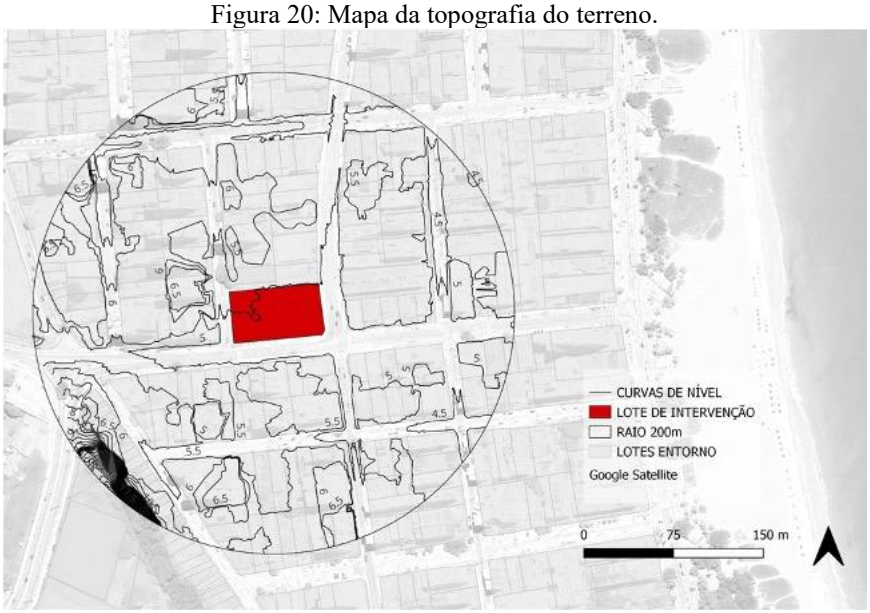
Figura 19: Mapa dos condicionantes ambientais.



Fonte: Mapa elaborado pelo autor, desenvolvido pelo software QGIS. 2024.

A sua topografia é plana como podemos observar no mapa (figura 20) onde só passa uma curva de nível e possui uma plantação de vegetação rasteira.

Figura 20: Mapa da topografia do terreno.

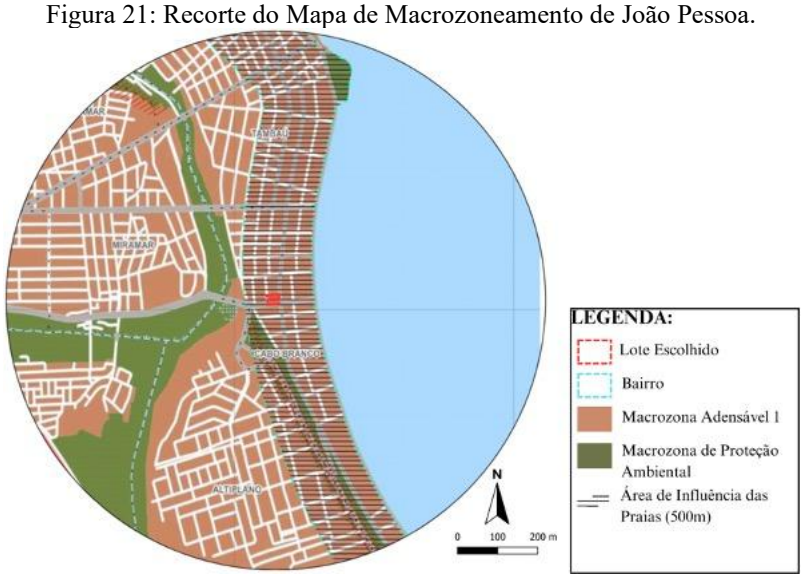


Fonte: Mapa elaborado pelo autor, desenvolvido pelo software QGIS. 2024.

4.2.7. Análise da legislação urbana Condicionantes legais

Com o intuito de desenvolver a proposta, foi necessário estudar as legislações pertinentes que serão precisas para a realização do anteprojeto. Assim, foi considerado o Plano Diretor de 2024 com a Lei Complementar n°166/2024 e o Código de Urbanismo da cidade de João Pessoa. Além disso, também foram analisados os mapas de macrozoneamento e zoneamento do município.

Figura 21: Recorte do Mapa de Macrozoneamento de João Pessoa.



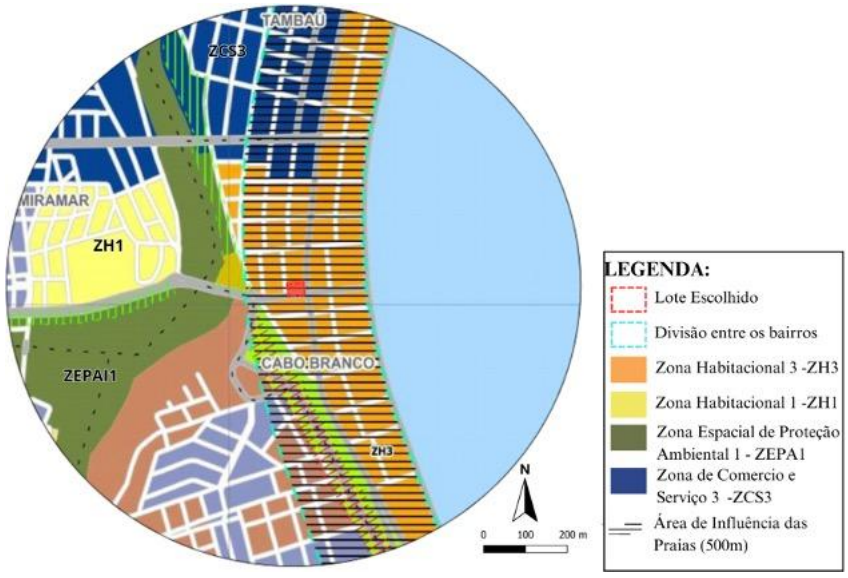
Fonte: Filipeia. Editado pela autora, em 2024.

Conforme o mapa de macrozoneamento de João Pessoa, o lote fica inserido na Macrozona Adensável 1, que foi estabelecido pelo novo Plano Diretor de 2024. Analisando o mapa de Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo o terreno está localizado na Zona Habitacional 3 (ZH3) de acordo com o Plano Diretor de 2024 como uma região:

> Art. 12. A Zona Habitacional 3 (ZH-3), incide na Zona Costeira do território municipal, incluindo áreas que são patrimônio ambiental, cultural, paisagístico, histórico e ecológico, localizada na faixa de 500 m (quinhentos metros) de largura de restrição da orla marítima, a partir da linha de testada da primeira quadra da orla em direção ao interior do continente.

O uso dado para esse terreno, de acordo com a Lei complementar de Uso e Ocupação do Solo do Município, n° 166 de Abril de 2024, está na zona ZH3, que tem a taxa máxima de ocupação de cinquenta por cento da área do lote e o seu gabarito de até três pavimentos.

Figura 22: Recorte do Mapa de zoneamento de João Pessoa.



Fonte: Filipeia. Editado pela autora, em 2024.

Figura 23: Tabela do quadro de parâmetros de ocupação do solo.

QUADRO DE PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO (A) (B)						
ZONA	AM	TO MÁXIMA (%)	TAP MÍNIMA (%)	RECUOS MÍNIMOS (m)		
				FRONTAL (RFT) (C)	LATERAL (RL) (D)	FUNDO (RFD) (E)
ZH-1	(F)	50	10	5,00	Até 3º PV = 1,50 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]
ZH-2 (G)	(H)	55	5	5,00	até 3º PV = 1,50 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até 2º PV = 2,00 3º e 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]
ZH-3	(F)	50	5	5,00	até 3º PV = 1,50 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]
ZH-4	(F) (H)	50	15	5,00	até 3º PV = 2,00 4º PV = 4,00 DE = 4,00+[(N-4)x0,30]	até 4º PV = 3,00 DE = 4,00+[(N-4)x0,30]
ZH-5	(F) (H)	50	15	5,00	até 2º PV = 1,50 3º e 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]
ZCS-1	(H)	80	5	0,00	0,00	2,00
ZCS-2	(H)	70	5	5,00	até 2º PV = 0,00 3º e 4º PV = 2,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]

Fonte: Lei complementar 166. 24 de Abril de 2024 Uso e Ocupação do Município de João Pessoa. Acesso em 10/09/2024. Editado pela autora, em 2024.

Também foi realizada uma consulta em relação às quantidades de vagas necessárias para esse tipo de uso de construção, como apresentado no quadro abaixo (figura 24). Na tipologia de uso foi achado, no item 17, o centro cultural, e nele podemos analisar que as vagas de automóveis do terreno estão localizadas em demais vias se enquadrando em uma vaga a cada cinquenta m² de área destinada ao público, sem a necessidade de ser coberta e não haverá a necessidade de um desembarque e embarque, tampouco de área de carga e descarga, sendo facultativos, pois só há necessidade se a construção for maior que dois mil m².

Figura 24: Tabela com o quadro com o número de vagas de estacionamento.

TIPOLOGIA DE USOS (A)		NÚMERO MÍNIMO DE VAGAS PARA ESTACIONAMENTO OU GARAGEM (B)(C)(D)					
		VAGAS DE AUTOMÓVEIS		ÁREA DE EMBARQUE E DESEMBARQUE (G)	ÁREA DE CARGA E DESCARGA	VAGAS DE MOTOCICLETAS permutáveis (E)	VAGAS DE BICICLETAS permutáveis (E) (F)
		Vias locais	Demais vias				
HABITACIONAL (H)							
17.	Salão de exposições, pavilhões ou centro de exposições, centros culturais, centro de convenções, parque de diversões e similares	1 vaga a cada 50 m² de área destinada ao público, coberta ou não.	1 vaga a cada 50 m² de área destinada ao público, coberta ou não.	• Até 2.000m²: facultativo; • acima de 2.000m²: prever área de embarque e desembarque no interior do lote.*	• Até 2000m²: facultativo; • acima de 2000m² - prever área de carga e descarga dentro do lote de porte compatível com o uso, podendo utilizar para este fim outras áreas de estacionamento caso seja realizado em horários alternativos ao funcionamento do estabelecimento	• De pequeno impacto: facultativo; • De grande impacto: prever vagas de motos no interior do lote	Facultativo
18.	Bibliotecas, museus e similares	1 vaga a cada 80m² de área construída (K)	1 vaga a cada 100m² de área construída (K)	Facultativo	Até 1.000m²: facultativo; Acima de 1.000m²: prever área de carga e descarga dentro do lote de porte compatível com o uso	Facultativo	Facultativo
19.	Clube social/esportivo, ginásios de esportes, estádios, quadras, campo, academias e similares	O critério que demandar mais vagas entre: • 1 vaga a cada 50m² de área coberta e 1 vaga a cada 100m² de área descoberta destinada à atividade; OU • Com arquibancada - 1 vaga a cada 05 assentos demarcados (K)	O critério que demandar mais vagas entre: • 1 vaga a cada 50m² de área coberta e 1 vaga a cada 100m² de área descoberta destinada à atividade; OU • Com arquibancada - 1 vaga a cada 10 assentos demarcados. (K)	• Até 2.000m²: facultativo; • Acima de 2.000m²: prever área de embarque e desembarque no interior do lote.*	Facultativo	• De pequeno impacto: facultativo; • De grande impacto: prever vagas de motos no interior do lote	Facultativo

Fonte: Lei complementar 166. 24 de Abril de 2024 Uso e Ocupação do Município de João Pessoa. Acesso em 10/09/2024. Editado pela autora, em 2024.

Além disso, a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 aponta que estabelecimento privado tem que ter vaga destinada para pessoas portadoras do Transtorno do Espectro Autista, e em

complemento a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, aponta que tem que garantir no mínimo uma vaga sinalizada com o Símbolo Mundial de Conscientização do Autismo.

5. MEMORIAL DESCRITIVO

5.1. Programa de necessidades / Pré-Dimensionamento.

O programa de necessidades foi desenvolvido com base em correlatos analisados, e observações em relação ao uso da edificação. Dessa maneira, foi analisado quais eram as necessidades que essa edificação precisa, e após a definição das necessidades foi feito o pré-dimensionamento, com estudos bibliográficos como "Dimensionamento Humano para Espaços Interiores" de Panero (2008) e "A Arte De Projetar em Arquitetura" de Neufert (1998 e 2018), além de consulta à ABNT NBR 9050/2020. Dessa forma, foi pensado em ambientes que estimulem os sentidos e a interação social, separando em locais sociais que são: sala de ateliê, estimulando o **tátil** e o **visual**, sala de música e dança, estimulando a **audição** e coordenação motora, sala de fitogastronomia, que lida com o **paladar** e com a coordenação motora, sala de exposições imersiva, estimulando os sentidos **visuais.** Além do mais, haverá um local com fonte, no qual proporcionará a ativação do estímulo tátil e auditivo, a partir do barulho da queda das águas, fora os locais com jardim sensorial utilizando vegetações que possuam uma fragrância para estimular o **olfato**, com uma horta, para o cultivo de frutas, como a jabuticabeira, amora, jambo, que desperta o **paladar**, além de uma cafeteria, com ambiente para contemplação. Ademais, com o setor administrativo com sala de reunião, administração, produção de eventos, almoxarifado, setor íntimo com baterias de banheiros e vestiários, para o público da edificação e funcionários e o setor de serviço, onde ficam os ambientes para armazenamentos e a parte técnica.

Figura 25: Tabela do programa de necessidades.

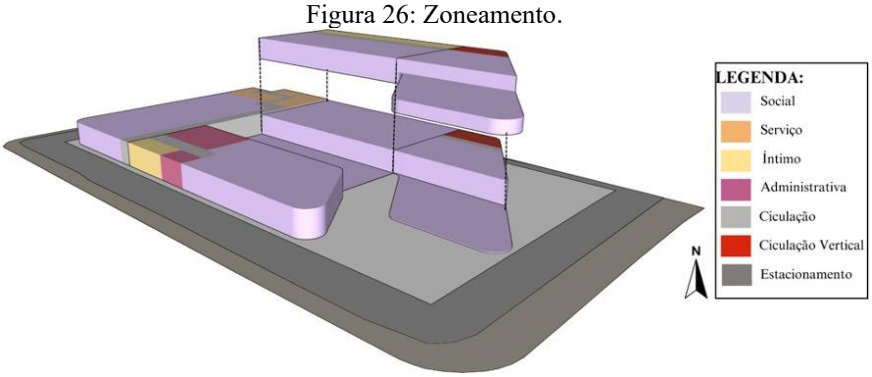
SETOR	AMBIENTE	ÁREA PRÉ DIMENSIONADA	REFERÊNCIA
SOCAIL	Recepção/ Espera	60m²	Neufert
	Sala de ateliê	50m²	Neufert
	Sala de acomodação sensorial	33m²	Correlato
	Área de exposição de artes	183m²	Neufert
	área de exposição abertas	165m²	Neufert
	Sala de música	56m²	Neufert
	Exposições imersivas	237m²	Correlato
	Área para contemplação	165m²	Correlato
	Cafeteria	90m²	Neufert
	Sala de dança	70m²	Neufert
	Coworking	55m²	Correlato
	Sala para fitogastronomia	100m²	Correlato
ADMINISTRATIVO	Sala de reunião	30m²	Correlato
	Administração	27m²	Correlato
	Produção de eventos	12m²	Correlato
ÍNTIMO	WC PCD	4m²	NBR 9050
	Fraldário	8m²	Correlato
	WC Masc.	13m²	NBR 9050
	WC Fem.	13m²	NBR 9050
	Vestiário Fem.	15m²	NBR 9050
	Vestiário Masc.	15m²	NBR 9050
SERVIÇO	Copa	21m²	Panero
	DML	8m²	Neufert
	Depósito	15m²	Neufert
	Armazenamento	21m²	Correlato
	Abrigo de lixo	4m²	Correlato
	Estacionamento	1 vaga a cada 50m²	——

Fonte: Elaborado pela autora 2024.

5.2. Zoneamento

Depois de analisar os programas de necessidades em conjunto com o pré-dimensionamento, foi pensado um zoneamento para o anteprojeto por setores, com o intuito de priorizar os condicionantes ambientais como a ventilação para as salas de aulas e de maior permanência. Dessa forma, foi separado o setor social do de serviço e administrativo, em que o social fica distribuído por toda a edificação, por se tratar tanto de salas, quanto de ambientes de exposições que possui tanto no pavimento superior quanto no térreo. Já o setor administrativo localiza-se no térreo.

Figura 26: Zoneamento.

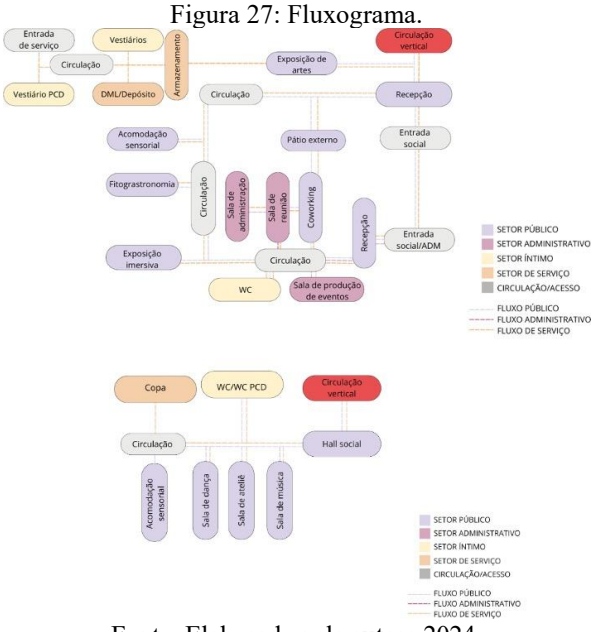


Fonte: Elaborado pela autora 2024.

5.3. Fluxograma

O fluxograma foi analisado considerando a ligação dos ambientes e a inclusão e interação do público que utilizará, com zonas de transição, no qual foram pensadas para o equilíbrio sensorial nas circulações de um ambiente para outro. Dessa forma, a edificação foi dividida em dois pavimentos com uma das partes ficando em balanço, para criação de jardins sensoriais e interativos, além de criar um volume diferente e proporcionar uma edificação feita para as pessoas, na qual quem passa sinta a vontade de entrar e conhecer. Com isso, uma parte do edifício ficará mais concentrada com as salas de aulas e na outra a exposição e rooftop, facilitando a locomoção pela edificação.

Figura 27: Fluxograma.



Fonte: Elaborado pela autora 2024.

5.4. Alternativas para a acessibilidade

Foram idealizadas, através da NBR 9050, as necessidades e dimensões precisas para pessoas com a demanda de acessibilidade e com isso foram inseridos no anteprojeto acessos e circulações com a largura necessária para o giro do cadeirante, rampas adequadas (máximo de 8,33%) conectando o acesso da rua para dentro da edificação, os corredores e portas possuem larguras que atendem às normas de acessibilidade, facilitando a circulação de cadeiras, layouts das salas e banheiros PCD com barras de apoio e portas abrindo para fora, além de um elevador para facilitar o acesso ao andar superior. Por fim, foram utilizados elementos sensoriais e informativos como o piso tátil que guiam pessoas com deficiência visual na calçada.

5.5. Alternativas para o conforto ambiental

No anteprojeto, pensou-se na ventilação natural do edifício, com planejamento de favorecer a ventilação cruzada, utilizando aberturas estratégicas das janelas e portas visando permitir a entrada e circulação de ventos predominantemente no sudeste, com um pátio externo central composto por vegetação de grande e pequeno porte, e no térreo, com circulação aberta para o local de maior ventilação. Além disso, pensando no melhor conforto térmico e estética do projeto foram inseridos brises de chapa metálica perfurado na cor cobre, instalados nas fachadas mais expostas ao sol, proporcionando o bloqueio do calor para dentro da edificação, mas fazendo com que a pessoa que estiver dentro da edificação não perca a visão do lado externo. Também, foram utilizadas vegetações de grande e médio porte, nas quais promovem o sombreamento, proporcionando um conforto térmico.

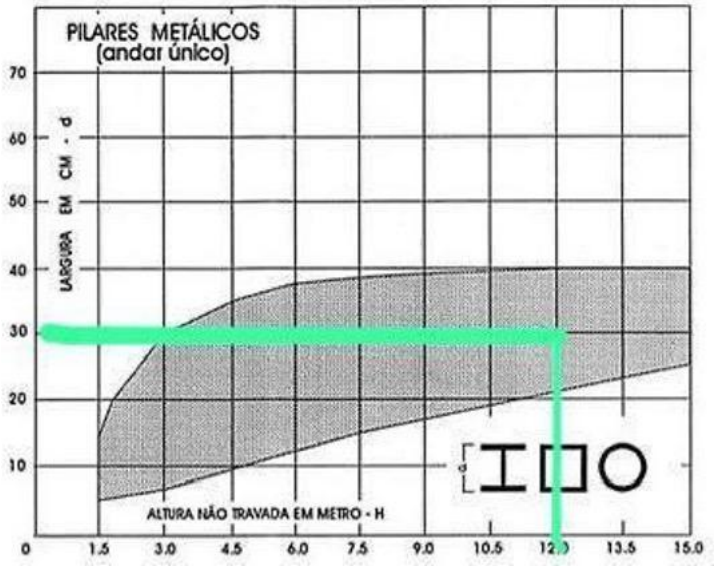
5.6. Alternativas para sustentabilidade

Uma arquitetura bioclimática com o aproveitamento da ventilação e luz natural para os ambientes, a utilização dos brises para o diminuição da luz solar em fachadas que pegam maior índice da luz solar, eficiência energética com a iluminação de led, o sistema de estrutura com pilares em estrutura metálica no qual reduz o lixo. Além disso, o uso de coleta de lixo seletiva, vegetações algumas sendo nativas e um incentivo a mobilidade sustentável com espaços do bicicletário, já que na região há uma ciclovia.

5.7. Sistema estruturais

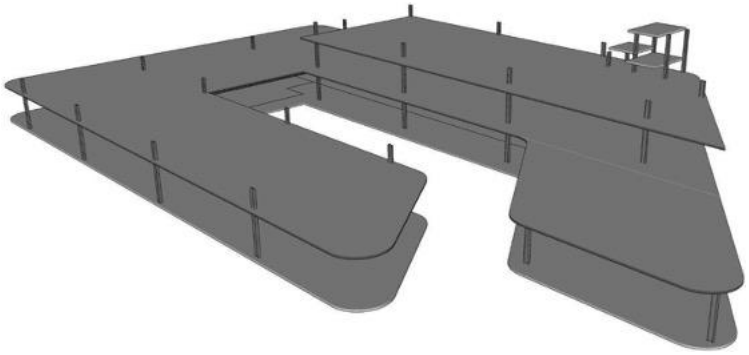
Sistema construtivo que foi definido através do uso da edificação, por ser um local com muitas exposições e locais mais abertos, com uma necessidade de grandes vãos e para isso foram realizados estudos para buscar a melhor estrutura para ser utilizada na edificação. Assim, foi escolhido o uso de estrutura metálica para os pilares com distâncias entre eles de até 12 metros, com isso, foi consultado o gráfico de yopanan (figura 28). Nele, observamos que há uma necessidade de um pilar de 30 cm de largura para um vão de 12 metros, dessa forma, foi utilizado o perfil em H. Ademais, foi definida a laje de forma protendida que também conta com uma estrutura metálica que permite ter grandes vãos. Com isso, foi possível uma integração da arquitetura com a estrutural, na qual podemos observar na imagem em 3D (figura 29).

Figura 28: Gráfico de pré-dimensionamento de pilares em aço.



Fonte: Rebello, 2024.

Figura 29: Planta de implementações e acessos.



Fonte: Elaborado pela autora 2024.

5.8. Sistema de esgotamento e saneamento

O sistema de esgotamento e saneamento utilizado será conectado com a rede pública ofertada pelo bairro, além disso, contará com a finalidade de um sistema objetivo para garantir a coleta, o tratamento e o descarte adequado dos efluentes gerados no centro cultural.

5.9. Sistema hidráulico

Para chegar ao volume do reservatório superior de água foi realizado um pré-dimensionamento de acordo com as direções da NBR 5626 de Instalações predial de água fria. Dessa forma, foi realizado o seguinte cálculo: para o uso de um edifício públicos ou comerciais é considerado 50 litros de uso diário per capita, foi considerado 150 pessoas usando o centro cultural multissensorial por dia (esse número foi levado em consideração ao layout existente no anteprojeto). Com isso, calcula-se 150 x 50 resultando em 7.500 litros.

Porém, é necessário considerar o uso por dois dias, sendo 7.500 x 2 ficando 15.000 Litros, mais 1,5 litros de água para cada metro de jardim da edificação (1,5 x 518) que dá 777 litros de água para o jardim. Do mesmo modo, é necessário considerar a taxa segundo a NBR 13.714/2000

do Corpo de Bombeiros para o combate ao incêndio de 20% do valor total, que dá 3.155 litros, o total necessário é de 18.932 litros e o reservatório da edificação possui espaço para 20.000 litros.

5.10. Sistema elétrico

O sistema elétrico será utilizado com base na Energisa-PB com a voltagem utilizada por João Pessoa de 220V, sendo adicionados alguns postes na edificação para uma melhor iluminação nas calçadas e nos mobiliários externos.

5.11. Mecanismo de automação

O mecanismo de automação utilizado na edificação é uma iluminação dinâmica com sensores de presença e controle de acionamento, de intensidade e o tipo de iluminação a ser utilizada em cada momento (LEDs dinâmicos), criando diferentes atmosferas conforme o uso dos espaços, economizando energia e tornando mais acessível aos usuários. Os áudios, segurança e condicionadores de ar também funcionam de forma automatizada para facilitar o desligamento no final do uso, de forma que economiza a energia.

5.12. Paisagismo

Foi utilizado o paisagismo na edificação, com vegetações rasteiras e locais com grama, árvores de grande porte para dar imponência à edificação, além de trazer a parte biofílica do anteprojeto e árvores frutíferas para poder trabalhar com o sentido do palato. Ainda, as árvores foram inseridas na parte do pátio externo, no qual fica próximo à sala de fitogastronomia, mas também serve para quem permear pelo pátio, e quando o público se assentar nos bancos possa colher um fruto. As espécies de plantas frutíferas foram a jabuticaba, pitanga e acerola.

5.13. Coleta de lixo

A coleta de lixo é realizada pela EMLUR em João Pessoa. A edificação contará com a coleta seletiva, com materiais recicláveis como: plástico, papel, metal e vidro, os orgânicos e resíduos especiais.

5.14. Impacto de vizinhança

O impacto na vizinhança seria a valorização dos imóveis nas proximidades do terreno, por ser um equipamento de lazer, localizado numa região comercial e residencial, além disso o Cabo Branco é conhecido por ser arborizado e na edificação contará com uma boa parte de vegetações de grandes portes e rasteiras, permitindo a continuidade da imagem que o bairro passa ao público e tornando a edificação convidativa, promovendo um bem estar, bem como uma inclusão para todos os públicos, nos quais poderão usufruir de forma independentes.

5.15. Impacto ambiental

No terreno originalmente utilizado, não há a existência de vegetação de grande porte, mas serão implementadas vegetações de grande e médio porte, melhorando a qualidade do ar, a regulação térmica, além de servir como barreira de ruído de forma natural.

6. PROPOSTA DO ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO

O anteprojeto do Centro Cultural Multissensorial no município de João Pessoa, nomeado Essência Centro Cultural Multissensorial, um nome imponente e poético, de forma que se remete o essencial para os seres humanos, que permita essa conexão, calmaria e acolhimento de um ambiente sensorial, que sirva para todas as pessoas.

6.1. Implantação e acessos

A implantação foi realizada através das análises e estudos dos condicionantes climáticos e legais, de forma que o anteprojeto foi projetado respeitando os limites das normas e adequado para a ventilação favorecida pelo terreno. Além disso, por se tratar de um terreno com três frentes, foram utilizados os recuos do lote para implantar as vagas necessárias para estacionamento com acesso nas três laterais, local do bicicletário com um acesso e um porte-cochère para o embarque e desembarque do público. Pela localização dos lotes ficarem em vias coletoras e arteriais de altos fluxos, deixou-se a rua local para a entrada de serviço, com uma entrada para caminhão e seu descarregamento de materiais. Por fim, como pode ser visto na figura 30, há 2 entradas principais, nas quais uma destina-se ao público que deseja agendar um evento ou ir à exposição minerva ou ainda utilizar o coworking, e a outra para o acesso às salas de aulas, cafeteria e exposição de artes.

Figura 30: Planta de implementações e acessos.

Fonte: Elaborado pela autora 2024.

6.2. Coberta

A planta de coberta foi criada com o material de telha de fibrocimento, algeroz e a calha com as inclinações de 10%, além de conter o acesso do reservatório de água para manutenção e acesso a casa de máquinas, como mostra na figura 31 abaixo:

Figura 31: Planta baixa de coberta.

Fonte: Elaborado pela autora 2024.

6.3. Térreo

No pavimento do térreo, figura 32, estão dispostos os seguintes ambientes: um de exposição de artes físicas com quadros e esculturas, outro de exposição imersiva e outro em um ambiente externo. Além disso, contará com uma sala de acomodação sensorial e uma sala de atividade voltada à fitogastronomia, na qual está localizada próximo ao pátio externo, em razão de estar próxima às árvores frutíferas que podem ser utilizadas para realizar alguns preparos de comida nas aulas. Ainda, possui ambientes administrativos e de serviços, com espaços para os funcionários. Há também uma fonte interativa na entrada da edificação para estimular os sentidos do público e a interação, ficando as entradas principais para as vagas de estacionamentos de carros e bicicletas, o ambiente de serviço com vestiários masculinos, femininos e pcd, bem como local para o embarque e desembarque dos materiais, ambientes de armazenamentos, depósitos, geradores e o abrigo do lixo na lateral do acesso de serviço.

Figura 32: Planta baixa térreo.

Fonte: Elaborado pela autora 2024.

6.4. Pavimento 01

Nesse andar do primeiro pavimento, figura 33, ficam localizadas as salas de aulas, todas com layouts pensados e acessíveis, quais sejam: sala de dança, música e pinturas, que pode haver exposições no próprio centro cultural. Ademais, possuem banheiros femininos, masculinos, fraldário e PCD feminino e masculino, sala de acomodação sensorial e uma cafeteria no rooftop com uma área externa.

Figura 33: Planta baixa térreo.

Fonte: Elaborado pela autora 2024.

6.5. Cortes e fachadas

Para a compreensão das alturas estabelecidas na edificação, foram passados 4 cortes, conforme se vê nas figuras 34, 35, 36 e 37 nos quais consegue mostrar as partes mais importantes para compreensão das alturas do pé direito e esquerdo do projeto passando nas escadas, elevadores e banheiros. Com isso, observamos um pé direito entre 2.97 e 3.00m, uma caixa d'água com 2,30m. Outrossim, podemos observar as fachadas nas figuras 34 com esquadrias de piso a teto, elementos de brise em locais estratégicos para proteção solar e dar uma forma estética ao projeto, além de possuir uma fonte interativa para promover os sentidos tanto auditivo como tátil dos usuários. Os materiais que foram utilizados foi o revestimento de concreto e cimento queimado, com tons mais neutros deixando em destaque o brise de chapa metálica perfurada na cor cobre e uma arborização na qual a biofilia fica dominante.

Figura 34: Cortes.

Fonte: Elaborado pela autora 2024.

6.6. Volumetria

Por meio da volumetria é possível compreender as aberturas, alturas, os paisagismos, materiais utilizados nas fachadas e o elemento do brise e observar como a proposta do anteprojeto Centro Cultural multissensorial de forma visual.

Figura 42: Volumetria do projeto.

Fonte: Elaborado pela autora 2024.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O anteprojeto situado no bairro do Cabo Branto, o Essência Centro Cultural Multissensorial foi desenvolvido com o propósito de promover inclusão e bem-estar para pessoas típicas e atípicas, em especial aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Com base em uma abordagem centrada na neuroarquitetura e na arquitetura multissensorial, o projeto buscou integrar elementos que estimulam os sentidos e criam ambientes acessíveis.

Os objetivos propostos foram, adequados às normas urbanísticas e de acessibilidade, a inserção de elementos sensoriais para atender ao público com TEA, e a criação de espaços voltados ao lazer, cultura e aprendizado. O projeto destaca-se pela atenção às condições climáticas locais, utilização de materiais sustentáveis e aplicação de soluções que incentivam o uso de iluminação e ventilação naturais, respeitando os condicionantes ambientais e o entorno do terreno.

O espaço do terreno foi planejado criteriosamente garantindo a funcionalidade e integração dos espaços, ambientes para exposições de artes e exposições imersivas. Além disso, a viabilização completa de tecnologias de automação e elementos sensoriais, para ajudar na acessibilidade e autonomia dos usuários.

O projeto destaca-se por elementos arquitetônicos, como os jardins sensoriais com árvores frutíferas, o uso de materiais locais e sustentáveis, e a implementação de espaços flexíveis que integram aprendizado, lazer e inclusão. Esses aspectos, atendem às demandas do público abordado, demonstrando como a arquitetura pode atuar como uma ferramenta transformadora na criação de uma sociedade mais inclusiva.

Assim, o Essência Centro Cultural Multissensorial reafirma o papel da arquitetura não apenas como disciplina técnica, mas como promotora de experiências significativas, contribuindo para a qualidade de vida e o bem-estar social. O projeto materializa o compromisso com a inclusão, o respeito à diversidade e oferece um espaço que acolhe, inspira e conecta.

REFERÊNCIAS

ANDRÉA. Como a neuroarquitetura contribui para o bem-estar físico e mental. Disponível em: https://revistaabm.com.br/artigos/como-a-neuroarquitetura-contribui-para-o-bem-estar-fisico-e-mental#:~:text=%E2%80%9CA%20neuroarquitetura%20nutre%2Dse%20do,melhorar%20a%20qualidade%20de%20vida. Acesso em 20 de Maio de 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10152: Níveis de ruído para conforto acústico. Rio de Janeiro, 2020. Acesso em 23 de Setembro de 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12179: Tratamento acústico em recintos fechados - Procedimento. Rio de Janeiro, 1992. Acesso em 23 de Setembro de 2024.

BRASIL. Lei Federal n° 11.090 de 16 de Março de 2018. Disponível em: http://www.al.pb.leg.br/wp-content/uploads/2018/03/DPL-22.03.2018.pdf Acesso em 15 de Maio.

BRASIL. Lei Federal n° 13.146/15, de 06 de Julho de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em 12 de Maio de 2024.

BRASIL. Lei Federal n° 13.861 de 18 de Julho de 2019. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/07/19/publicada-lei-que-inclui-dados-sobre-o-autismo-no-censo-demografico#:~:text=Publicada%20lei%20que%20inclui%20dados%20sobre%20o%20autismo%20no%20censo%20demogr%C3%A1fico,-Compartilhe%20este%20conte%C3%BAdo&text=Os%20censos%20demogr%C3%A1ficos%20realizados%20a,sexta%2Dfeira%20(19). Acesso em 14 de Maio de 2024.

BRASIL. Lei Federal n° 13.977 de 08 de Janeiro de 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/cciviL_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13977.htm#:~:text=%C3%89%20criada%20a%20Carteira%20de,sa%C3%BAde%2C%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20assist%C3%AAncia%20social. Acesso em 15 de Maio.

CARBONE, M. O que é neuroarquitetura? Especialista no tema explica. Disponível em: https://www.aecweb.com.br/revista/materias/o-que-e-neuroarquitetura/24925 Acesso em 20 de Maio.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. Disponível em:

https://sapl.joaopessoa.pb.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2021/125334/06_plo_-_dispoe_sobre_a_implantacao_de_vagas_de_estacionamento_preferenciais_reservadas_as_pessoas_com_transtorno_do_espectro_autista.pdf Acesso em 02 de Outubro de 2024.

CENTRO DE REFERÊNCIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO PARA PESSOA COM

DEFICIÊNCIA – CRMIPD. Disponível em: https://www.joaopessoa.pb.gov.br/servico/centro-de-referencia-municipal-de-inclusao-para-p essoa-com-deficiencia-crmipd/ Acesso em 02 de Setembro de 2024.

Clinica DMI | Diagnóstico Médico por imagem. Disponível em: https://www.clinicadmi.com/portal/Index/noticia/4606#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20do,milh%C3%B5es%20de%20autistas%20no%20Brasil. Acesso em 10 de Maio de 2024.

COULLERI, Agustina. Centro cultural PILARES. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/991674/centro-cultural-pilares-rozana-montiel-estudio-de-arquitectura Acesso em 28 de Maio de 2024.

FILIPÉIA MAPAS DA CIDADE. Disponível em: https://filipeia.joaopessoa.pb.gov.br/ Acesso em 02 de Setembro de 2024.

IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/joao-pessoa.html Acesso em 02 de Setembro de 2024.

Jornal da UNESP. Com número de diagnósticos em crescimento vertiginoso, Transtorno do Espectro Autista ainda é desafio para pesquisa neurológica. Disponível em: https://jornal.unesp.br/2023/02/15/com-numero-de-diagnosticos-em-crescimento-vertiginoso-transtorno-do-espectro-autista-ainda-e-desafio-para-pesquisa-neurologica/ Acesso em 05 de Maio de 2024.

MATOSO, M. Neuroarquitetura: como o seu cérebro responde aos espaços. Disponível em:

https://www.archdaily.com.br/br/981830/neuroarquitetura-como-o-seu-cerebro-responde-aos-espacos Acesso em 20 de Maio de 2024.

Ministério da Saúde. Definição - Transtorno do Espectro Autista (TEA) na criança. Disponível em:

https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/transtorno-do-espectro-autista/definicao-tea/ Acesso em 12 de Maio de 2024.

MONTIEL, ROZANA. PILARES. Disponível em: https://rozanamontiel.com/pilares/ Acesso em 28 de Maio de 2024.

MONTIEL, ROZANA e PEREZNIETO, SANDRA. DIVISARE. Disponível em:

https://divisare.com/projects/476649-rozana-montiel-sandra-pereznieto-pilares Acesso em 28 de Maio de 2024.

MOSTAFÁ, M. Aspectss. Disponível em: https://www.autism.archi/aspectss Acesso em 10 de Maio de 2024.

NR 17. ERGONOMIA BRASÍLIA. 2021. Disponível em:

https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-17-atualizada-2022.pdf Acesso em Outubro de 2024.

OLIVEIRA, LAYSE. Centro de apoio infantil ao autista em Maceió-AL. TCC Arquitetura e Urbanismo, Alagoas: Universidade Federal de Alagoas, 2023. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/13121 Acesso em 02 de Setembro de 2024.

PALLASMAA, Juhani. Os olhos da pele: A arquitetura e os sentidos. Porto Alegre: Bookman, 2011.

PAHO.ORG. Transtorno do espectro autista. Disponível em: https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista#:~:text=O%20transtorno%20do%20espectro%20autista,e%20realizadas%20de%20forma%20repetitiva. Acesso em 05 de Maio de 2024.

PLANO DIRETOR JOÃO PESSOA. Disponível em: https://planodiretor.joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/2024_Diario_444_SUPLEMENTO.pdf Acesso em 02 de Setembro de 2024.

REBELLO, Yopanam Conrado Pereira. A concepção estrutural e a arquitetura. São Paulo: Zigurate Editora, 2000. Acesso em 10 de Outubro de 2024.

VALENTE, L. e FIORAVANTE, L. O que é neuroarquitetura? Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/1009682/o-que-e-neuroarquitetura Acesso em 12 de Maio de 2024.

VITRUVIUS. Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.044/622 Acesso em 10 de Outubro de 2024.

CAPÍTULO 5: DO ABANDONO À INCLUSÃO

UMA ABORDAGEM PROJETUAL SOBRE REQUALIFICAÇÃO DE EDIFÍCIO OCIOSO NO CENTRO DE JOÃO PESSOA-PB PARA ACOLHIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Lívia Maria Felix Giangiulio [1]
José Giuseppe Pereira Branquinho [2]

RESUMO

No Brasil, a negligência estatal leva muitas pessoas a sobreviverem em situação de rua, enquanto edifícios abandonados nas áreas centrais das cidades não cumprem sua função social. Diante disso, este trabalho propõe a requalificação de um desses prédios no centro de João Pessoa, transformando-o em um centro de acolhimento para pessoas em situação de rua, integrado a uma galeria comercial. Nessa conjuntura, buscou-se analisar a exclusão dessa população das políticas públicas, avaliar o potencial do edifício do antigo IPASE para cumprir sua função social e criar espaços para acolhimento e reintegração socioeconômica. A pesquisa, que inclui revisões bibliográficas e modelagem 2D/3D para concepção do projeto, sugere que a reabilitação de imóveis ociosos pode trazer benefícios à vitalidade urbana e à reintegração social, promovendo a melhoria da qualidade de vida e um desenvolvimento urbano mais sustentável.

Palavras-chaves: Pessoa em situação de rua; Requalificação; Centro de Acolhimento.

ABSTRACT

In Brazil, state neglect forces many people to survive on the streets, while abandoned buildings in the central areas of cities fail to fulfill their social function. In light of this, this study proposes the requalification of one such building in downtown João Pessoa, transforming it into a shelter for homeless people, integrated with a commercial gallery. In this context, the research aimed to analyze the exclusion of this population from public policies, evaluate the potential of the former IPASE building to fulfill its social function, and create spaces for shelter and socioeconomic reintegration. The research, which includes literature reviews and 2D/3D modeling for project design, suggests that the rehabilitation of idle properties can bring benefits to urban vitality and social reintegration, promoting improved quality of life and more sustainable urban development.

Keywords: Homeless population; Requalification; Shelter Center.

[1] Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniesp.
E-mail: livia_maria_9@hotmail.com
[2] Orientador do trabalho e Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniesp.
E-mail: giuseppebranquinho@iesp.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O direito à cidade é um tema de relevância mundial por ser um instrumento contra desigualdade social, urbanização acelerada e crises habitacionais. A Carta Mundial pelo Direito à Cidade define-o como "um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, [...] com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado" (2007, p. 3). Esse direito deve priorizar o bem coletivo, garantindo uma vida digna sem discriminação.

Associado a ele, o direito à moradia, essencial e reconhecido pela Constituição Federal de 1988, está entre os direitos sociais fundamentais. Contudo, ele ainda é negado a muitas pessoas, como afirma Raquel Rolnik que mais de um bilhão de pessoas no mundo vivem em assentamentos precários e favelas, sem acesso a serviços básicos e sem condições de vida adequadas. (IPEA, 2009).

A carência de moradia adequada não afeta apenas a população que vive em periferias, mas também leva muitas pessoas a sobreviverem em situação de rua. A falta de moradia regular faz com que essas pessoas ocupem espaços públicos ou áreas degradadas, como prédios abandonados, expondo-as a riscos e agravando sua exclusão social (SILVA, 2006).

Silva explica que o fenômeno da população em situação de rua (PSR) está relacionado às transformações do capitalismo, e que anos 90, a migração campo-cidade e a superpopulação relativa intensificaram essa questão. Atualmente o Decreto nº 7.053/2009 instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, definindo-a como um grupo heterogêneo, marcado por pobreza extrema, vínculos familiares fragilizados e falta de moradia regular, que utiliza espaços públicos e áreas degradadas como abrigo temporário ou permanente. Este grupo enfrenta dificuldades no acesso a direitos básicos, e necessita de políticas públicas que abordem as causas estruturais da pobreza e promovam a inclusão social.

Em 2023, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) registrou 227 mil PSR no Cadastro Único (IPEA, 2024). Em João Pessoa, o primeiro censo de PSR foi realizado em 2020, registrando 278 pessoas nessa situação, com maiores concentrações nos bairros Centro, Bessa e Jaguaribe (ALMEIDA, 2022). Em 2023, um novo censo foi iniciado, mas seus resultados ainda não foram divulgados.

A cidade enfrenta ainda o problema dos edifícios abandonados, que não cumprem sua função social. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) identificou 42 prédios em risco de desabamento e 45 fechados ou abandonados, necessitando de reparos (Portal T5, 2023). O antigo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) é um exemplo de prédio subutilizado, apesar de sua localização central e infraestrutura. Existe uma proposta para transformá-lo em habitação popular, por meio do programa Minha Casa Minha Vida, mas esta modalidade atenderá apenas pessoas de baixa renda comprovada, excluindo as PSR e agravando sua vulnerabilidade.

Apesar da exigência constitucional nos artigos 182 e 183 para o cumprimento da função social da propriedade, a negligência do Estado é evidente, com muitos prédios ociosos e falta de fiscalização. A ausência de dados precisos e apoio limitado à PSR evidencia essa exclusão. Em João Pessoa, o Centro POP (Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua) oferece atendimento e serviços essenciais, mas sua estrutura improvisada, apesar de desempenhar um papel crucial, limita o suporte oferecido.

Por outro lado, a requalificação urbana é um conceito que surge como uma estratégia para transformar áreas degradadas ou subutilizadas em espaços funcionais e sustentáveis. Segundo Ronaldo Goulart Duarte define requalificação como a alteração de áreas urbanas para conferir-

lhes nova função (DUARTE, 2005). Magalhães (2000) afirma que a requalificação recupera espaços desvalorizados por meio de intervenções integradas, envolvendo aspectos sociais, culturais e econômicos.

No Brasil, a urbanização deslocou populações para periferias, enquanto os centros urbanos estão repletos de prédios abandonados. A reabilitação desses edifícios é uma solução promissora, mas enfrenta obstáculos legais (Costa et al., 2006). Comarú (2012) argumenta que a localização central desses espaços facilita o acesso a serviços e empregos, enquanto Leite (2012) defende que regenerar áreas metropolitanas é mais eficiente do que as expandir.

Com isso, este trabalho busca refletir sobre a situação de sobrevivência das PSR em João Pessoa, destacando a existência de prédios abandonados que não cumprem sua função social. Como solução, propõe-se a intervenção no edifício do antigo IPASE, demonstrando seu potencial para abrigar moradia temporária para essa população, além de sugerir programas que contribuam para rompimento do ciclo de vulnerabilidade.

O objetivo geral é elaborar um anteprojeto arquitetônico de um centro de acolhimento para PSR no centro de João Pessoa. Especificamente, busca-se: (i) apresentar a realidade dessa população e sua exclusão das políticas públicas de habitação no Brasil; (ii) discutir as potencialidades do prédio do antigo IPASE para cumprir sua função social; e (iii) conceber espaços que atendam às demandas de acolhimento e reinserção socioeconômica para essa população.

Para o desenvolvimento do projeto, a metodologia incluiu revisão bibliográfica e documental, com acesso a artigos, teses, livros e publicações pela Internet. Tecnologias de georreferenciamento foram usadas para dados sobre o edifício e seu entorno, e ferramentas de modelagem 2D e 3D para criar plantas baixas e modelos tridimensionais.

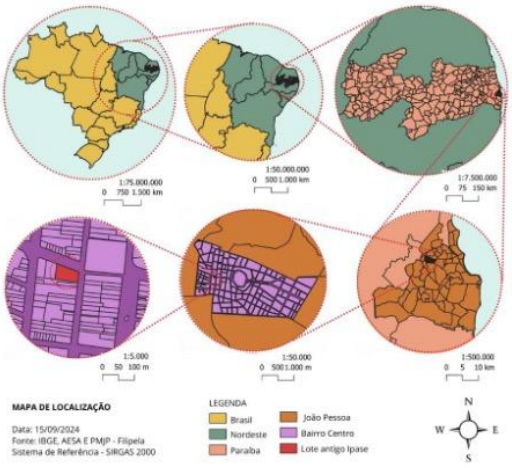
2. ESTUDO PRELIMINAR

2.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

a. Características geográficas e localização

O edifício sede do antigo IPASE está situado no Centro de João Pessoa, na chamada Cidade Alta, uma região valorizada e com um comércio expansivo. Ele encontra-se próximo à Praça Vidal de Negreiros, também conhecida como Ponto de Cem Réis, e está situado entre a Rua Guedes Pereira, ao norte, e a Rua Duque de Caxias, ao leste.

Figura 01: Mapa de Localização.



Fonte: De autoria própria.

A área central de João Pessoa é marcada por uma topografia relativamente plana, com suaves elevações. O edifício do antigo IPASE reflete essas características: enquanto sua fachada leste está voltada para o Ponto de Cem Réis, um espaço plano e aberto, a fachada norte segue o aclive gerado pela elevação do viaduto Damásio Franca. Além disso, o entorno do edifício carece de uma zona de amortecimento, sendo marcado pela intensa circulação de pessoas e pela presença de comércio ativo.

Figura 02: Perspectiva do edifício do antigo IPASE.

Fonte: De autoria própria.

b. Características da população e dados socioeconômicos

O Centro de João Pessoa, apesar de ser um bairro dotado de infraestrutura e bons acessos, enfrenta problemas, como a especulação imobiliária e o descaso por parte das autoridades. Esse cenário é resultado do processo de expansão urbana ocorrido no século XX, que transferiu as atividades centrais para a orla marítima (SILVA, 2015).

Esse processo resultou em um contingente de edifícios desocupados e vazios urbanos em que "a área central de João Pessoa foi deixada de lado, sendo desvalorizada em termos imobiliários e comerciais, condição agravada pelo péssimo estado de conservação das edificações, estando algumas já em processo de arruinamento" (SILVA, 2015, p.82). Não obstante, o Centro também o bairro com a maior concentração de PSR.

c. Descrição dos envolvidos e impactados pela proposta

A proposta foca na PSR. Em junho de 2023, a Paraíba tinha 748 pessoas nessa condição (SEDH-PB, 2023). Em João Pessoa, o censo de 2020 registrou 278 PSR, com maior concentração no Centro (27%), Bessa (23%) e Jaguaribe (17%). Uma nova coleta de dados iniciou-se em 2023 para atualizar o perfil dessa população, mas ainda não há resultados divulgados.

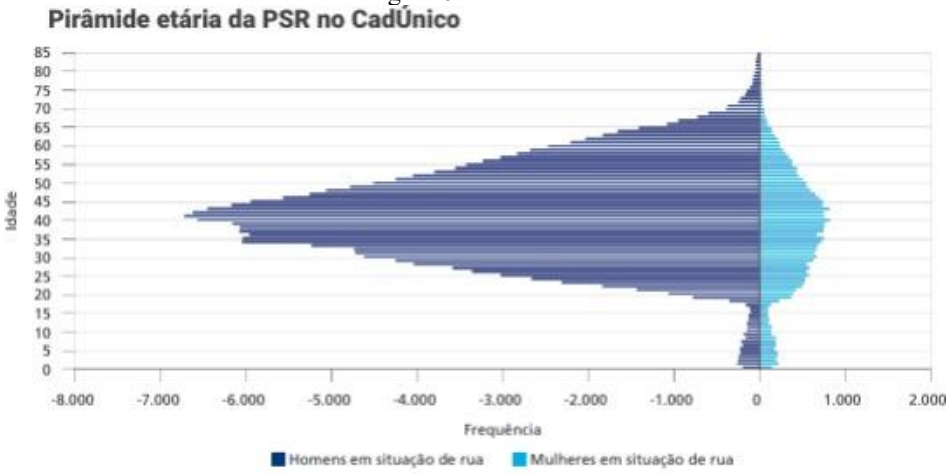
Devido à falta de informações locais, serão utilizados dados nacionais do IPEA (2024) e informações dos Centros POP e CREAS. A maioria dos PSR no CadÚnico tem entre 30 e 49 anos (57%), com uma média de 41 anos. Apenas 2,5% são crianças e adolescentes, e 3,4% são idosos, com 94% tendo entre 18 e 64 anos.

Sobre os locais onde as PSR costumam dormir e a frequência semanal, cerca de 58% dormem na rua regularmente, enquanto um terço utiliza albergues com alguma frequência. Apenas 3% dormem em casas particulares, e 12% dormem em outros tipos de espaços.

Figura 03: Pessoa em situação de rua.

Fonte: De autoria própria.

Figura 04: Gráfico.



Fonte: Cadastro Único, ago. 2023.
Elaboração dos autores.

Fonte: IPEA, 2024.

Figura 05: Gráfico.

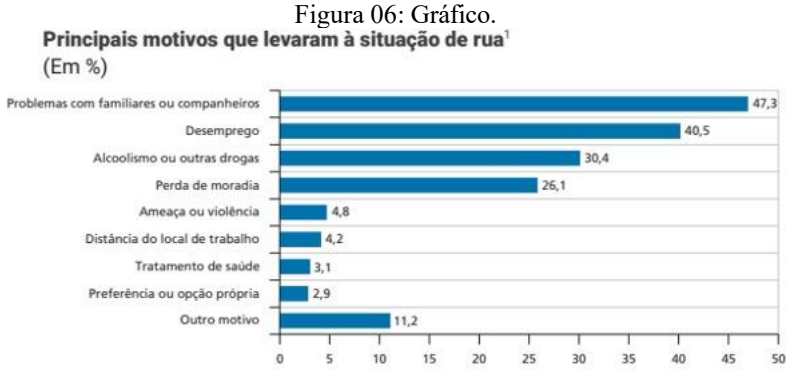
Fonte: Cadastro Único, ago. 2023.
Elaboração do autor.

Fonte: IPEA, 2024.

d. Características culturais da população envolvida

As principais razões para o fenômeno da situação de rua incluem conflitos familiares ou com parceiros (47,3%), desemprego (40,5%), abuso de álcool e drogas (30,4%) e perda de moradia (26,1%). Esses dados mostram que essa condição não é apenas uma escolha pessoal.

Figura 06: Gráfico.

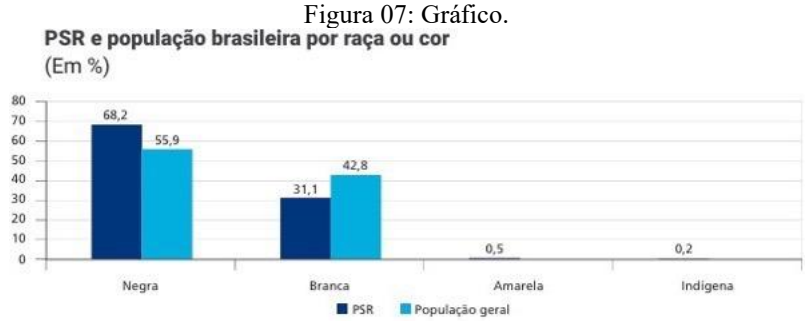


Fonte: Cadastro Único, ago. 2023.
Elaboração do autor.
Nota: [1] Com base em questionário no formato múltipla escolha.

Fonte: IPEA, 2024.

A maioria das PSR no Brasil é negra (68%), com 51% pardos e 18% pretos, enquanto 55,9% da população geral é negra. Apenas 31% das PSR são brancas, em contraste com 43% na população geral. Elas enfrentam desafios como maior perda de moradia e desemprego, e menor acesso a serviços, refletindo a persistente desigualdade racial e socioeconômica no país.

Figura 07: Gráfico.



Fonte: Cadastro Único, ago. 2023 e IBGE (2023a).
Elaboração do autor.
Obs.: Os dados consultados à época não traziam informações de amarelos e índigenas. Provavelmente, porque o intervalo de confiança da PNAD Contínua é mais alto que o percentual desses grupos no Brasil.

Fonte: IPEA, 2024.

e. Características e vulnerabilidades espaciais relacionadas às questões de gênero

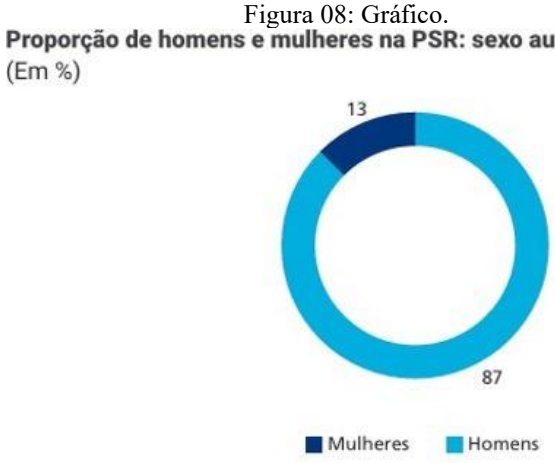
Sobre a questão de gênero entre as pessoas em situação de rua, será comparada a proporção de homens e mulheres, as causas que os levam a essa condição e a quantidade de atendimento recebido por cada gênero. O gráfico a seguir evidencia a prevalência do sexo masculino nas PSR.

Entre as PSR, 20% das mulheres vivem com familiares, enquanto 95% dos homens estão sozinhos. As mulheres passam menos tempo nas ruas (53% vs. 59%) e mais em outros locais (15% vs. 11%) e 10% das mulheres mantêm contato diário com parentes fora da rua, comparado a 5% dos homens.

Sobre o Centro Pop e o CREAS, eles apresentam uma diferença notável na quantidade de atendimentos, com um número significativamente maior para homens em comparação às

mulheres. Observação: os dados incluem atendimentos em que uma mesma pessoa pode ter recebido assistência mais de uma vez no mês.

Figura 08: Gráfico.



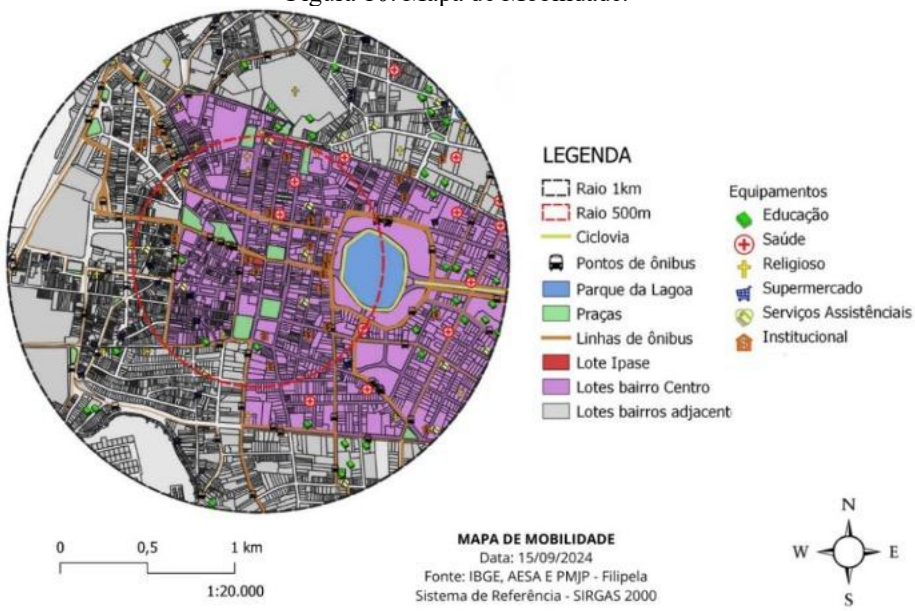
Fonte: IPEA, 2024.

Figura 09: Esquema sobre prestação de atendimento no Centro Pop e CREAS.

Fonte: Governo da Paraíba, 2023.

f. Análise da mobilidade urbana na área de intervenção

Figura 10: Mapa de Mobilidade.



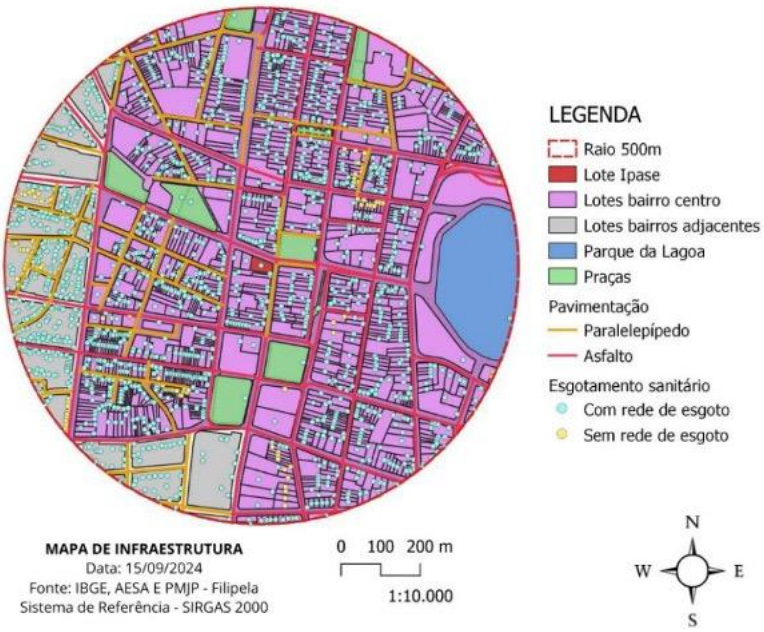
Fonte: De autoria própria.

A análise da mobilidade ao redor do antigo IPASE considerou raios de 500m e 1km, permitindo identificar os principais modais. Embora haja linhas de ônibus na região, o acesso direto ao edifício por transporte público é limitado. Apenas uma parada de ônibus fica próxima ao lote, e essa linha atravessa um viaduto, dificultando o acesso. Há também uma ciclovia no bairro, mas ela não conecta diretamente ao lote do antigo IPASE, fazendo do deslocamento pedonal o principal meio de acesso.

As paradas de ônibus estão concentradas no centro da cidade, com baixa oferta nas proximidades do lote. Dentro de um raio de 500m, existem instituições, igrejas e alguns serviços assistenciais, como o Centro POP. Contudo, não há equipamentos de saúde ou educação nas imediações. Em um raio de 1km, a quantidade de equipamentos, especialmente de saúde e educação, aumenta, mas permanece maioritariamente no sentido leste, em direção ao centro e à praia.

g. Análise da infraestrutura urbana na área de intervenção (saneamento, abastecimento, sistema elétrico, sistema de coleta de lixo e segurança)

Figura 11: Mapa de Infraestrutura.



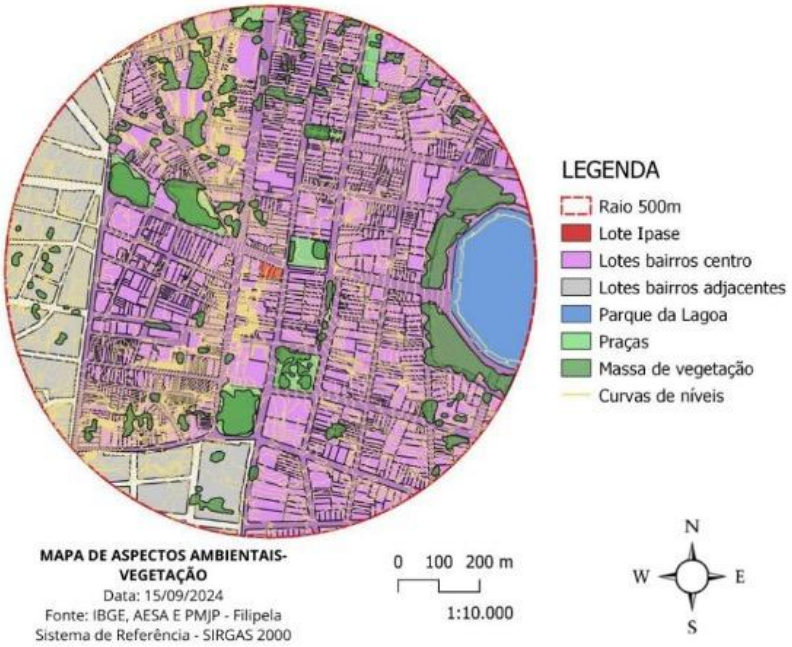
Fonte: De autoria própria.

A infraestrutura no entorno do lote do IPASE apresenta características que reforçam o modal pedonal como o principal meio de acesso. A pavimentação predominante na área é de paralelepípedo, especialmente a leste do lote, enquanto na parte norte, onde passa o viaduto, há pavimentação de asfalto, facilitando o tráfego de veículos. A análise revelou que a maioria das ruas dentro de um raio de 500m está pavimentada e conectada à rede de esgoto, indicando que o lote está inserido em uma área densamente urbanizada, com infraestrutura básica bem consolidada e fácil acesso a diversos serviços.

Os aspectos ambientais analisados em um raio de 500m em torno do lote revelam uma significativa presença de vegetação em áreas públicas, como praças e o Parque da Lagoa. Essas áreas são importantes para a qualidade ambiental da região, contribuindo para o conforto térmico e a estética urbana. Notou-se que parte da vegetação intralote concentra-se em vazios urbanos, enquanto a Praça Vidal de Negreiros (Ponto de Cém Reis) carece de arborização, como o próprio lote do antigo IPASE.

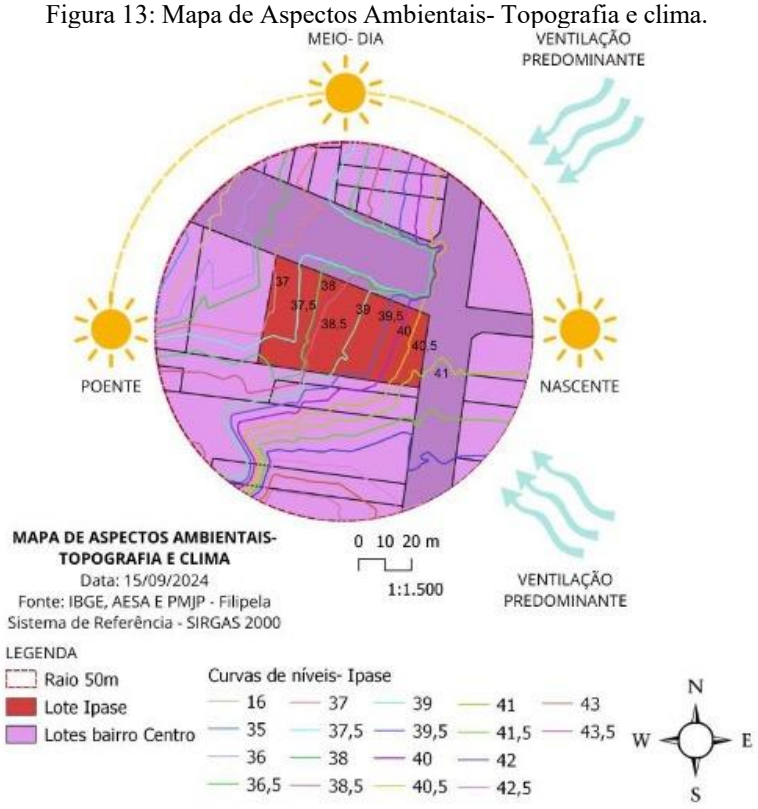
h. Análise das condições ambientais e paisagismo

Figura 12: Mapa de Aspectos Ambientais- Vegetação.



Fonte: De autoria própria.

Figura 13: Mapa de Aspectos Ambientais- Topografia e clima.

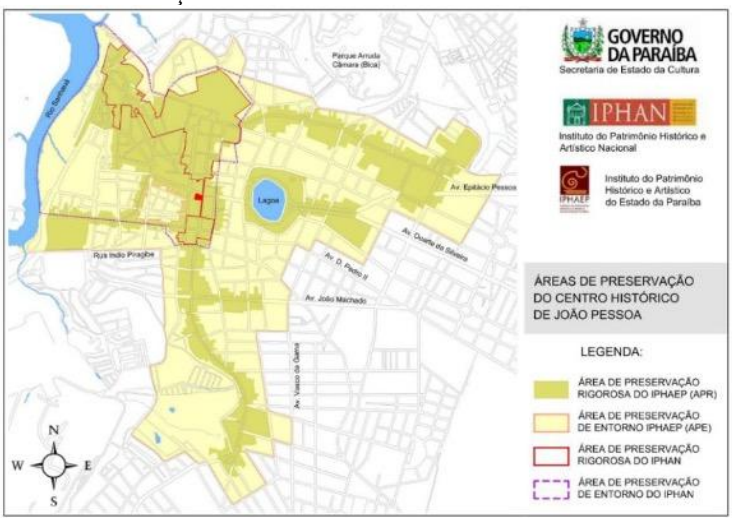


Fonte: De autoria própria.

O estudo ambiental em um raio de 50m do lote do antigo IPASE revela que as curvas de nível indicam um aclive no terreno, resultando em desnível de 4m. As fachadas leste e parte da fachada norte são beneficiadas pela ventilação dos ventos nordestinos e sudestinos. A fachada leste recebe luz natural pela manhã, enquanto a oeste sofre intensa insolação à tarde.

i. Análise da legislação urbana

Figura 14: Delimitação de tombamento do Centro Histórico de João Pessoa.



Fonte: IPHAN, 2007, editado pela autora.

O lote do antigo IPASE está inserido em uma área de grande valor histórico e patrimonial, o que implica restrições rigorosas quanto às intervenções arquitetônicas. O edifício é tombado pelo IPHAN e IPHAEP, órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural brasileiro e da paraíba, respectivamente. Como consequência, o edifício está localizado em uma área de preservação rigorosa, o que limita modificações na arquitetura original. Qualquer intervenção deve respeitar as diretrizes estabelecidas pelos órgãos citados, além de estar sujeito a regulamentos de outros órgãos.

2.2. EDIFÍCIO IPASE

A verticalização em João Pessoa começou tarde em comparação a outras cidades brasileiras, iniciando no final dos anos 1950. Esse processo foi impulsionado por fatores como o apoio do Estado, com o Código do Município de 1955, que tornou obrigatória a instalação de elevadores em prédios com mais de três andares (CHAVES; TINEM, 2008), além de leis como a Lei nº. 299 de 1956, que isentou impostos por cinco anos para edifícios com mais de três pavimentos, e a Lei nº. 440 de 1957, que proibiu a construção de prédios baixos no Centro, especialmente na Cidade Alta (PEÇANHA; GOLDFARB; TINEM, 2009).

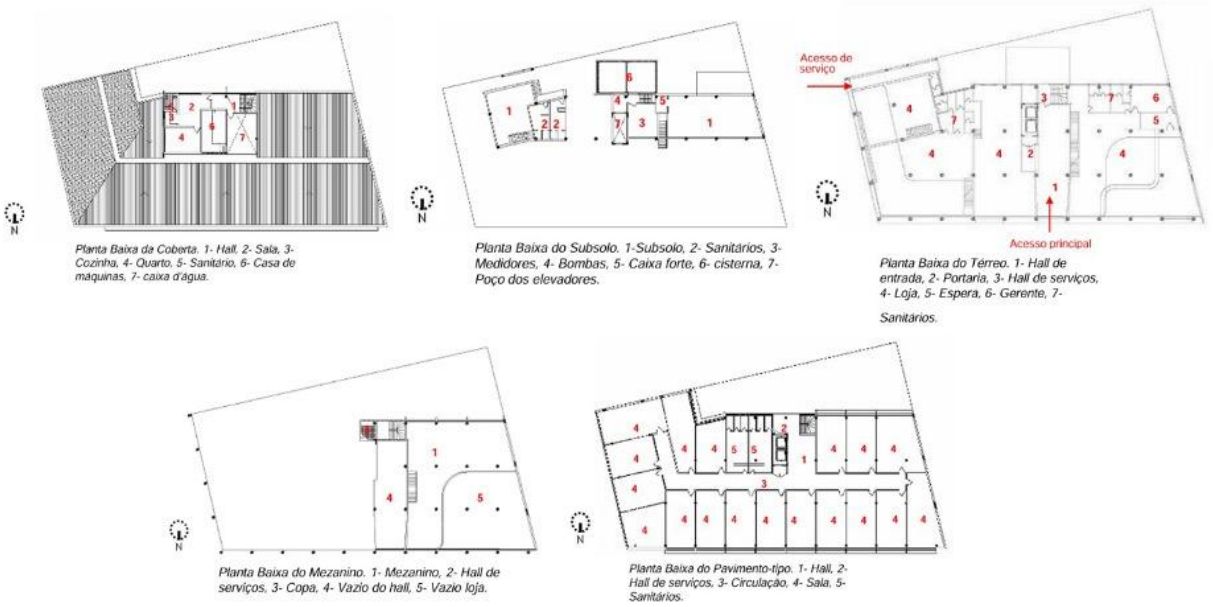
O prédio do IPASE foi um dos marcos dessa transição para a modernização da cidade. Sua construção, iniciada em 1949 e concluída em 1951, apresenta um gabarito significativo, com nove andares, incluindo subsolo e cobertura. O projeto, assinado por Benedicto de Barros, segue os princípios da Arquitetura Moderna.

Figura 15, 16, 17: Vistas do edifício IPASE.

Fonte: Biblioteca IBGE.

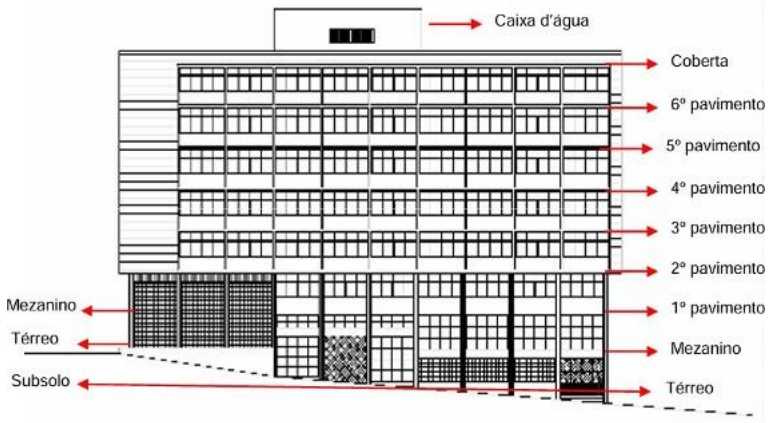
O edifício tem uma volumetria prismática, que acompanha o formato do terreno, e incorpora quatro dos cinco princípios de Le Corbusier: o uso de pilotis, que eleva o edifício do solo, permitindo maior flexibilidade no uso do térreo e facilitando a conexão entre o espaço público e o privado; a planta livre, que favorece a organização flexível do espaço interno; a fachada livre, na qual as vedações são independentes da estrutura (feita com pilares circulares), oferecendo liberdade para a disposição das esquadrias; e as janelas em fita, horizontais, que aumentam o conforto térmico e a permeabilidade visual. O quinto princípio, o terraço-jardim, não foi adotado no projeto original, sendo substituído por um telhado e um apartamento para o zelador. No entanto, o projeto de reabilitação prevê uma variação que poderá remeter a esse conceito.

Figura 18, 19, 20, 21, 22: Plantas de situação atual do edifício IPASE.



Fonte: Acervo de Hildeandro Rocha (projeto da PMJP), editado por Juliana Peçanha e Marina Goldfarb, 2009.

Figura 23: Fachada Norte do edifício IPASE.



Fonte: Acervo de Hildeandro Rocha (projeto da PMJP), editado por Juliana Peçanha e Marina Goldfarb, 2009.

Com o tempo, o uso do edifício foi se modificando. Após a extinção do IPASE em 1977, o prédio passou a abrigar o INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), que ficou responsável pela concessão de benefícios de seguridade social. Nos anos 1990, com a criação do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), o prédio foi gradualmente desocupado. (JÚNIOR; PEREIRA, 2020).

Durante a década de 2000, o edifício começou a ser ocupado irregularmente, apesar de seu processo de degradação. Segundo o Jornal da Paraíba, dezenas de famílias passaram a viver em

condições precárias, dividindo o espaço com lixo, esgoto a céu aberto, ratos e insetos, cerca de 20 famílias, embora já tivesse acomodado até 50 (JORNAL DA PARAÍBA, 2012). O edifício, em avançado estado de deterioração, reflete o abandono e a falta de manutenção ao longo dos anos.

Figura 24, 25, 26, 27 ,28, 29: Fotografias do interior do edifício IPASE.

Fonte: Acervo de Paulo Rossi.

Em 2024, o prédio foi desocupado para possibilitar as obras de reabilitação, que transformarão o imóvel em um complexo habitacional e comercial pelo programa Minha Casa, Minha Vida, por meio de uma concessão à União por Moradia Popular da Paraíba (UMP-PB). A reforma está em andamento, com o objetivo de recuperar a estrutura do edifício e adaptá-lo às necessidades da cidade (UNIÃO, 2024).

2.3. CONCEITO E PARTIDO

Os conceitos de **Renovar** e **Reintegrar** capturam a essência da intervenção arquitetônica proposta, que visa não apenas melhorar a estrutura do edifício, mas também requalificá-lo como um símbolo urbano, resgatando sua relevância histórica e arquitetônica.

O partido **Renovar** implicará na recuperação da fachada e da estrutura do prédio, que foi negligenciado por muito tempo. Essa renovação não só restaurará a integridade física do edifício, mas também destacará sua importância simbólica e cultural como marco da Arquitetura Moderna.

Por outro lado, o conceito de **Reintegrar** está ligado à inclusão social de pessoas em situação de rua. Esse conceito foca na adaptação do uso do edifício, propondo uma nova distribuição espacial que atenda às necessidades dessa população e crie programas que promovam sua integração social e ofereçam suporte.

A ideia é que, ao planejar a renovação do prédio, se considere como ele pode ajudar a reintegrar essas pessoas à sociedade, proporcionando acesso a serviços e oportunidades em um espaço antes inacessível, transformando-o em um símbolo de inclusão e cuidado social.

3. MEMORIAL DESCRITIVO

3.1. MEMORIAL DESCRITIVO

O anteprojeto de requalificação do antigo IPASE visa a transformação do edifício em um centro de acolhimento para pessoas em situação de rua, integrado a uma galeria comercial que considera a dinâmica do comércio existente na área circundante do edifício. A proposta é criar um ambiente que não apenas atenda às necessidades de acolhimento, mas que também fomente a atividade comercial, promovendo o fortalecimento da economia local.

a. Programa de necessidades / Pré-Dimensionamento

SETOR	AMBIENTE	QUANT.	ÁREA UNITÁRIA	ÁREA TOTAL	ATIVIDADES
COMERCIAL	Lojas	13	26,01m²	338,13m²	Venda/ Atendimento
	Quiosques	6	6,25m²	37,50m²	Venda/ Atendimento
SERVIÇO	Praça de Alimentação	1	176,99m²	176,99m²	Alimentação/ Socialização
	DML	6	3,45m²	20,70m²	Limpeza/ Armazenamento
	Bateria de sanitários-públicos	6	10,80m²	64,80m²	Necessidades Fisiológicas
	Bateria de sanitários-funcionários	4	6,36m²	25,44m²	Necessidades Fisiológicas
	Sanitários-PCD	6	4,68m²	26,08m²	Necessidades Fisiológicas
	Bateria de sanitários-PSR	6	22,89m²	137,34m²	Necessidades Fisiológicas / banho
	Bateria de sanitários-PSR (PCD)	6	6,93m²	41,58m²	Necessidades Fisiológicas / banho
	Sanitários-funcionários	2	2,71m²	5,42m²	Necessidades Fisiológicas
	Sanitários-recepções	2	2,71m²	5,42m²	Necessidades Fisiológicas
	Copa	7	12,80m²	89,60m²	Cocção/ Armazenamento/ Alimentação

	Refeitório	1	254,52m²	254,52m²	Alimentação/ Socialização/ Servir
	Cozinha	1	45,28m²	45,28m²	Cocção/ Armazenamento
	Lavanderia	1	36,11m²	36,11m²	Lavagem/ Secagem de roupas
	Área técnica	9	3,30m²	29,70m²	Manutenção
ADM	Diretoria (comércio)	1	6,00m²	6,00m²	Gerir
	Secretaria (comércio)	1	6,00m²	6,00m²	Administrar
	Almoxarifado (comércio)	1	3,30m²	3,30m²	Armazenar
	Diretoria (C.A)	1	6,28m²	6,28m²	Gerir
	Secretaria (C.A)	1	7,94m²	7,94m²	Administrar
	Almoxarifado (C.A)	1	3,51m²	3,51m²	Armazenar
APOIO PEDAGÓGICO	Sala de aula	2	32,68m²	65,36m²	Lecionar/ Estudar
	Sala de oficinas	2	39,72m²	79,44m²	Realização de atividades em grupo
	Horta	1	55,26m²	55,26m²	Plantação e colheita de alimentos
APOIO SOCIAL	Recepção 1/ Hall (térreo-triagem)	1	20,61m²	20,61m²	Recepção de pessoas e controle de acessos
	Triagem	1	9,55m²	9,55m²	Classificar/ Direcionar
	Espaço de doações	1	18,66m²	18,66m²	Armazena mento
	Recepção 2/ Hall (Mezanino-atendimento)		22,99m²	22,99m²	Recepção de pessoas
	Sala de Assistência Social	1	17,11m²	17,11m²	Recepciona r/ Organizar
	Sala de Psicologia	1	10,00m²	10,00m²	Atendimento/ Realização de terapias

	Sala do Departamento Jurídico	1	10,00m²	10,00m²	Assessoria/ Atendimento
ÍNTIMO	Sala de descanso	6	39,32m²	235,92m²	Descansar/ Descomprimir
	Dormitórios femininos	22	14,99m²	329,78m²	Armazenamento/ Descanso
	Dormitórios masculinos	22	14,99m²	329,78m²	Armazenamento/ Descanso
	Dormitórios familiares	9	25,20m²	226,80m²	Armazenamento/ Descanso
	Espaço Pet	1	73,94m²	73,94m²	Acolhimento/ Descanso

b. Zoneamento

Para compreender a espacialidade dos setores, foi elaborado o zoneamento com intuito de otimizar a funcionalidade de cada pavimento, de acordo com o programa de necessidades definido.

Na cobertura, além da área técnica, caixa d'água e circulações verticais, foi pensado em uma horta que aproveitará a iluminação e ventilação natural e incentivará a convivência social no espaço (ver anexo 01, prancha 01).

Figura 30: Zoneamento da Coberta- Centro de Acolhimento.

Fonte: De autoria própria.

No subsolo, inicia-se a galeria comercial, com lojas e quiosques, além de uma escada que liga o pavimento ao térreo (ver anexo 01, prancha 02).

Figura 31: Zoneamento do Subsolo- Centro de Acolhimento.

Fonte: De autoria própria.

No térreo, a galeria comercial abrigará lojas, quiosques e uma praça de alimentação. Também inclui um setor administrativo, com secretaria, diretoria, além de banheiros e depósito de materiais de limpeza (ver anexo 01, prancha 03).

O acesso ao centro de acolhimento se dá pela lateral do prédio, onde possui uma área de convivência, container para armazenamento de doações e um espaço pet para acolhimento dos animais; seguido por uma recepção que orientará os visitantes para triagem e para os outros níveis, acessíveis por circulações verticais existentes que foram mantidas (escada e elevadores). Este pavimento conta ainda com uma copa para funcionários.

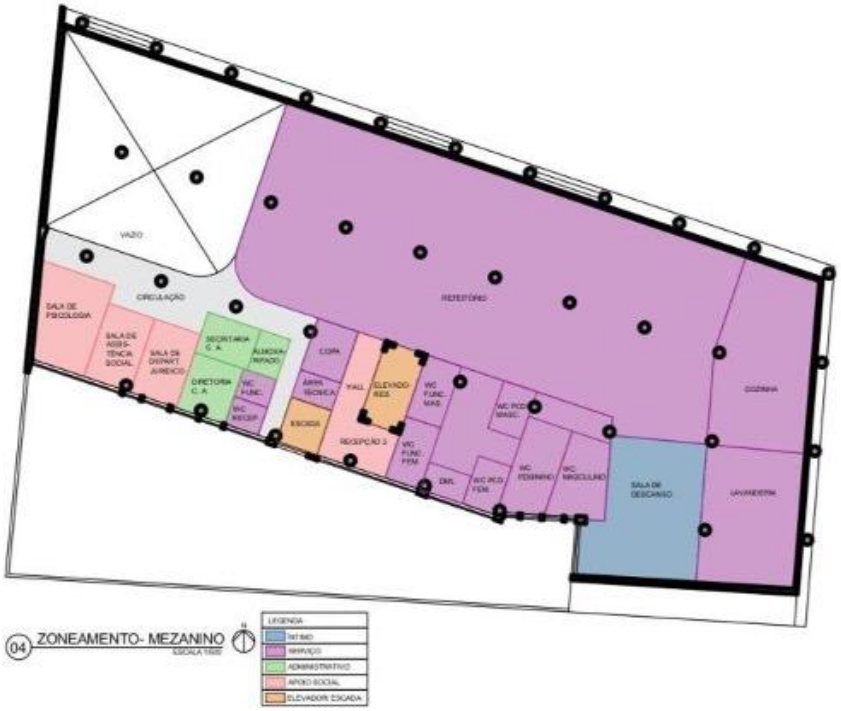
Figura 32: Zoneamento do Térreo- Centro de Acolhimento.

Fonte: De autoria própria.

No mezanino, uma nova recepção direciona os usuários para salas de psicologia, assistência social e departamento jurídico. O mezanino também abrigará um refeitório (ver anexo 2, imagem 10), uma cozinha equipada e uma lavanderia, otimizando a logística. Adjacente ao

refeitório, um espaço de descanso servirá como espaço para descompressão (ver anexo 01, prancha 04).

Figura 33: Zoneamento do Mezanino- Centro de Acolhimento.



Fonte: De autoria própria.

O primeiro pavimento será dividido em duas áreas: uma com salas de aula e oficinas para capacitação e letramento, e outra com dormitórios familiares, para até quatro pessoas por unidade (ver anexo 01, prancha 05).

Figura 34: Zoneamento do Primeiro Pavimento- Centro de Acolhimento.

Fonte: De autoria própria.

Nos segundo e terceiro pavimentos, serão exclusivos para dormitórios femininos, com unidades para até cinco pessoas, áreas de circulação que favorecem a sociabilidade, uma sala de descanso mais íntima, banheiros adequados e uma copa para refeições rápidas (ver anexo 01, prancha 06).

Figura 35: Zoneamento do Segundo ao Terceiro Pavimento- Centro de Acolhimento.

Fonte: De autoria própria.

O quarto e quinto pavimentos seguirão a mesma configuração dos pavimentos anteriores, mas serão destinados exclusivamente a dormitórios masculinos (ver anexo 01, prancha 07). A edificação acomodará até 316 pessoas, superando a demanda do censo de PSR de 2020.

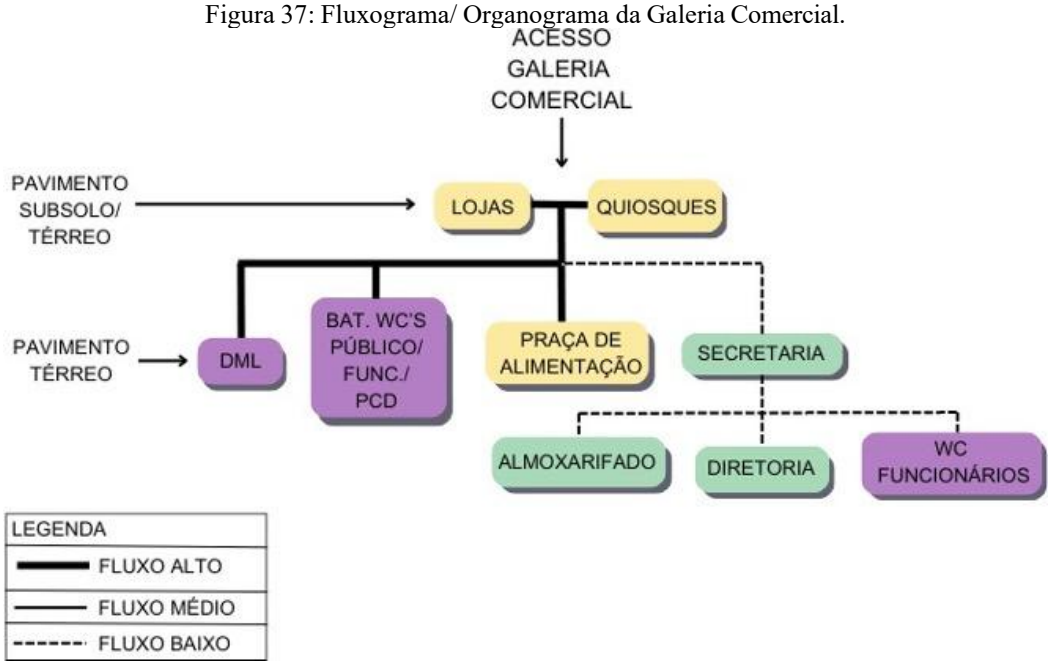
Figura 36: Zoneamento do Quarto ao Quinto Pavimento- Centro de Acolhimento.

Fonte: De autoria própria.

c. Fluxograma/ Organograma

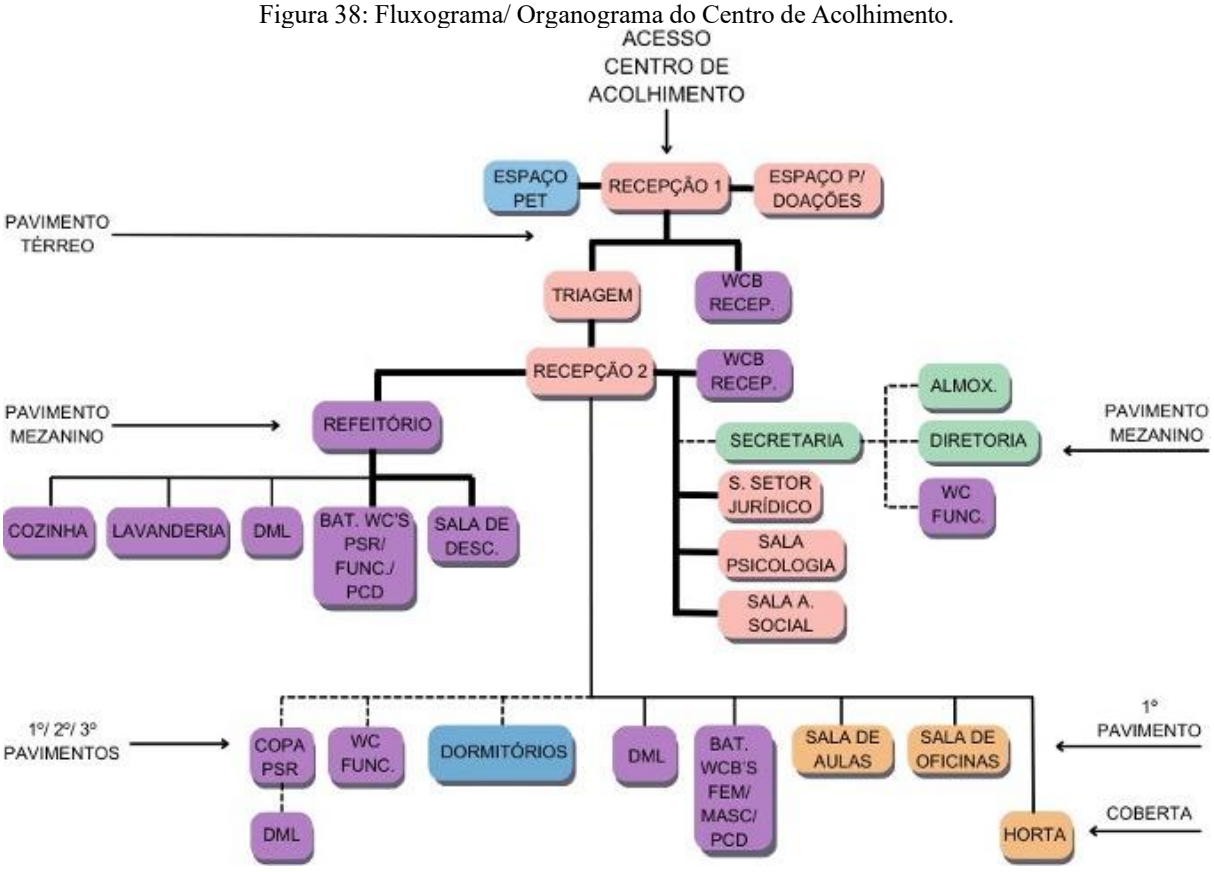
Para facilitar a melhor compreensão entre dos fluxos e a interação entre os ambientes, foi elaborado um fluxograma/ organograma que organiza os espaços conforme o programa de necessidades.

Figura 37: Fluxograma/ Organograma da Galeria Comercial.



Fonte: De autoria própria.

Figura 38: Fluxograma/ Organograma do Centro de Acolhimento.

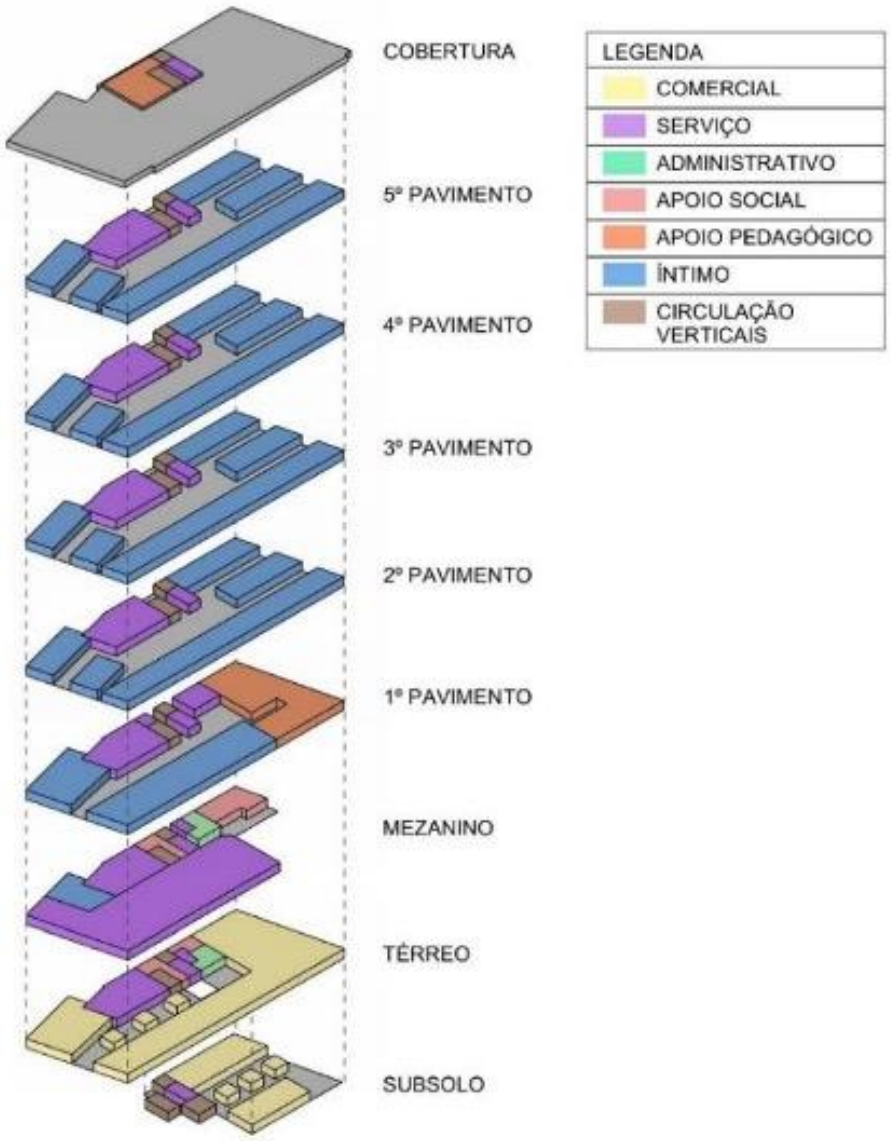


Fonte: De autoria própria.

d. Estudo de Massas

A perspectiva das massas foi elaborada para ilustrar o comportamento da integração dos setores em cada pavimento.

Figura 39: Estudo de Massas- Centro de Acolhimento.



Fonte: De autoria própria.

e. Alternativas para a Acessibilidade

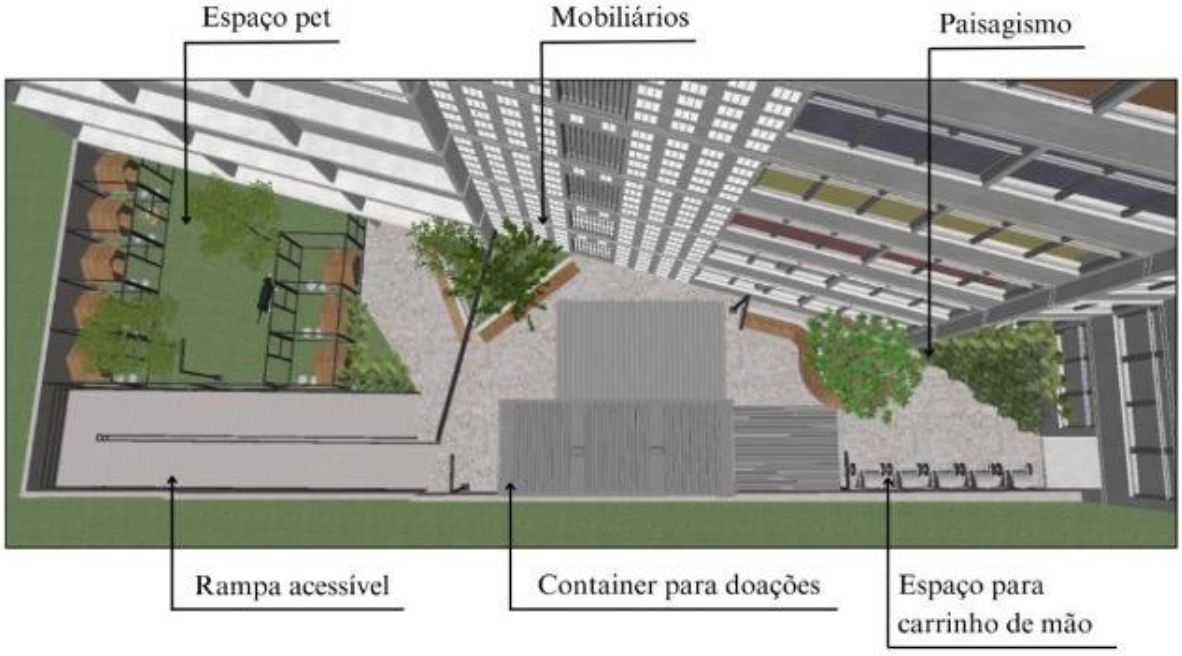
O acesso à galeria comercial se dá a partir do pavimento subsolo, com entrada pela fachada norte na Rua Guedes Pereira. Neste nível, encontram-se lojas e quiosques, além de uma escada caracol, que, embora proposta como elemento arquitetônico de destaque, também facilita a circulação entre os pavimentos subsolo e térreo.

No térreo, o acesso principal à galeria será localizado na fachada leste, ao longo da Rua Duque de Caxias, com o objetivo de otimizar o fluxo de pessoas que circulam pelo Ponto de Cem Réis e entornos. Este nível abrigará lojas e quiosques, culminando em uma praça de alimentação,

projetada para estimular a circulação de pessoas e promover um ambiente propício à convivência social (ver anexo 2, imagem 09).

O acesso ao centro de acolhimento será igualmente pelo térreo, mas em um ponto distinto, localizado na lateral esquerda da fachada leste do edifício, visando a demarcação dos diferentes usos da edificação. Os visitantes serão recebidos por um hall externo que inclui um empraçameno, áreas para armazenamento de carros de mão e um espaço pet acessado por uma rampa, que supera o desnível do terreno de maneira acessível (ver anexo 2, imagens 02, 03 e 04).

Figura 40: Vista superior do hall externo do Centro de Acolhimento.



Fonte: De autoria própria.

Além disso, todos os pavimentos contarão com banheiros adaptados para PCD's e circulações que favorecem pessoas com mobilidade reduzida. As circulações verticais, como escadas e elevadores, serão mantidas respeitando as restrições impostas pelo tombamento da edificação.

f. Alternativas para a Conforto Ambiental

O edifício é composto por janelas em fita, que permitem a entrada de luz natural e ventilação, favorecendo o conforto ambiental. Esses elementos foram preservados tanto pela exigência do tombamento quanto por sua contribuição para o conforto ambiental. Todos os dormitórios foram posicionados em conformidade com a modulação dos pilares e das janelas, a fim de garantir iluminação e ventilação naturais e permeabilidade visual. Ambientes como salas de aula, de oficinas, entre outros, também foram favorecidos por esse fator. Além disso, todos os dormitórios serão equipados com persianas, para controle da insolação predominante na fachada norte e das demais áreas.

Na cobertura, será criada uma horta, cuja implementação visa promover o contato com a natureza e o cultivo de alimentos frescos. A horta foi posicionada neste nível para otimizar a iluminação e ventilação natural, condições ideais para o desenvolvimento das espécies, favorecendo microclima (ver anexo 2, imagem 05, 06, 07 e 08).

Nos pavimentos intermediários, será disponibilizada uma área de descanso, projetada para descompressão e para articular o bem-estar dos usuários.

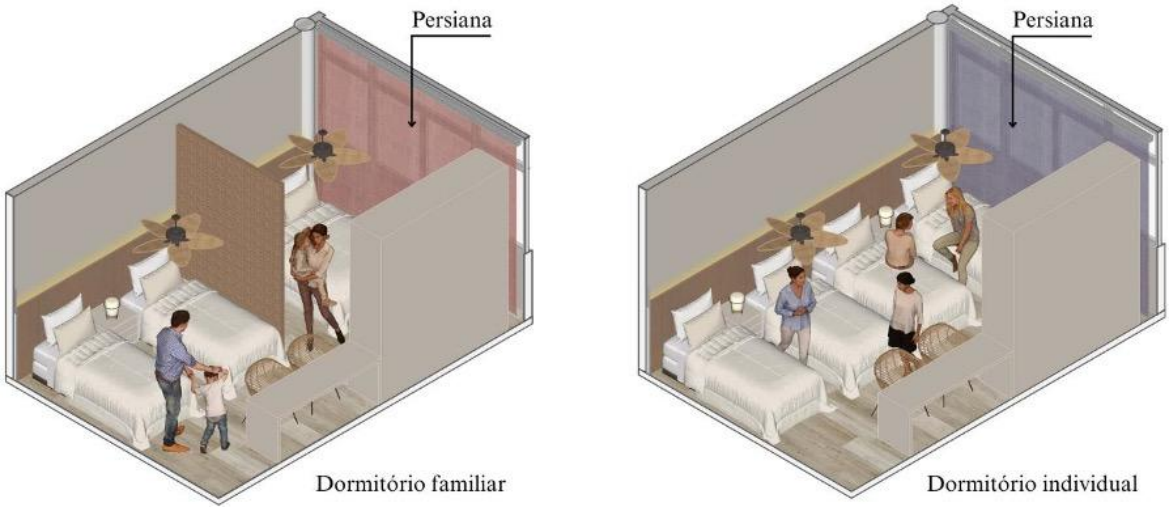
g. Alternativas para a Sustentabilidade

Por estar em estado avançado de degradação decorrente do abandono a edificação encontra-se com patologias como: descascamentos, sujidades, corrosão de elementos metálicos e a presença de vegetação inadequada. Com isso, a proposta de intervenção visa à recuperação da estrutura física interna e externa, sem alterar as características externas do imóvel, em respeito ao tombamento. As intervenções incluirão limpeza da fachada, remoção de vegetação inadequada e reparos estruturais, com o objetivo de melhorar a funcionalidade e estética do edifício.

A horta na cobertura não só promoverá o cultivo de hortaliças e alimentos frescos para o consumo no centro, mas também ocupará de maneira produtiva o espaço, alinhando-se ao conceito de sustentabilidade e promovendo o cultivo local e a redução do desperdício.

A instalação de persianas nos dormitórios também contribuirá para a eficiência energética, reduzindo o consumo de energia por meio do controle da entrada de luz, além de proporcionar um efeito visual dinâmico. Além disso, será incorporada uma ilustração com grafismo que simboliza a luta por acolhimento (ver anexo 2, imagem 01**).** Essa intervenção artística também destacará a importância da requalificação e do reaproveitamento de edificações abandonadas, promovendo a valorização do patrimônio cultural e a ressignificação do espaço.

Figura 41: Perspectiva dos dormitórios do Centro de Acolhimento.



Fonte: De autoria própria.

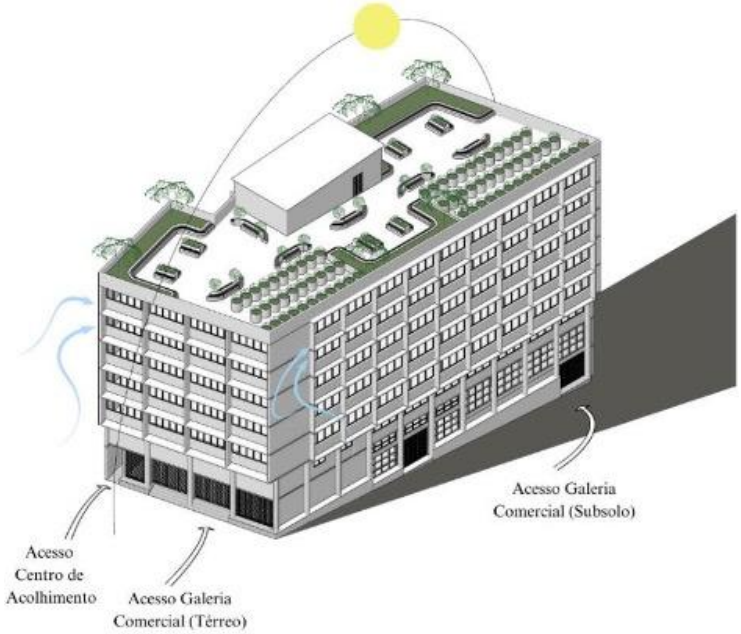
h. Sistemas Estruturais

O sistema estrutural da edificação será mantido com a malha regular de pilares de seção circular, responsável pela sustentação do edifício. As intervenções propostas não alteram a estrutura, mas focam na recuperação dos elementos danificados, garantindo sua integridade e segurança. Como o imóvel é tombado, as alterações buscam respeitar sua identidade arquitetônica modernista do edifício, assim como melhorar sua resistência e funcionalidade.

i. Mobilidade Urbana

A galeria comercial e o centro de acolhimento estão localizados de maneira estratégica, garantindo fácil acesso aos usuários, com entradas distribuídas pelas fachadas norte e leste. A mobilidade é garantida por esses acessos, que seguem a configuração do lote e a dinâmica dos fluxos de mobilidade no entorno da edificação.

Figura 42: Diagrama de acessos e condicionantes ambientais do edifício.



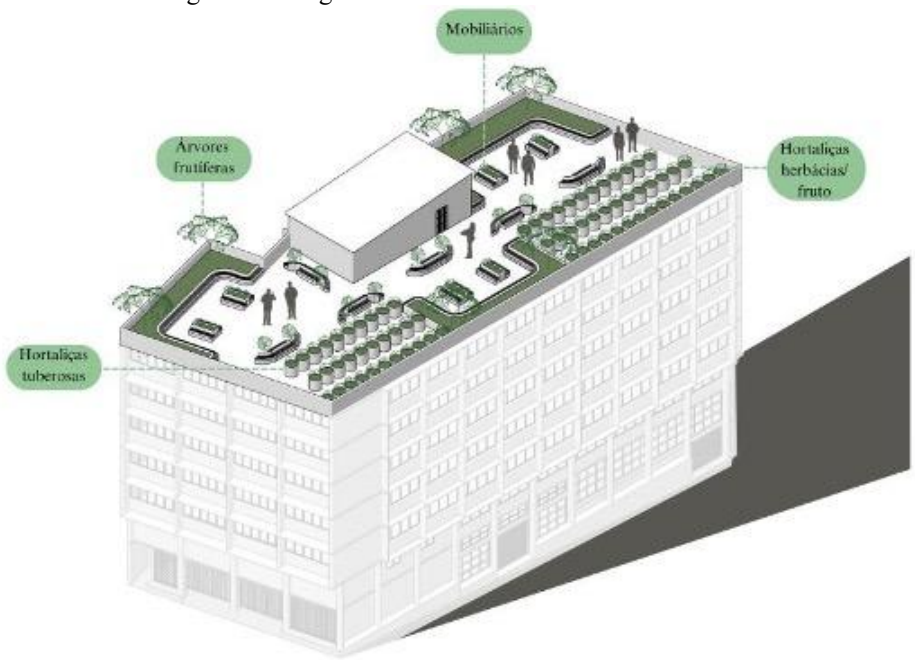
Fonte: De autoria própria.

j. Paisagismo

A proposta do paisagismo está essencialmente presente na área do hall externo, onde o mobiliário urbano e a vegetação foram planejados para criar um ambiente mais intimista e de contato com a natureza, tendo em vista a ausência de paisagismo nas áreas circundantes do edifício. A proposta busca trazer esse elemento para dentro da edificação, tanto no hall externo quanto na horta.

A horta na cobertura estabelece uma conexão com o conceito de terraço-jardim, inspirado no modernista Le Corbusier, promovendo um ambiente de interação social. Esse espaço verde também contribui para a qualidade ambiental e ao uso produtivo do espaço e a biofilia.

Figura 43: Diagrama da horta na cobertura do edifício.



Fonte: De autoria própria.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho evidencia a dura realidade enfrentada pelas pessoas em situação de rua, que, além de sofrerem com a exclusão social, são alvo de preconceito, discriminação e descaso por parte das autoridades, que igualmente negligenciam os edifícios abandonados nas áreas centrais das cidades, os quais poderiam ter sua função social restituída. A requalificação desses imóveis, portanto, surge como um passo essencial para a redemocratização dos centros urbanos, visto que tais áreas já dispõem de infraestrutura, equipamentos públicos, comércio consolidado e acesso a transporte público, tornando-se espaços ideais para promover a inclusão social e o bem-estar coletivo.

Neste contexto, o trabalho teve como objetivo central o desenvolvimento de uma proposta de requalificação para o edifício do antigo IPASE, a nível de anteprojeto arquitetônico, com o intuito transformá-lo em um centro de acolhimento para pessoas em situação de rua, associado a uma galeria comercial. As revisões bibliográficas realizadas ao longo da pesquisa destacaram a importância histórica e cultural desse patrimônio, além de evidenciar o potencial da sua estrutura para abrigar novas funções. A proposta visa, assim, integrar o edifício a dinâmica urbana, promovendo a circulação de pessoas, a interação social e o senso do pertencimento da população de João Pessoa com seu patrimônio.

Considerando que o edifício se trata de um patrimônio cultural, o desafio foi adaptar o espaço às necessidades do novo uso sem comprometer a sua identidade arquitetônica original. Para isso, foi adotado um programa de necessidades que prioriza a criação de ambientes que favoreçam a convivência social, o acolhimento, as atividades comerciais e o contato com a natureza. A proposta busca, ainda, otimizar o aproveitamento da estrutura existente, abordando soluções de reparos, com o objetivo de melhorar estética e a funcionalidade do edifício em conformidade com as restrições impostas pelo tombamento do mesmo.

Através da análise teórica e dos estudos conduzidos, confirmou-se a hipótese inicial de que a reabilitação de imóveis ociosos nos centros urbanos representa uma estratégia viável, não apenas para revitalizar áreas urbanas, mas também como uma solução prática e eficaz de apoio à população vulnerável. Em síntese, este trabalho atingiu os objetivos propostos, apresentando uma abordagem integrada que amplia a capacidade de acolhimento na cidade, incorporando serviços essenciais à população, além de incentivar o uso do edifício pela comunidade geral. A iniciativa de requalificar imóveis abandonados não só contribui para a reintegração de pessoas em situação de vulnerabilidade, mas também transforma esses espaços em locais com novos propósitos, impulsionando o fortalecimento da comunidade como um todo.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Beatriz de. Revitalização do Centro Histórico vai chegar ao Ponto de Cem Réis. **A União**, 2021. Disponível em: < https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/revitalizacao-do-centro-historico-vai-chegar-ao-ponto-de-cem-reis>. Acesso em: 7 jun. 2024.

ALMEIDA, Dayane. **Morar na rua** – Ensaios projetuais e aporética do abrigar. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2022. Disponível em: < file:///D:/Users/livia/Documents/FACULDADE/TCC/TCC's%20de%20referencia/TCC%20-

%20Morar%20na%20rua%20-
%20ensaios%20projetuais%20e%20aporetica%20do%20abrigar%20(1).pdf>. Acesso em: 6 abr. 2024.

ALVES, Julia. Risco de desabamento atinge 42 imóveis do Centro Histórico de João Pessoa. **Portal T5**, 2023. Disponível em: <https://www.portalt5.com.br/noticias/paraiba/2023/07/151723-risco-de-desabamento-atinge-42-imoveis-do-centro-historico-de-joao-pessoa/>. Acesso em: 7 jun. 2024.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos Humanos**, 1948**.** <https://www.tjsp.jus.br/Download/Portal/Neddif/AtosNormativos/DeclaracaoUniversalDireitosHumanos.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: **Senado Federal**, 2016. 496 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 7 jun. 2024.

BRASIL, Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1 Brasília, DF, 24 de dezembro de 2009, p.16. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1032/1/Decreto%20n%c2%ba%207053.html>. Acesso em: 07 jun. 2024.

CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE. **Right to the City**, 2006. Disponível em: <https://www.right2city.org/wp-content/uploads/2019/09/A1.4_Carta-Mundial-do-Direito-%C3%A0-Cidade.pdf >. Acesso em: 7 jun. 2024.

COMARÚ, Francisco. Em defesa da habitação social nas áreas centrais. **Diplomatique**, 2012. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/em-defesa-da-habitacaosocial-nas-areas-centrais/>. Acesso em: 7 jun. 2024.

COSTA, Débora Cristina Beraldes. FERREIRA, João Sette Whitaker. Reciclagem de edifícios vazios para habitação de interesse social no centro de São Paulo: proposta para o edifício Concórdia. **ENTAC**, 2006. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais-2017/XXII%20SEMIN%C3%81RIO%20INTERINSTITUCIONAL%202017%20-%20ANAIS/GRADUA%C3%87%C3%83O%20-%20TRABALHOS%20COMPLETOS_Ci%C3%AAncias%20Sociais%20e%20Humanidades/RECICLAGEM%20DE%20EDIF_CIOS%20URBANOS%20PARA%20HAB.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2024.

CHAVES, Carolina; TINEM, Nelci. João Pessoa: verticalização, progresso e modernidade. Registro dos prédios altos (1958 – 1975). **SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO**. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.lppm.com.br/sites/default/files/livros/JO%C3%83O%20PESSOA%20VERTICALIZA%C3%87%C3%83O%2C%20PROGRESSO%20E%20MODERNIDADE.pdf>.

Acesso em: 17 nov. 2024

EBERT, Cristiane; GIACOMELLI, Bruna; SILVA, Mateus Veronese Corrêa da. Reciclagem de Edifícios Urbanos para Habitação de Interesse Social no Município de Cruz Alta: A Análise do Edifício do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. **XXII Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, 2017**.** Disponível em: < file:///D:/Users/livia/Documents/FACULDADE/TCC/tcc%202/RECICLAGEM%20DE%20EDIF_CIOS%20URBANOS%20PARA%20HAB.pdf>.Acesso em: 7 jun. 2024.

Desabrigados ocupam prédios abandonados. **Jornal da Paraíba,** 2012. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/cotidiano/vidaurbana/desabrigados-ocupam-predios-abandonados>. Acesso em: 17 nov. 2024.

DUARTE, Ronald Goulart. O Processo de Reabilitação e Renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro e suas Perspectivas. **Script Nova**, 2005. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-44.htm>.Acesso em: 7 jun. 2024.

INFORMATIVO: Dia Nacional da Luta da População em Situação de Rua. **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO**, 2023. Disponível em: **<**https://iphaep.pb.gov.br/legislacoes-e-decretos/decretos-de-tombamentos-1.pdf>. Acesso em: 3 set. 2024.

JÚNIOR, J; PEREIRA, L. **EDIFÍCIOS MODERNOS INSTITUCIONAIS DO CENTRO DE JOÃO PESSOA E A VERTICALIZAÇÃO DA CIDADE:** UM ESTUDO FÍSICO E TEMPORAL. Trabalho da disciplina Estágio Supervisionado I da Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2020. Disponível em: <https://ct.ufpb.br/ccau/contents/documentos/estagio-supervisionado-i/acervo-virtual-estagio-supervisionado-i-2019.2/jose-wildo-ferreira-leite-junior-e-livia-de-oliveira-pereira-edificios-modernos-institucionais-do-centro-de-joao-pessoa-e-a-verticalizacao-da-cidade.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2024.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NOS NÚMEROS DO CADASTRO ÚNICO. **IPEA**, 2024. Disponível em: < https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12642/7/TD_2944_web.pdf>. Acesso em: 8 set. 2024.

NÓBREGA, Tânia Maria Queiroga. DECRETOS DE TOMBAMENTOS. **INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA (IPHAEP)**, 2001. Disponível em: **<**https://iphaep.pb.gov.br/legislacoes-e-decretos/decretos-de-tombamentos-1.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

PEÇANHA, J; GOLDFARB, M; TINEM, N. **REGISTRO DE ARQUITETURA MODERNA:** O EDIFÍCIO SEDE DO IPASE. Trabalho da disciplina Arquitetura em João Pessoa da Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2009**.** Disponível em: <http://www.lppm.com.br/sites/default/files/livros/REGISTRO%20DE%20ARQUITETURA%20MODERNA%20O%20EDIF%C3%8DCIO%20SEDE%20DO%20IPASE.pdf>. Acesso em: 16 set. 2024.

PEÇANHA, J; GOLDFARB, M; TINEM, N. **REGISTRO DE ARQUITETURA MODERNA:** O EDIFÍCIO SEDE DO IPASE. Trabalho da disciplina Arquitetura em João Pessoa da Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João

Pessoa, PB, 2009. Disponível em: <file:///D:/Users/livia/Documents/FACULDADE/TCC/tcc%202-%20pdfs/1951-EdificioIPASE-JP.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2024.

PIMENTEL, Samantha. Antigo Ipase abrigará 50 famílias. **A União,** 2024. Disponível em: < https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/antigo-ipase-abrigara-50-familias>. Acesso em: 17 nov. 2024.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA -Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal. **MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (MDHC)**, 2023 Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2024.

ROLNIK, Raquel. Direito à moradia. **IPEA**, 2009. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=1034:cat>. Acesso em: 7 jun. 2024.

SILVA, Camila Coelho. **Ser/estar/viver invisível:** avaliando as condições de habitabilidade e informalidade das habitações coletivas precárias de aluguel no bairro Varadouro, João Pessoa-PB**.** Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa,PB, 2015. Disponível em: < https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8380/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2024.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil/1995-2005.** 220 f. Dissertação de Mestrado em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006. Disponível em:

<https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1763/1/2006_Maria%20Lucia%20Lopes%20da% 20Silva.pdf.> Acesso em: 7 jun. 2024.

SOUZA, Carlos L.; AWAD, Juliana D. C M. **Cidades sustentáveis cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. Grupo A, 2009. E-book. ISBN 9788540701854. Disponível em:

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788540701854/. Acesso em: 07 jun. 2024.

SUAS. Inclusão das pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social Departamento de Proteção Social Especial**, 2011. Disponível em:

<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/inclusao_pessoas_rua_Cadunico.pdf>. Acesso em: 07 de jun. de 2024.

TAVARES, Ana Filipa Nunes. **Reabilitação Urbana –** O Caso dos Pequenos Centros Históricos. Dissertação de Mestrado em Engenharia do Ambiente, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, PT, 2008. Disponível em:

<https://run.unl.pt/bitstream/10362/1396/1/Tavares_2008.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2024.

VIEIRA, Vitória. Prefeitura inicia ação para traçar perfil da população em situação de rua na Capital. **Prefeitura de João Pessoa**, 2023. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/prefeitura-inicia-acao-para-tracar-perfil-da-populacao-em-situacao-de-rua-na-capital/>. Acesso em: 7 jun. 2024.

CAPÍTULO 6: ANTEPROJETO DE UMA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA – PB

Iandra Batista Marques de Oliveira [1]
Tayene de Oliveira Pinto [2]

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta uma proposta arquitetônica, em nível de anteprojeto, de uma residência estudantil universitária situada no município de João Pessoa – PB. O objetivo é acolher estudantes, especialmente aqueles que vêm de outras cidades. Além disso, busca-se criar um ambiente de moradia que favoreça a convivência social entre os moradores e a comunidade, ao mesmo tempo em que respeita a individualidade e oferece espaços adequados para o desenvolvimento intelectual e pessoal desses estudantes. Além disso, vem proporcionar bem estar e interação social para os universitários que buscam construir seus objetivos através do ingresso na Instituição de Ensino Superior. Com base na análise de normativas, legislação, estudos de caso e projetos correlatos, bem como na implantação e nas condicionantes ambientais do terreno, foi desenvolvido um embasamento teórico para a criação da habitação universitária.

Palavras-chaves: Residência estudantil; Estudantes; Moradia.

ABSTRACT

This course completion work presents an architectural proposal, at preliminary project level, for a university student residence located in the city of João Pessoa – PB. The objective is to welcome students, especially those who come from other cities. Furthermore, we seek to create a housing environment that favors social coexistence between residents and the community, while respecting individuality and offering adequate spaces for the intellectual and personal development of these students. Furthermore, it provides well-being and social interaction for university students who seek to achieve their goals by entering a Higher Education Institution. Based on the analysis of regulations, legislation, case studies and related projects, as well as the implementation and environmental conditions of the land, a theoretical basis was developed for the creation of university housing.

Keywords: Student residence; Students; Housing.

[1] Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniesp.
E-mail: 20201069026@iesp.edu.br
[2] Orientadora do trabalho e Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniesp.
E-mail: tayenepinto@iesp.edu.br

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, o governo federal tem implementado políticas para facilitar o acesso dos estudantes ao ensino superior, o que tem colaborado para o aumento do número de vagas nas universidades, tanto em instituições públicas quanto privadas. Uma das formas de ingresso no ensino superior é através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), entre outros programas para auxiliar em bolsas e financiamentos através do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e do Sistema de Seleção Unificada (SISU), dentre outros. Com isso, impulsionou o avanço da mobilidade estudantil no país e como consequência desse movimento migratório, há uma demanda por moradias temporárias nas cidades.

De acordo com os dados de pesquisa da Associação Nacional Dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), após os estudantes ingressarem no ensino superior, a mobilidade territorial ocorre todos os anos devido a possibilidade promovida pelo (SISU). Essa mobilidade ocorre devido aos estudantes se deslocarem e percorrerem longas distâncias diariamente de suas residências, que estão localizadas em outras cidades e polos urbanos diferentes das instituições de Ensino Superior. Segundo Bermúdez (2018, p.6) A Mais de 21 mil brasileiros mudaram de Estado no ano de 2018, por terem sido aprovados em faculdades e dentre eles, 2.730 se matricularam na Paraíba, Estado classificado como campeão no acolhimento a estudantes de outras unidades federativas no ano de 2018'.

Nesse contexto, observa-se que a moradia estudantil é uma tipologia de habitação temporária, ocupada por estudantes de diferentes cidades, estados ou até mesmo países (FERNANDES,2015, p.16). Com isso, pode-se observar que o propósito da moradia vai além de servir como habitação, mas também envolve interagir com o espaço e o ambiente ao redor promovendo a interação social. Conforme Scoaris (2012), a residência universitária deve atuar como um facilitador para o acesso aos estudos, oferecer locais para o desenvolvimento de atividades acadêmicas e sociais, e promover interação entre estudantes de diversas áreas, com isso, é fundamental contar com um ambiente que propicie essas atividades. Dessa forma, é possível perceber o quão importante é a moradia estudantil e o quanto ela contribui de maneira significativa para garantir praticidade, segurança e bem estar para o estudante realizar suas atividades acadêmicas fora de seu domicílio.

A princípio merece destacar algumas residências públicas na cidade de João Pessoa-PB, como por exemplo: a Residência Universitária Feminina Elizabeth Teixeira (RUFET) e a Residência Universitária Masculina e Feminina (RUMF), as mesmas são exclusivas para estudantes da rede pública de ensino e por sua vez, não atende a grande demanda. Além disso, não se enquadra como opção para os estudantes das instituições privadas, sendo assim, gerando uma lacuna para os estudantes IES privadas.

Em função desse cenário, propõe-se um anteprojeto de uma residência universitária privada na cidade de João Pessoa – PB, mais especificamente, analisar a demanda de estudantes que migram para estudar no município de João Pessoa - PB; estudar as necessidades de uma edificação temporária para estudantes; identificar como a sustentabilidade pode ser integrada em moradias estudantis em prol da produtividade e qualidade de vida dos usuários.

O presente trabalho será dividido em cinco tópicos. No primeiro tópico terá a introdução, justificativa, objetivos e a metodologia a ser utilizada. No segundo abordará a parte teórica, trazendo informações sobre a moradia estudantil de caráter privado, junto com a análise de projetos correlatos. No terceiro tópico especificará o terreno escolhido e o seu entorno, incluindo a apresentação e o detalhamento do anteprojeto. No quarto capítulo irá tratar das

considerações finais acerca do trabalho. E no quinto e último capítulo será mencionado as referências bibliográficas.

Como mencionado anteriormente, os estudantes de instuitições privadas não apresentam opção de residência estudantil na cidade de João Pessoa – PB, dessa forma foi feito uma pesquisa de dados juntamente com o setor de secretária geral do Centro Universitário UNIESP e foi levantado que em 2024.2 que a cada 100 alunos aproximadamente 42% são oriundos de outras cidades, sendo assim, é evidente a necessidade de desenvolver habitações estudantis que atendam a essa parcela significativa de estudantes que estão se deslocando para cursar o ensino superior.

Dessa forma, justifica-se a proposta para elaboração de anteprojeto de residência estudantil privada de caráter temporário e de uso misto, no bairro Aeroclube na cidade de João Pessoa-PB, cujo terreno em estudo fica situado próximo a Instituição de Ensino Superior denominada Centro Universitário UNIESP, possibilitando ao acadêmico facilidade no deslocamento.

A metodologia usada para o desenvolvimento deste trabalho é dividida em três etapas. Para iniciar, o primeiro ponto foi por meio de pesquisas bibliográficas: coleta de informações sobre o tema do projeto através de sites, artigos, monografias, periódicos e teses. No segundo ponto, estudo de referencial teórico e projetual: análise de projetos semelhantes ao tema, que serviram como inspiração para a elaboração do partido. Por fim, o partido arquitetônico: conceituação do projeto arquitetônico, onde as ideias e intenções foram apresentadas através de plantas e cortes.

2. ESTUDO PRELIMINAR

2.1 Unidades habitacionais temporárias

De acordo com definição dada por Barbosa (2012, p. XX): “Habitação” engloba habitações permanentes (feitas com um alto grau de complexidade e resistência), temporárias (tendendo aos abrigos, com um baixo grau de complexidade) e transitórias (aquelas que são construídas primeiramente como temporárias, tendo um baixo/médio grau de complexidade num primeiro momento, mas que permite reformas graduais, podendo se transformar em uma casa permanente).

Em 1995, a Fundação Cultural do Colégio Oficial de Arquitetos de Madrid (COAM) lançou um concurso de ideias relacionado à habitação temporária, com base nos projetos apresentados no mesmo há duas propostas que se destacaram, uma delas é a *Enanos en hombros* de gigantes (COAM, 1996, p,71).

Esta faz uma reflexão sobre o que é uma solução temporária e explica que esse conceito pode ser atribuído a: pessoas, em que a sua estadia é temporária, no entanto o espaço que ela ocupa é fixo, referindo-se a hotéis e residências de estudantes; objetos, dizendo que a sua temporalidade se deve à sua montagem e desmontagem; lugares, exemplificando um trailer de circo, que é habitada pelas mesmas pessoas mas não permanecem fixas em nenhum lugar, no entanto aquilo que lhes dá abrigo move-se com elas.

2.2 Necessidades das habitações estudantis

Como explica Pride (1999), a arquitetura do alojamento estudantil é concebida, em princípio, a partir de uma ideia de agrupamento social que não apenas coloca as unidades individuais lado a lado, mas que, por meio de estratégias de design, incentiva e facilita o encontro entre os moradores próximos, seja de forma casual ou pretendida. Segundo, Scoaris (2012), a arquitetura das residências estudantis contrasta com o sentimento de pertencimento e identidade dos estudantes.

Uma das reclamações frequentes feitas pelos universitários diz respeito à aparência física dos edifícios. Esse descontentamento surge de um estilo "padrão" usado devido à ambientação monocromática das moradias estudantis conectadas diretamente aos edifícios institucionais não residenciais. Deste modo, como redutor dessa associação ao institucional, Scoaris (2012) acredita na importância de implementar estratégias ao selecionar materiais com acabamentos, texturas e cores que se destaquem em ambientes institucionais.

Quando se trata de outro aspecto em edifícios institucionais, Scoaris (2012) destaca a variedade de escolhas oferecidas para os tipos de dormitórios. Isso possibilita que os estudantes escolham o dormitório que melhor atenda às suas necessidades. Segundo o autor, as opções mais comuns de dormitórios são individuais e duplas. Também é importante considerar a flexibilidade na configuração dos dormitórios, permitindo que o layout seja ajustado para acomodar atividades imprevistas dos estudantes. Isso pode envolver a presença de mobiliário adaptável ou soluções arquitetônicas.

Com o objetivo de aprofundar a compreensão dos conceitos aplicados e dos problemas a serem solucionados em um projeto de residência universitária, foi selecionado um projeto correlato para análise. Isso visa explorar questões específicas relacionadas ao tema, considerando ambientes geográficos, locais, ocupações, usos e arquiteturas que são significativamente diferentes.

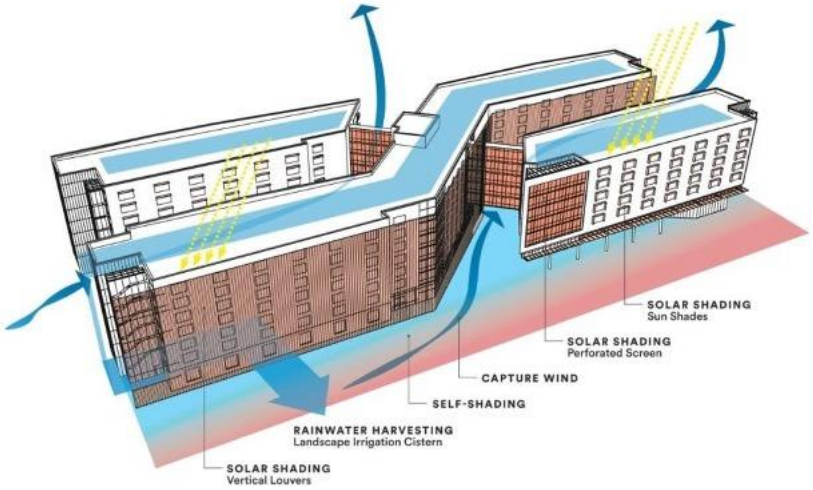
O projeto dessa residência estudantil fica localizado no Estado do Arizona, mais precisamente na cidade de Tmepe e foi desenvolvido pelo escritório de arquitetura Solomon Cordwell Buenz. Esse projeto trata-se de uma edificação projetada para receber estudantes do primeiro ano de engenharia da cidade de Tempe, de acordo com a equipe de projeto a residência é um edifício composto por 7 pavimentos, apresentando uma área construída de 42.500m². A edificação (figura 01) conta com 1.582 camas, 5 apartamentos para funcionários, um refeitório de 2.500m² e 525 assentos, uma loja de conveniência, vários studios para os alunos e salas sociais, além de um grande laboratório, salas flexíveis e uma academia de ginástica.

Figura 01: Residência Booker na Universidade Estadual do Arizona.

Fonte: Archdaily, 2017.

Conforme a descrição da equipe, o partido projetual se deu a partir do uso da linguagem vernacular da arquitetura no deserto, com isso procurou-se criar uma edificação sustentável e adequado a seu contexto para que pudesse suportar e, até aproveitar, o duro clima desértico da região. Com isso, a localização, a forma e a distribuição do edifício se desenvolvem através de amplos estudos de sombreamento no lugar restrito do campus. A forma em "8" (figura 02) do complexo posiciona as duas massas de construção primárias em posições paralelas orientadas de leste a oeste, o que permite que o edifício se "auto-sombreie" em pátios internos e fachadas.

Figura 02: Residência Booker na Universidade Estadual do Arizona.



Fonte: Archdaily, 2017.

2.4.CONCEITO E PARTIDO

A proposta de anteprojeto em análise tem como conceito geral transformar a residência universitária em um verdadeiro lar. Para isso, busca promover a sociabilidade e a interação entre os usuários, ao mesmo tempo em que assegura a privacidade e transmite sensação de acolhimento.

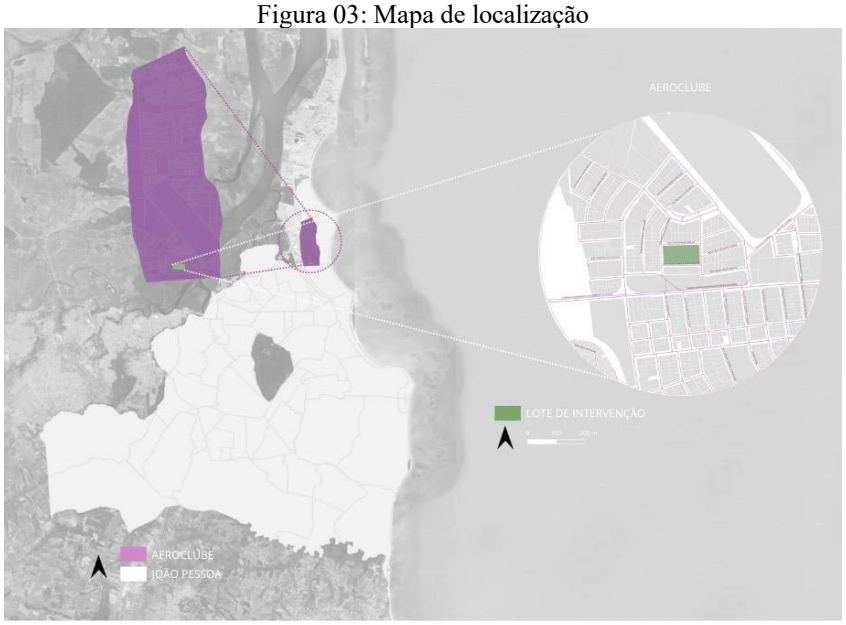
Seguindo a ideia do conceito, a proposta da implantação da residência estudantil é inserir grandes aberturas para auxiliar na iluminação natural e aproveitar a ventilação cruzada, como também, utilizar elementos arquitetônicos para proteção e sombreamento de esquadrias buscando tornar a edificação livre integrando o interno com o externo.

2.4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

a. Características geográficas e localização

A área determinada para a implementação da residência estudantil foi no bairro Aeroclube, na rua João Soares Padilha, próximo a Av. Gov. Flávio Ribeiro Coutinho, conhecida como o retão de Manaíra, em uma região onde predominam os usos residencial e comercial. O terreno proposto tem uma área de 9.887m² e é de fácil acesso aos estudantes por ter um fluxo de vários transportes públicos de diversos bairros que cruzam a região além de ter vias de grande fluxo próximas como a Av. Gov. Flávio Ribeiro Coutinho e a BR - 230, onde fica localizado uma importante IES que é o Centro Universitário UNIESP.

Figura 03: Mapa de localização



Fonte: Qgis, elaborado pela autora, 2024.

A análise do entorno do lote foi realizada a partir de um raio de 500m do centro do terreno, através de mapas de uso e ocupação do solo, mobilidade urbana e o de infraestrutura. E com isso, compreender melhor os usos, bem como, as principais características do entorno e o que ajudará na implantação do anteprojeto.

No mapa abaixo, é possível observar que os usos predominantes no entorno são residenciais e comerciais. É considerado um local adequado para a implementação de uma residência estudantil, pois, além de contar com uma grande quantidade de residências e famílias, está situado próximo a diversos serviços comerciais essenciais da cidade.

Figura 04: Mapa de uso e ocupação.

Fonte: Qgis, elaborado pela autora, 2024.

b. Características da população e dados socioeconômicos

Segundo dados do IBGE, em 2024, a população estimada do município de João Pessoa, na Paraíba conta com uma média de 888.679 pessoas e sua densidade demográfica se aproxima de 3.970,27 pessoas por quilômetro quadrado. A capital paraibana conta com um percentual de 39,11% da população ocupada, sendo considerado um salário médio de aproximadamente 2,7 salários mínimos dos trabalhadores formais.

c. Descrição dos envolvidos e impactados pela proposta

A proposta tem como finalidade acolher um público específico de ensino superior, sejam eles estudantes de graduação ou pós graduação.

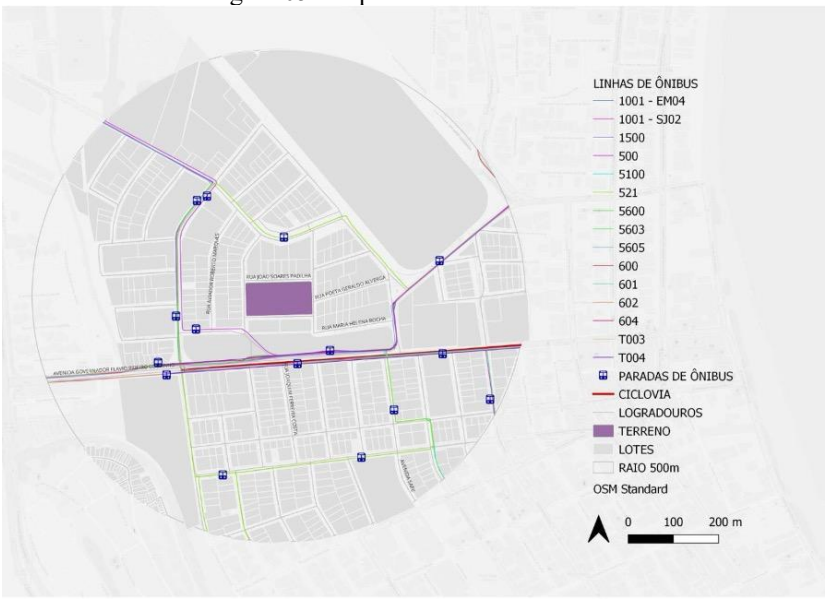
d. Características culturais da população envolvida

O público escolhido para a proposta serão oriundos de cidades vizinhas, consequentemente irá existir uma variedade cultural.

e. Análise da mobilidade urbana na área de intervenção

Ao analisar a mobilidade urbana na área do lote de intervenção, foram identificadas as principais vias com fluxo moderado e intenso, além da presença de vários pontos de ônibus. Tanto para aqueles que vêm das regiões norte e noroeste, quanto para os usuários que se deslocam das regiões sul, sudeste e sudoeste, as vias favorecem o deslocamento e o acesso ao lote escolhido, permitindo um acesso fácil de qualquer direção.

Figura 05: Mapa de mobilidade urbana



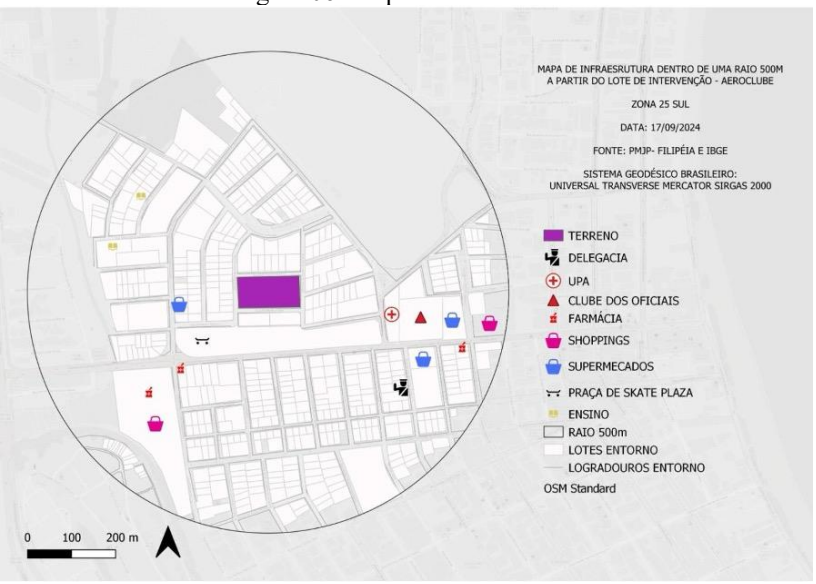
Fonte: Qgis, elaborado pela autora, 2024.

f. Análise da infraestrutura urbana na área de intervenção (saneamento, abastecimento, sistema elétrico, sistema de coleta de lixo e segurança)

Através do mapa de infraestrutura observa-se a existência de uma praça próxima ao terreno de implantação que pode ser usado como prática de exercícios físicos, assim como a proximidade do Shopping Manaíra, um grande centro comercial que oferece diversos serviços essenciais para a população. Além desses empreendimentos, encontra-se a UPA Oceania que se destaca

na região como um serviço público de referência na saúde. Dispondo ainda de associações, clubes e uma delegacia nas proximidades.

Figura 06: Mapa de infraestutura



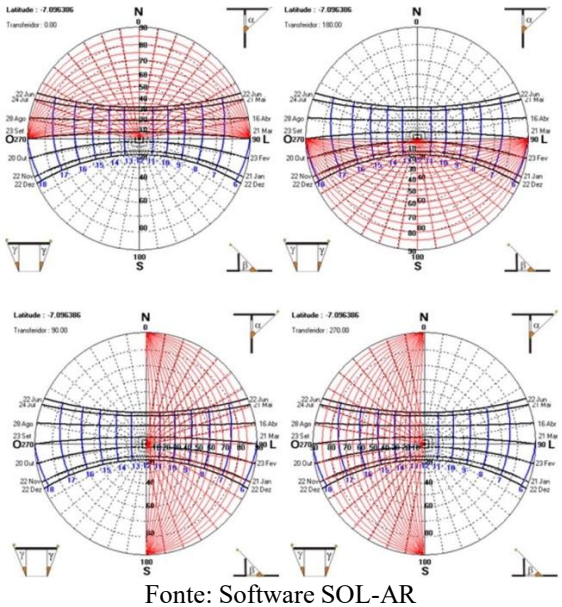
Fonte: Qgis, elaborado pela autora, 2024.

g. Análise das condições ambientais e paisagismo

Tendo em vista um desenvolvimento de anteprojeto que busque um melhor conforto para os usuários, faz-se necessário um estudo e análise das condicionantes ambientais para melhor entender a ação dos agentes naturais na região do lote de intervenção.

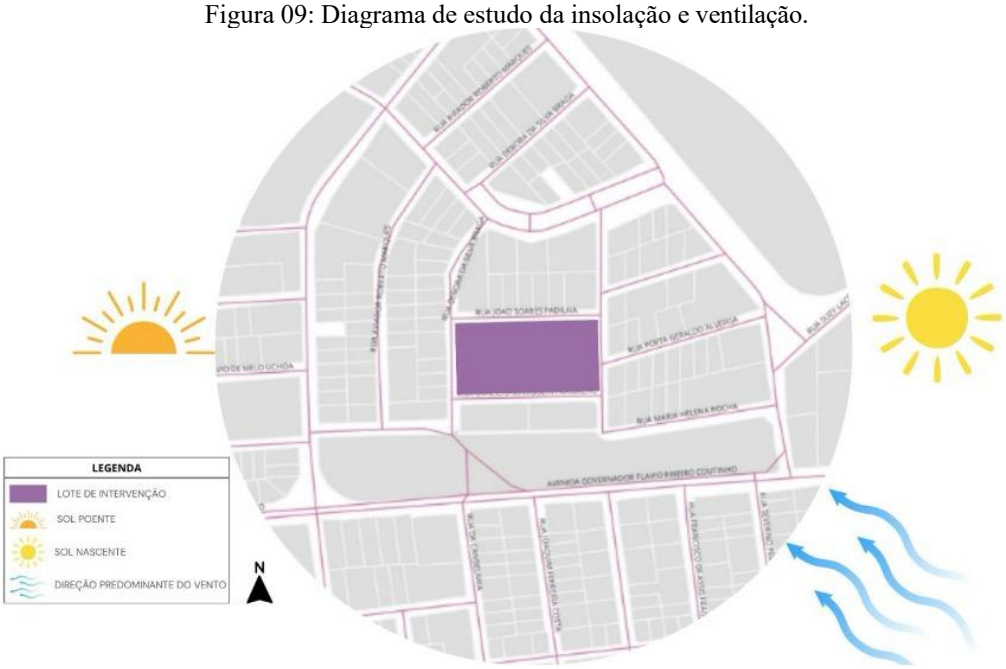
Através da análise das cartas solares, podemos notar que as fachadas leste e oeste recebem uma maior incidência de luz solar ao longo de todo o ano. Na fachada sul, a maior insolação acontece durante o verão. Por outro lado, ao analisar a carta solar da fachada norte, observamos que a maior insolação ocorre no inverno. Concluindo essa análise, percebe-se que as fachadas sul e sudeste são as mais favorecidas na edificação, proporcionando uma ventilação mais eficiente e menor exposição solar ao longo do ano.

Figura 07 e 08: Cartas solares das fachadas norte e sul; leste e oeste.



Fonte: Software SOL-AR

Figura 09: Diagrama de estudo da insolação e ventilação.



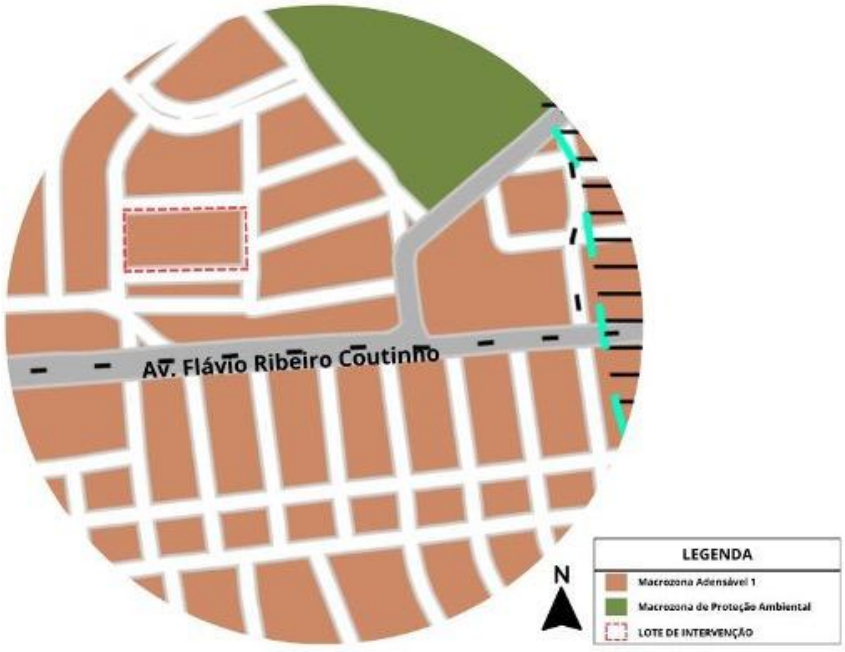
Fonte: Qgis, editado pela autora, 2024.

h. Análise da legislação urbana

Para elaborar o anteprojeto, foi necessário consultar as legislações pertinentes e levar em consideração o Plano Diretor e o Código de Urbanismo da cidade de João Pessoa - PB, assim como também os mapas de Macrozoneamento e Zoneamento da cidade.

De acordo com o mapa de Macrozoneamento da cidade de João Pessoa - PB o terreno está localizado dentro da Macrozona Adensável 1. Onde, de acordo com o Plano Diretor da cidade de João Pessoa, são áreas urbanas com alta densidade e dinâmica no município, onde a infraestrutura básica disponível e a capacidade de suporte ambiental possibilitam uma intensificação no uso e na ocupação do solo e, com isso, apresenta um índice de aproveitamento máximo igual a 6.

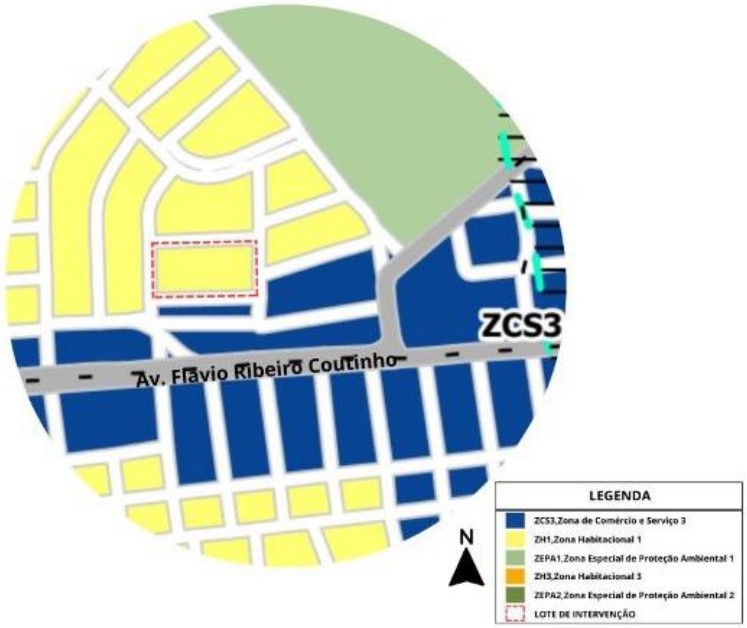
Figura 10: Recorte do Mapa de Macrozoneamento de João Pessoa.



Fonte: Dados do sistema Filipeia de João Pessoa, editado pelo autora, 2024.

Observando o mapa de Zoneamento da cidade de João Pessoa, o terreno está localizado na Zona Habitacional 1 (ZH1).

Figura 11: Recorte do Mapa de Zoneamento de João Pessoa.



Fonte: Dados do sistema Filipeia de João Pessoa, editado pelo autora, 2024.

De acordo com a Lei Complementar 166 (29-04-2024) - Aprimoramentos urbanísticos da cidade de João Pessoa – PB, na tabela disponibilizada para a zona ZH1 – Zona Habitacional 1, pode-se observar informações sobre ocupação máxima da edificação, afastamentos mínimos, entre outras informações importantes para o anteprojeto.

Tabela 01: Tabela do Zoneamento de João Pessoa.

QUADRO DE PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO (A) (B)						
ZONA	AM	TO MÁXIMA (%)	TAP MÍNIMA (%)	RECUOS MÍNIMOS (m)		
				FRONTAL (RFT) (C)	LATERAL (RL) (D)	FUNDO (RFD) (E)
ZH-1	(F)	50	10	5,00	Até 3º PV = 1,50 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]
ZH-2 (G)	(H)	55	5	5,00	até 3º PV = 1,50 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até 2º PV = 2,00 3º e 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]
ZH-3	(F)	50	5	5,00	até 3º PV = 1,50 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]
ZH-4	(F) (H)	50	15	5,00	até 3º PV = 2,00 4º PV = 4,00 DE = 4,00+[(N-4)x0,30]	até 4º PV = 3,00 DE = 4,00+[(N-4)x0,30]
ZH-5	(F) (H)	50	15	5,00	até 2º PV = 1,50 3º e 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]
ZCS-1	(H)	80	5	0,00	0,00	2,00
ZCS-2	(H)	70	5	5,00	até 2º PV = 0,00 3º e 4º PV = 2,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]

Legenda:
PV - Pavimento
DE - Demais pavimentos
N - Número do pavimento para o qual o recuo está sendo calculado.

(F) Observar a restrição de altura na faixa de 500m (quinhentos metros) da orla.

Fonte: Dados do sistema Filipeia de João Pessoa, editado pela autora, 2024.

3. MEMORIAL DESCRITIVO

3.1. MEMORIAL DESCRITIVO

a. Programa de necessidades e pré-dimensionamento

O programa de necessidades proposto foi elaborado com base em três diretrizes: proporcionar ambientes que promovam a convivência e integração dos usuários, como também oferecer espaços dedicados ao estudo e por fim, criar espaços com a função de moradia através de apartamentos totalizando em 56 unidades.

O programa foi segmentado em quatro setores, levando em consideração o nível de uso de usuários e funcionários: setor administrativo, setor de serviços, setor social e setor íntimo. Esses setores foram organizados de forma específica, visando garantir um fluxo e uma organização espacial mais eficientes.

Tabela 02: Programa de necessidades e pré-dimensionamento

SETOR	QTD.	AMBIENTE	ÁREA UNIT.	ÁREA TOTAL	REFERÊNCIA
ADM	01	RECEPÇÃO + LAVABO	68m²	68m²	Ref. projetuais
	01	SALA DE REUNIÃO + LAVABO	35m²	15m²	Panero
	01	SALA ADMINISTRATIVA + LAVABO	25m²	25m²	Panero
	02	ARQUIVO	3.75m²	7.50m²	-
INTÍMO	03	DORMITÓRIO TIPO 01 (INDIVIDUAL PCD)	43m²	129m²	Ref. projetuais
	53	DORMITÓRIO TIPO 02 (DUPLO)	52m²	2.756m²	Ref. projetuais
SOCIAL	01	COZINHA COLETIVA + REFEITÓRIO	61.50m²	61.50m²	Neufert
	01	DESPENSA	18.50m²	18.50m²	-
	01	SALA DE ESTUDO - INDIVIDUAL	42m²	42m²	Ref. projetuais
	03	SALAS DE ESTUDO - EM GRUPO	8m²	24m²	Ref. projetuais
	01	BIBLIOTECA	80m²	80m²	Ref. projetuais
	01	ACADEMIA	67m²	67m²	Ref. projetuais
	01	SALA DE JOGOS	52m²	52m²	-
	02	WC'S FEM/MASC. / PCD	30m²	60m²	Ref. projetuais
	01	MINIMERCADO	31m²	31m²	-
	01	ÁREA DE CONVIVÊNCIA	400m²	400m²	-
	01	ANFITEATRO	260m²	260m²	Ref. projetuais
	01	ESPAÇO GOURMET/ÁREA DE CHURRASQUEIRA	400m²	800m²	-
SERVIÇO	01	COPA	13.50m²	13.50m²	Neufert
	01	WCS FEM./MASC. E PCD	8.50m²	8.50m²	NBR 9050
	01	GUARITA + WC	23.50m²	23.50m²	-
	01	DESCANSO FUNCIONÁRIOS	13.50m²	13.50m²	-
	01	DML	4.10m²	4.10m²	Neufert
	02	ESTACIONAMENTO	600m²	600m²	-
	01	BICICLETÁRIO	15.50m²	15.50m²	-
	01	LAVANDERIA	22.80m²	22.80m²	Neufert

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

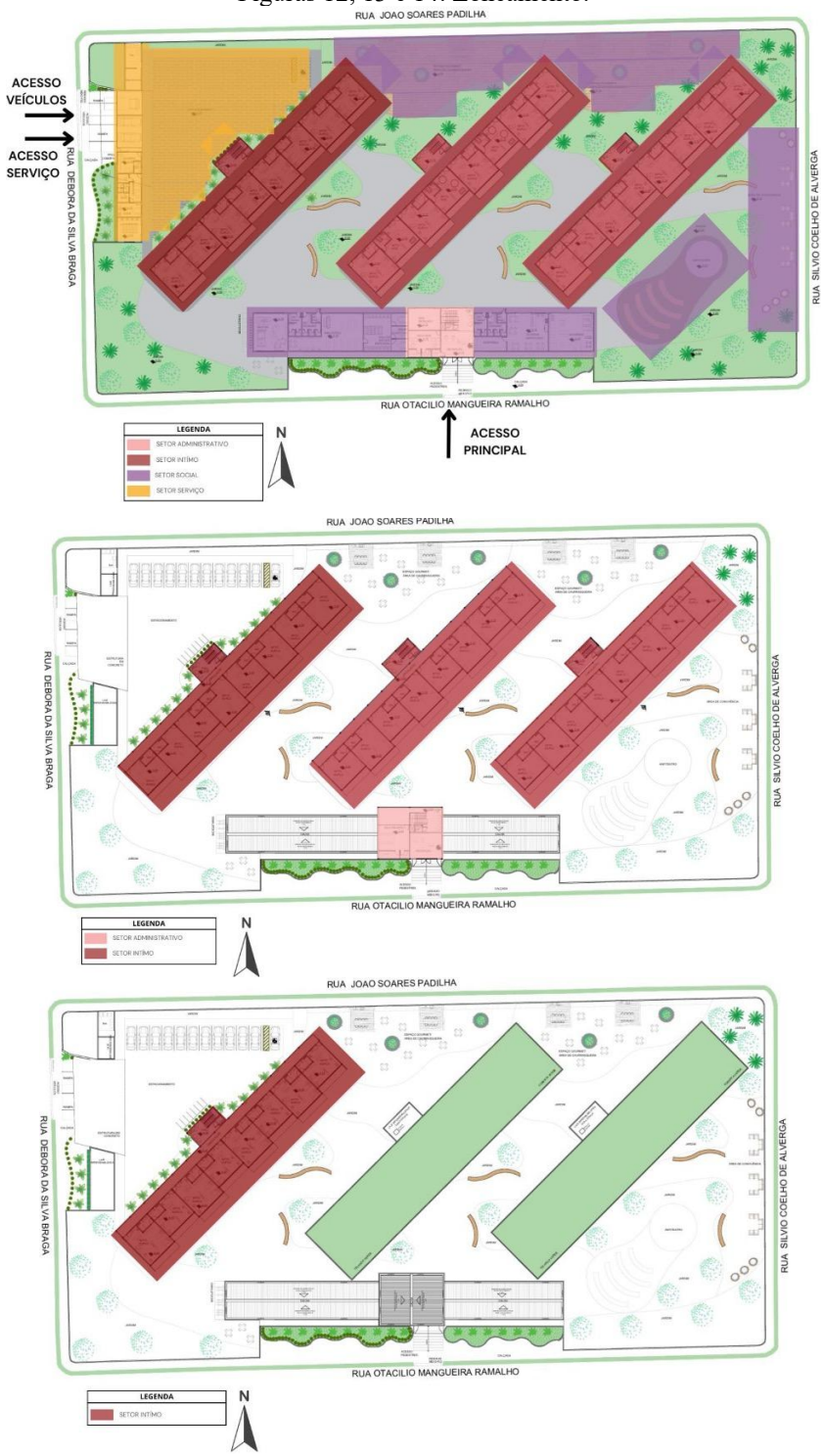
b. Zoneamento

Depois de ter sido estudado o programa de necessidades e o pré-dimensionamento da edificação foi realizado um zoneamento no terreno, com a intenção de locar da melhor maneira os setores

no lote. Também foi levado em consideração os condicionantes climáticos e legais do local, com o objetivo de promover o conforto dos moradores e a eficiência energética.

Desse modo, houve uma separação bem definida, por blocos, do setor de serviço, do setor social e do setor íntimo. Sendo assim, a edificação se desenvolveu em térreo + 2 pavimentos, no térreo ficou distribuído em um bloco toda a parte de serviço, em outro bloco a área social e administrativa, e em 3 blocos separados ficou o setor íntimo, seguindo até o 2° pavimento que, no caso, são os apartamentos.

Figuras 12, 13 e 14: Zoneamento.

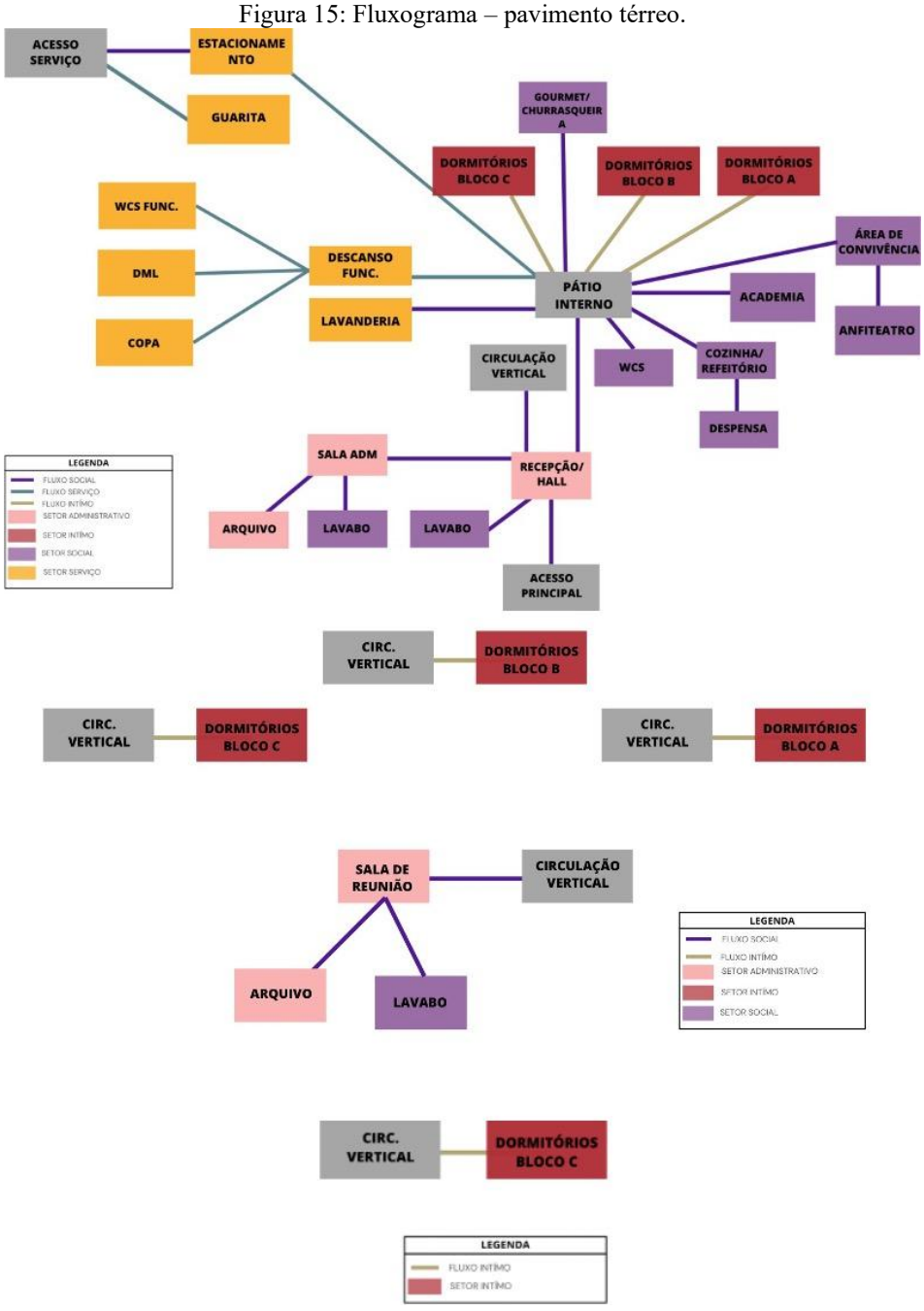


Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

c. Fluxograma

O fluxograma foi pensado levando em consideração a conexão entre os ambientes e na sociabilidade dos moradores, com isso foi dividido em blocos por tipo de usos. No pavimento térreo ficou o bloco da parte administrativa e social: recepção, lavabos, sala administrativa e arquivo, salas de estudo individuais e coletivas, biblioteca, academia, sala de jogos, banheiros, cozinha coletiva com refeitório, despensa, minimercado, área de convivência, anfiteatro e área de churrasqueira. Como também o bloco de serviço: lavanderia, DML, estacionamento, bicicletário, guarita, banheiros para funcionários, copa e descanso de funcionários. E por fim, o setor íntimo que se inicia no pavimento térreo dividido em três blocos, sendo um térreo + 2 pavimentos e dois térreo +1 pavimento.

Figura 15: Fluxograma – pavimento térreo.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

d. Alternativas para a Acessibilidade

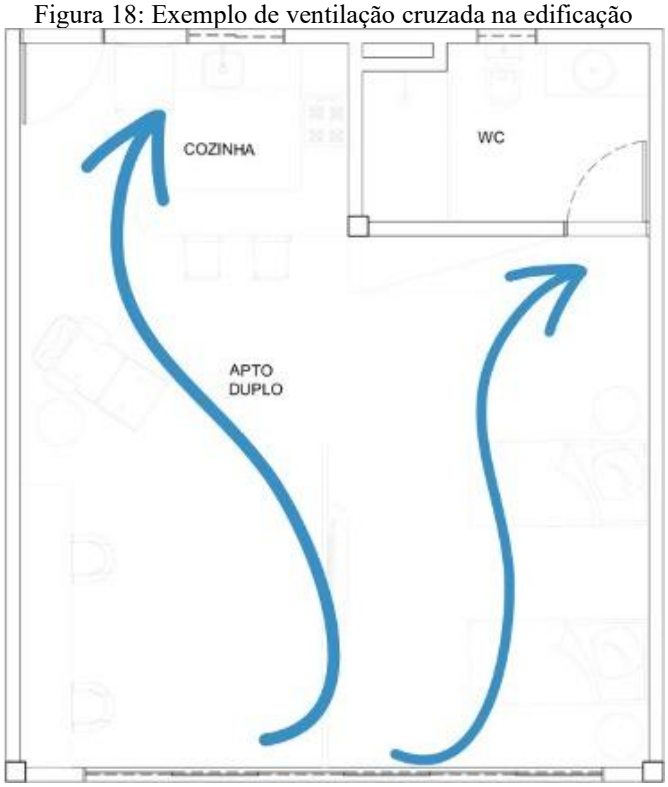
A acessibilidade da edificação foi pensada de acordo com a NBR 9050. Com isso, como forma de facilitar a locomoção foi implantado rampas de acessos, escadas acessíveis, elevadores e piso tátil, como também foi proposto vagas de estacionamento reservadas para PCD, e por fim, banheiros e apartamentos acessíveis para que tenham um dia a dia confortável.

e. Alternativas para a Conforto Ambiental

Como alternativas para o conforto ambiental foi proposto a implementação de grandes esquadrias para maximizar a iluminação natural e aproveitar a ventilação cruzada. Desse modo, visando que os apartamentos será o ambiente de maior permanência dos estudantes optou-se por esquadrias de correr de seis folhas medindo 5.50mX1.80m, permitindo ao usuário controlar a entrada de ar no ambiente conforme as condições climáticas e suas neessidades, juntamente com outras duas janelas localizadas altas na parede oposta que dá para o corredor (figura 18). Dessa forma, existem três janelas voltadas para face externa, todas trabalham em conjunto para promover a ventilação do ambiente através do sistema de ventilação cruzada.

Assim como o uso de vegetação por toda a edificação para que transmita uma sensação confortável tanto visual como térmica e por fim, a utilização de elementos arquitetônicos, como brises, para proteção e sombreamento de aberturas.

Figura 18: Exemplo de ventilação cruzada na edificação

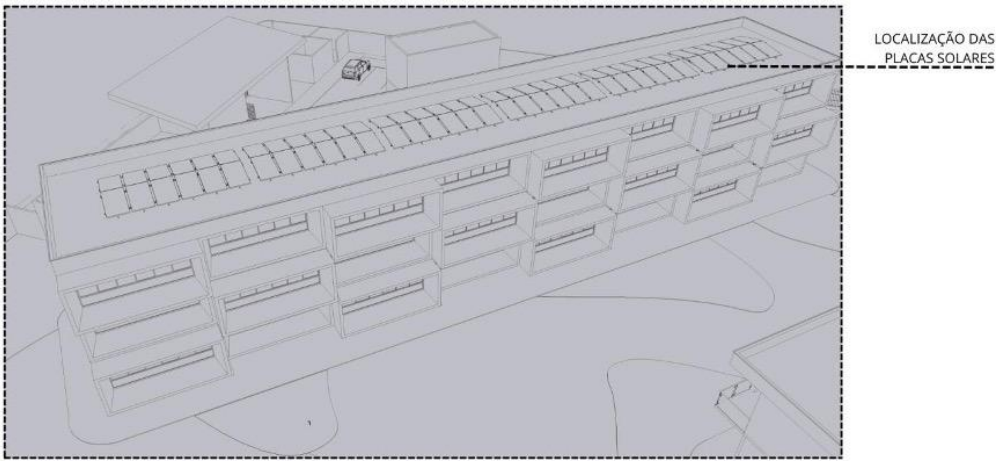


Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

f. Alternativas para a Sustentabilidade

A sustentabilidade é um fator crucial na elaboração desse projeto, sendo assim, foi aplicado de algumas formas dentro da edificação. Uma delas é o uso de recursos renováveis por meio da energia solar, que ajuda a reduzir significamente o impacto ambiental do edifício, com isso, de modo estratégico, foi definido que as placas solares ficariam localizadas no bloco mais alto da edificação (figura 19), que é na cobertura do bloco C, tendo capitação solar o ano inteiro.

Figura 19: Localização das placas solares



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Como também o uso do telhado verde, que permite a redução das amplitudes térmicas. Segundo Alberto (2012), os telhados verdes apresentam diversas vantagens como uma maior drenagem da água da chuva, assim diminuindo as chances de enchentes; melhoram o conforto térmico do local; reduzem as ilhas de calor; além de melhorar a qualidade do ar, pois a cobertura vegetal absorve grandes volumes de poeira e de poluição por meio das suas folhas.

Figura 20: Funcionamento do telhado verde

Fonte: https://www.irrigamatic.com.br/post/telhado-verde-como-funciona-e-vantagens

g. Sistemas estruturais

A solução estrutural encontrada para o edifício foi a estrutura metálica por possibilitar vãos maiores, otimizando o uso do espaço na edificação e reduzindo o peso da estrutura como um todo. Além disso, o material é mais sustentável, uma vez que os perfis metálicos são produzidos em indústria, e com isso tornando uma obra mais ágil e limpa.

h. Sistema de esgotamento e saneamento

O sistema de esgotamento e saneamento que será utilizado é o mesmo disponibilizado pela rede pública do bairro onde a edificação está localizada. Ele inclui o fornecimento de água tratada e rede de esgoto. A integração com a rede pública assegura que todos os resíduos sejam devidamente tratados e que a água fornecida atenda aos padrões de qualidade necessários.

i. Sistema elétrico

O fornecimento de energia elétrica na cidade de João Pessoa – PB é realizado pela empresa ENERGISA, e a voltagem adotada na localidade é de 220V. Portanto, a edificação conta com fonte de energia renovável, que são os painéis solares, que são de capazes de gerar uma energia mais limpa e promovem a sustentabilidade ambiental.

j. Mecanismos de Automação

Com o objetivo de criar uma edificação mais moderna, é possível incorporar automação nos sistemas de ar-condicionado e iluminação, especialmente nos ambientes sociais e nos quartos. Como também os sensores de presença e temporizadores podem ser instalados para otimizar ainda mais o uso de energia, garantindo que luzes e aparelhos sejam desligados quando não houver ninguém presente nos ambientes.

k. Mobilidade Urbana

Considerando que se trata de uma residência estudantil, é essencial que haja proximidade com meios de transporte público nas imediações da edificação. Como foi apresentado anteriormente no tópico 4.2, observou-se a presença de diversos pontos de ônibus ao redor do terreno. Dessa forma, foi realizada uma pesquisa mais detalhada para determinar se os ônibus que passavam nas proximidades do lote tinham rotas até o Centro Universitário Uniesp. Foi constatado que a linha 1500 para em frente à instituição, necessitando apenas atravessar uma passarela.

Outra alternativa para facilitar a mobilidade dos estudantes é a criação de grupos de carona, permitindo que aqueles que possuem veículos possam levar outros estudantes, assim compartilhando os custos.

l. Paisagismo

O paisagismo em um projeto de residência estudantil desempenha um papel fundamental, pois impacta diretamente a qualidade de vida dos estudantes, promovendo um ambiente agradável e estimulante.

Dessa forma, a vegetação foi inserida de forma planejada, levando em conta as necessidades específicas de cada área e as características de cada espécie. As plantas de grande porte foram posicionadas para proporcionar sombra; As de floração, foram escolhidas tanto para sombreamento quanto para enriquecer o paisagismo do projeto; As de porte médio foram alocadas nos jardins entre os blocos, que, devido ao espaço limitado para crescimento, não poderiam acomodar plantas maiores. Por fim, os arbustos foram introduzidos com a finalidade de preencher ainda mais a edificação com paisagismo.

m. Sistema de Coleta de Lixo

A coleta de lixo na cidade de João Pessoa é realizada pela empresa Emlur. Para garantir que isso ocorra de forma eficiente, lixeiras foram estrategicamente distribuídas dentro da edificação, permitindo que todos os materiais descartados sejam separados de acordo com a coleta seletiva. Posteriormente todos os resíduos vão para um espaço destinado para os mesmos até que a empresa passe fazendo o recolhimento diário.

n. Estudo de Impacto de Vizinhança

Nesse caso, para garantir privacidade e conforto visual em relação ao entorno, foram adotadas estratégias como um paisagismo mais denso em todo o lote, brises nas aberturas da fachada principal e beirais nos dormitórios. Dessa forma, essas medidas ajudam a proporcionar um melhor aconchego visual entre o exterior e a edificação.

Figura 21: Brises e vegetações na fachada

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

o. Estudo de Impacto Ambiental

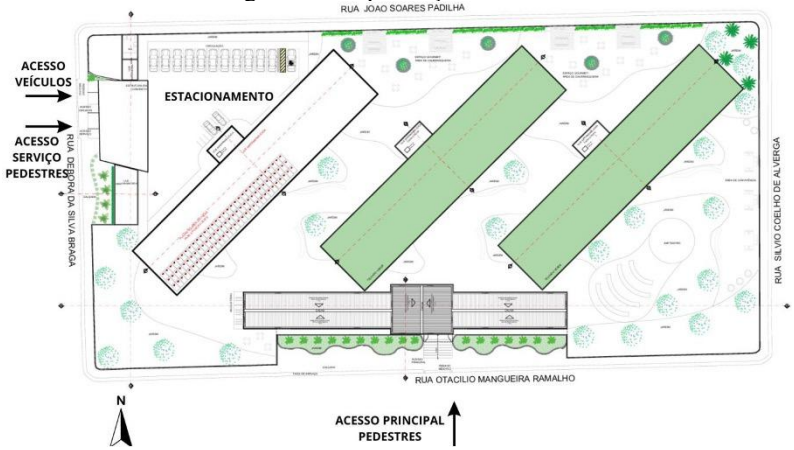
Com o objetivo de minimizar o impacto ambiental foi sugerida a inserção de diferentes tipos de vegetação no terreno e nas fachadas, visando assim uma melhoria visual e térmica para o entorno. Além disso, a implementação de um telhado verde que traz benefícios significativos, como uma melhor qualidade do ar e o aumento do conforto térmico do espaço.

p. Implantação e acessos

A implantação da edificação no lote foi determinada com base no zoneamento, na ventilação natural e insolação e nas legislações aplicáveis à área. Assim, os blocos de dormitórios foram posicionados de maneira estratégica para aproveitar a ventilação em todo o perímetro da edificação. O estacionamento foi locado no térreo na porção noroeste, por ser a área menos ventilada do terreno.

A partir dessa análise, e observando o entorno e o fluxo das ruas, foram definidos os principais acessos ao edifício. A entrada principal da residência estudantil é exclusiva para pedestres e se localiza na Rua Otacilio Mangueira Ramalho. Por outro lado, o acesso para serviços e o estacionamento se dá pela Rua Debora da Silva Braga, onde se encontram as áreas técnicas e de serviço da residência estudantil. Conforme a figura 22.

Figura 22: Implantação e acessos

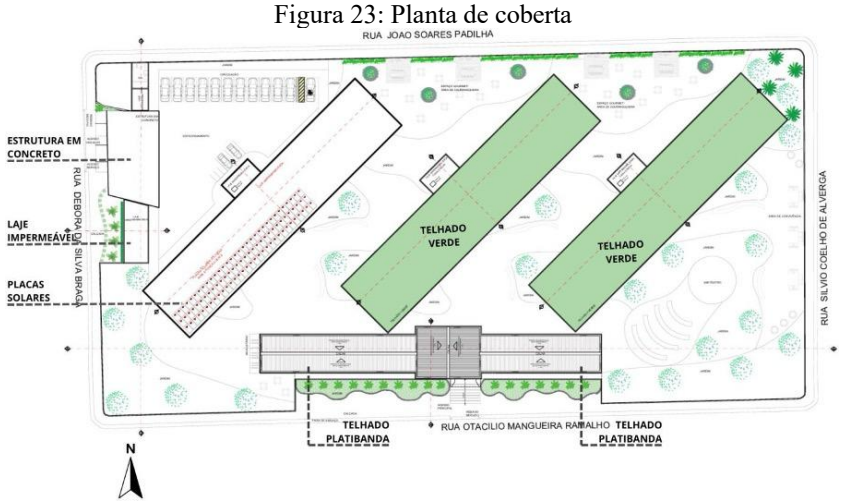


Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

q. Coberta

Seguindo as diretrizes do projeto, a cobertura do edifício foi proposta em quatro tipos, sendo dois utilizando telhados verde, uma laje com painéis solares, um telhado platibanda revestido com telha de fibrocimento e lajes impermeabilizadas. Também estão situados na cobertura dos blocos dos dormitórios duas caixas d´água por bloco. como podemos ver na imagem 71 abaixo.

Figura 23: Planta de coberta



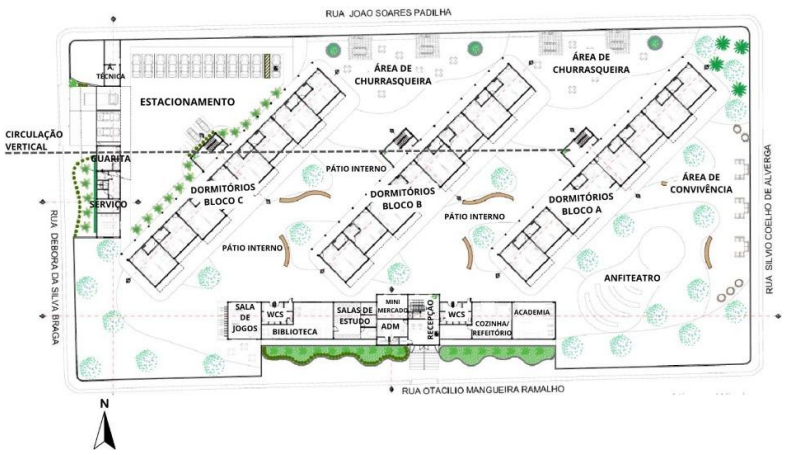
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

r. Térreo

No pavimento térreo (figura 24), os ambientes foram divididos em blocos, dessa forma, encontra-se o bloco de serviço com toda a parte para funcionários e lavanderia; o bloco social e administrativo que conta com ambientes como academia, sala de jogos, biblioteca, salas de estudo, cozinha e refeitório, banheiros, sala administrativa e recepção; e por fim, os blocos dos dormitórios, que é composto por 21 apartamentos duplos, e três individuais para PCD. Os apartamentos seguem duas tipologias, todas possuindo banheiro, cozinha e espaço para estudos.

No entorno dos blocos existe um grande pátio interno, que possui dentro dele um anfiteatro, uma área de convivência e um espaço de churrasqueira, esse espaço foi criado para estimular a vida social dos moradores e proporcionar encontros, por isso, todos os ambientes se conectam com o pátio. As áreas de lazer e convivência são destinadas aos moradores e pessoas autorizadas, com isso para acessar a residência estudantil, é imprescindível passar pela guarita ou recepção, onde o usuário deve se identificar para ter acesso aos espaços comuns.

Figura 24: Pavimento térreo



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

s. 1° pavimento

O primeiro pavimento conta com os três blocos de dormitórios, totalizando 24 apartamentos duplos, como também com o bloco administrativo que encontra-se a sala de reunião, uma sala de arquivo e lavabo, dessa forma, deixando mais restrito eventuais reuniões.

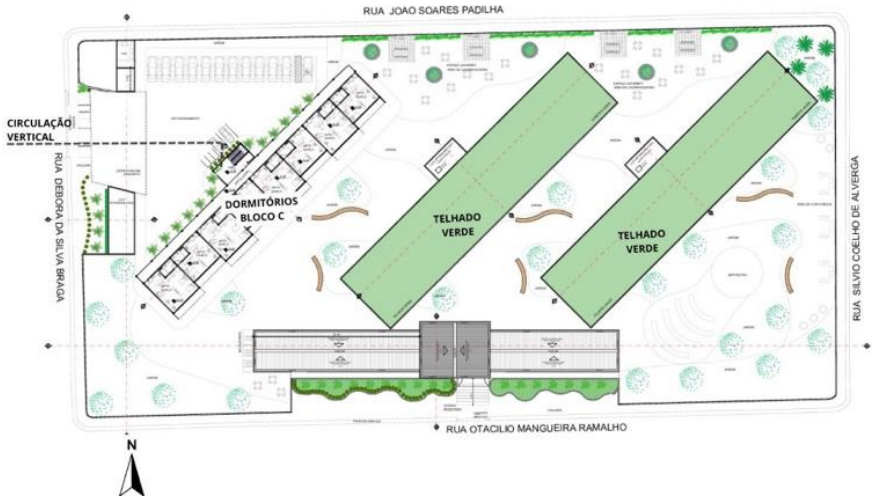
Figura 25: Planta - 1° Pavimento

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

t. 2° pavimento

No segundo pavimento teremos o bloco C composto por 8 apartamentos duplos.

Figura 26: Planta 2° pavimento

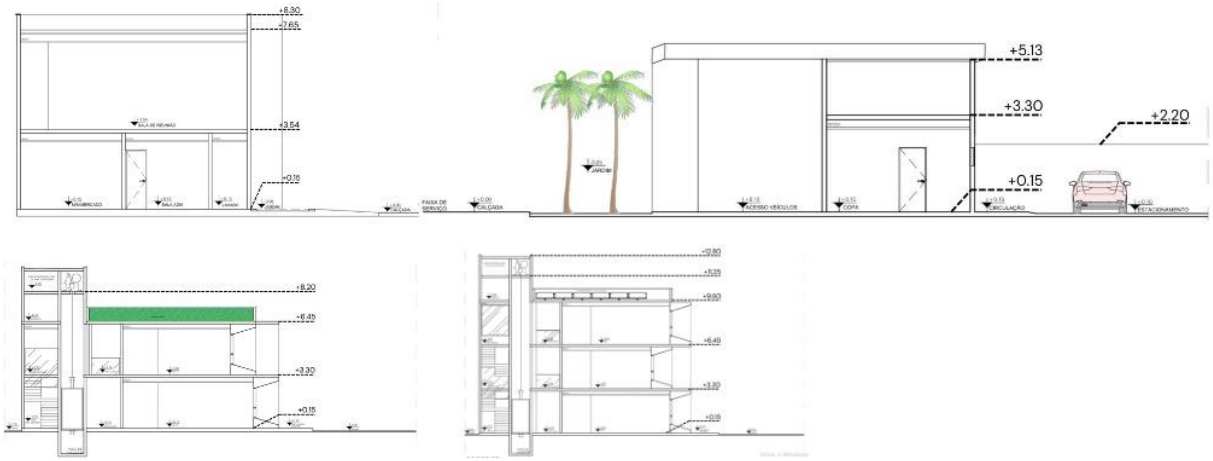


Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

u. Cortes

A partir dos cortes, é possível observar as principais alturas da edificação em cada bloco. Nos blocos dos dormitórios, o pé direito mede 2,70 metros, enquanto o pé esquerdo atinge 3,30 metros. No bloco administrativo, o pé direito é de 2,87 metros e o pé esquerdo chega a 3,54 metros. O ponto mais alto da residência estudantil está no bloco C, com 12,80 metros de altura em relação ao nível da rua.

Figura 27: Corte BB – bloco social/ADM



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

v. Fachadas

Toda a concepção da edificação, incluindo sua volumetria e seleção de materiais, visou criar uma residência estudantil que transmita a sensação de lar. O objetivo é que os moradores se sintam confortáveis e pertencentes ao espaço. Para isso, foram instalados brises na fachada principal e beirais nos blocos dos dormitórios, como solução para proteção solar. Além disso, a inserção de vegetação ao longo de todo o lote e nas fachadas, foi uma estratégia adotada para melhorar o conforto térmico e acústico do ambiente.

Figura 31 e 32: Fachadas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

w. Volumetria

Através da volumetria, é possível ter uma melhor visualização dos materiais predominantes na edificação, aos quais foram: o cimento queimado, a madeira, o uso de pedras naturais, a textura no tom cinza escuro e o vidro nas esquadrias, além da inserção de vegetação.

Figuras 33: Fachada da entrada principal

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo desenvolver um anteprojeto para uma residência estudantil universitária, voltada a acolher estudantes durante seu período de frequência em instituições de ensino superior. As pesquisas realizadas para justificar a escolha do tema, aliadas ao referencial teórico, foram fundamentais para entender a realidade dos estudantes migrantes e suas necessidades.

Assim, a edificação proposta não apenas visa abrigar esses alunos, mas também criar um espaço onde se sintam tão acolhidos quanto em suas próprias casas. Além disso, buscou-se promover o desenvolvimento intelectual por meio de ambientes adequados para os estudos e facilitar o convívio social, através de espaços flexíveis e integrados, bem como, pela disposição destes dentro do edifício.

A princípio o estudo visa contribuir para outras pesquisas e projetos que tratem do tema, ressaltando a relevância do tipo de moradia na vida dos universitários, tanto para sua formação acadêmica quanto pessoal. Portanto, busca incentivar o desenvolvimento desse estilo de habitação.

Por fim, observa-se que a moradia estudantil é uma tipologia de habitação temporária, ocupada por estudantes de diferentes cidades, estados ou até mesmo países. Com isso, pode-se verificar que o propósito da habitação é promover espaço, ambiente e interação social.

REFERÊNCIAS

ARCHDAILY. **Residência Booker na Universidade Estadual do Arizona / Solomon Cordwell Buenz** Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/883997/residencia- booker-na-universidade-estadual-do-arizona-solomon-cordwell-buenz

ANDIFES, **Associação Nacional dos Dirigentes Das Instituições Federais de Ensino Superior**. V. Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) da IFES. Disponível em: andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V- Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das- IFES-2018.pdf

BARRETO, D. Moradias estudantis das universidades federais do sul do Brasil: reflexões sobre as políticas de gestão universitária. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) - Programa de pós-graduação em Administração Universitária, UFSC, Florianópolis, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128775/327878.pdf?sequence%20=1&isAllowed=y%20.

BARUFI, Ana. **Impactos do crescimento de vagas em cursos universitários sobre a migração de estudantes: Uma análise preliminar com o censo demográfico de 2010**. In: NEREUS. São Paulo, 2012.

Mapa de Macrozoneamento da Cidade de João Pessoa. https://filipeia.joaopessoa.pb.gov.br/files/mapas/ZoneamentoMacrozonoamento/MapaJoaoPessoa90x90_MACROZONEAMENTO.pdf

MENEZES, Sá. **Sisu: Paraíba foi o estado que mais recebeu estudantes de fora.** Disponível em: Sisu: Paraíba foi o estado que mais recebeu estudantes de fora - PB AGORA

PRIDE, Liz. The Metric Handbook Planning and Design Data: Student housing for young people, 2015.

Prefeitura Municipal de João Pessoa. Código de Urbanismo. João Pessoa, 2021. Disponível em: Plano Diretor de Mobilidade – Plano Diretor de Mobilidade

SCOARIS, Rafael de Oliveira. **O projeto de arquitetura para moradias universitárias**: contributos para verificação da qualidade espacial. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo SENCE – SECRETARIA

SISTEMA de captação de energia solar. Line Arquitetura, 2015. Disponível em: http://www.linearquitetura.com.br/blog/sistemas-de-captacao-de-energia-solar/.

Paraíba foi o Estado que mais recebeu estudantes de fora pelo Sisu em 2017. Disponível em: https://educacao.uol.com.br/noticias/2018/01/26/paraiba-foi-o-estado- que-mais-recebeu-estudantes-de-fora-pelo-sisu-em-2017.htm

CAPÍTULO 7: RESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DO PROJETO DE DRENAGEM EM TRECHO DA AV. SANHAUÁ, NO ENTORNO DA PRAÇA NAPOLEÃO LAUREANO

Kaline Benício Nogueira[1]
Rodrigo José Lucena de Medeiros [2]

RESUMO

O estudo foi realizado para identificar a insuficiência da infraestrutura urbana de drenagem de águas pluviais existente, em um ponto específico da Avenida Sanhauá, no bairro do Varadouro, no centro de João Pessoa – PB. Ele tem como objetivo analisar a dinâmica atual da permeabilidade na Avenida e com isso, entender as principais causas e sugerir maneiras que possam ajudar a resolver o problema. Foi analisado em uma visita ao local de estudo, e constatou-se, um déficit nas bocas-de-lobo, de forma na qual, atualmente estão mal distribuídas, dificultando a fluidez das águas. Tornando-o um local propício a riscos e a inundações, e de grande insatisfação para os indivíduos, em determinados períodos do ano. Além de calçadas irregulares e com pisos inadequados. Após essa pesquisa foi possível entender que, essas deficiências que atuam no sistema de drenagem urbana, foram construídas e atualmente são afetadas com a influência da falta de manutenção e modernização, causando frequentes entupimentos e falhas estruturais. Entendendo isso, se faz ainda mais necessário que, a reestruturação do sistema de drenagem urbana é crucial devido a uma série de fatores críticos que impactam diretamente a qualidade de vida da população e a sustentabilidade das cidades.

Palavras-chaves: Drenagem Urbana; Permeabilidade; Infraestrutura.

ABSTRACT

The study was carried out to identify the inadequacy of the existing urban stormwater drainage infrastructure, at a specific point on Avenida Sanhauá, in the Varadouro neighborhood, in the center of João Pessoa – PB. The aim is to analyze the current dynamics of permeability on the Avenue and, therefore, understand the main causes and suggest ways that can help solve the problem. It was analyzed during a visit to the study site, and it was found that there was a deficit in stormwater drains, which are currently poorly distributed, hindering the flow of water. Making it a place propitious to risks and floods, and of great dissatisfaction for individuals, at certain times of the year. In addition to uneven sidewalks and inadequate floors. After this research it was possible to understand that these deficiencies that affect the urban drainage system were built and are currently affected by the influence of the lack of maintenance and modernization, causing frequent blockages and structural failures. Understanding this, it is even more necessary that the restructuring of the urban drainage system is crucial due to a series of critical factors that directly impact the quality of life of the population and the sustainability of cities.

Keywords: Urban Drainage; Permeability; Infrastructure.

[1] Graduanda (o) do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniesp. E-mail: kalinebn6@gmail.com

[2] Orientador (a) do trabalho e Professor do do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniesp. E-mail: rodrigo.lucena@iesp.edu.br

1. INTRODUÇÃO

No contexto social vigente, a drenagem urbana é o sistema de manejo projetado pelo poder público do município, ou seja, refere-se a questões públicas, que envolve aspectos legais e institucionais, através das prefeituras e governantes da cidade. Sendo assim, o sistema de drenagem urbana é projetado para coletar águas resultantes da chuva e escoá-las para galerias de águas pluviais. (RGS ENGENHARIA, 2021).

É primordial ressaltar que, os elementos que compreendem o sistema de drenagem urbana, são: pavimento de ruas, sarjetas, bocas de lobo, galerias de drenagem, valas e entre outros. Diante disso, é feito o planejamento e a readequação dos pontos de lançamento de drenagem existentes, para garantir o equilíbrio de absorção dos escoamentos de águas pluviais.

A área a ser estudada é um trecho da Avenida Sanhauá no bairro Varadouro, que fica localizado no centro da cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba e faz-se fronteira com o bairro Ilha do Bispo e a cidade de Bayeux. A localidade foi escolhida, pois é uma das áreas afetadas da cidade, quando ocorrem períodos chuvosos, gerando grande acúmulo de água. Além disso, está relacionada a interesses pessoais e a vivência do lugar.

O trabalho trata de uma requalificação urbana no trecho da Avenida Sanhauá que fica localizado em frente a Praça Napoleão Laureano, 01, Av. Sanhauá – Varadouro, João Pessoa – PB. Próximo à Estação Ferroviária, CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos), n.º226. O tema escolhido foi por necessidade de drenagem e pela falta de infraestrutura adequada. Sendo assim, de acordo com a reportagem do G1 PB foi relatado que em 2012 (aproximadamente 12 anos atrás) ocorreram inundações, com um acumulo total de 151,6mm, em João Pessoa. Segundo Marle Bandeira, a média para o mês era de 301,7mm, e durante 28 dias atingiu 532,3mm. Causando congestionamento na Avenida Sanhauá, no Varadouro, em frente à Estação Ferroviária. Os veículos estavam sendo desviados pela rua Rosário di Lorenzo, por trás do posto de gasolina, que no final da manhã foi liberada. Ainda permanece interditado o anel interno no Parque Solon de Lucena e a Avenida Beira Rio. (Teles, 2012).

Nesse sentido, pretendo analisar neste trabalho a dinâmica atual da permeabilidade na Avenida Sanhauá, com isso, entender as principais causas e sugerir maneiras que possam ajudar a resolver o problema.

De acordo com a NBR-10844, a distância indicada de uma boca-de-lobo para outra, o limite é de no máximo 60m. Durante uma visita de campo, foi identificada uma quantidade insuficiente de bocas-de-lobo (seis), todas elas do lado direito da via e fora das distâncias indicadas pela norma, fato que compromete o escoamento das águas. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1989).

As bocas de Lobo são estrategicamente instaladas para promover a rápida drenagem da água da chuva para dentro da galeria de águas pluviais. Sendo assim, a Rede de Drenagem quando mal calculada, ou simplesmente quando não existe, é uma grave falha da Prefeitura, pois, a drenagem é uma das obrigações das Prefeituras que deve ter um Plano Diretor de Drenagem Urbana e um Manual de Drenagem Urbana como mostra na Lei Federal n0 10.257 de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade. (BRASIL,2001).

Em decorrência disso, o trabalho apresenta uma grande relevância para a urbanização da cidade. Podendo ser repassado para a SEDURB – Secretaria de Desenvolvimento e Controle Urbano, sendo assim, as autoridades poderão usá-lo para melhorar o planejamento urbano da cidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Desafios e Soluções para a Drenagem Urbana

A Infraestrutura urbana pode ser conceituada como um sistema técnico de equipamentos e serviços, necessários ao desenvolvimento das funções urbanas, podendo tais funções a ser vista sob o aspecto social, econômico e institucional. (ZMITROWICZ E NETO, 1997).

O grande desenvolvimento urbano no Brasil ocorreu no final dos anos 1960 até o final dos anos 1990, quando o país passou de 55 % de população urbana para 76 % (5). Esta concentração de população ocorreu principalmente em grandes metrópoles com aumento da poluição e da frequência das inundações em função da impermeabilização e da canalização.

O ciclo hidrológico, em condições naturais, pode ser visto como um sistema em equilíbrio dinâmico. No entanto, o processo de urbanização, marcado pela intervenção humana sem planejamento, causou grandes problemas para a gestão das águas urbanas, resultando em impactos significativos para a população e o meio ambiente. A drenagem urbana tornou-se bastante complexa no atual contexto de crescente demanda ambiental, pois, envolve, além dos aspectos ambientais, questões sanitárias, paisagísticas, sociais e técnicas. (BAPTISTA; NASCIMENTO; BARRAUD, 2005; MARSALEK et al., 2007).

O fluxo pluvial pode resultar em inundações e impactos nas áreas urbanas devido a dois processos, que ocorrem isoladamente ou combinados: estudos avançados. Em detrimento dessa questão, as inundações devido à urbanização, acontecem na drenagem urbana respectiva ao efeito da impermeabilização do solo, canalização do fluxo ou bloqueios ao escoamento. Torna-se evidente, portanto, que o desenvolvimento urbano também pode causar obstruções ao escoamento, como aterros, pontes, drenagem inadequada e assoreamento. (Tucci, 2005).

Existem melhorias para ação da drenagem urbana, como: plano diretor de drenagem urbana, que é um instrumento que visa planejar a gestão da água no tempo e no espaço, considerando as tendências de ocupação urbana, visando garantir o desenvolvimento sustentável e a infraestrutura adequada para minimizar impactos econômicos e ambientais. Além do mais, regulamentar a ocupação de áreas suscetíveis a inundações, com restrições em áreas de alto risco. Promover a convivência com inundações em áreas de baixo risco. (TUCCI, 1997).

A implementação de ações integradas de saneamento e urbanização, abrangendo mais de uma modalidade de saneamento básico de forma simultânea, buscando maior economia e eficiência nos gastos públicos. Incluem-se: desenvolvimento de projetos executivos; infraestrutura de sistemas de abastecimento de água e de esgoto sanitário; conexões prediais, domiciliares ou ramais prediais de água ou esgoto; ligações intradomiciliares de água ou esgoto; instalação de kits sanitários; infraestrutura de sistemas de drenagem pluvial, como obras de implantação de rede, bacias de contenção de enchentes e dragagem e desassoreamento dos cursos d'água existentes; e outros serviços complementares. (BRASIL, 2020).

Figuras 1 e 2: O tráfego na Avenida Sanhauá inviável devido ao excesso de acúmulo de água e Avenida Sanhauá alagada e interditada.

Fonte: ClickPB/PARAÍBA (2019). Ricardo, 2021.

2.2. A Importância da infraestrutura e drenagem sustentável para soluções de enchentes urbanas no Brasil.

As enchentes urbanas são um problema crônico no Brasil. Os problemas são bem conhecidos; as inundações, no mínimo, interrompem o trânsito de veículos, e em casos piores, podem destruir prédios e outras construções. Estes problemas afetam as comunidades de baixa renda, principalmente, por causa da localização das residências, IBGE (2000). Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB)

Segundo Tucci (2003, p. 45);

> A inundação ocorre quando as águas dos rios, riachos, galerias pluviais saem do leito de escoamento devido à falta de capacidade de transporte de um destes sistemas e ocupam áreas onde a população utiliza para moradia, transporte (ruas, rodovias e passeios), recreação, comércio, indústria, entre outros.

O autor supracitado ainda afirma que as inundações ocorrem quando a precipitação é intensa e o solo não é capaz de infiltrar, prejudicando a capacidade natural de escoamento. Isso faz com que "o excesso de volume que não consegue ser drenado" ocupe a várzea e inunde os locais próximos aos rios com topografia favoráveis (TUCCI, 2003).

O escoamento superficial é a parcela do ciclo hidrológico em que a água se desloca na superfície da bacia até encontrar uma calha definida, ou seja, a combinação do fluxo de pequena profundidade na superfície com escoamento em pequenos canais que constituem a drenagem da bacia hidrográfica (TUCCI, 2013).

Uma bacia de retenção é capaz de armazenar grandes volumes de água da chuva, evitando que ela sobrecarregue o sistema de drenagem. Isso reduz significativamente o risco de enchentes em áreas urbanas, protegendo propriedades e infraestruturas (Bacia de Retenção).

Conforme CEMIG (2011), a arborização das cidades, além da estratégia de amenização de aspectos ambientais adversos, é importante sob os aspectos ecológico, histórico, cultural, social, estético e paisagístico. São importantes agentes na infiltração das águas pluviais, em vista disso, evitam o escoamento superficial das águas e contribuindo para que não ocorram alagamentos e enchentes no meio urbano.

Por isso, na implantação de projetos de arborização urbana, é fundamental que exista planejamento adequado, com definição dos objetivos e das possíveis metas qualitativas e quantitativas, pois, se deve ter a clareza de que a inexistência de um plano a seguir e cumprir torna os processos de implantação e manutenção dificultosos. (MILANO & DALCIN, 2000 apud FARIA, 2007).

Podemos definir Drenagem Urbana como o conjunto da infraestrutura existente em uma cidade para realizar a coleta, o transporte e o lançamento final das águas superficiais. É constituído por uma série de medidas que visam prevenir e/ou minimizar os riscos a que estão expostas as populações, diminuindo os prejuízos causados pelas inundações principalmente nas áreas mais baixas das comunidades sujeitas a alagamentos ou marginais aos cursos d'água e possibilitando o desenvolvimento urbano de forma harmônica, articulada e ambientalmente sustentável. (PROJECTA: PRINCÍPIOS DA DRENAGEM URBANA).

As inundações nas cidades podem causar muitos problemas de transmissão de doenças, especificamente nos locais onde existe uma falta de saneamento básico. Também, as inundações podem provocar surtos de dengue e morte de pessoas que vivem em áreas de risco ambiental, além de aumentar o risco à saúde e poluição dos mananciais. A ocupação inadequada favorece os processos erosivos e deslizamentos de encostas (Drenagem Urbana Sustentável no Brasil, 2003).

Figura 3: Inundações na Avenida Sanhauá, em junho de 2024.

Fonte: Imagem do autor (2024).

2.3.O mapeamento topográfico no meio ambiente

O mapeamento do método manual de topografia e visualização não consegue mais atender às necessidades de planejamento, principalmente em relação à quantidade e qualidade das informações espaciais que são necessárias. Ainda assim, o papel principal do mapa topográfico para o desenvolvimento nacional é amplamente reconhecido em diversos países avançados (NKEKI E ASIKHIA, 2014).

Segundo o site Zenadrone, 2024, esses mapas são usados para muitos propósitos. No planejamento e gerenciamento de conservação, os usuários frequentemente precisam combinar dados com técnicas de análise espacial para fazer mapas de habitat ou mapas de cobertura florestal.

À medida que as cidades foram crescendo, houve uma diminuição tanto em quantidade como em qualidade dos espaços verdes remanescentes, restando apenas fragmentos de massa vegetais dispersos e sem conectividade com o tecido urbano. Essa condição tem levado à

perda/diminuição da qualidade de vida da população e levou à percepção do problema, não apenas como necessidades socioculturais, mas como elementos naturais estratégicos que poderiam responder às necessidades de manter ou restabelecer as dinâmicas naturais dos fluxos hídricos e bióticos do ecossistema urbano (BENINI, 2019).

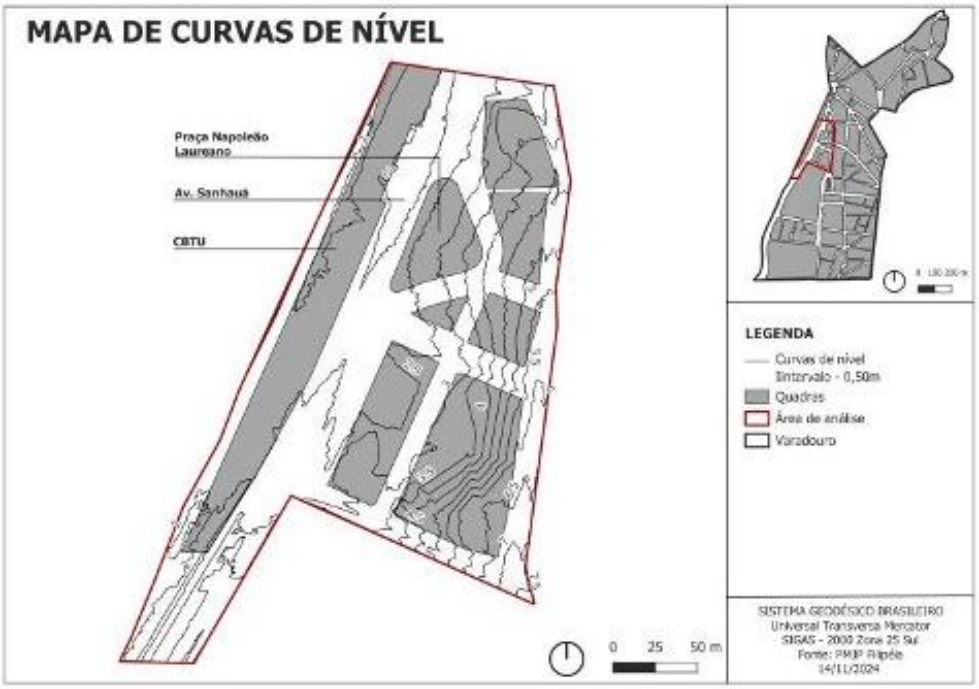
A existência das redes de infraestrutura nas cidades é tão antiga como as mesmas, uma vez que forma parte indissolúvel delas. Obviamente, a primeira rede a aparecer é a rede viária, onde se percebe a evolução do perfil dos calçamentos desde as antigas vias romanas até o surgimento do automóvel quando se produz a maior evolução dos tipos de pavimentos.

A seguir, aparecem as redes sanitárias, das quais existem excelentes exemplos em Jerusalém e Roma antiga e, finalmente, as redes energéticas, em fins do século XIX (Mascaró, 1987).

Nos últimos anos, o aumento da população urbana ocorre principalmente na periferia das metrópoles, ocupando áreas de mananciais e de risco de inundação e de escorregamento. Este processo descontrolado atua diretamente sobre as inundações pela falta de infraestrutura e da capacidade que o poder público possui para cobrar a legislação. (TUCCI, 2003).

Pesquisadores foram motivados em alguns países a conduzir regularmente vários mapas topográficos usando os mais recentes conjuntos de dados espaciais e tecnologias sofisticadas (Ehsani & Quiel, 2009; Yokoyama et al., 2002; Wu et al., 2007; Hirano et al., 2003; Lindsay & Creed, 2006).

Figura 4: Mapa de curva de nível do Varadouro.



Fonte: PMJP Filipéia (2024).

A localidade do bairro Varadouro apresenta aspectos geográficos motivados pela proximidade com o Rio Sanhauá, o que contribui para uma topografia com áreas mais baixas e, em certos trechos, terrenos vulneráveis a alagamentos, essencialmente ao longo da avenida que leva o nome do rio. As curvas de nível são fundamentais para identificar a elevação dessas áreas, auxiliando em estudos de planejamento urbano, obras de engenharia e medidas de prevenção de enchentes.

Na área da Avenida Sanhauá, o mapa de curvas de nível é uma ferramenta necessária para compreender as variações da relevância, além de avaliar aspectos como o sistema de orientação, os riscos de erosão e as previsões de intervenções urbanas. Por estar em uma zona de

importância histórica e econômica, devido à proximidade com o Porto de João Pessoa, essas informações são cruciais para garantir que o desenvolvimento ocorra de maneira sustentável e compatível com o ambiente natural.

Além disso, esse mapa é útil para projetos como de infraestrutura e instalações de sistemas de escoamento de águas pluviais. Não se pode esquecer de que, também é de grande importância para apoiar iniciativas de conservação ambiental, levando em conta o valor ecológico e cultural da região. Assim, o uso desse recurso contribui para um planejamento urbano mais eficiente, buscando equilibrar as demandas humanas com as características naturais do local.

Nesse contexto, a análise do mapa de curvas de nível no bairro Varadouro foi feito a partir da identificação de um recorte específico da região. Esse recorte destaca o resumo das principais vias, com as curvas de nível apresentadas em detalhes e distâncias de 1 metrô, proporcionando uma visão detalhada da topografia local. Com o objetivo de mostrar a área de estudo e a vazão entre elas. Dessa forma, foi possível identificar o relevo da região, que apresenta irregularidades na superfície do terreno.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a reestruturação do sistema de drenagem urbana na Avenida Sanhauá, tem como finalidade obter um diagnóstico detalhado e propor uma intervenção eficaz. Inicialmente, será realizada uma analise bibliográfica, com o objetivo de reunir informações e estudos já existentes sobre drenagem urbana, infraestrutura e soluções para alagamentos em áreas urbanas.

Dessa forma, este levantamento inclui a referências acadêmicas, normas técnicas, como a NBR 10844, e documentos de legislação, como o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), para fundamentar as análises e proposições do projeto.

Será conduzida com um levantamento onde visa compreender a disposição da infraestrutura existente e a topografia do local, de modo a identificar os pontos críticos de alagamento. Serão realizadas visitas técnicas para observar as condições da área, verificar os locais onde o escoamento de águas pluviais é insuficiente e identificar falhas no sistema de drenagem, como quantidade, distribuição e a situação das calçadas e pavimentações adjacentes.

Figura 5: Boca de lobo na Avenida Sanhauá.

Fonte: Imagem do autor (2024).

As figuras 6 e 7 ilustram a situação atual das bocas-de-lobo, entupidas por lixos e danificadas estruturalmente. Afetando a eficiência da drenagem urbana.

Figuras 6, 7 e 8: Presença de resíduos sólidos interferindo no sistema de drenagem.

Fonte: Imagem do autor (2024).

As condições atuais do sistema de drenagem mostram problemas como obstruções, dimensionamento e falta de manutenção. Além disso, calçadas danificadas. Esses fatores contribuem para a ocorrência frequente de enchentes, causando danos à infraestrutura e gerando transtornos significativos para a população.

Com base nesses dados obtidos, será proposta uma intervenção para o sistema de drenagem, como da reestruturação de calçadas para evitar infiltrações inadequadas e ampliação de novas bocas-de-lobo.

As bocas de lobo podem ser classificadas em bocas de guias, de sarjetas (com grelhas) e combinadas, como indica a figura 1 (BIDONE; FILHO; PORTO; TUCCI, 2013).

Figura 9: Tipos de bocas-de-lobo.

Fonte: Imagem do autor (2024).

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

O tema escolhido visa propor uma intervenção em um trecho específico da Avenida Sanhauá, localizado no bairro Varadouro, no centro de João Pessoa, com base nas

informações adquiridas, foram identificas as necessidades do local. Pois, trata-se de uma localização que se evidencia insuficiência na infraestrutura urbana de drenagem de águas pluviais, comprometendo assim a sua funcionalidade.

O estudo foi analisado no que tange o seu comportamento na vida dos moradores e usuários da avenida. Refere-se então, as implicações das deficiências estruturais e enfatizando a necessidade de reestruturação para aprimorar o sistema de drenagem. A pesquisa foi realizada por meio de visitas técnicas, permitindo assim a identificação das atuais problemáticas e a ciência de sua influência sobre o desempenho do sistema de drenagem.

Como evidencia a figura a seguir, as visitas apresentaram problemáticas significativas nas bocas-de-lobo da avenida, sendo elas, a falta de manutenção e modernização. Dessa forma, essas observações reforçam a importância de intervenções estruturais para a resolução das falhas no sistema de drenagem e para a melhoria da infraestrutura urbana.

Figura 10: Registros feitos na Avenida Sanhauá , João Pessoa - PB.

Fonte: Imagem do autor (2024).

Diante dessa problemática consta-se, que existe uma demanda por uma infraestrutura adequada e planejamento urbano eficaz. A fim de, mostrar que a areá em questão é conhecida por ser um local como “ponto de alagamento”, gerando significativos e que trás grandes trastornos para a populaçao. Além de que, é um problema recorrente que requer atenção e medidas corretivas.

A partir da análise do estado de permeabilidade da via e da verificação da adequação das infraestruturas presentes, tais como pavimentação, bocas-de-lobo e calçadas. Serão avaliadas a conformidade com as normas técnicas e a capacidade do sistema de atender às demandas de escoamento, especialmente em períodos de alta precipitação. Na (figura 7) é possível identificar uma planta baixa da situação atual, realizada no software Autocad, na escala 1:600, onde são indicadas a distância de uma boca-de-lobo para a outra. Dessa forma, tornando-o evidente a problemática.

Figura 11: Planta baixa de da área

Fonte: Autocad (2024).

A pesquisa foi conduzida na área de um trecho da Avenida Sanhauá em frente à Praça Napoleão Laureano, 01 – Varadouro, João Pessoa – PB. Próximo à Estação Ferroviária, CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos).

Figura 12: Área do trecho da Avenida Sanhauá.

Fonte: Google Earth (2024).

Na etapa de proposição de intervenções para reestruturação da drenagem, serão utilizados softwares específicos para modelagem, visando identificar quais as medidas devem ser tomadas para a melhoria dos pontos de falha, considerando as condições locais e a capacidade de suporte do sistema. Com base nos resultados, desenvolver intervenções para otimizar a absorção e o escoamento das águas pluviais. As alternativas de ação podem incluir a redistribuição das bocas-de-lobo, o aumento de sua quantidade, a implementação de pavimentos e calçadas com materiais permeáveis no entorno da praça, criação de jardins de chuvas para captação e infiltração.

SITUAÇÃO ATUAL		INTERVENÇÃO	
BOCAS-DE-LOBO	DANIFICADAS COM OBSTRUÇÕES E DISTÂNCIAS INADEQUADAS	BOCAS-DE-LOBO CONJUGADAS COM GRELHAS	REALOCADAS COM DISTANCIAMENTO CORRETO
CALÇADAS	EM MÁS CONDIÇÕES	CALÇADAS	EM PISO INTERTRAVADO
AVENIDA	ASFALTO CAUQ (CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE)	AVENIDA	ASFALTO POROSO
PRAÇA	PISO EM CONCRETO	PRAÇA	PISO INTERTRAVADO E CONCREGRAMA

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Na figura a seguir, foi realizado o redimensionamento das bocas de lobo conjugadas com grades e sarjetas, posicionadas com distâncias adequadas de 30 metros entre si, conforme as diretrizes estabelecidas pela NBR 10844. Além disso, as calçadas foram revestidas com pisos intertravados, enquanto a praça também recebeu esse tipo de pavimentação. Na Avenida, foi aplicado poroso, contribuindo para a drenagem e sustentabilidade do local.

Figura 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20: Imagens do projeto.

Fonte: Imagem do autor (2024).

A viabilidade técnica e econômica das propostas será analisada para garantir que as soluções sejam financeiramente sustentáveis e tecnicamente exequíveis. A avaliação custo-benefício será considerada, de modo a selecionar as intervenções mais eficazes, alinhadas aos recursos e diretrizes locais.

A discussão aponta que, embora os resultados sejam promissores, os desafios permanecem no que se referem à manutenção contínua e à conscientização da população sobre o uso correto do sistema de devolução. Fatores como o descarte inadequado de resíduos e a urbanização desordenada continuam a impactar os níveis de funcionamento dos locais de escoamento das águas.

Assim, elaborado o projeto final, detalhando as intervenções sugeridas e incluindo recomendações de manutenção e monitoramento para garantir a funcionalidade contínua do sistema de drenagem. O projeto final será apresentado à Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDURB) de João Pessoa, a fim de contribuir com soluções práticas que possam melhorar a qualidade de vida e a sustentabilidade na área estudada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi feito através de pesquisas e em nível de conhecimento da área de estudo sobre a dinâmica atual da permeabilidade na Avenida e as possibilidades de intervenções de drenagem urbana. Buscando elaborar propostas de intervenção com base nos diagnósticos realizados e ressaltar a importância do conhecimento ao conjunto de serviços essenciais de uma cidade.

Foi feito por meio de uma fundamentação teórica, abordando os conceitos associados à drenagem urbana, infraestrutura e planejamento urbano. Com destaque na precisão de explorar a importância de identificar necessidades.

O estudo se baseou através das problemáticas observadas em visitas técnicas à Avenida, durante junho e julho de 2024. Entendendo o cenário de infraestrutura e as necessidades de planejamento nos períodos atuais.

Portanto, durante o período de 2012 a 2024, com relação as inundações, constata-se, 12 anos de uma mesma problemática. Apresentando então, uma grande vulnerabilidade, no que se refere as fortes chuvas que ocorrem na capital de João Pessoa durante o mês de junho de cada ano. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) alertou que os problemas são fruto da falta de planejamento urbano, ressaltando que, com as mudanças climáticas, fortes chuvas serão cada

vez mais frequentes, sendo urgente o fortalecimento do planejamento e elaboração de ações preventivas para mitigar os impactos (CAU/PB, 2019).

Visto que, é um trabalho de grande relevância, pois são fatores críticos que impactam diretamente a qualidade de vida da população e a sustentabilidade das cidades. Em contrapartida, as autoridades como a SEDURB – Secretaria de Desenvolvimento e Controle Urbano, através dessa pesquisa podem solucionar o problema.

Outro fator importante é a expansão urbana e impermeabilização do solo, fazendo com que o crescimento urbano acelerado leve à impermeabilização extensiva do solo, com a pavimentação de grandes áreas que anteriormente permitiam a infiltração da água da chuva. Evidencia-se, portanto, que isso aumenta significativamente o escoamento superficial, sobrecarregando os sistemas de drenagem existentes.

Fica claro dessa forma que, é indispensável que com os resultados obtidos neste estudo haja uma preocupação maior quanto a necessidade de desenvolver a reestruturação do sistema. A drenagem urbana é uma medida essencial para garantir a segurança, a saúde pública e a sustentabilidade ambiental das cidades, contribuindo para a adaptação às mudanças climáticas e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Espera-se que as descobertas e análises feitas possam contribuir para uma melhoria no planejamento atual, de forma na qual, seja cumprindo normativas e regulamentações ambientais para um possível desenvolvimento eficaz no sistema de drenagem urbana.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Instalações prediais de águas pluviais. Rio de Janeiro, dez. 1989. Disponível em: >https://projetistapleno.com/wp-content/uploads/2022/12/nbr-10844-1989-INSTALACOS-PREDIAIS-DE-AGUAS-PLUVIAIS.pdf< Acesso em: 25 abril 2024

BAPTISTA, M.B.; NASCIMENTO, N.O.; BARRAUD, S. (2005) Técnicas Compensatórias em Drenagem Urbana. Porto Alegre: ABRH. 318 p.

BRASIL. Saneamento. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Gov.br, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/emendasparlamentares/saneamento#manejo-de--guas-pluviais>. Acesso em: 1 junho 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 2001. Promulgada 10 de julho de 2001. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em : <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 27 abril 2024

CAU/PB (Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba). Chuvas em João Pessoa – CAU/PB alerta que problemas são fruto da falta de planejamento urbano. Disponível em: https://www.caupb.gov.br/?p=12538. Acesso em 18 de junho de 2019.

CLARKE, R. T. Hidrologia: ciência e aplicação. 4 ed. 5ª reimpr. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ABRH, 2013. 943p.

ClickPB, João Pessoa,07 maio 2019. Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/paraiba/chuvas-provocam-alagamentos-em-ruas-de-joao-pessoa-e-inmet-prorroga-alerta-para-31-cidades-da-paraiba-259740.html<. Acesso em: 27 abril 2024.

DRENAGEM URBANA: entenda o que é e sua importância. RGS Engenharia, 2021. Disponível em: > https://www.rgsengenharia.com.br/blog/drenagem-urbana-entenda-o-que-e-e-suaimportancia#:~:text=Drenagem%20urbana%20%C3%A9%20o%20sistema,h%C3%ADdrico%20capaz%20de%20recebe%2Dlas.<. Acesso em: 17 abril 2024.

FERGUSON, B. K. Porous Pavements. Integrative Studies in Water Management and Land Development. Florida, 2005.

G1/GLOBO – 2021. Chove mais de 145mm em João Pessoa e ruas ficam alagadas. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/02/26/fortes-chuvas-deixam- ruas-alagadas-em-joao-pessoa-veja-os-trechos.ghtml>. Acesso em: 27 abril 2024.

JOÃO PESSOA. Lei complementar n° 164, de 11 de janeiro de 2024. Da revisão do plano diretor municipal de João Pessoa/PB. João Pessoa: Câmara Municipal, [2024]. Disponível em: <https://sapl.joaopessoa.pb.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2024/19766/lei_complementar_no_164-2024.pdf>. Acesso em: 16 maio 2024.

MIKKELSEN, P. S.; JACOBSEN, P.; FUJITA, S. Infiltration Practice for Control of Urban Stormwater. J. Hydraul. Res., v. 34, n. 6, p. 827, 1997.

TELES, Inaê. Chove acima da média em João Pessoa e alaga pontos da cidade. G1/GLOBO, João Pessoa, 28 Junho 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2012/06/chove-acima-da-media-em-joao-pessoa-e-alaga-9-pontos-da-cidade.html> Acesso em: 25 abril 2024.

TUCCI, C. E. M. Hidrologia: ciência e aplicação. 4° ed. Porto Alegre: UFRGS/ABRH, 2014.

TUCCI, C. E. M. Inundações e drenagem urbana. In: TUCCI, C. E. M.; BERTONI, J. C. Inundações urbanas na América do Sul. Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003.

TUCCI, C. E. M; SILVEIRA, A. L. L. DA; BENETTI, A.; LANNA, A. E. L.; BIDONE, F.; SEMMELMAN, F.; LOUZADA, J. A.; BERTONI, J. C.; FILHO, K. Z.; BELTRAME, L.F. S.; BORDAS, M. P.; PESSOA, M. L.; CAICEDO, N. L.; CHEVALLIER, P.; PORTO, R. L.;

TUCCI, C. E. M. Gestão de Águas Pluviais Urbanas. Ministério das Cidades. Global Water Partnership - World Bank. Unesco, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/SfqYWrhrtvkxybFsjYQtx7v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 junho 2024.

TUCCI, C. E. M. Plano diretor de drenagem urbana: princípios e concepção. RBRH - Revista Brasileira de Recursos Hídricos Volume 2 n.2, 1997. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/232482>. Acesso em: 1 junho 2024.

WOODS BALLARD, B, WILSON, UDALE-CLARKE, H, ILLMAN, S, SCOTT, T, ASHLEY, R, KELLAGHER. The SUDS Guia. Published, 2007.

CAPÍTULO 8: ACESSIBILIDADE E ERGONOMIA

ESPAÇOS RESIDENCIAIS PARA PESSOAS COM NANISMO

Anna Gaião Martins [1]
Ana Luisa Guedes [2]

RESUMO

Este documento aborda a acessibilidade e ergonomia em espaços residenciais para pessoas com nanismo do tipo acondroplasia, uma condição genética que limita o crescimento. O estudo destaca a importância de projetar ambientes que atendam às necessidades específicas dessas pessoas, considerando suas limitações de mobilidade e alcance, analisando as diretrizes de acessibilidade, apresentadas pela a Norma Brasileira de Regulamentação (NBR) 9050, que, mesmo diante de sua pertinência diante do tema, não contemplam diretamente as particularidades do portador de acondroplasia, o que demanda soluções arquitetônicas adaptadas às proporções desses indivíduos. O projeto proposto inclui a criação de uma moradia para uma família com membros de diferentes alturas, com ênfase em mobiliários e ajustáveis aliados à incorporação de tecnologias assistivas para garantir conforto e autonomia. Além disso, o trabalho ressalta a necessidade de sensibilização dos profissionais de arquitetura sobre as dificuldades enfrentadas por pessoas com nanismo e a importância de um diálogo contínuo com esses indivíduos durante o processo de design. A pesquisa conclui que a arquitetura pode promover a inclusão social e a dignidade, criando espaços que respeitem e celebrem a diversidade humana.

Palavras-chave: acessibilidade; ergonomia; nanismo; acondroplasia; arquitetura inclusiva; design adaptativo.

ABSTRACT

This document addresses accessibility and ergonomics in residential spaces for people with achondroplastic dwarfism, a genetic condition that limits growth. The study highlights the importance of designing environments that meet the specific needs of these people, considering their mobility and reach limitations, and analyzing the accessibility guidelines, presented by the Brazilian Regulatory Standard (Norma Brasileira de Regulamentação NBR) 9050, which, despite its relevance to the theme, does not directly address the particularities of people with achondroplasia, which requires architectural solutions adapted to the proportions of these individuals. The proposed project includes creating a house for a family with members of different heights, emphasizing adjustable furniture and incorporating assistive technologies to guarantee comfort and autonomy to each individual. Furthermore, the work highlights the need to raise awareness among architectural professionals about the difficulties faced by people with dwarfism and the importance of continuous dialogue with these individuals during the design process. The research concludes that architecture can promote social inclusion and dignity, creating spaces that respect and celebrate human diversity.

Keywords: accessibility; ergonomics; dwarfism; achondroplasia; inclusive architecture; adaptive design.

[1] Graduanda (o) do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniesp.
E-mail: annagaiaomartins@gmail.com
[2] Orientador (a) do trabalho e Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniesp.
E-mail: analuisaguedes@iesp.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A acondroplasia é, de acordo com dados apresentados pelo Instituto Nacional de Nanismo (INN), um dos tipos mais comuns de nanismo.

Segundo a Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde, o nanismo tem como principal característica a alteração de ritmo de crescimento. Em específico, a acondroplasia, com classificação CID-10 Q774, é considerada uma síndrome genética rara, que acelera o processo de ossificação das cartilagens formadoras de ossos, impedindo o crescimento normal dos ossos.

O instituto de pesquisa de doenças raras BioMarin, estima que altura de mulheres com acondroplasia na fase adulta varia entre 1,24 a 1,29 m enquanto os homens chegam de 1,36 a 1,42 m. Para fins de comparação, o homem brasileiro tem em média 1,73 m e a mulher 1,60 m de altura, de acordo com a pesquisa realizada em 2016 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Pessoas com esse gene, além da altura reduzida, tem pernas e braços curtos e curvados, o que diminui o alcance e a capacidade de manusear objetos, também trazendo barreiras de mobilidade, que, dependendo da severidade da condição, são necessários aparelhos de auxílio de mobilidade e/ou cirurgias corretivas para melhorar a qualidade de suas vidas.

Essas características exigem maior esforço e adaptação tanto da pessoa com acondroplasia, quanto do próprio ambiente de convívio. Diariamente, pessoas com nanismo enfrentam desafios que raramente passariam na mente de uma pessoa de estatura média. Atividades como dirigir, caminhar, abrir portas, alcançar objetos, ou até mesmo cuidar da própria higiene pessoal, podem ser verdadeiros martírios em um ambiente sem acessibilidade, criando um cenário que motiva a busca pela independência e a dignidade do uso dos ambientes, sem gerar necessidade de "improviso" para torná-los funcionais, porém sem garantia de segurança.

> Como geralmente os ambientes são projetados considerando o Homem Médio, as pessoas com Nanismo se deparam com um "mundo de gigantes", encontrando diversas dificuldades nas tarefas do dia a dia que não atendem suas necessidades físicas. (MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, 2021, p.13).

Foi apenas em 2004 através do decreto 5.296 que o nanismo no Brasil foi reconhecido como deficiência; alguns anos depois, em 2017, a Lei Federal 13.472 foi aprovada, estabelecendo o dia 25 de outubro como o "Dia Nacional de Combate ao Preconceito contra as Pessoas com Nanismo". São datas relativamente recentes, que, de certa forma, demonstram a falta de inclusão social e, consequentemente, espacial para pessoas de baixa estatura.

No âmbito da arquitetura, estudamos o uso do espaço pelo ser humano, analisando as características de diferentes indivíduos, sendo esses portadores ou não de necessidades especiais, permitindo que sejam capazes de exercer seus direitos. A própria Norma Brasileira de Regulamentação (NBR) 9050, que trata de acessibilidade e é uma das bases para projetos atuais, por mais que não mencione diretamente às pessoas com nanismo, as incluem como público alvo das normativas.

> "Esta Norma visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção." (ABNT, 2020, p.15).

Tendo como base as normas atuais, o objeto de estudo compõe uma moradia para pessoas com nanismo, onde será feito um anteprojeto de arquitetura que vise a funcionalidade dos ambientes domésticos, investigando e aplicando soluções arquitetônicas e ergonômicas, cumprindo os

objetivos mencionados nas normas de acessibilidade e permitindo a interação de pessoas com acondroplasia e pessoas de estatura média, suprindo as necessidades de ambas as partes. Partindo de pesquisas em materiais, sites governamentais e instituições especializadas, investigando diferentes adaptações feitas pelos próprios usuários portadores de acondroplasia e analisando a estrutura de diferentes projetos correlatos em busca de inspiração para um desenvolvimento mais assertivo. Como parte do estudo, considera-se também a aplicação de soluções, produtos e sistemas pré-existentes que possam otimizar o uso do espaço.

Esse trabalho é, também, parte de um movimento de desmistificação do nanismo, reafirmando o direito ao uso do espaço de maneira independente, reforçando o papel do arquiteto na sociedade, e sua capacidade de criar soluções que influenciam diretamente e positivamente na qualidade de vida de pessoas com diferentes necessidades.

2. ESTUDO PRELIMINAR

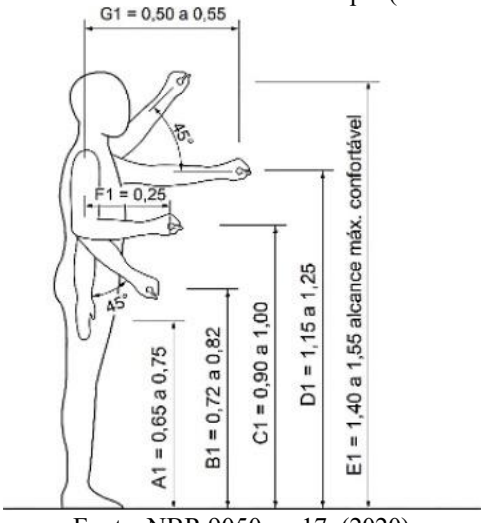
Embora as normas técnicas tratem de indivíduos com limitações físicas, atualmente, não há menção sobre as pessoas com nanismo em nenhuma das páginas do documento. É inegável que boa parte dessas técnicas podem ser aplicadas aos ambientes, auxiliando na busca pela qualidade de vida dessas pessoas, mas, apesar da pertinência das normas apresentadas na NBR 9050 (2020) a esse projeto, não são suficientes para a execução do mesmo de maneira a garantir o conforto e autonomia do usuário de baixa estatura.

Esta condição está além da condição física. A própria falta de diversidade na infraestrutura de um ambiente, automaticamente nega a inclusão de indivíduo na sociedade. Uma vez que não há acessibilidade, os espaços indiretamente barram uma pessoa com deficiência, que por sua vez evitam o local, utilizando-o apenas em momentos de extrema necessidade, porém, sem a dignidade faz parte de seus direitos.

A ergonomia se trata do estudo do ser humano e a sua interação com o ambiente, buscando em especial o conforto e a segurança do uso do mesmo e é geralmente estudada com as medidas de indivíduos de proporção média, com poucos estudos na escala de pessoas menores com limitações físicas e alcance reduzido.

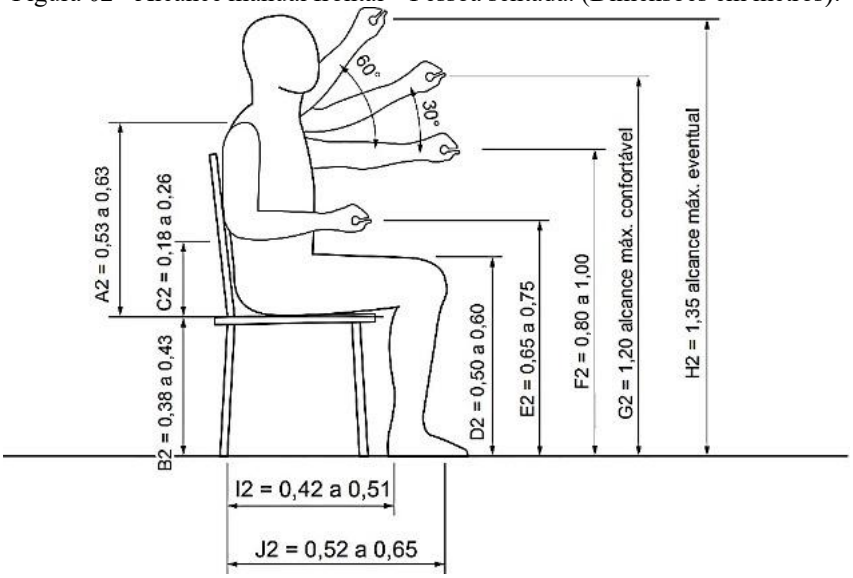
No tópico de discussão sobre o alcance manual, a NBR 9050 apresenta um diagrama representativo que estuda as dimensões mínimas e máximas confortáveis para alcance manual frontal de um indivíduo com proporções médias.

Figura 01 - Alcance manual frontal – Pessoa em pé. (Dimensões em metros)



Fonte: NBR 9050, p. 17. (2020)

Figura 02 - Alcance manual frontal – Pessoa sentada. (Dimensões em metros).

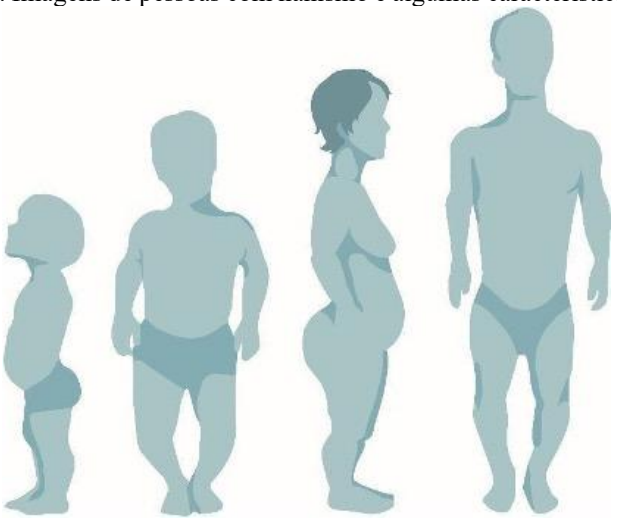


Fonte: NBR 9050, p. 18. (2020)

> "Segundo Cervan et. all (2008), a discriminação da sociedade, a falta de conhecimento sobre a deficiência e de reconhecimento dessas pessoas como cidadãos, somadas a configuração da infraestrutura e da arquitetura (geralmente baseada no padrão do homem médio) e a ausência de acessibilidade em produtos, ambientes e serviços, acabam contribuindo tanto para a manutenção do preconceito quanto para a exclusão social." (apud TAVARES, A. S; et al, 2016, p. 4).

É lamentável que ainda não haja um estudo de alcance equivalente para pessoas com acondroplasia, porém, deve ser reconhecido que mesmo para pessoas sem distúrbios de crescimento, dependemos de uma média para determinar a altura e o alcance. Evidentemente essa média não é uma regra, e não se aplica a todos os indivíduos. De maneira semelhante, a média de altura, alcance e proporção corpórea de uma pessoa com nanismo pode variar de acordo com a severidade do distúrbio, ou até dos tratamentos aplicados durante a vida. Essas pessoas podem ter uma curva de crescimento fora da média, sendo mais baixos, ou mais altos, com menos, ou mais limitações de mobilidade, dependentes ou não de equipamentos especiais de mobilidade. Em casos mais graves, uma pessoa com nanismo pode depender de cirurgias corretivas para melhorar a qualidade de vida, ou, por exemplo, necessitar de uma cadeira de rodas para se locomover.

Figura 03: Imagens de pessoas com nanismo e algumas características físicas.



Fonte: Desenho adaptado de Conhecendo a Acondroplasia (BioMarin).

Em suma, percebe-se a necessidade da construção de ambientes inclusivos e adaptáveis ao usuário de baixa estatura, dando atenção às alturas de mobiliários e equipamentos, como bancadas, pias, e interruptores, para facilitar o alcance e uso confortável, seguro e independente.

Em um cenário residencial, temos liberdade de moldar o espaço de acordo com necessidades e preferências específicas. Com isso em mente, este projeto foi desenvolvido para uma família hipotética composta por três adultos. Trata-se de um casal, ambos portadores de acondroplasia, e sua filha, que não apresenta o gene. O homem com acondroplasia possui uma altura média de 1,40 m, enquanto a mulher, com altura de 1,25 m, utiliza cadeira de rodas devido a complicações relacionadas à acondroplasia, que afetam sua mobilidade. A filha, por sua vez, tem uma estatura de 1,60 m e não apresenta restrições de mobilidade.

2.1. CONCEITO E PARTIDO

O conceito deste projeto fundamenta-se na ideia de proporção e escala adequadas para garantir o uso do ambiente com segurança, conforto, autonomia e dignidade para pessoas de baixa estatura, permitindo também a interação confortável de indivíduos de estatura média.

Para tal, são previstas alturas ajustadas de janelas, bancadas, maçanetas e interruptores, bem como sugestões de mobiliários multifuncionais que se adaptem às necessidades dos usuários que otimizam o uso do espaço e visam garantir a passagem livre de diferentes dispositivos de mobilidade. A construção deste projeto segue as diretrizes e recomendações das normas aplicáveis, inspirando-se nos estudos correlatos anteriormente apresentados. Dessa forma, busca-se promover um ambiente inclusivo e acessível, que atende plenamente às expectativas de seus usuários.

2.2. CORRELATOS

A execução deste projeto requer a aplicação de diversas técnicas de acessibilidade e ergonomia, e, embora as normas apresentadas na NBR 9050 sejam pertinentes a este projeto, elas não são suficientes para sua completa implementação.

Levando isso em consideração, durante a primeira etapa de coleta de dados, foi fundamental reunir um repertório mais abrangente e satisfatório de técnicas e produtos. Para tanto, foram consultados diferentes projetos e documentos correlatos, com ênfase na acessibilidade e especialmente aplicáveis aos casos de pessoas com nanismo. Essa abordagem permitiu identificar soluções mais que complementam as normas existentes, garantindo um ambiente inclusivo e eficiente.

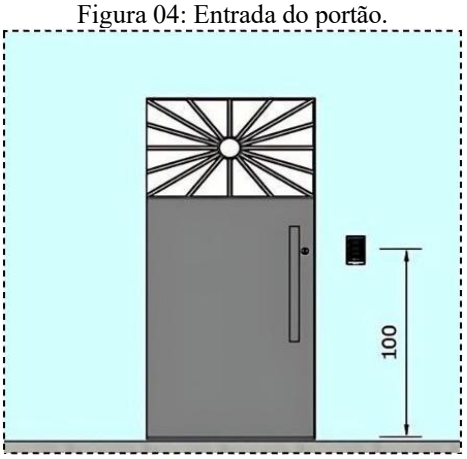
2.2.1. Ambientes acessíveis e a pessoas com nanismo - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 2021

Na publicação “Ambientes acessíveis e a pessoas com nanismo”, divulgado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, traz uma série de especificações e diretrizes para a criação de ambientes acessíveis para pessoas com nanismo. Este, enfatiza a importância do design ergonômico e da adaptação de mobiliários e ambientes que atendam às necessidades de pessoas com diferentes alturas, garantindo a inclusão e a segurança.

Este documento traduz a NBR 9050 para o contexto das pessoas com nanismo e trabalha diferentes ambientes, detalhando equipamentos e ajustes de suas alturas, listando-os de acordo

com o tipo de ambiente, os detalhando a partir de imagens de modelos produzidos pela arquiteta Tatiana Carneiro com a ferramenta Sketch Up.

Figura 04: Entrada do portão.



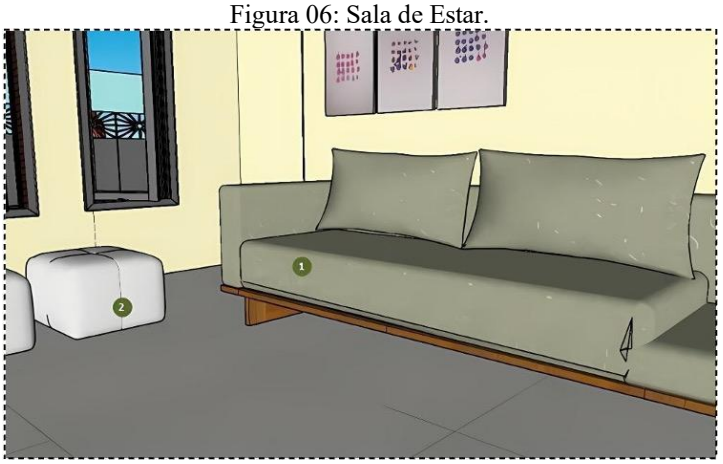
Fonte: Ambientes acessíveis e a pessoa com nanismo. Ilustração criada por Tatiana Carneiro com utilização de blocos disponibilizados pela ferramenta SketchUp.

Na figura acima, representação do portão da fachada principal, o interfone está instalado a 100 cm do piso como recomendado pela norma, permitindo acessibilidade. Além de, novamente, puxadores na vertical que atendem a uma maior variedade de pessoas com diferentes estaturas.

Figura 05: Porta de entrada da residência.

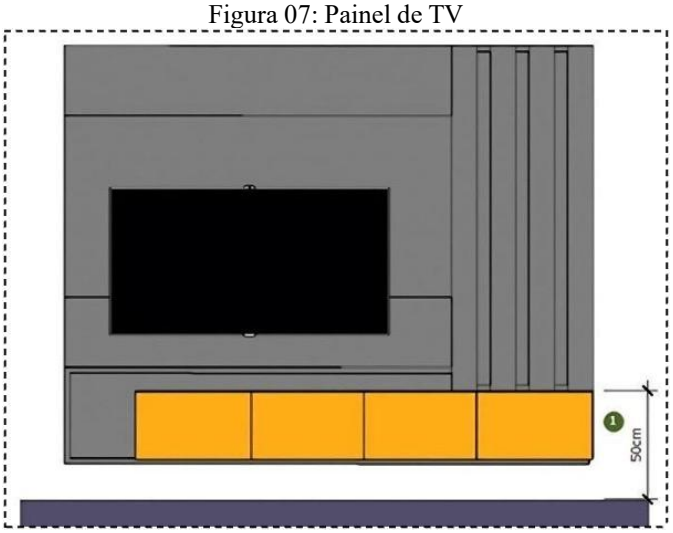
Fonte: Ambientes acessíveis e a pessoa com nanismo. Ilustração criada por Tatiana Carneiro com utilização de blocos disponibilizados pela ferramenta SketchUp

Figura 06: Sala de Estar.



Fonte: Ambientes acessíveis e a pessoa com nanismo. Ilustração criada por Tatiana Carneiro com utilização de blocos disponibilizados pela ferramenta Sketch Up.

Figura 07: Painel de TV



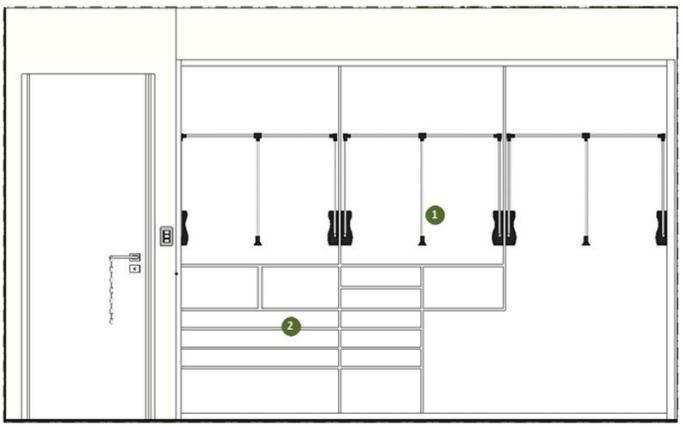
Fonte: Ambientes acessíveis e a pessoa com nanismo. Ilustração criada por Tatiana Carneiro com utilização de blocos disponibilizados pela ferramenta SketchUp.

Na entrada da residência, pela sala de estar, como listado nas recomendações de acessibilidade para áreas residenciais e representado pela arquiteta nesse mesmo documento, especifica-se a instalação da fechadura mais baixa, facilitando o alcance da tranca, também adotando puxadores na vertical mencionados anteriormente. Propõem-se layouts com mobiliários existentes mais baixos, com assentos de diferentes alturas. Se possível ou necessário, reduzindo a altura dos mesmos, permitindo o uso de maior variedade de pessoas com diferentes alturas.

Figura 08: Quarto de casal.

Fonte: Ambientes acessíveis e a pessoa com nanismo. Ilustração criada por Tatiana Carneiro com utilização de blocos disponibilizados pela ferramenta SketchUp.

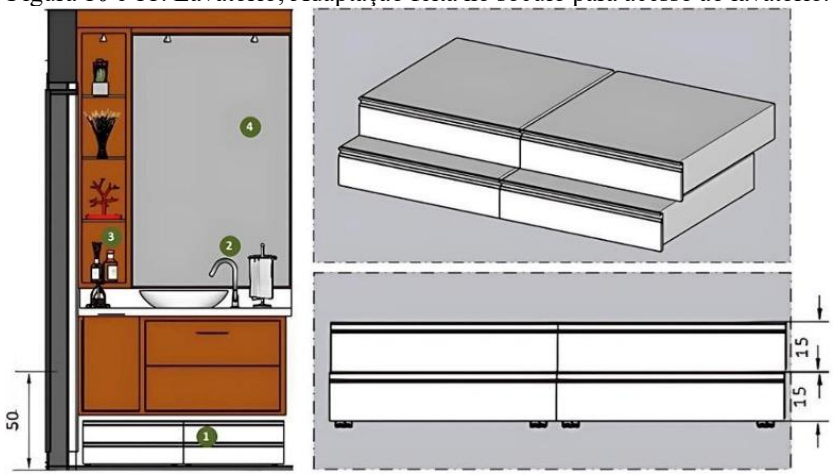
Figura 09: Guarda roupa.



Fonte: Ambientes acessíveis e a pessoa com nanismo. Ilustração criada por Tatiana Carneiro com utilização de blocos disponibilizados pela ferramenta SketchUp.

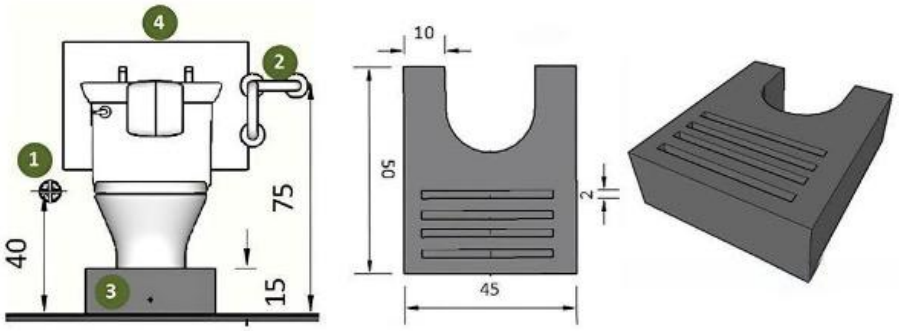
Nos quartos, é recomendável optar por camas baixas, com altura máxima de 50cm, combinando com mesas de cabeceira que também tenham altura semelhante. Para melhor aproveitamento de espaço no guarda-roupas, é sugerida a instalação de cabideiros retráteis com alça extensível a 100 cm do piso. Para melhor visibilidade e alcance, os nichos e gaveteiros devem ser posicionados a uma altura máxima de 60 cm.

Figura 10 e 11: Lavatório; Adaptação feita no sóculo para acesso ao lavatório.



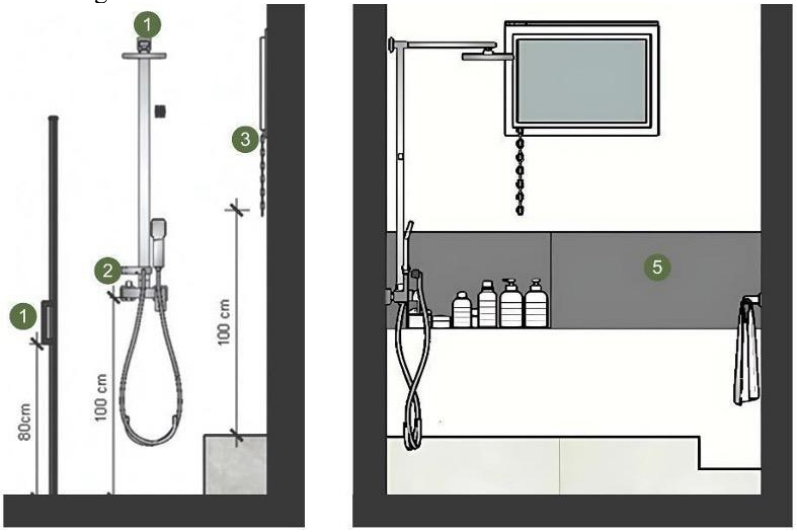
Fonte: Adaptado de Ambientes acessíveis e a pessoa com nanismo. Ilustração criada por Tatiana Carneiro com utilização de blocos disponibilizados pela ferramenta SketchUp.

Figura 12 e 13: Bacia sanitária com degrau móvel para acesso; Degrau móvel para acesso de bacia sanitária



Fonte: Adaptado de Ambientes acessíveis e a pessoa com nanismo. Ilustração criada por Tatiana Carneiro com utilização de blocos disponibilizados pela ferramenta SketchUp.

Figura 14 e 15: Vista do chuveiro: Vista do nicho do banheiro



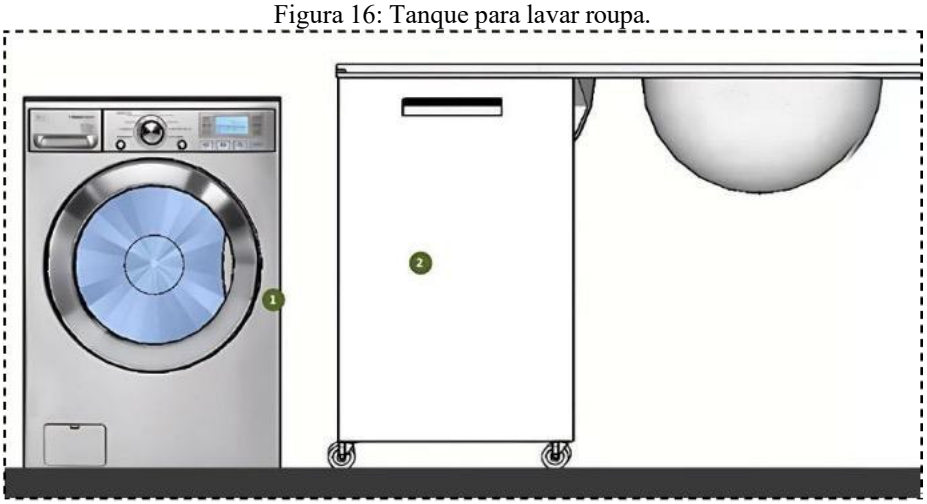
Fonte: Ambientes acessíveis e a pessoa com nanismo. Ilustração criada por Tatiana Carneiro com utilização de blocos disponibilizados pela ferramenta SketchUp.

Para equipamentos de banheiro, a NBR 9050 prevê a instalação de itens como, portas-toalhas, saboneteira e cabide, com alturas entre 80 e 120 cm, recomenda-se também instalação de espelho com inclinação de 10º para ampliar o ângulo visual.

A depender da severidade da condição do acondroplásico, barras de apoio podem se tornar necessárias para auxiliar o acesso à bacia sanitária, proporcionando equilíbrio e segurança, da mesma forma, recomenda-se a instalação das mesmas no box do banheiro. Quanto ao chuveiro, deve conter um desviador para a ducha manual (chuveirinho) praticidade durante a higienização pessoal. O registro do chuveiro também pode ser do tipo alavanca para facilitar o uso, instalado com altura máxima de 90 cm.

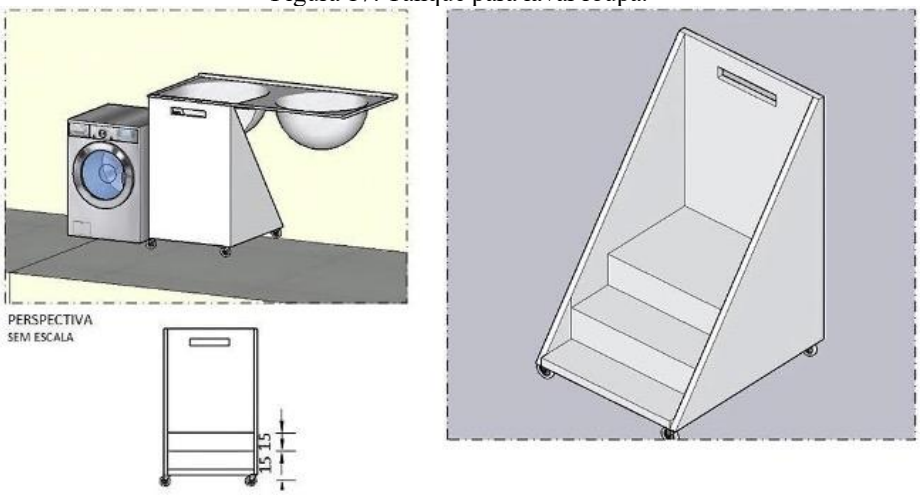
No lavatório, as bancadas podem ser ajustadas para a altura ideal para o usuário, ou instalada em altura mediana, com adaptação de degrau deslizante como demonstrado nas figuras 08 e 09, facilitando o alcance da bancada.

Figura 16: Tanque para lavar roupa.



Fonte: Ambientes acessíveis e a pessoa com nanismo. Ilustração criada por Tatiana Carneiro com utilização de blocos disponibilizados pela ferramenta SketchUp.

Figura 17: Tanque para lavar roupa.



Fonte: Ambientes acessíveis e a pessoa com nanismo. Ilustração criada por Tatiana Carneiro com utilização de blocos disponibilizados pela ferramenta SketchUp.

A fim de otimizar o espaço da área de serviço para pessoas pequenas, pode-se investir em uma lava-roupas de acesso frontal, facilitando o manuseio. Além disso, criar um degrau retrátil semelhante ao indicado anteriormente para banheiros, ou, como alternativa, embutir uma escada com degrau de 15 cm, sob o tanque de serviço, permitindo o acesso confortável à

bancada, armários superiores, ou uso de máquinas de lavar com tampa superior, também proporcionando um espaço adicional para armazenamento.

Finalmente, entre as recomendações gerais aplicáveis à maioria dos ambientes residenciais apresentadas por esse documento:

Para facilitar a abertura da porta, as maçanetas devem ser do tipo alavanca, estando a uma altura de 80 cm do piso segundo recomendação mínima estabelecida pela norma NBR 9050. Caso necessário, é possível fazer uma adaptação utilizando uma corrente presa à alavanca. Recomenda-se que as janelas sejam instaladas com peitoril mais baixo, a 50 cm do piso, com sistema de travamento simples, permitindo a vista sem necessidade de outras adaptações.

Ademais, os pontos de energia e interruptores devem ser instalados em altura ideal para o usuário. Quanto a ambientes com os diferentes níveis e terrenos com topografia irregular, se especifica rampas com inclinação de até 8,33%, com corrimão em duas alturas conforme a NBR 9050, permitindo o menor esforço possível ao atravessar a rampa.

3. COMO PROJETAR UMA COZINHA ACESSÍVEL

A cozinha, sendo um dos ambientes mais funcionais da casa, deve ter uma atenção especial em suas adaptações.

Este artigo, escrito por José Tomás Franco, publicado no *ArchDaily* em 2019, discute a criação de *designs* de acessibilidade universal, discutindo configurações de layout de cozinhas acessíveis para pessoas de pé, ou sentadas, permitindo o uso de pessoas cadeirantes, e consequentemente pessoas com nanismo. Traz também a integração de móveis inteligentes adaptáveis, tecnologias eficientes e customizações para uso de diferentes usuários, apresentando alguns equipamentos oferecidos pela produtora alemã de ferragens e acessórios para móveis, Häfele.

Como estabelecido anteriormente, através da incorporação de mobiliários adaptáveis, somos capazes de trazer aumento do conforto e usabilidade do ambiente de maneira ainda mais confortável e segura. Implementando bancadas com alturas ajustáveis, provemos uma área de trabalho ergonômica para quaisquer usuários de diferentes estaturas, consequentemente permitindo que pessoas com nanismo tenham conforto sem dependências de outras pessoas ou objetos para um conforto improvisado que, às vezes, pode comprometer a segurança de um indivíduo.

Figura 18: Sistema *Vitaflex*. Häfele.

Fonte: Como projetar uma cozinha acessível: móveis ajustáveis e multifuncionais. Artigo de José Tomás Franco. ArchDaily, 2019.

Figura 19: Sistema *Vitaflex,* ativação. Häfele.

Fonte: Como projetar uma cozinha acessível: móveis ajustáveis e multifuncionais. Artigo de José Tomás Franco. ArchDaily, 2019**.**

O sistema *Vitaflex* permite o ajuste de altura com amplitude de 67 cm com colunas de elevação que suportam até 60 kg, podendo ser utilizado em diferentes ambientes e atendendo diferentes usuários com praticidade e segurança.

Figura 20: Gabinete com sistema de elevação. Häfele.

Fonte: Como projetar uma cozinha acessível: móveis ajustáveis e multifuncionais. Artigo de José Tomás Franco. ArchDaily, 2019**.**

Para facilitar o alcance de armários suspensos com colunas de elevação, recomenda-se o uso de gabinetes móveis para diminuir a distância de alcance, com possibilidade de ativação através de sistemas de automação ou com movimento simples.

Vale salientar a desvantagem que qualquer objeto abaixo do armário pode atrapalhar a extensão do mecanismo.

4. MOBILIÁRIO PARA PESSOAS COM NANISMO DO TIPO ACONDROPLASIA

Semelhante aos anteriores, o TCC de Mayara Amaral Karr do curso de Design de produto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, com título “Mobiliário para Pessoas

Com Nanismo Do Tipo Acondroplasia", traz técnicas de acessibilidade, porém com foco especial nas necessidades de pessoas com acondroplasia. Em sua pesquisa, a autora enfatiza a necessidade da inclusão de designs que promovem a qualidade de vida e autonomia dessas pessoas, promovendo a atenção a necessidades específicas de ergonomia, trazendo o estudo de layout de uma cozinha ergonômica.

Focando exclusivamente em mobiliário, este documento apresenta diversos itens que auxiliam no dia a dia das pessoas com nanismo. Ele examina diferentes tipos de adaptações já aplicadas, conforme mencionadas pelos próprios portadores da condição, que compartilharam suas experiências por meio de uma pesquisa realizada através de um formulário online distribuído entre indivíduos com nanismo, cada um em diferentes contextos e com diferentes necessidades. A partir disso, foi construída uma cozinha funcional e ergonômica, obedecendo o alcance médio dos portadores de nanismo, maximizando o uso do ambiente por esses indivíduos.

Durante o estudo de conceito do produto, foram gerados diferentes estudos e alternativas, afim de chega ao melhor resultado, tomando a fala de pessoas com nanismo como referência para chegar no programa de necessidades ideal.

Figura 21: Alternativas de bancadas multifuncionais. (Modelagem e renderização no *software* Promob)

Fonte: "Mobiliário para Pessoas com Nanismo do Tipo Acondroplasia" KARR, M. A. 2023

Figura 22: Alternativas de bancadas multifuncionais (modelagem e renderização no *software* Promob)

Fonte: "Mobiliário para Pessoas com Nanismo do Tipo Acondroplasia" KARR, M. A. 2023.

As imagens apresentadas são fruto de uma pesquisa extensa. Nota-se que toda a bancada foi projetada com altura reduzida, adaptada especificamente para o uso por pessoas com nanismo. A área do cooktop, situada um pouco mais abaixo, proporciona maior segurança durante o uso, respeitando as proporções corporais das pessoas com nanismo e seu alcance. Além disso, o micro-ondas está posicionado em um nicho acessível abaixo da bancada e acima de uma fruteira metálica com corrediça telescópica. Esses elementos facilitam o alcance confortável e estão frequentemente presentes em projetos para pessoas de estatura média, mostrando alguns dos ajustes que podem ser aplicados para alcançar o conforto da pessoa com acondroplasia.

5. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

5.1. CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS E LOCALIZAÇÃO

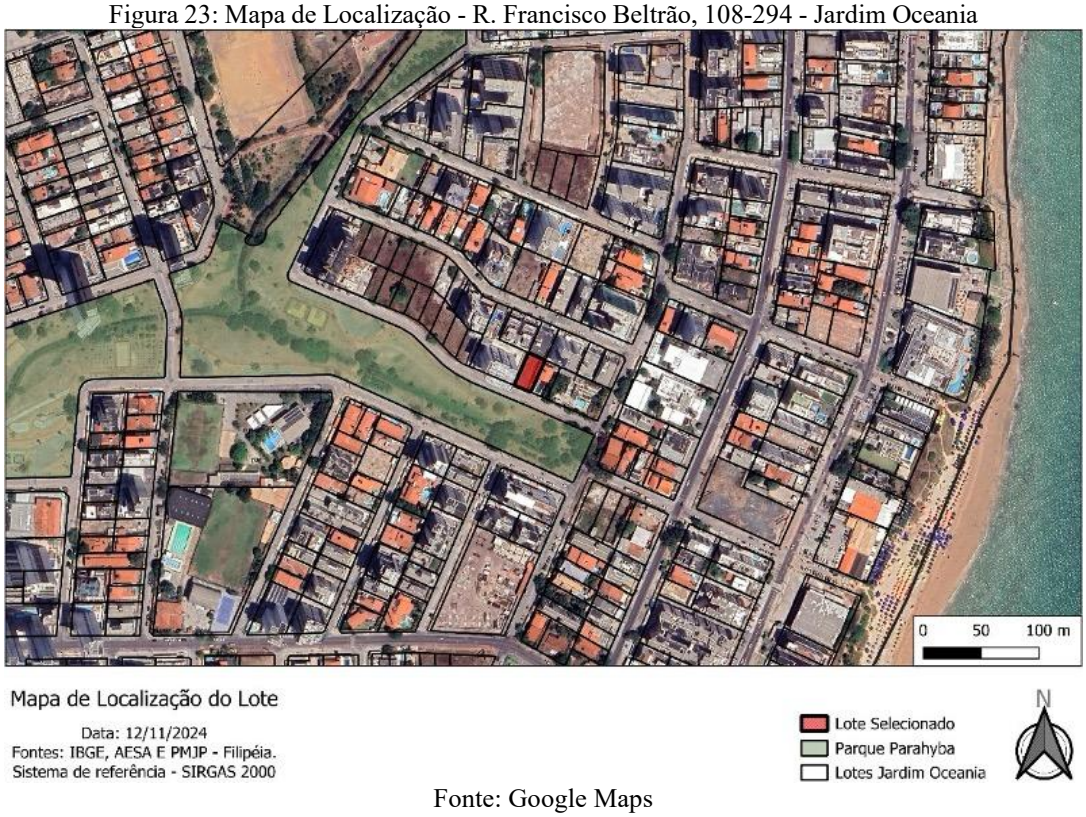
R. Francisco Beltrão, 108-294 - Jardim Oceania

O lote selecionado está situado na cidade de João Pessoa, especificamente no bairro Jardim Oceania, uma área que tem sido alvo de valorização significativa ao longo dos anos. Essa valorização não se deve apenas à sua proximidade com a praia, mas também pela implementação do projeto do parque linear, que se tornou um atrativo, tanto para a população local, quanto para os turistas.

Conforme dados fornecidos pelo site Filipeia, Jardim Oceania é um bairro predominantemente residencial, composto majoritariamente por residências unifamiliares. Contudo, ao longo dos anos, o bairro tem observado um crescente processo de verticalização. Uma das principais vantagens dessa localização é a proximidade com uma área aberta, especificamente um parque, o que contribui para uma ventilação natural mais eficaz.

O terreno em questão, classificado como tipo gaveta, tem calçada com 3 m de largura, face orientada para o sudoeste e dimensões de 15x30, totalizando uma área de aproximadamente 460 m². Caracteriza-se por sua topografia plana, apresentando um leve desnível.

Figura 23: Mapa de Localização - R. Francisco Beltrão, 108-294 - Jardim Oceania



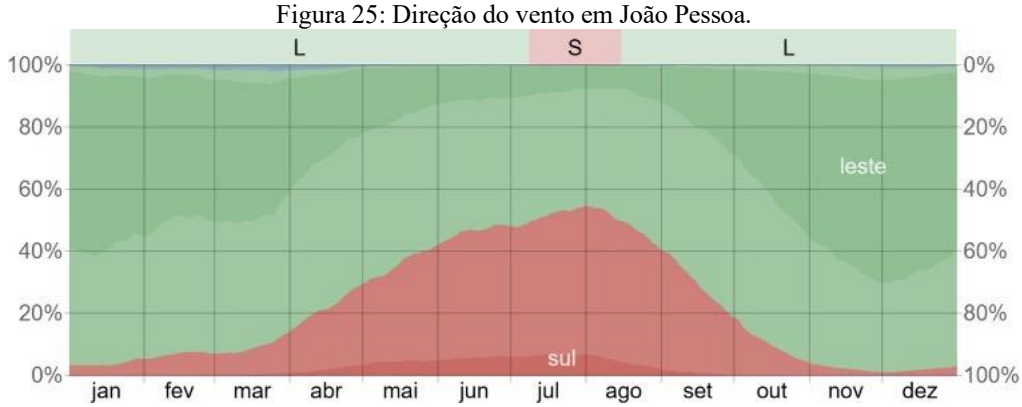
Fonte: Google Maps

Figura 24: R. Francisco Beltrão, 108-294 - Jardim Oceania

Fonte: Google Maps

Conforme evidenciado no gráfico abaixo, a ventilação predominante provém do Leste, com uma variação leve em direção ao Sul durante os meses intermediários do ano. Esta orientação é benéfica, pois maximiza a circulação de ar fresco, promovendo um ambiente mais saudável e agradável.

Figura 25: Direção do vento em João Pessoa.



Fonte: Weather Spark.

- Análise da infraestrutura urbana

Situado nas proximidades dos bairros Aeroclube e Manaíra, em frente ao Parque Parahyba, uma área em crescente valorização, o Jardim Oceania destaca-se por sua infraestrutura de alta qualidade. O bairro conta com um sistema eficiente de abastecimento de água e energia, além de diversos serviços comerciais nas redondezas, facilitando a rotina diária, economizando tempo e aumentando o conforto dos residentes.

Ademais, a iluminação pública no bairro é eficaz, proporcionando uma sensação de segurança durante caminhadas noturnas. As áreas de lazer são bem planejadas e acessíveis, contribuindo significativamente para a qualidade de vida dos moradores.

No entanto, uma das desvantagens notáveis do bairro é sua localização relativamente distante do centro da cidade. Essa distância pode implicar na necessidade de utilizar múltiplos meios de transporte ou realizar trajetos mais longos para acessar os serviços e comodidades oferecidos no centro urbano, impactando a conveniência dos residentes.

- Análise da legislação urbana

O lote está localizado na Zona Residencial 3 (ZR3), definindo recuo frontal de 5,00 m, recuo de fundos de 3,00 m e recuos laterais de 1,50 m. Além de definir a ocupação máxima do solo de 60%.

Figura 26: Zona Residencial 1 (ZR1) e 3 (ZR3). (Adaptado)

ZONA RESIDENCIAL 1 (ZR1) E 3 (ZR3)							
USOS	LOTE (*)		EDIFICAÇÃO (A)				
PERMITIDOS	ÁREA MÍNIMA (m^2)	FRENTE MÍNIMA (m)	OCUPAÇÃO MÁXIMA (%)	ALTURA MÁXIMA (B)	AFASTAMENTOS MÍNIMOS (m)		
					FRENTE (AFT)	LATERAL (AFL)	FUNDOS (AFD)
H1	360,00	12,00	60	3PV	5,00	1,50	3,00

Fonte: Código de Urbanismo, João pessoa – PB.

6. MEMORIAL DESCRITIVO

a. Programa de necessidades e pré-dimensionamento

Tabela 01: Quadro de pré-dimensionamento.

Ambiente	Hábitos	Mobiliários	Área
Garagem/ Terraço	Estacionar.	-	50 m^2
Sala de Estar	Assistir TV; Socializar; Descansar; Sentar.	2 poltronas; 1 sofá de 3 lugares; 1 Mesa de centro; 2 pufes de diferentes alturas.	25 m^2
Sala de Jantar	Alimentar; Socializar.	4 cadeiras; 1 mesa de jantar;	10 m^2
Lavabo	Higienização.	1 bancada; 1 cuba com torneira; 1 bacia sanitária; Barras de apoio para acessibilidade.	4,5 m^2
Cozinha	Preparo de alimentos; Limpeza; Armazenar.	Bancada de granito; 1 cuba de inox com torneira; *Cooktop*; Forno de embutir; Micro-ondas; Geladeira com filtro de água, Armários.	15 m^2
Área de Serviço	Pendurar roupas; Lavar roupas; Limpeza.	Bancada; Tanque de lavar roupas; Máquina de lavar roupas com abertura frontal; Varal retrátil de teto.	5 m^2

Área Gourmet	Alimentar; Preparo alimentos; Limpeza; Armazenar Assistir TV; Socializar; Descansar; Sentar.	4 cadeiras; 1 mesa de jantar; 1 churrasqueira; 1 bancada de granito; 1 cuba de inox com torneira; 1 armário debaixo da bancada.	30 m^2
Suíte Casal	Descansar; Armazenar roupas; Assistir TV.	1 cama de casal; 2 mesas de cabeceira; 1 guarda roupas.	20 m^2
BWC Suíte Casal	Higienização; Armazenagem.	1 bancada; 1 cuba com torneira; 1 bacia sanitária; 1 chuveiro com desviador; 1 banco retrátil para banho; Barras de apoio para acessibilidade; 1 armário para bancada.	8 m^2
Suíte Filha	Descansar; Armazenar roupas; Assistir TV.	1 cama de casal; 2 mesas de cabeceira; 1 guarda roupas; 1 painel para TV; 1 *recamier*.	18 m^2
BWC Suíte Filha	Higienização; Armazenagem.	1 bancada; 1 cuba com torneira; 1 bacia sanitária; 1 chuveiro; 1 armário para bancada.	5 m^2
Quarto de Hóspedes	Descansar; Armazenar roupas.	1 cama de casal; 2 mesas de cabeceira; 1 guarda roupas; 1 mesa; 1 cadeira.	15 m^2
BWC 01	Higienização; Armazenagem.	1 bancada; 1 cuba com torneira; 1 bacia sanitária; 1 chuveiro com desviador; 1 banco retrátil para banho; Barras de apoio para acessibilidade; 1 armário para bancada.	8 m^2

Para garantir acessibilidade e ergonomia adequadas, todas as portas devem ter um vão de 90 cm para permitir a passagem de cadeira de rodas, e maçanetas do tipo alavanca devem ser instaladas a 80 cm de altura, com adaptação utilizando uma corrente presa à alavanca. Puxadores verticais devem ser empregados em móveis e portas, enquanto os peitoris das janelas devem ter altura de 50 cm. Pontos de energia devem ser distribuídos entre 40 e 90 cm do piso, e rampas devem possuir inclinação inferior a 8,33%, com corrimãos em duas alturas.

Na entrada, o interfone ou campainha deve ser instalado a 100 cm do piso, e a porta deve possuir puxador vertical. Na sala de estar, os pufes devem ser de diferentes alturas ou ajustáveis, sofás e poltronas devem ter assento mais baixo ou ser adaptados para redução da altura, e o rack deve ter altura máxima de 50 cm. A sala de jantar deve contar com cadeiras adaptadas com módulos de apoio para os pés e encosto acolchoado.

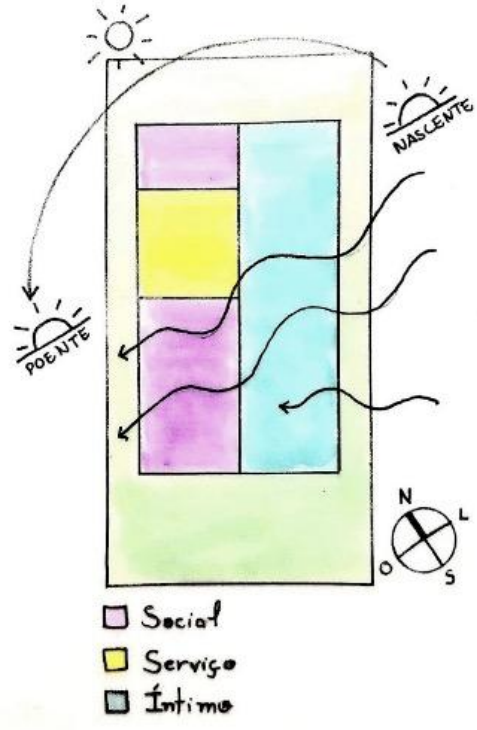
Na cozinha, deve-se utilizar cooktop e forno em posição flexível, com micro-ondas instalado em nicho sob a bancada. Os móveis planejados devem incluir escada retrátil ou sóculo com degraus deslizantes, e a bancada deve ter alturas variadas ou sistema de elevação por pistões. A torneira deve ser do tipo alavanca e posicionada lateralmente à cuba, enquanto armários suspensos devem ter sistema de elevação. Na área de serviço, recomenda-se uma lava-roupas de acesso frontal, bancada com alturas variáveis ou sistema de elevação por pistões, adaptação de sóculo com degraus deslizantes quando necessário e torneira lateral com acionamento por alavanca.

Nos lavabos e banheiros, as bancadas devem ser ajustadas à necessidade do usuário, especialmente nas suítes. A torneira deve ser do tipo alavanca, instalada lateralmente à cuba, e os acessórios como porta-toalhas, saboneteira e cabides devem estar entre 80 e 120 cm de altura. O espelho deve ter inclinação de 10º, e, se necessário, deve-se adaptar o sóculo com degraus deslizantes. Devem ser instaladas barras de apoio para acesso à bacia sanitária e ao chuveiro. A bacia sanitária suspensa permite ajuste da altura ideal ao usuário, e, em ambientes comuns, um degrau móvel pode ser utilizado para adaptação.

Nos quartos, a cama deve ter altura máxima de 50 cm, assim como as mesas de cabeceira. Interruptores devem ser instalados ao lado da cama, a até 65 cm do piso. O guarda-roupa deve possuir cabideiros extensíveis com alça a 100 cm do piso, enquanto prateleiras e nichos não devem ultrapassar 80 cm de altura. As gavetas devem estar a, no máximo, 50 cm do piso, garantindo acessibilidade eficiente para o usuário.

b. Zoneamento

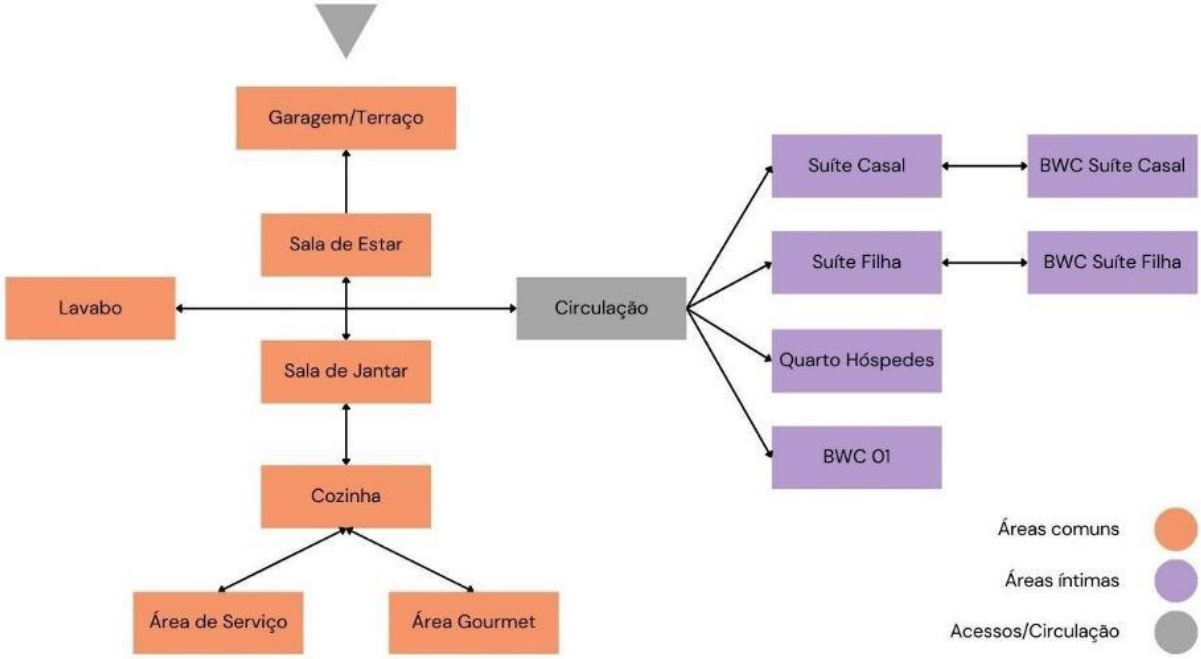
Figura 27: Zoneamento (Desenho a mão).



Fonte: Acervo pessoal.

c. Fluxograma

Figura 28: Zoneamento (Desenho a mão)



Fonte: Acervo pessoal.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a construção do projeto, foi possível identificar a importância de um design inclusivo que respeite e promova a qualidade de vida das pessoas com acondroplasia, considerando as particularidades dos portadores dessa deficiência na fase de concepção de projetos.

Nesse sentido, convém lembrar que cada projeto tem o potencial de impactar positivamente a vida de uma pessoa. Portanto a arquitetura desempenha um papel fundamental na criação de ambientes que não são apenas funcionais, mas um lar, um espaço que respeita e celebra a singularidade de cada um.

A implementação de mobiliários adaptativos como, por exemplo, assentos, bancadas, armários e prateleiras ajustáveis, aliados à incorporação de tecnologias assistivas, como sistemas de automação que permitem o controle de altura, de iluminação, temperatura e segurança através de dispositivos móveis e/ou de comando de voz, permite que os moradores com acondroplasia interajam com seu ambiente, mobiliários e acessórios de forma autônoma e confortável com flexibilidade. Essa combinação de adaptabilidade e tecnologia pode criar um futuro em que todos tenham a oportunidade de viver em ambientes que são verdadeiramente acolhedores e inclusivos.

É importante destacar que a sensibilização dos profissionais de arquitetura é um fator crítico para a implementação dessas soluções, promovendo a busca pelo conhecimento das dificuldades e necessidades, estudando como as diferentes proporções interagem com os espaço.

Outro ponto a se considerar é a necessidade de um diálogo contínuo com as pessoas que vivem com nanismo. A participação ativa desses indivíduos no processo de planejamento e design é crucial, pois suas experiências e necessidades reais fornecem perspectivas valiosas que podem ser incorporadas nas soluções propostas. Essa abordagem colaborativa não apenas fortalece o

resultado final do projeto, mas também promove uma cultura de inclusão e respeito às diferenças e individualidades.

Em suma, a arquitetura desempenha um papel crucial na promoção da equidade social e na valorização da dignidade das pessoas. Ao integrar soluções adaptativas e tecnológicas, é possível transformar residências em lares que acolhem e respeitam as singularidades de cada indivíduo, contribuindo para uma sociedade mais justa e acessível a todos. O caminho à frente exige um compromisso contínuo com a inovação e a empatia, essencial para a construção de um futuro em que a diversidade seja celebrada e onde cada pessoa possa viver plenamente em seu espaço.

REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR 9050**: **Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e equipamentos Urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2020. 161 p.

Acondroplasia. BioMarin, 2024. Disponível em: <https://www.biomarin.com/pt-br/acondroplasia/>. Acesso em 19 de setembro de 2024.

ANTHONYPADILLA. **I spent a day with people w/ DWARFISM**. 1 vídeo (25 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2QLCrjG_ISo>. Acesso em 8 de abril 2024.

BIOMARIN. Conhecendo Acondroplasia, 2024. **Convivendo com acondroplasia**. Disponível em: <https://achondroplasia.biomarin.com/pt-br/vivendo-com-acondroplasia/>. Acesso em 18 de setembro de 2024.

BIOMARIN. Conhecendo Acondroplasia, 2024. **O que é acondroplasia?** Disponível em:

<https://achondroplasia.biomarin.com/pt-br/o-que-e-acondroplasia/>. Acesso em 18 de setembro de 2024.

BRASIL. Lei nº 13.472, de 31 de julho de 2017. **Institui o dia nacional de combate ao preconceito contra as pessoas com nanismo**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13472.htm. Acesso em 19 de setembro de 2024.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**;** Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Pessoas com nanismo e seus direitos**. Brasília, DF. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. 2021. p.48.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**;** Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Ambientes acessíveis e a pessoa com nanismo.** Brasília, DF. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. 2021. p.103.

DE A A ZUCA. **Entenda as dificuldades que as pessoas com nanismo enfrentam - De A a Zuca (14/06/19).** Vídeo (23 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xsWVCZEYDwM&t=1s>. Acesso em 02 maio 2024.

DISCOVERY HOME & HEALTH BRASIL. **A emoção de uma família com nanismo por ter um novo lar remodelado |Reforma Total com Nat e Jeremiah.** 1 vídeo (7min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ao1ztx45m0A&t=45s>. Acesso em 2 junho 2024.

Filipeia Mapas da cidade. Disponível em: <https://filipeia.joaopessoa.pb.gov.br/>. Acesso em 18 novembro 2024.

FRANCO, José. **Como projetar uma cozinha acessível: móveis ajustáveis e multifuncionais.** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/920136/comoprojetar-uma-cozinha-acessivel-moveis-ajusta veis-e-multifuncionais>. Acesso em 03 julho 2020.

KARR, MAYARA. **Mobiliário para Pessoas com Nanismo do Tipo Acondroplasia.** 2023. 132 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Design de Produto) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/266159/001186422.pdf?sequence=1&isAllow e d=y>. Acesso em 19 setembro 2024.

SOUZA, Sergio. **Tipos de Nanismo**. Disponível em: http://hypescience.com/tiposde-nanismo. Acesso em 19 de setembro de 2024.

TAVARES, A. S; et al. Acessibilidade para pessoas com deficiência: Algumas dificuldades em projetar para indivíduos com nanismo. **VI Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído & VII Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral.** Recife, PE. 2016. Disponível em: <https://pdf.blucher.com.br/designproceedings/eneac2016/ACE07-4.pdf>. Acesso em: 19 de setembro de 2024.

TUDO DE TODOS. **Apartamento anão**. 1 vídeo (7 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=egz4raYlBcE>. Acesso em 25 maio 2024.

CAPÍTULO 9: HABITAÇÃO CONTEMPORÂNEA

UMA ANÁLISE DA ATUAL PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA MULTIFAMILIAR VERTICAL EM JOÃO PESSOA-PB

Renata Késsia Silva Alves [1]
Andrei de Ferrer e Arruda Cavalcanti [2]
Marcela Dimenstein [3]

RESUMO

Este estudo analisou empreendimentos habitacionais multifamiliares verticais em João Pessoa, com o objetivo de identificar características arquitetônicas e de ocupação e verificar como esses edifícios se adequam às demandas habitacionais contemporâneas. Justifica-se pela crescente verticalização da cidade e pela necessidade de compreender suas implicações para o desenvolvimento urbano e para a qualidade habitacional. Utilizou-se uma metodologia baseada em análise de três escalas — inserção urbana, edifício e unidade habitacional — que permitiu avaliar os empreendimentos quanto à flexibilidade de layout, presença de áreas comuns e dispositivos de aproveitamento passivo. Os resultados apontaram que a maioria dos edifícios integra áreas de lazer e trabalho produtivo, além de elementos sustentáveis, como varandas e brises, que promovem conforto ambiental. Constatou-se, ainda, uma baixa presença de usos diversificados nos térreos, evidenciando oportunidades de melhoria na interação com o espaço urbano. O estudo contribui para a compreensão das práticas projetuais de habitação vertical contemporânea e propõe recomendações para a promoção de uma arquitetura mais adaptada às mudanças sociais e ambientais.

Palavras-chaves: Habitação vertical; Arquitetura Multifamiliar; Flexibilidade.

ABSTRACT

This study analyzed vertical multifamily residential developments in João Pessoa, aiming to identify architectural and occupancy characteristics and assess how these buildings meet contemporary housing demands. The study is justified by the city's increasing verticalization and the need to understand its implications for urban development and housing quality. The methodology focused on three scales—urban insertion, building, and housing unit—allowing an evaluation of layout flexibility, the presence of communal areas, and passive sustainability features. Results indicated that most buildings incorporate leisure and productive work areas, along with sustainable elements such as balconies and brise-soleils that promote environmental comfort. However, there was a low presence of diverse uses at ground level, highlighting opportunities for improved urban interaction. The study contributes to the understanding of contemporary vertical housing design practices and proposes recommendations for architecture better adapted to social and environmental changes.

Keywords: Vertical Housing; Multifamily Architecture; Flexibility.

[1] Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniesp.
E-mail: 20201069035@iesp.edu.br
[2] Orientador do trabalho e Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniesp.
E-mail: andrei@iesp.edu.br
[3] Coorientadora do trabalho e Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFERSA.
E-mail: mmarcelad@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa um novo padrão de habitação multifamiliar vertical que vem sendo produzido na cidade de João Pessoa (PB) de 2019 à 2024, considerando três escalas principais: 1) a inserção urbana; 2) a escala do edifício e 3) a escala da unidade habitacional. Dessa forma, busca-se identificar os principais aspectos dessa produção recente, levando em conta a crescente demanda por moradias na cidade, os novos paradigmas do modo de vida contemporâneo e as transformações na estrutura social e econômica das famílias.

Atualmente, segundo Giddens (1999), o modo de vida contemporâneo está marcado por profundas transformações sociais, econômicas e culturais, mesmo em comparação com os anos iniciais do século XXI. Essas transformações incluem novas configurações familiares, como a redução do tamanho das famílias tradicionais e o aumento de lares monoparentais, reflexo do crescente empoderamento feminino e da busca por maior autonomia (MACHADO et al., 2019). Além disso, o aumento do custo de vida também é evidente, com o IPCA variando 1,42% entre abril de 2023 e março de 2024 (IBGE, 2024). A baixa taxa de natalidade é outro fator significativo: de acordo com o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, o Brasil registrou 2,54 milhões de nascimentos, uma queda de 3,5% em relação ao ano anterior, o menor índice desde 1977 (IBGE, 2022).

Nestas transformações também se destaca o fator do envelhecimento populacional, ocasionado pelo aumento da expectativa de vida e por mudanças culturais e sociais, como a priorização da carreira profissional antes da formação de famílias (CASTELS, 2014). Além do avanço tecnológico que tem criado redes de conexões globais que facilitam a disseminação de informações, impactando tanto positiva quanto negativamente as sociedades (CASTELS, 2014). Essas mudanças refletem diretamente na forma como as cidades e suas habitações são desenvolvidas.

Todas essas transformações recentes influenciam diretamente o mercado imobiliário e o espaço habitacional. Jan Gehl (2013) pontua que a Arquitetura tem, ao longo do tempo, priorizado a valorização de edifícios privados em detrimento dos espaços públicos, respondendo à força do sistema econômico capitalista. Assim, o mercado imobiliário tem sido um dos agentes dessas mudanças, promovendo empreendimentos verticais focados em habitações mínimas e de alta densidade, frequentemente desconsiderando o bem-estar coletivo em prol do privado (CORDEIRO et al., 2021).

Mediante esse cenário, Jorge (2012) e Mendonça et al. (2016) apontam que a sociedade contemporânea, em meio a essa lógica de mercado, corrobora com essa distribuição desigual de recursos, o que ocasiona uma segregação socioespacial e maior diferenciação de classes. Segundo Neri (2023) a maioria da população que consegue ter acesso aos imóveis nas áreas mais valorizadas, consequentemente que apresentam melhor infraestrutura e investimentos, devem fazer parte de no mínimo a Classe B (famílias com renda mensal entre R$ 8.641 e R$ 17.280).

Essas transformações sociais junto à essa lógica de mercado imobiliário constroem cidades verticalizadas onde a qualidade arquitetônica está diretamente ao quanto se pode investir em determinado empreendimento com base nos lucros que serão percebidos posteriormente (JORGE, 2012). A exigência das famílias contemporâneas, marcadas pela redução de seus membros e por novos papéis sociais, demandam novos modelos habitacionais, mais flexíveis e adaptáveis às suas necessidades nesse processo de verticalização.

Dessa forma, segundo o autor, o mercado imobiliário vem buscando soluções para atender essas novas demandas contemporâneas, que incluem maior flexibilidade de configurações espaciais, a convergência de espaços multifuncionais nos empreendimentos (lavanderia, *coworking*,

academias, mercadinhos, espaço *delivery*, spa, *wine* bar, *gourmet*, dentre outros), além da integração de áreas sociais e a valorização de áreas de lazer. Isso acarreta em altos custos de execução, o que torna esse tipo de empreendimento restrito para a maior parte da população. Conforme apontam Rolnik (2019) e Santos (2013), o preço elevado das unidades habitacionais em áreas centrais e mais valorizadas tende a excluir as classes de menor renda, empurrando-as para áreas periféricas. Essa realidade reflete um padrão de urbanização que privilegia as elites, enquanto as populações mais pobres ficam restritas a empreendimentos localizados em regiões mais afastadas, com infraestrutura urbana precária e menos acesso a serviços básicos (MARICATO, 2003).

Como o ponto principal desta pesquisa é analisar qualitativamente a arquitetura dos empreendimentos de destaque produzidos nos últimos cinco anos, logo, nosso objeto de estudo será esse novo modelo de habitação multifamiliar vertical produzida em João Pessoa, e nosso foco estará nos bairros localizados ao longo da Orla Marítima, onde sua presença é mais notória. Com isso intencionamos discutir as tendências da arquitetura contemporânea e como suas características têm impactado na configuração espacial da cidade.

Como objetivo geral esta pesquisa pretende analisar a arquitetura multifamiliar vertical produzida em João Pessoa – PB e como objetivo específico busca discutir a tendência de comportamento das estruturas familiares contemporâneas em João Pessoa-PB; definir critérios de avaliação considerando a escala urbana, a escala do edifício e a unidade habitacional; e analisar as edificações segundo os critérios da avaliação.

A seguir apresentaremos uma fundamentação teórica sobre as mudanças recentes na configuração familiar e sua relação com a habitação e sobre o processo de verticalização contemporânea da cidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A família, conforme Silva (2010, p. 23), é definida como “um grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco que desempenham funções sociais importantes, como socialização e o suporte emocional dos indivíduos”. Além disso, viver em agrupamentos é uma necessidade humana essencial, que ultrapassa barreiras históricas e culturais. Durkheim (1999, p. 12) destaca que “a vida em comunidade é fundamental para o desenvolvimento social e psicológico dos indivíduos”, e a família é a primeira experiência desse convívio. Com o passar do tempo, as estruturas familiares evoluíram, refletindo mudanças socioeconômicas, culturais e legais. Segundo Ariès (1981), inicialmente, as famílias eram extensas, compostas por várias gerações vivendo juntas, característica comum em sociedades agrárias e pré-industriais. O autor coloca "as famílias tradicionais eram unidades econômicas e sociais essenciais, onde todos os membros contribuíam para a subsistência coletiva" (p. 35).

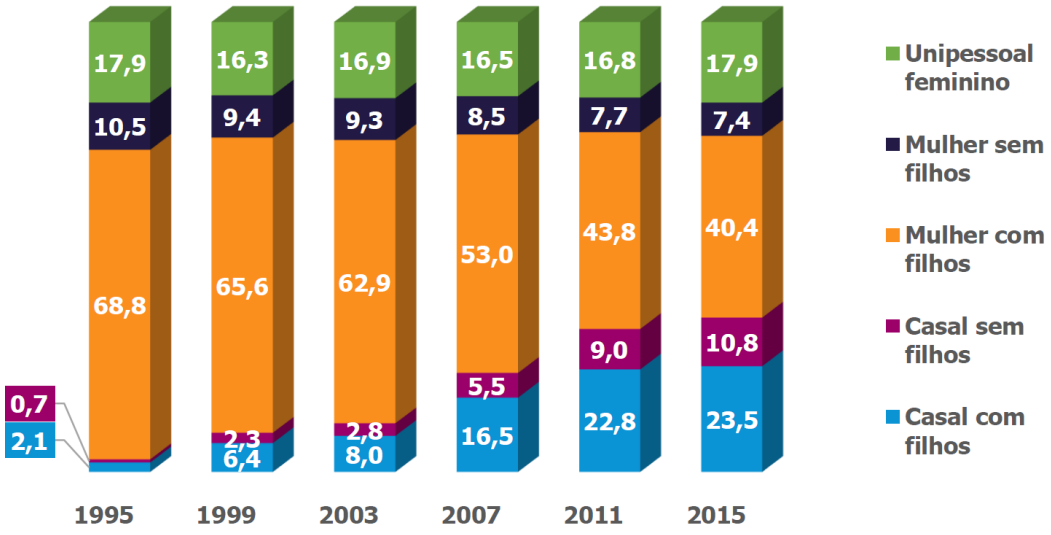
Para Liziane Jorge (2012), a Revolução Industrial no século XIX, trouxe uma mudança significativa na estrutura familiar, consolidando o modelo nuclear, formado apenas por pais e filhos. A migração em massa para as áreas urbanas, em busca de melhores oportunidades econômicas, facilitou essa transição. A industrialização, portanto, contribuiu para a desintegração das famílias extensas, adaptando-as à vida urbana e ao novo mercado de trabalho. Posteriormente, os impactos da Primeira e Segunda Guerra Mundial aceleraram o processo de reconstrução das cidades, abrindo espaço para inovações na arquitetura. Nesse contexto, surge o Modernismo como um dos principais movimentos da década de 1950, trazendo novas perspectivas para a organização espacial e habitacional.

Giddens (1999, p. 67) argumenta que, no cenário global contemporâneo, apenas uma pequena parcela da população vive em algo semelhante à família típica dos anos 1950, com ambos os pais juntos, a mãe como dona de casa em tempo integral e o pai como provedor financeiro. Esse modelo tradicional foi progressivamente substituído por novas configurações familiares, marcadas pela redistribuição de responsabilidades e pela valorização da autonomia individual. As transformações no perfil familiar refletem-se na redução do tamanho das famílias e no surgimento de novos formatos habitacionais. Segundo Jorge (2012), essa mudança é inevitável, e a sociedade contemporânea, com seus avanços culturais e tecnológicos, promove novos estilos de vida, que alteram o conceito de família e sua relação com o espaço físico.

A constituição familiar deixa de ser vista como um compromisso obrigatório e passa a ser uma decisão consciente e mútua entre seus membros, inclusive no que diz respeito à escolha de ter filhos. A sociedade atual é marcada pelo fenômeno da "democratização da família", que se caracteriza por relações afetivas baseadas em respeito mútuo e igualdade (Jorge, 2012, p. 85). A emancipação financeira das mulheres, impulsionada pela sua entrada no mercado de trabalho e pela disseminação de métodos contraceptivos, também contribuiu para essas mudanças. A autora fala que "a perda da função de dona de casa como modelo vigente" (2012, p. 85) é um dos fatores que influenciam a redefinição dos papéis dentro da estrutura familiar.

Corroborando com essa afirmação, dados recentes do IBGE nos informa que a distribuição (%) das famílias chefiadas por mulheres, segundo tipo de arranjo familiar da chefe de família, está distribuída da seguinte forma:

Figura 1 – Distribuição percentual das famílias chefiadas por mulheres, segundo tipo de arranjo familiar da chefe de família – Brasil – 1995 à 2015.



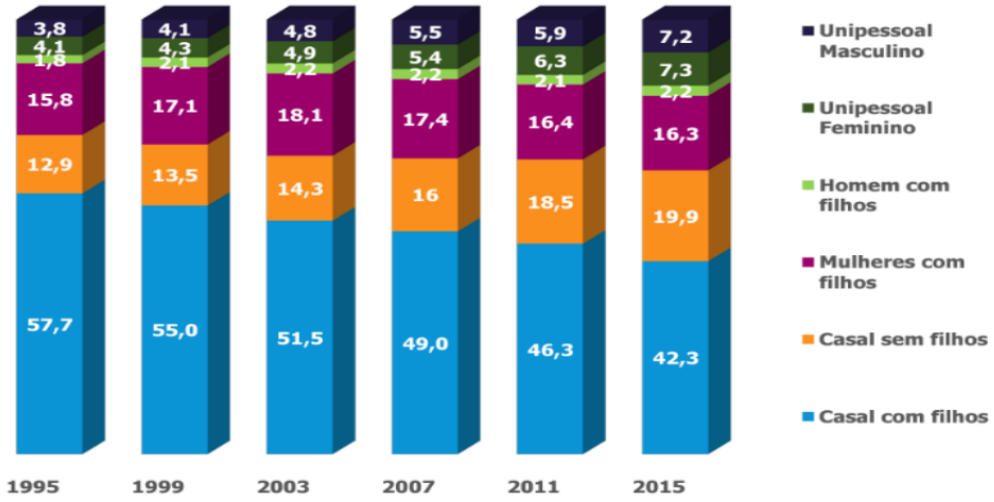
Fonte: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH, 2021).

A proporção de famílias monoparentais diminuiu de 68% para 40% até 2015, enquanto o número de mulheres chefes de família em arranjos com ou sem filhos cresceu significativamente (MDH, 2021). Esse fenômeno ilustra a crescente participação das mulheres na chefia de lares, refletindo mudanças estruturais na sociedade.

Em 2021, o Brasil contabilizou mais de 72 milhões de domicílios, segundo o IBGE. Os dados mostram que houve uma significativa redução na proporção de casais com filhos, que caiu de 57% para 42% nas últimas duas décadas, ao passo que a proporção de casais sem filhos

aumentou. Além disso, as famílias unipessoais praticamente dobraram, passando de 7,9% para 14,5%.

Figura 2 – Distribuição percentual dos tipos de composições familiares no Brasil – 1995 à 2015.



Fonte: MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS (MDH), 2021.

Nos últimos anos, o crescimento econômico e o aumento populacional em João Pessoa têm incentivado a verticalização na cidade. De acordo com o Censo Demográfico de 2022 (IBGE), João Pessoa foi a cidade nordestina com maior incremento populacional, registrando um aumento de 15,3% em comparação a 2010. Assim, vemos uma mudança na paisagem da capital, de forma mais intensa em bairros da Zona Leste e Norte, como Manaíra, Jardim Oceania e Altiplano, onde a construção de edifícios multifamiliares tem ocasionado um adensamento populacional significativo.

A verticalização é também uma resposta à escassez de terrenos disponíveis para construção horizontal e à busca por maior aproveitamento do espaço urbano. O Plano Diretor Urbano (2022) desempenha um papel essencial nesse contexto. A recente revisão do plano expandiu o índice de aproveitamento em várias áreas da cidade, favorecendo a densidade populacional e incentivando o desenvolvimento econômico. Contudo, Maia (2020) ressalta a necessidade de uma gestão eficaz para evitar consequências negativas, como impactos ambientais, valorização imobiliária desigual e deterioração da qualidade de vida urbana.

Outro ponto relevante está relacionado com o limite de altura das edificações próximas à orla marítima. De acordo com o Plano Diretor (2022), as construções devem respeitar uma linha de 500 metros a partir da maré sizígia, com altura máxima variando de 12 a 35 metros. Essa regulamentação busca preservar as vistas panorâmicas e manter a escala humana das construções em relação ao ambiente natural, o que é fundamental para a preservação da identidade paisagística da cidade.

Logo, o contexto de João Pessoa não difere muito do cenário de outras cidades de grande porte do país. O Censo de 2022 revelou que a cidade teve um crescimento de 55,87% no número de domicílios desde 2010, dos quais 41,33% são apartamentos. Entretanto, essa forma de morar na cidade não é recente. Segundo Maia (2000), a emancipação política do estado no início do século XX impulsionou o desenvolvimento e a modernização da cidade, culminando em uma urbanização acelerada. A industrialização e a migração de pessoas do campo para a cidade foram fatores determinantes para esse processo, uma vez que esse movimento gerou uma expansão territorial e aumentou a densidade populacional em áreas específicas da cidade, criando uma demanda crescente por moradias (MAIA, 2020).

Essa demanda cresce, especialmente em bairros com boa infraestrutura, acelerando o processo de verticalização, que pode em diversos casos facilitar a adaptação aos novos formatos familiares, oferecendo maior flexibilidade e otimização dos espaços. Embora a lógica capitalista continue a influenciar fortemente a relação entre família e habitação, observa-se uma crescente busca por diferenciação nas moradias, de modo que a arquitetura possa se ajustar às novas demandas sociais e comportamentais. Assim, a arquitetura contemporânea é chamada a responder a essas transformações, oferecendo soluções habitacionais que atendam às novas necessidades.

De um outro ponto de vista, se observa que o cenário atual é marcado por avanços culturais, tecnológicos e científicos, que, embora promovam novas formas de interação com o espaço habitacional, também resultam em processos de exclusão, remoção forçada de populações e gentrificação. Essas transformações não ocorrem de maneira harmoniosa, mas sim em embates constantes entre o mercado imobiliário, o direito à cidade e os grupos vulneráveis. A busca por flexibilidade e otimização dos espaços, muitas vezes apresentada como uma solução inovadora, ocorre à custa do sufocamento de comunidades inteiras e da destruição de patrimônios históricos e culturais, conforme critica Rolnik (2019).

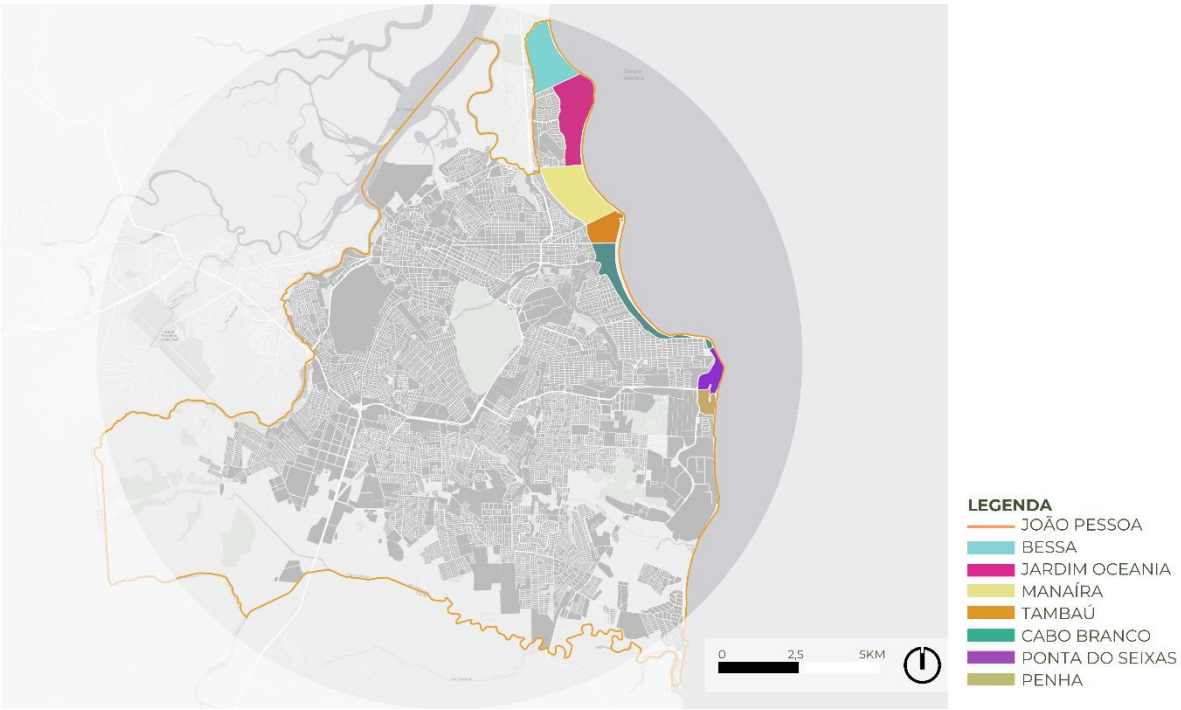
Jorge (2012, p. 167) argumenta que "a arquitetura alcançou, no contexto contemporâneo, um patamar que transcende o caráter meramente construtivo e material – como produto acabado, pré-determinado – para transformar-se no próprio evento da experiência humana e das emoções". A verticalização, enquanto movimento arquitetônico, responde às demandas da sociedade atual, oferecendo soluções flexíveis e dinâmicas que atendem à diversidade contemporânea e promovem o bem-estar social. Portanto, a relação entre a família e a habitação está em constante mudança, exigindo da arquitetura contemporânea uma abordagem mais integrada e flexível, capaz de acompanhar as transformações sociais, culturais e econômicas da sociedade.

3. METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar o novo padrão de habitação multifamiliar vertical produzido em João Pessoa, estruturamos nossa pesquisa em três etapas: 1) Realizar o recorte geográfico a ser pesquisado; 2) Identificar os principais aspectos dessa produção contemporânea; 3) Verificar in loco os exemplares existentes na cidade. É importante apontar que este estudo se baseou na metodologia adotada por Cordeiro et al (2021), artigo publicado nos Cadernos Proarq que propõe a sistematização de parâmetros de qualidade relacionados a escala na inserção urbana, do edifício e da unidade habitacional, utilizando-se de abordagens que integram dados empíricos e fontes documentais, a fim de gerar uma análise compreensiva da verticalização urbana.

Definimos o recorte geográfico, a partir de uma observação de onde era possível encontrar esse padrão multifamiliar aqui estudado na cidade. Os bairros que mais chamaram atenção foram os que estão ao logo da faixa litorânea como Bessa, Jardim Oceania, Manaíra, Tambaú, Cabo Branco, Ponta dos Seixas e Penha (figura 03). A escolha desses bairros justifica-se pela relevância de suas áreas costeiras no contexto urbano e imobiliário da cidade, sendo espaços de intensa verticalização devido à proximidade com atrativos naturais e ao desenvolvimento urbano acelerado (VILLAÇA, 2001). Esses bairros possuem uma legislação urbana particular, que regula a altura das edificações visando preservar a escala humana e as vistas panorâmicas, conforme o Plano Diretor Urbano de João Pessoa (2022). Esse recorte permitiu uma análise mais detalhada sobre como as normas urbanísticas influenciam o desenvolvimento imobiliário e arquitetônico na região.

Figura 3 – Mapa da cidade de João Pessoa com os bairros a serem estudados.



Fonte: imagem autoral

Após a identificação dos bairros de trabalho e a partir da metodologia de Cordeiro et al (2021), iniciamos a catalogação da nossa amostra que contará com 11 edificações. Os parâmetros de seleção abrangeram apartamentos construídos entre 2019 e 2024, intervalo escolhido com o intuito de investigar empreendimentos recentes, permitindo a análise das tendências arquitetônicas e das tecnologias construtivas aplicadas no contexto atual. Além do tempo de construção, também atentávamos para características como Nº de torres, Nº de unidades, Existência de uso misto, Existência de variação tipológica, Existência de espaço de lazer, presença de elementos de Proteção solar e vegetação, inserção com o entorno, fachada ativa e limites permeáveis da edificação.

A tabela abaixo foi confeccionada a partir da observação de campo, que incluiu a coleta de dados por meio de consultas a sites de construtoras, arquitetos e imobiliárias. Indica o nome do edifício, a construtora, o escritório de arquitetura responsável, o bairro e o ano de entrega.

Figura 4 – Caracterização da amostra por cidade, autoria do projeto e construtora/incorporadora.

11 Edifícios Construídos	Edifícios Construídos	Bairros	Ano de entrega	Escritórios de Arquitetura	Construtoras e/ou Incorporadoras
1	Beach Haus	Jardim Oceania	2022	Leila Azzouz - Estudio de Arquitetos	Galvão Amorim
2	CSQ Jardins	Manaíra	2023	Paulo Macêdo Arquitetura	CSQ Engenharia
3	Haus Oceania	Jardim Oceania	2023	Nogueira Arquitetos	Construtora Exata
4	Hur Residence	Jardim Oceania	2024	Leila Azzouz - Estudio de Arquitetura	HX Construtora
5	Hyde Park	Jardim Oceania	2023	Nogueira Arquitetos	DRX Construtora
6	Oceânica Cabo Branco	Cabo Branco	2024	Paulo Macêdo Arquitetura	Construtora Albatroz
7	Setai Casas Verticais	Tambaú	2023	Léo Maia Arquitetos	Setai Grupo GP
8	Simple	Manaíra	2024	Nogueira Arquitetos	Embraco
9	Soul	Jardim Oceania	2023	Nogueira Arquitetos	MGA
10	The Haus Resort Residence	Jardim Oceania	2024	Maiara Amorim	Galvão Amorim
11	Way	Tambaú	2024	Nogueira Arquitetos	Brascon

Fonte: Autoral

O empreendimento Setai Casas Verticais (figura 5), do Grupo GP, com projeto do Arquiteto Léo Maia, por exemplo, apresenta qualidades significativas em termos de integração arquitetônica e oferta de áreas comuns, como espaços de lazer e convivência. Entretanto, alguns aspectos podem ser considerados negativos ou desafiadores. A sua localização em uma área consolidada e de alto valor imobiliário, ainda que atraente, pode contribuir para uma segregação socioespacial, limitando o acesso a diferentes perfis de renda, como discutido por Rolnik (2015), ao abordar os impactos da especulação imobiliária. Além disso, a altura da edificação, ainda que permitida pelo zoneamento local, pode comprometer a escala humana e a interação com o espaço urbano ao nível da rua, conforme alerta Gehl (2013), que defende a importância de edificações que promovam uma conexão visual e funcional mais forte com os pedestres. Esses aspectos, quando analisados sob uma perspectiva crítica, indicam a necessidade de um planejamento urbano que equilibre interesses mercadológicos com a qualidade de vida e a inclusão social.

Figura 5 – Fotografia Setai Casas Verticais

Fonte: SETAI GRUPO GP. Setai Casas Verticais. João Pessoa: Setai Grupo GP, 2024. Disponível em: https://setaigrupogp.com.br/home/empreendimento/setai-casas-verticais/. Acesso em: 15 set. 2024.

Definida a nossa amostra, pudemos partir para a análise de outros aspectos desses empreendimentos, a partir de três escalas distintas: inserção urbana, edifício e unidade habitacional. Na análise da **inserção urbana**, foram avaliados aspectos como o impacto visual das edificações e a integração dos empreendimentos com a malha urbana. Na escala do **edifício**, a pesquisa examinou a fluidez urbana, a promoção da interação social dos empreendimentos e elementos de aproveitamento passivo. A análise considerou os benefícios dessas decisões projetuais em termos de conforto ambiental e eficiência energética. No que tange à **unidade habitacional**, a pesquisa investigou a flexibilidade espacial das tipologias e a garantia de acesso à postos de trabalho. A seguir mostraremos os resultados desses levantamentos e a análise observada.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

Foram compiladas informações sobre os empreendimentos analisados, como número de pavimentos, tipologia arquitetônica, usos e metragens. As informações coletadas foram organizadas e sistematizadas em formato de tabela (Figura 6), permitindo uma primeira visão comparativa entre os empreendimentos.

Figura 6 – Caracterização da Amostra

11 Edifícios Construídos	Edifícios Construídos	Nº de Torres	Nº de Pavimentos	Nº de Unidades	Uso Misto	Variação tipológica das Unidades	Nº de quartos	Área das Unidades
1	Beach Haus	1	7	185		10	1 e 2	18m², 23m2, 27m2, 36m², 40m², 56m2, 85m2,65m², 141,79m² e 145,27m²
2	CSQ Jardins	1	5	58	x	3	1 e 2	38m², 48,96m² e 52m²
3	Haus Oceania	1	20	76		4	2 e 3	60m² à 90m²
4	Hur Residence	1	24	54		3	2 e 3	67m², 90m² e 101m²
5	Hyde Park	1	5	50		8	1 e 2	30m², 43m² e 60m²
6	Oceânica Cabo Branco	1	6	59	x	5	1, 2 e 3	47m² à 105m²
7	Setai Casas Verticais	1	20	102		3	1, 2 e 3	48m², 77m² e 120m²
8	Simple	1	21	64	x	7	1, 2 e 3	39m² à 95m²
9	Soul	1	11	86		6	2, 3 e 4	62m², 78m², 90m², 120m², 295m², 294m²
10	The Haus Resort Residence	1	11	147		2	1	24m² à 30m²
11	Way	1	24	122		4	1	24m² à 33m²

Fonte: Autoral

A Figura 7 apresenta os critérios considerados na amostra, destacando o atributos que foram observados em cada uma das escalas urbana, do edifício e da unidade habitacional.

Figura 7 – Critérios e atributos de qualidade considerados da amostra

Critérios		Atributos	
ESCALA URBANA	Situação Urbana	SU1	Área de Expansão da Cidade
		SU2	Equipamentos Urbanos no raio de 1km
ESCALA DO EDIFÍCIO	Fluidez Urbana	FU1	Visuais: limites permeáveis no térreo
		FU2	Fachada Ativa: atividades no térreo
	Equipamentos Comunitários	EC1	Espaços de convívio
		EC2	Espaços de Lazer e Esporte
	Dispositivo de Aproveitamento Passivo	AP1	Presença de Vegetação em Pátios ou Fachadas
		AP2	Presença de Elementos de Proteção Solar: varandas, beirais ou sacadas
ESCALA DA UNIDADE HABITACIONAL	Estratégias de Flexibilidade	EF1	Possibilidade de Agregar Varanda à habitação
		EF2	Associação de cômodos em posição contígua como possibilidade de integração
	Espaço para trabalho produtivo	TP1	Previsão de área de trabalho produtivo interno à unidade ou independente com acesso independente

Fonte: Autoral

A escolha desses parâmetros também reflete as transformações sociais e as novas exigências habitacionais, que demandam maior flexibilidade e diversidade nos projetos. Segundo Jorge (2012), a arquitetura precisa se adaptar às mudanças nas configurações familiares, oferecendo unidades que conciliem funcionalidade e conforto. Elementos como espaços de lazer e áreas compartilhadas são fundamentais para promover a convivência e o bem-estar dos moradores, atendendo às expectativas do público contemporâneo. Dessa forma, a seleção dos critérios não apenas considera o desempenho individual das edificações, mas também avalia sua capacidade de integrar-se ao tecido urbano e proporcionar qualidade de vida, como apontam Rolnik (2019) e Santos (2013).

Com a observação realizada, elaborou-se um quadro comparativo com o número de atributos atendidos por Edifícios que ao final gera o resultado em valor percentual, permitindo uma observação quantitativa e qualitativa da produção arquitetônica (Figura 8).

Figura 8 – Quadro Comparativo com o Número de Atributos atendidos por Edifícios

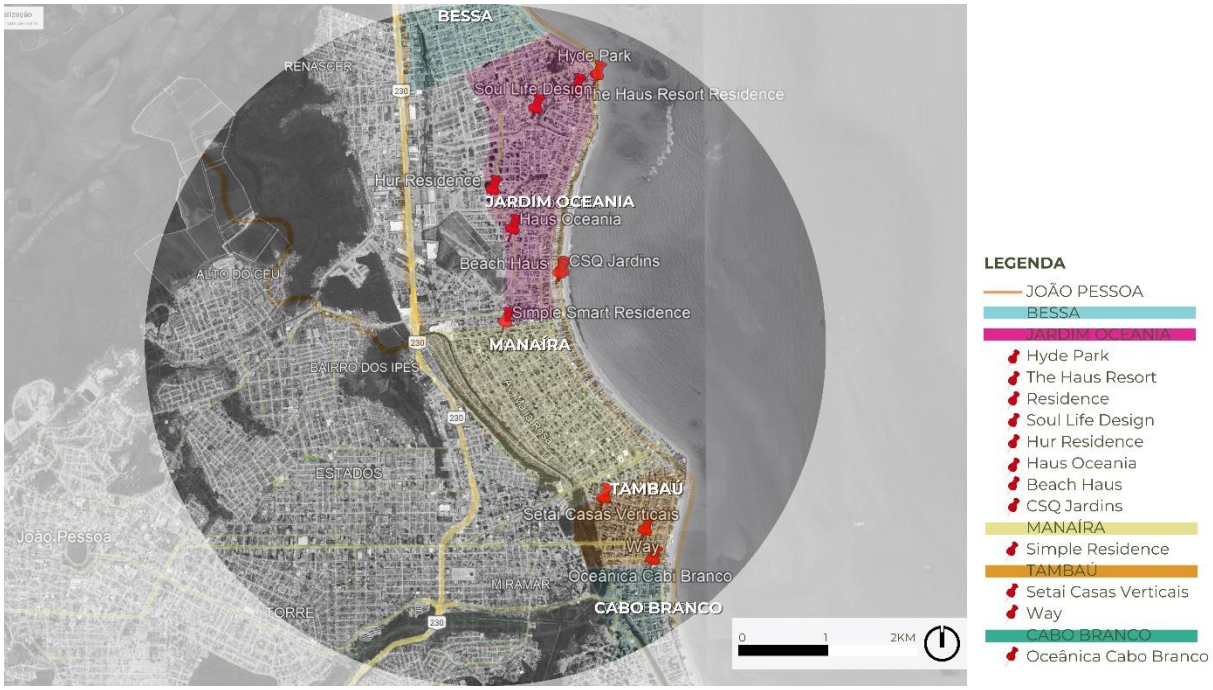
	EDIFÍCIOS	Situação Urbana		Fluidez Urbana		Equipamentos comunitários		Dispositivo de Aproveitamento Passivo		Estratégia de Flexibilidade		Espaço trabalho produtivo
		SU1	SU2	FU1	FU2	EC1	EC2	AP1	AP2	EF1	EF2	TP1
1	Beach Haus	1	1	1		1	1	1	1	1		1
2	CSQ Jardins		1	1		1	1	1	1	1	1	1
3	Haus Oceania	1	1	1		1	1	1	1	1	1	
4	Hur Residence	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1
5	Hyde Park	1	1			1		1	1	1		
6	Oceânica Cabo Branco		1	1	1	1			1	1	1	
7	Setai Casas Verticais		1			1		1	1	1	1	1
8	Simple		1	1	1	1	1	1	1	1		
9	Soul	1	1			1						1
10	The Haus Resort Residence	1	1	1		1		1	1	1	1	
11	Way		1	1	1	1		1	1		1	1
	numero de edifícios	6	11	8	3	11	5	9	10	9	7	6
	percentual obtido em cada tributo	**54%**	**100%**	**72%**	**27%**	**100 %**	**45%**	**81%**	**90%**	**81%**	**63%**	**54%**

Fonte: autoral

4.1. INSERÇÃO URBANA

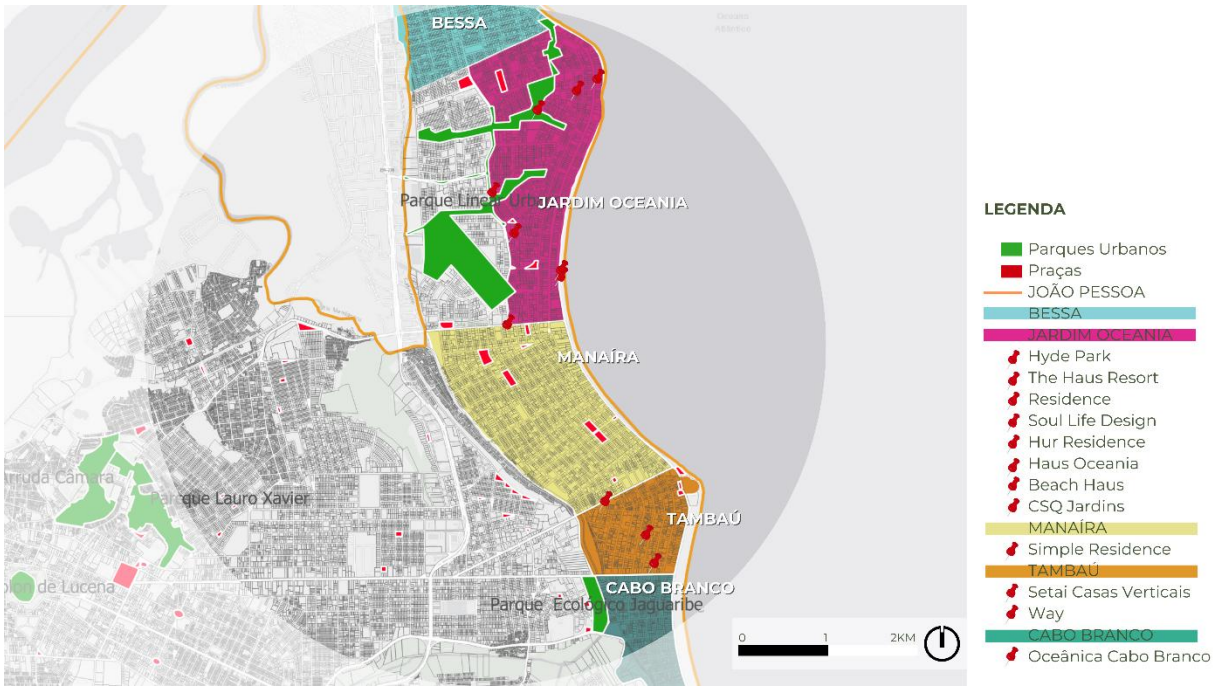
A análise da Escala de Inserção Urbana aponta que cada empreendimento apresenta particularidades no aproveitamento de espaços e na integração com o entorno, que refletem tanto as características de expansão quanto as demandas por uma ocupação mais organizada e de alta qualidade no litoral e bairros próximos. O método comparativo foi primordial para apreender as características mais importantes de como esses empreendimentos se comportam com o entorno. Para além dos dados apresentados, observe os seguintes mapas (figuras 9 e 10) e ficha descritiva dos empreendimentos (Figura 11) com a posterior análise:

Figura 9 – Mapa de Inserção Urbana das Edificações em João Pessoa - PB



Fonte: Autoral

Figura 10 – Mapa de Praças e Parques



Fonte: Autoral

Figura 11 – Descrição geral e fotografias de fachadas da amostra.

FICHA DESCRITIVA - EMPREENDIMENTOS

Empreendimento: **Beach Haus**
Localização: Av. João Maurício, 2601 - Jardim Oceania, João Pessoa - PB
Ano de Conclusão: 2022
Construtora: Galvão Amorim
Arquitetura: Leila Azzouz e Maiara Amorim
Nº de Torres: 1
Nº de Unidades: 185

Empreendimento: **CSQ Jardins**
Localização: Av. João Maurício, 2031 - Manaíra, João Pessoa - PB
Ano de Conclusão: 2023
Construtora: CSQ Engenharia
Arquitetura: Paulo Macêdo Arquitetura
Nº de Torres: 1
Nº de Unidades: 58

Empreendimento: **Haus Oceania**
Localização: R. Benjamin Rabêlo, 245 - Jardim Oceania, João Pessoa - PB
Ano de Conclusão: 2023
Construtora: Construtora Exata
Arquitetura: Nogueira Arquitetos
Nº de Torres: 1
Nº de Unidades: 76

Empreendimento: **Hur Residence**
Localização: R. Maria José Noronha Teixeira, 100 - Jardim Oceania, João Pessoa - PB
Ano de Conclusão: 2024
Construtora: Hx Construtora
Arquitetura: Leila Azzouz
Nº de Torres: 1
Nº de Unidades: 54

Empreendimento: **Hyde Park**
Localização: Av. Gov. Argemiro de Figueiredo, 4321 - Jardim Oceania, João Pessoa
Ano de Conclusão: 2024
Construtora: Drx Construtora
Arquitetura: Nogueira Arquitetos
Nº de Torres: 1
Nº de Unidades: 50

Empreendimento: **Oceânica Cabo Branco**
Localização: Av. Antônio Lira, 1008 - Cabo Branco, João Pessoa - PB
Ano de Conclusão: 2024
Construtora: Albatroz
Arquitetura: Paulo Macêdo
Nº de Torres: 1
Nº de Unidades: 59

Empreendimento: **Setai Casas Verticais**
Localização: Av. Severino Massa Spinelli, 340 - Tambaú, João Pessoa - PB
Ano de Conclusão: 2023
Construtora: Grupo GP
Arquitetura: Léo Maia
Nº de Torres: 1
Nº de Unidades: 102

Empreendimento: **Soul Life Design**
Localização: R. Oceano Ártico, 26 - Jardim Oceania, João Pessoa - PB
Ano de Conclusão: 2023
Construtora: MGA Construções
Arquitetura: Nogueira Arquitetos
Nº de Torres: 1
Nº de Unidades: 64

Empreendimento: **The Haus Resort Residence**
Localização: R. Norberto de Castro Nogueira, 1415 - Jardim Oceania, João Pessoa - PB
Ano de Conclusão: 2024
Construtora: Galvão Amorim
Arquitetura: Maiara Amorim
Nº de Torres: 1
Nº de Unidades: 86

Empreendimento: **Way**
Localização: Av. Pres. Epitácio Pessoa, 4985 - Tambaú, João Pessoa - PB
Ano de Conclusão: 2024
Construtora: Brascon
Arquitetura: Ricardo Nogueira
Nº de Torres: 1
Nº de Unidades: 147

Empreendimento: **Simple Smart Residence**
Localização: R. Escrivão Sebastião de Azevedo Bastos, 350 - Manaíra, João Pessoa - PB
Ano de Conclusão: 2024
Construtora: Embraco
Arquitetura: Ricardo Nogueira
Nº de Torres: 1
Nº de Unidades: 122

Fonte: Autoral

4.1.1. Situação Urbana

A primeira observação refere-se à presença de seis dos onze edifícios analisados no bairro Jardim Oceania, totalizando 54% da amostra. Essa verticalização evidente reflete não apenas o bairro como uma área em expansão, mas também uma resposta direta às intervenções urbanas recentes, como a criação dos Parques Parahyba I, II, III e IV. Estas políticas públicas voltadas para a implementação de parques públicos na região contribuíram para atrair um público de perfil familiar, o que, por sua vez, estimulou a inserção de empreendimentos residenciais multifamiliares, o recorte principal desta pesquisa.

Na análise particular, se observou que Empreendimentos como o Beach Haus, CSQ Jardins e o Hyde Park utilizam a proximidade à orla e aos parques como diferenciais estratégicos, oferecendo vistas privilegiadas e acesso a áreas verdes (Figura 9). No entanto, a concentração de grandes edifícios nesse bairro tem gerado desafios. A densidade populacional cresce exponencialmente, somada à infraestrutura viária ainda em adaptação, intensifica problemas como tráfego e redução da escala humana. Gehl (2013) ressalta que, em áreas densas, a priorização de espaços para pedestres é fundamental para garantir a vitalidade urbana, algo que ainda carece de maior atenção nesses projetos.

Em Manaíra, o CSQ Jardins e o Simple Smart Residence aproveitam a infraestrutura consolidada, como a proximidade a shoppings e serviços, para atrair moradores que buscam praticidade. A presença do CSQ Jardins em um eixo comercial e residencial reforça a lógica de uso misto, equilibrando conveniência e habitabilidade. Contudo, ambos os empreendimentos enfrentam o desafio de evitar a homogeneização do entorno, uma crítica feita por Rolnik (2019) sobre como o mercado imobiliário de alto padrão pode acentuar a segregação socioespacial.

No bairro de Tambaú, o Setai Casas Verticais e o Way reafirmam o status consolidado da área. O Setai, com sua arquitetura diferenciada e integração ao tecido urbano, é um exemplo claro de edifício de alto padrão, contribuindo significativamente para a estética e o desenvolvimento arquitetônico da cidade. No entanto, a escala do edifício, desproporcional à escala humana, torna o entorno menos convidativo para os pedestres, prejudicando a interação com o espaço público. Já o Way, embora apresente uso comercial, não explora a diversificação de funções de forma ampla. A ausência de usos diversificados em ambos os empreendimentos compromete a vitalidade urbana, especialmente em áreas de grande fluxo, onde a interação e a funcionalidade poderiam ser melhor exploradas.

Essas observações destacam a necessidade de estratégias mais inclusivas e integradoras para que a verticalização contribua efetivamente para a qualidade de vida e o equilíbrio urbano.

4.2. ESCALA DO EDIFÍCIO

Nesta análise, são explorados três elementos fundamentais para a escala do edifício em relação aos empreendimentos Beach Haus, CSQ Jardins, Haus Oceania, Hur Residence, Hyde Park, Oceânica Cabo Branco, Setai Casas Verticais, Soul Life Design, The Haus Resort Residence, Way e Simple Smart Residence: fluidez urbana, equipamentos comunitários e dispositivos de aproveitamento passivo. Cada um desses empreendimentos possui características específicas, que se destacam no contexto arquitetônico de João Pessoa.

4.2.1. Fluidez Urbana

Segundo Gehl (2013), a permeabilidade visual, a criação de espaços públicos e a fachada ativa com usos comerciais e/ou de serviços são elementos fundamentais para o desenvolvimento urbano e arquitetônico. Esses elementos contribuem para a ocupação contínua dos espaços, aumentam a segurança e promovem o desenvolvimento econômico da área (GEHL, 2013).

Ao aplicar esse conceito à amostra em questão, observou-se que 72% das edificações apresentam limites visuais permeáveis no térreo (Figura 8), utilizando elementos vazados e/ou transparentes que favorecem a interação com o entorno e contribuem para a "recuperação da cidade ao nível dos olhos".

Figuras 12 e 13 – Térreos Permeáveis – Way Residence e Beach Haus respectivamente.

Fonte: autoral

No entanto, em relação à diversificação dos usos, apenas 27% dos empreendimentos apresentam fachada ativa no térreo com uso comercial. Esse dado evidencia uma carência de projetos que incorporem plenamente essa tendência de mercado, ainda que algumas iniciativas já apontem para o início dessa integração.

Um exemplo notável de uma boa inserção projetual da edificação é o empreendimento **Simple**, situado em uma importante avenida comercial no bairro de Manaíra, que conta com pontos comerciais voltados para a rua e acessos independentes, reforçados pelo pé-direito duplo que estrutura a fachada, promovendo maior interação com o ambiente urbano (figura 14).

Figura 14 – Fotografia térreo comecial – Empreendimento Simple Smart Residence

Fonte: autoral

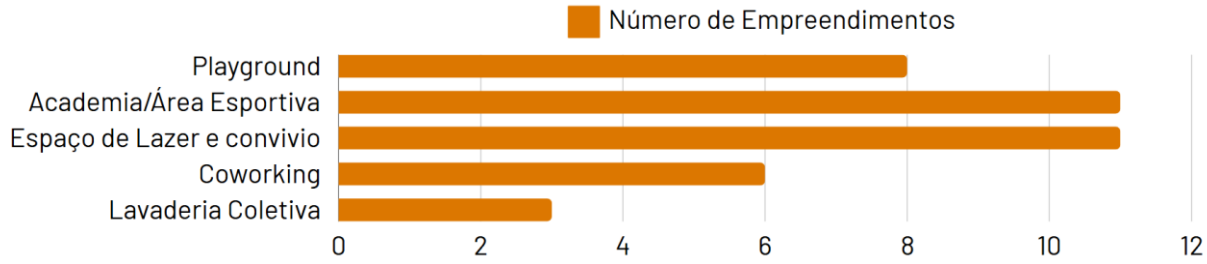
A análise da fluidez urbana das edificações revela avanços e desafios no alinhamento entre os projetos arquitetônicos e o contexto urbano de João Pessoa. Apesar da presença de térreos permeáveis em boa parte dos empreendimentos, a limitada aplicação de fachadas ativas e a baixa diversificação de usos nos térreos refletem uma desconexão parcial entre os edifícios e o espaço público. Essas limitações impactam negativamente a dinâmica urbana, restringindo a interação entre moradores e pedestres e enfraquecendo a vitalidade das áreas onde estão inseridos. Conclui-se que, embora existam exemplos pontuais de boas práticas, como o Simple, é essencial avançar na adoção de soluções integradas que promovam maior interação social, acessibilidade e segurança, consolidando uma relação mais equilibrada e sustentável entre a arquitetura e o tecido urbano.

4.2.2. Equipamentos Comunitários

A análise dos equipamentos comunitários revela que, entre os 11 empreendimentos analisados, 100% possuem espaços de lazer e convívio, demonstrando o claro interesse de arquitetos e construtoras em criar ambientes que promovam a interação social e o conforto dos moradores. Esses equipamentos apresentam qualidade funcional e estética, agregando valor aos empreendimentos e atendendo às demandas contemporâneas.

Como exemplo de diversidade de equipamentos comuns, destaca-se o Soul Life Design, que oferece uma variedade completa de recursos, incluindo lavanderia coletiva e coworking. Essa abordagem moderna e funcional reflete um esforço para atender às necessidades dos moradores e agregar valor à experiência residencial. Abaixo, a Figura 15 apresenta uma análise gráfica que quantifica a presença de cada equipamento nos empreendimentos da amostra.

Figura 15 – Gráfico de Equipamentos recorrentes na amostra



Fonte: autoral

No entanto, sob essa perspectiva, é fundamental considerar o contexto social mais amplo em que esses resultados se inserem, refletindo mudanças no comportamento social e no uso do espaço urbano. A concentração de equipamentos de lazer em espaços privados evidencia um movimento crescente de privatização do lazer, que enfraquece o espaço público e a convivência democrática. Ao restringir o acesso a áreas de lazer apenas aos moradores dos empreendimentos, cria-se uma barreira simbólica e prática que contribui para a segregação socioespacial e a exclusão do experimento coletivo da cidade. Essa lógica de mercado prioriza a segurança e o conforto privado, mas negligencia o impacto na vitalidade urbana. Como apontam autores como Jane Jacobs e Raquel Rolnik, cidades vibrantes dependem de espaços públicos acessíveis e ativos, fundamentais para construir uma sociedade mais integrada e inclusiva.

4.2.3. Dispositivos de Aproveitamento Passivo

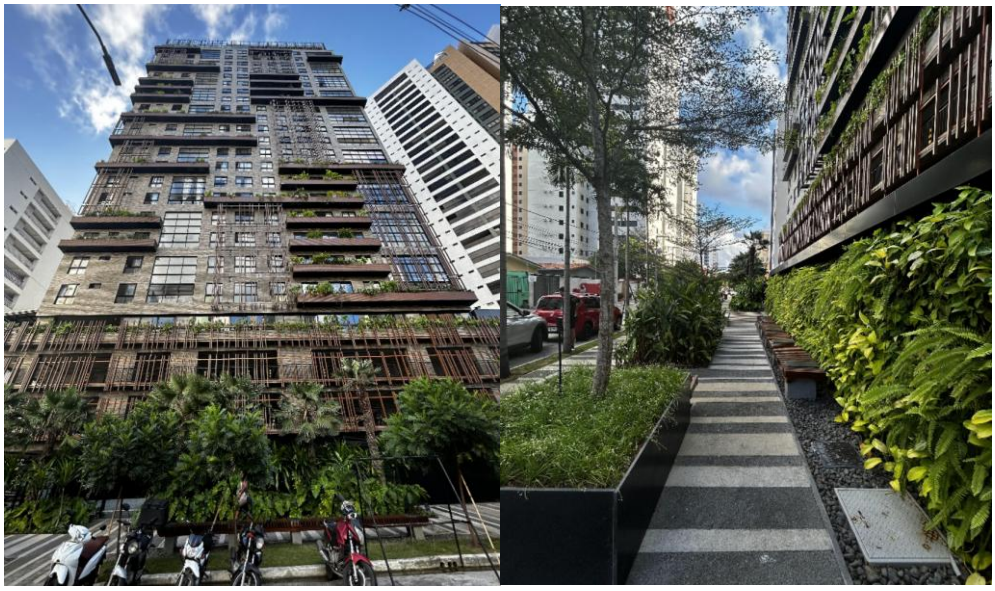
A análise dos dispositivos de aproveitamento passivo nos empreendimentos em João Pessoa evidencia uma integração significativa de elementos que promovem conforto ambiental e eficiência energética. Considerando o clima e a cultura brasileira, selecionamos a presença de

vegetação em pátios ou fachadas e elementos de proteção solar como varandas, beirais, sacadas, brises e grelhas.

Observou-se que 81% das edificações incorporam vegetação em pátios ou fachadas (figura 8), uma característica que ajuda a moderar a temperatura e a melhorar a estética urbana. Além disso, a presença de varandas, sacadas e beirais é de 90% da amostra. A adoção desses recursos reflete uma preocupação com a criação de ambientes mais eficientes e integrados ao clima local, o que valoriza o espaço e aumenta o bem-estar dos moradores.

O Setai Casas Verticais, localizado no bairro de Tambaú, se destaca pela densidade de vegetação que oferece no passeio público e pelos elementos verticais que são suportes para vegetações trepadeiras na fachada. Qualitativamente oferece ao usuário uma percepção diferente do espaço urbano, inserindo elementos da natureza com soluções eficientes e práticas (figura 16).

Figura 16 – Fotografias de Fachada e Passeio Público do Empreendimento Setai Casas Verticais



Fonte: autoral

Outro empreendimento de destaque é o The Haus Resort Residence (figura 17), que, além de vegetação integrada nas áreas de lazer, utiliza varandas amplas e sacadas que favorecem a iluminação e ventilação naturais.

Figura 17 – Fotografias The Haus Resort Residence

Fonte: autoral

Apesar dos avanços observados na integração de dispositivos de aproveitamento passivo nos empreendimentos analisados, a realidade ainda está aquém do potencial que projetos arquitetônicos de qualidade poderiam atingir. Embora a presença de vegetação e elementos de sombreamento seja um indicativo positivo, é fundamental que esses recursos não se limitem a estratégias pontuais ou meramente estéticas, mas se consolidem como parte de um planejamento urbano integrado e sustentável. Em muitos casos, a adoção desses dispositivos carece de uma abordagem mais robusta e direcionada, que envolva tanto o contexto climático quanto as demandas sociais e culturais locais. Projetos de qualidade arquitetônica devem, necessariamente, ir além do cumprimento de índices ou tendências, propondo soluções que sejam verdadeiramente transformadoras para os espaços urbanos e que coloquem o bem-estar humano e ambiental como prioridade absoluta.

4.3. ESCALA DA UNIDADE HABITACIONAL

Na escala da unidade habitacional, dois aspectos centrais para avaliar a qualidade dos espaços são as estratégias de flexibilidade e a presença de um espaço para trabalho produtivo. As estratégias de flexibilidade são fundamentais para adaptar as unidades habitacionais às necessidades variadas e dinâmicas dos moradores, permitindo reconfigurações de layout e otimização de ambientes de acordo com mudanças no ciclo de vida e nas atividades cotidianas. Já o espaço para trabalho produtivo, uma demanda crescente na arquitetura contemporânea, integra áreas dedicadas ao home office, proporcionando ambientes que favorecem concentração e produtividade.

4.3.1. Estratégias de Flexibilidade

Entre os 11 empreendimentos analisados, 81% oferecem a possibilidade de agregar varanda à unidade habitacional (figura 8), característica que melhora a flexibilidade e permite uma extensão do espaço útil da unidade. A associação de cômodos contíguos, uma adaptação para famílias com diferentes demandas de espaço, está presente em 63% dos empreendimentos, sendo o Setai Casas Verticais e o CSQ Jardins exemplos notáveis.

A imagem abaixo é uma planta de 77m² no Setai Casas Verticais com cômodos contíguos que permitem a integração de um dos quartos com o setor social (destaque da figura 18 em vermelho). Observa-se que outro fator relevante é a presença de um núcleo de serviço em unidade na planta, o que permite ampla flexibilidade para o caso de demandas por alterações (destaque da figura 18 em azul).

Figura 18 – Planta de Layout de unidade habitacional do Setai Casas Verticais – 77m²

Fonte: Book Digital Setai Casas Verticais.Disopnível em: < https://setaigrupogp.com.br/home/wp-content/uploads/2023/02/BOOK-DIGITAL-Setai-Casas-Verticais.pdf>. Acesso em: 03 de novembro de 2024.

Um exemplo efetivo de permissão para integração é a ampla varanda em uma das unidades habitacionais do CSQ Jardins (figura 19), nela observamos um único módulo de varanda para três ambientes, caso haja a extensão da esquadria para a sacada consegue se ganhar espaços em três ambientes, além da possibilidade da integração de um dos quartos à sala.

Figura 19 – Planta de Layout de unidade habitacional CSQ Jardins

Fonte: Book Digital CSQ Jardins. Disponível em: < https://csqbrasil.com.br/v18/wp-content/uploads/2019/08/BOOK-DIGITAL-JARDINS.pdf> . Acesso em: 08 de outubro de 2024.

4.3.2. Espaço para trabalho produtivo

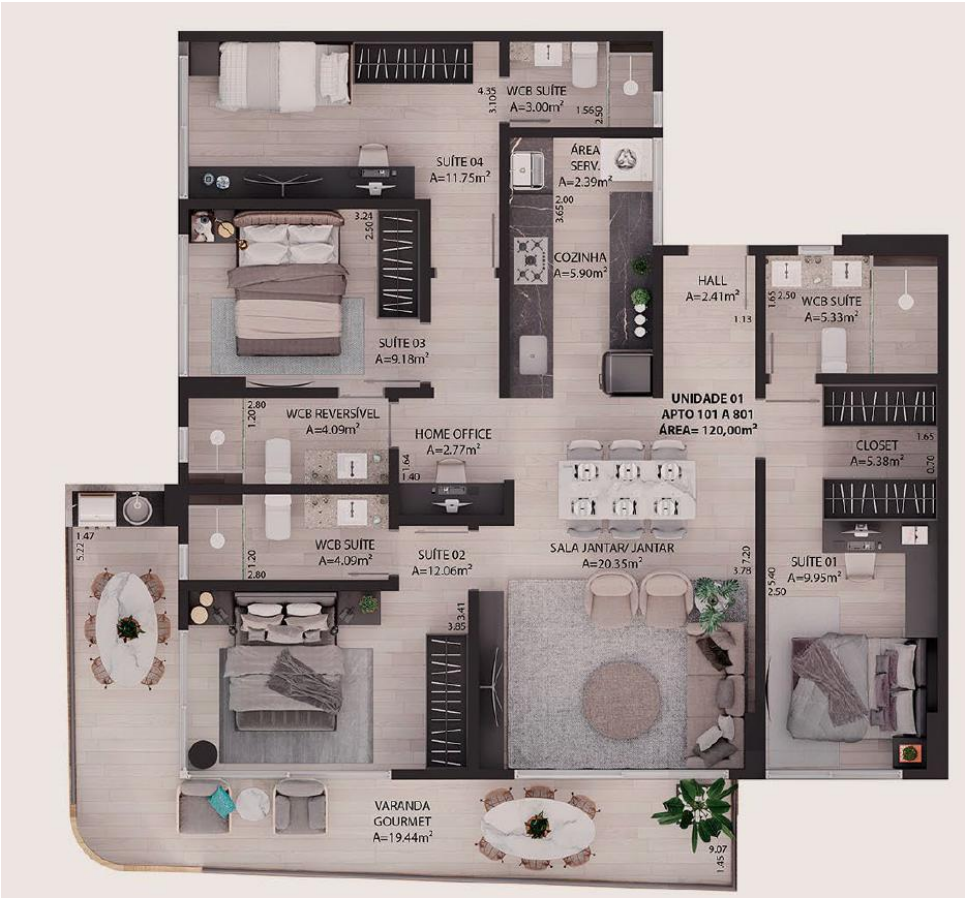
Considera-se nesta análise a existência de um único espaço, segregado da habitação ou não, que apresente layout compatível com a tarefa de trabalho e/ou estudo. Não foi identificado em nenhum dos modelos arquitetônicos analisados, a presença de área de trabalho produtivo anexo ao apartamento, mas 77% da amostra possui área de trabalho produtivo com acesso independente da unidade e/ou dentro de outros ambientes, como por exemplo em quartos ou em salas.

O destaque vai para o HUR Residence, localizado no Jardim Oceania, que não possui *coworking* em áreas comuns, mas das 10 tipologias de unidades habitacionais presentes no empreendimento somente uma não possui previsão para espaço de trabalho produtivo, inclusive como ambiente íntimo no espaço conforme figura 20.

Sobre o tema, para além da análise comparativa e de números, também se faz relevante apontar que apesar da presença necessária desse local de apoio ao trabalho, a qualidade do que se é proposto é questionável no sentido de aparentemente ser apenas como uma resposta conivente à um sistema de naturaliza a sobrecarga de trabalho e a precarização das condições de trabalho no espaço doméstico. Essa abordagem fragmentada acaba por reforçar um modelo habitacional mínimo que prioriza a comercialização de espaços adaptáveis às exigências do mercado, em

detrimento da criação de ambientes que realmente respondam às transformações sociais e às demandas do trabalho contemporâneo.

Figura 20 – Planta de Layout de unidade habitacional HUR Residence



Fonte: Book digital HUR Residence. Disponível em: < https://cdn.hiselly.com.br/building_book/28e209b61a52482a0ae1cb9f5959c792/book-aptos-2-e-3-quartos-em-frente-ao-parque-parahyba-iii.pdf> Acesso em: 14 de outubro de 2024.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou a produção arquitetônica de empreendimentos multifamiliares verticais em João Pessoa, com foco nas transformações urbanas e habitacionais que ocorreram entre 2019 e 2024. A pesquisa buscou identificar como essas edificações refletem as mudanças nas configurações familiares e respondem às demandas contemporâneas por qualidade de vida, sustentabilidade e integração urbana. A partir da análise, constatou-se que os empreendimentos da amostra apresentam avanços significativos em termos de flexibilidade, eficiência espacial e conforto ambiental, destacando-se também pelo uso de áreas comuns que promovem interação social e funcionalidades voltadas ao estilo de vida atual.

Um dos principais resultados observados foi a tendência de integrar áreas de lazer e espaços compartilhados nas edificações, o que aponta para um alinhamento entre os projetos arquitetônicos e as necessidades emergentes da sociedade. No entanto, identificou-se que a presença de usos diversificados no térreo ainda é limitada, reduzindo o potencial dessas edificações para contribuir com a vitalidade urbana e o dinamismo do entorno. Embora alguns empreendimentos tenham adotado fachadas ativas e dispositivos de proteção solar, essa prática

ainda não é generalizada, sugerindo oportunidades de melhoria para tornar os projetos mais sustentáveis e conectados ao espaço público.

A análise revelou que as mudanças sociais, como a redução do tamanho das famílias e a busca por maior funcionalidade nos espaços, estão influenciando diretamente o mercado imobiliário local. Os empreendimentos incorporam características que atendem a essas novas demandas, como unidades habitacionais com layout flexível, espaços destinados ao trabalho remoto e áreas de lazer integradas. Contudo, a acessibilidade econômica desses projetos ainda representa uma barreira, especialmente para as classes de renda mais baixa, que permanecem restritas a regiões periféricas da cidade. Essa realidade aponta para a necessidade de políticas públicas que incentivem habitações de interesse social em áreas bem localizadas e com infraestrutura consolidada.

No que diz respeito à sustentabilidade, os empreendimentos analisados apresentaram avanços no uso de dispositivos passivos, como brises, varandas e vegetação integrada. Essas soluções contribuem para o conforto térmico e a eficiência energética, promovendo uma interação mais equilibrada entre o edifício e o meio ambiente. No entanto, a aplicação de estratégias sustentáveis ainda carece de uniformidade e, em muitos casos, se limita a atender demandas estéticas ou regulamentares, sem uma integração plena com o planejamento urbano e ambiental.

Diante do exposto, pode-se afirmar que os objetivos do trabalho foram atendidos, pois a análise permitiu compreender as características da produção arquitetônica multifamiliar vertical em João Pessoa, identificando avanços e desafios no setor. Além disso, os critérios definidos para a avaliação, divididos em escalas urbanas, de edifício e de unidade habitacional, mostraram-se eficazes para analisar a qualidade dos empreendimentos e a sua adequação às demandas contemporâneas.

Como limitações, o estudo contou com uma amostra restrita a empreendimentos localizados em bairros específicos e voltados a um público-alvo de maior poder aquisitivo. Essa delimitação, embora tenha garantido uma análise detalhada das tendências do mercado imobiliário de alto padrão, restringiu a possibilidade de avaliar a diversidade habitacional em outras áreas da cidade e entre diferentes classes sociais. Além disso, o recorte temporal limitado impediu uma análise longitudinal mais abrangente das transformações urbanas e arquitetônicas em João Pessoa.

Para futuras pesquisas, sugere-se ampliar o escopo da análise para incluir empreendimentos de interesse social e bairros com menor densidade vertical, de modo a oferecer uma visão mais abrangente do impacto da verticalização na cidade. Também seria relevante investigar como a legislação urbanística e os incentivos fiscais podem influenciar a adoção de práticas sustentáveis e de inclusão social no mercado imobiliário. Outra possibilidade seria explorar mais profundamente a relação entre o uso de tecnologias construtivas e a qualidade habitacional, avaliando como a inovação pode contribuir para reduzir os custos e aumentar a acessibilidade às moradias contemporâneas.

Por fim, este estudo reforça a importância de uma abordagem integrada entre arquitetura, urbanismo e políticas públicas para garantir que o processo de verticalização contribua de maneira positiva para a cidade, promovendo habitações de qualidade, inclusão social e sustentabilidade. Apenas com um planejamento urbano consistente e uma visão equitativa será possível enfrentar os desafios da urbanização e construir cidades mais justas e habitáveis para todos.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

CORDEIRO, P.; MARCONSINI, C.; PAGEL, E.; STANGE, M. Edifícios multifamiliares no Brasil: Análise da produção contemporânea. [Cadernos PROARQ], v. 1, nº 37, p. 56-83, 2021.

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRAMPTON, Kenneth. Modern Architecture: A Critical History. 4ª ed. Londres: Thames & Hudson, 2014.

GEHL, Jan. Cidades para pessoas. 2. ed. São Paulo: [s.n.], 2013.

GIDDENS, Anthony. Mundo em descontrole. O que a globalização está fazendo por nós. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/pesquisa/23/24161. Acesso em: 26 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR. Acesso em: 26 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores Econômicos 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/indicadores.html. Acesso em: 01 maio 2024.

JOÃO PESSOA. Lei Municipal nº XX/2022. Dispõe sobre o Plano Diretor Municipal de João Pessoa. João Pessoa, 2022.

JORGE, Liziane de Oliveira. Estratégias de flexibilidade na arquitetura residencial multifamiliar. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

JORGE, Liziane Oliveira. Moradia e consumo – Status social, desejo e satisfação. V!RUS, São Carlos, n. 9, 2013. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/virus/_virus09/secs/submitted/virus_09_submitted_4_pt.pdf. Acesso em: 05 abr. 2024.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

LEFEBVRE, Henri. The Production of Space. Oxford: Blackwell, 1991.

MACHADO, L. S.; DE SANTANA, A. P. S. A mulher no mercado de trabalho: uma análise da participação feminina nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE, 5., 2019, Recife. Anais [...]. Recife: CBGAS, 2019.

MAIA, Doralice Sátyro. Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Acesso em: 05 jun. 2024.

MENDONÇA, R. N.; VILLA, S. B. Apartamento mínimo contemporâneo: desenvolvimento do conceito de uso como chave para obtenção de sua qualidade. Ambiente Construído, v. 16, n. 4, p. 251–270, out. 2016.

MENEZES, Roberto Goulart. Análise de dados qualitativos. São Paulo: Edusp, 2002.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS (MDH). Arranjos familiares no Brasil: uma análise dos dados. Brasília: MDH, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/ArranjosFamiliares.pdf. Acesso em: 29 maio 2024.

NERI, Marcelo Cortes. A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres. FGV, 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Housing and health guidelines. Genebra: WHO Press, 2014.

ROLNIK, Raquel. Territórios em Conflito: Cidade, Terra e Habitação nas Cidades Brasileiras. São Paulo: Três Estrelas, 2019.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 2013.

SILVA, Maria Cecília Loschiavo. Qualidade de vida e habitação: o papel do ambiente construído. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

VIGANÒ, Paola. Urbanismo e Arquitetura: Proximidades e Distâncias. Porto Alegre: Bookman, 2015.

VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-Urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

ZEVI, Bruno. Saber Ver a Arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CAPÍTULO 10: GENTRIFICAÇÃO DA RUA JOAQUIM AVUNDANO A PARTIR DO USO COMERCIAL NOS ÚLTIMOS ANOS

Brendha Victória Alves de Andrade [1]
Nirvana Lígia Albino Rafael de Sá [2]

RESUMO

Este artigo examina as transformações urbanas no Bairro Miramar, em João Pessoa, especificamente na Rua Joaquim Avundano, como resultado do uso do solo e da gentrificação. O estudo se baseia na definição de gentrificação proposta por Alcântara (2018), que a descreve como um processo de renovação urbana impulsionado por variados fatores, levando à valorização imobiliária e à alteração do perfil socioeconômico da área. Identificando o comércio como fator atrativo para pedestres e precursor de uma renovação edilícia em vias locais, este estudo se fundamenta no conceito de Gentrificação Comercial. A pesquisa foi realizada com base na teoria, no contexto urbano da rua e na análise de mapas e levantamentos fotográficos comparativos entre o uso do solo inicial (2020) e o atual (2024), relacionando características como tipo, entorno, gabarito e fluxo. O trabalho discorre sobre mudanças na mobilidade urbana, na evasão de moradores e na concentração comercial.

Palavras-chaves: Gentrificação; Urbanismo; Miramar, João Pessoa.

ABSTRACT

This article examines urban transformations in the Miramar neighborhood, in João Pessoa, specifically on Joaquim Avundano Street, as a result of land use and gentrification. The study is based on the definition of gentrification proposed by Alcântara (2018), describing it as a process of urban renewal driven by various factors, leading to real estate appreciation and a shift in the socioeconomic profile of the area. By identifying commerce as an attractive factor for pedestrians and a precursor to building renewal on local streets, the study adopts the concept of Commercial Gentrification. The research combines theoretical analysis, an exploration of the urban context of the street, and comparative mapping and photographic surveys between the initial land use (2020) and the current one (2024). It discusses changes in urban mobility, resident displacement, and commercial concentration. The findings highlight the complexities of balancing urban development and social impacts.

Keywords: Gentrification; Urbanism; Miramar, João Pessoa.

[1] Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniesp.Brendha Andrade
E-mail: 20201069034@iesp.edu.br
[2] Orientador (a) do trabalho e Professor do do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniesp.
E-mail: nirvana@iesp.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A gentrificação comercial ocorre quando uma área urbana sofre valorização econômica devido a concentração comercial e ao público de maior poder aquisitivo que passa a frequentar tal ambiente, desconsiderando contexto social da comunidade originária.

A Rua Joaquim Avundano é localizada no bairro do Miramar, que é envolto por principais avenidas da cidade de João Pessoa, como Avenida Ministro José Américo de Almeida, Avenida Presidente Epitácio Pessoa e Av. Senador Ruy Carneiro.

Posicionada em uma área central e movimentada na capital paraibana, tem como atributos, a posição estratégica e privilegiada do bairro em que se situa. O bairro que é fundamentalmente residencial, tem crescido verticalmente devido à expansão da cidade de João Pessoa e de sua vista privilegiada da orla marítima, resultando em mudanças de usos, fluxos e tipologias.

Partindo do pressuposto de que a mudança de uso ocorreu no perímetro da Rua Joaquim Avundano, trata-se de uma gentrificação comercial, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o processo de gentrificação comercial na Rua Joaquim Avundano e os impactos no entorno ao discutir o conceito de gentrificação por Alcântara, 2018.

À face do exposto, o trabalho em tela pretende, compreender as atividades e relações da população com a área de estudo, relacionar consequências da gentrificação comercial com a dinâmica urbana do bairro, e discutir consequências da gentrificação comercial na vida dos moradores.

2. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, primeiramente foram realizadas leituras, a fim de interpretar a manifestação do conceito de gentrificação por Alcântara, 2018. Sua definição do termo contribui para compreender a gentrificação como um processo amplo, com implicações que vão além da economia, abrangendo transformações sociais significativas, o que agrega à fundamentação teórica desta pesquisa. Também analisamos a gentrificação a partir do uso do solo, estudando a gentrificação comercial no espaço urbano e relacionando-a aos impactos decorrentes da especulação imobiliária.

Em seguida, para uma observação direta da rua estudada, foram feitos levantamentos fotográficos tanto in loco quanto através de imagens satélites do Google Earth no decorrer dos anos entre 2016 e 2024. Recorte temporal definido a partir da inauguração do primeiro estabelecimento comercial de perfil culinário, precursor da movimentação gastronômica na rua.

Com mapas de estudo de mobilidade e uso e ocupação do entorno, dentro de um raio de 200 metros — definido por ser a distância da rua analisada até a Avenida Epitácio Pessoa, avenida Axial 1 (de acordo com o Código de Urbanismo vigente) e principal avenida arterial do entorno e da cidade —, em um recorte temporal dos últimos cinco anos até os dias atuais, levantamos questões relacionadas à gentrificação, especulação imobiliária, mobilidade urbana, apropriação e identificação com o espaço. As análises dessas imagens foram de suma importância para a visualização fiel da morfologia e da escala da área de estudo, representando e facilitando a leitura da dinâmica urbana em uma projeção bidimensional.

Foram realizadas entrevistas na tipologia semiestruturada com trabalhadores e moradores da Rua Joaquim Avundano. Os participantes foram selecionados de forma intencional, visando garantir uma diversidade de perspectivas. Ao todo, participaram três entrevistados: um morador e dois trabalhadores. As perguntas buscaram apurar suas vivências cotidianas, abordando

aspectos como trânsito, valorização do custo de vida, linha temporal das mudanças observadas na região e suas opiniões sobre.

Para tanto, as informações coletadas foram analisadas de forma integrada, considerando aspectos socioespaciais. Com isso, identificamos consequências para a dinâmica urbana e para a qualidade de vida dos atores envolvidos, considerando a influência da gentrificação comercial no contexto local.

3. REFLEXOS DA GENTRIFICAÇÃO

3.1. GENTRIFICAÇÃO

Alcântara (2018, p. 1), ao analisar o conceito de gentrificação, criado pela socióloga britânica Ruth Glass (1964), propõe que:

> Processos de mudança das paisagens urbanas, aos usos e significados de zonas antigas e/ou populares das cidades que apresentam sinais de degradação física, passando a atrair moradores de rendas mais elevadas. Os "gentrificadores" (*gentrifiers*) mudam-se gradualmente para tais locais, cativados por algumas de suas características - arquitetura das construções, diversidade dos modos de vida, infraestrutura, oferta de equipamentos culturais e históricos, localização central ou privilegiada, baixo custo em relação a outros bairros -, passando a demandar e consumir outros tipos de estabelecimentos e serviços inéditos. (Alcântara, 2018)

Ao encontrar, nos atributos de um espaço, potenciais de investimento e expansão, a gentrificação e a segregação aparecem como resultados. O aumento do custo de vida, impulsionado pela especulação imobiliária — prática de adquirir e reter imóveis visando a valorização futura, sem uso imediato —, ocasiona a saída dos moradores e do comércio popular originário. Assim, reduzindo a diversidade social do bairro. Esse processo também promove transformações na malha urbana e altera a dinâmica do entorno, beneficiando investidores e grupos econômicos em detrimento das pessoas de menor poder aquisitivo.

A reforma de infraestruturas, a chegada de novos estabelecimentos residenciais e comerciais e melhoria de serviços públicos e privados, alteram a dinâmica do entorno. Embora esses processos possam previamente ser vistos como melhorias para a área, por conseguinte eles beneficiam mais os investidores e público de maior poder aquisitivo do que os moradores originais, que podem ser levados a se mudar para outras regiões.

3.2. GENTRIFICAÇÃO COMERCIAL

Estudando o conceito de gentrificação citado acima, pela perspectiva da requalificação dos usos do espaço, surge a **gentrificação comercial** como uma tipologia desse conceito.

Na gentrificação **comercial** de um bairro, enfatiza-se o uso do espaço como fator segregador.

Os autores Van Criekingen; Fleury, (2006) abrangem, em uma definição o que considera ser "Gentrificação Comercial": "O objetivo é mostrar como o comércio pode ser um ator e impulsionador de dinâmicas de gentrificação na escala de um bairro, e não apenas um reflexo de transformações sócios residenciais"

VAN CRIEKINGEN; FLEURY, (2006, p. 2. Tradução livre)

Seguindo o raciocínio exposto, os autores apresentam os lojistas, donos de cafés e empreendedores independentes que investem em cafés, bistrôs e demais serviços descritos

pelos autores como "*trendys*" ("ambientes da moda") como atores e impulsionadores nessa gentrificação – "gentrificadores"-.

Esse fenômeno ocorre quando a chegada de estabelecimentos mais sofisticados, gradualmente, elimina o público tradicional e frequentador da região devido ao aumento dos aluguéis. Marcando uma transformação não apenas econômica, mas também cultural e social ao promover mudanças no público frequentador da região.

À face do exposto, o artigo propõe compreender a dinâmica urbana da R. Joaquim Avundano, que hoje, inclui em seu perímetro comércios do âmbito gastronômico e atua como cenário de feiras artesanais efêmeras que ocupam a rua e servem como atrativos de movimento de pedestres. Feiras essas, ilustradas nas imagens abaixo.

Figura 01: R. Joaquim Avundano em dias de feira

Fonte: Registrado pela autora em 11/05/2024.

O conceito de "olhos da rua" por Jacobs (2000), atribui ao uso das calçadas e das ruas uma segurança e apoio coletivo. Apontando pedestres que utilizam a via como espaço de permanência e convivência como "olhos atentos" que apenas pela sua presença, trazem vitalidade urbana ao policiar as ruas.

O aumento no fluxo de pessoas na rua atrai investidores, contribui com a expansão do turismo e da situação econômica local. Do mesmo modo que, as novas atividades exercidas podem suscitar um efeito desfavorável aos usuários preexistentes neste espaço. Afetando seus cotidianos ao ocasionar ruídos sonoros provenientes dos bares e do alto fluxo de trânsito gerado pela concentração comercial.

> A transformação das estruturas comerciais implica também uma reviravolta nas paisagens e na vida de certos bairros: novos públicos, novas práticas de consumo, vida noturna, etc
> (Criekingen; Felury, 2006, p. 2. Tradução livre)

Os estabelecimentos como bares e bistrôs possuem um público jovial e de vida noturna, que transformam também a mobilidade urbana das ruas no entorno e dos acessos ao bairro no geral, ocasionando a dispersão dos moradores que costumam habitar tais urbanidades.

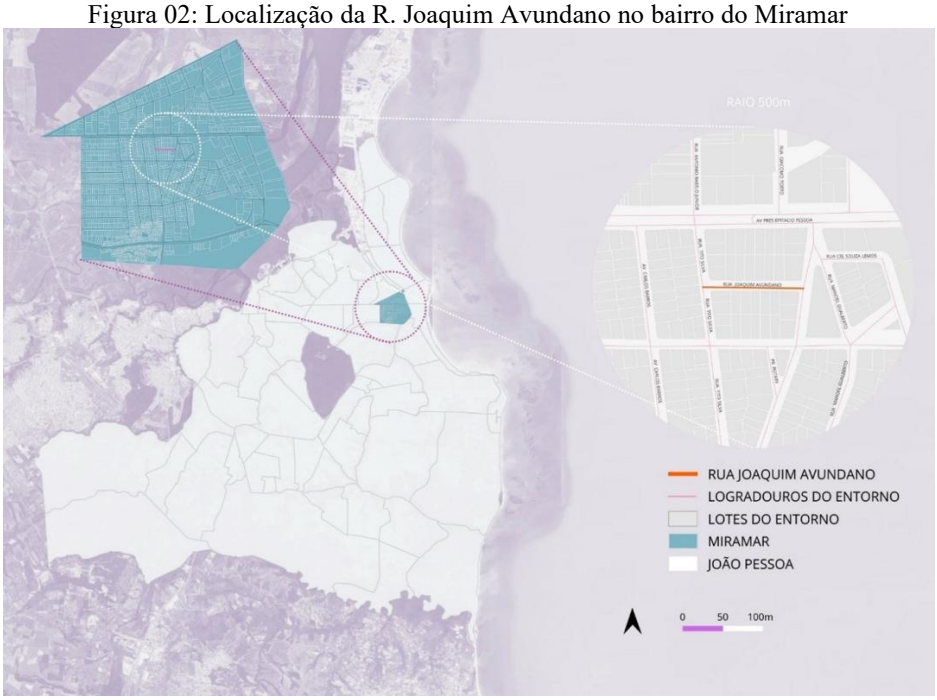
Observamos que na rua em questão, houve uma alteração de uso que era residencial e passou a ser de serviço e comercial. Esse cenário exige análises detalhadas sobre os impactos no entorno, especialmente no que diz respeito ao uso e ocupação e mobilidade urbana.

4. TRANSFORMAÇÕES URBANAS

Com a expansão do uso residencial do bairro, cresce, proporcionalmente, o uso comercial em razão das necessidades que surgem e acompanham a vinda novos habitantes.

Apesar das alterações morfológicas provindas da verticalização da cidade, conservam-se construções com a tipologia padrão inicial do bairro (casas térreas). Esse é o caso da Rua Joaquim Avundano, que é o objeto de estudo dessa análise, destacada no mapa a seguir.

Figura 02: Localização da R. Joaquim Avundano no bairro do Miramar



Fonte: Mapa elaborado pela autora através do software Qgis e bases cartográficas disponibilizadas pelo IBGE

A rua se destaca justamente por sua simplicidade e características que remetem ao que é considerado comum: casas térreas com telhados de duas águas, fachadas com detalhes em azulejos, e uma aparência que, à primeira vista, não apresenta grandes diferenciais. Contudo, foi essa própria simplicidade, carregada de autenticidade e memória local, que se moldou a identidade do que veio a ser a Rua Joaquim Avundano, um coletivo gastronômico impulsionador de comércios locais.

Figura 03: Tipologia das casas da R. Joaquim Avundano

Fonte: (Google Earth 2022; Registrado pela autora em 11/05/2024).

Essa singularidade contribuiu para criar um cenário convidativo e acolhedor para moradores, frequentadores e empreendedores, despertando o interesse desses grupos pelo espaço. Assim, o valor da rua está em sua capacidade de preservar uma estética familiar enquanto se adapta às novas demandas e usos que reforçam sua relevância no contexto urbano. Com chegada de uma padaria, a rua se tornou convidativa a outros estabelecimentos gastronômicos como uma doceria que veio em seguida, no ano de 2021, a ocupar esse espaço. Datas essas, levantadas através de pesquisas em redes sociais.

Figura 04: Print de redes sociais mostrando data que padaria já estava presente na rua

Fonte: Postagem via Instagram publicada pelo perfil oficial do estabelecimento em questão.

(fonte: Instagram @farinaartesanal em 12/09/2018)

Figura 05: Print de redes sociais mostrando ano que a padaria se instalou na rua (2016)

Fonte: Postagem via Instagram publicada pelo perfil oficial do estabelecimento em questão.

(fonte: Instagram @farinaartesanal em 25/10/2024)

Figura 06: Print de redes sociais mostrando data que doceria já estava presente na rua

Fonte: Postagem via Instagram publicadas pelo perfil oficial do estabelecimento em questão. (fonte: Instagram @alepessoajp em 27/09/2021)

Apesar de serem os pioneiros, uma padaria e uma doceria não seriam o suficiente para causar o impacto noturno que hoje a rua possui na cidade de João Pessoa. Isso veio a partir a inauguração do bar " Loca como tu Madre", no ano de 2022. Consequentemente outros bares vieram a agregar ao coletivo que a rua se tornou.

A rua se destacou na cidade e ganhou tanto o afeto do público que recentemente, a Prefeitura Municipal de João Pessoa concluiu e entregou o projeto "Rua dos Sabores", aprovado em maio e finalizado em outubro de 2024.

Figura 07: Imagens da proposta e da obra da Prefeitura de João Pessoa

Fontes:I magens divulgadas pela prefeitura em canais oficiais

Figura 08: Imagens do resultado e da obra da Prefeitura de João Pessoa

Fontes: Imagem 1: Capturada pela autora em 02/09/2024; Imagens 2 e 3 Capturada pela autora em 14/11/2024)

Sobre o projeto, o prefeito Cícero Lucena proferiu:

> Apresentamos à iniciativa privada esse projeto de fortalecer a economia criativa e o setor de serviços, promovendo mais qualidade de vida e diversão. Ele foi recebido com muito entusiasmo, porque é a ação da prefeitura para valorizar o desenvolvimento de um segmento importante. E a nossa ideia é multiplicar essa experiência para outras ruas da cidade que tenham esse mesmo potencial, seja para o comércio ou outra atividade. Já estamos planejando na General Osório

O projeto urbano incluiu a padronização do calçamento e das calçadas, além da criação de espaços com equipamentos mobiliários, paisagismo e iluminação. A Secretaria Executiva de Mobilidade Urbana (SEMOB) também fez disciplinamento do trânsito e funcionamento para sentido único determinou além de determinar que o estacionamento fosse permitido apenas de um lado da rua, o que contribuiu para o descongestionamento da via, uma vez que anteriormente o estacionamento era permitido em ambos os lados[3]

4.1. PARÂMETROS URBANÍSTICOS

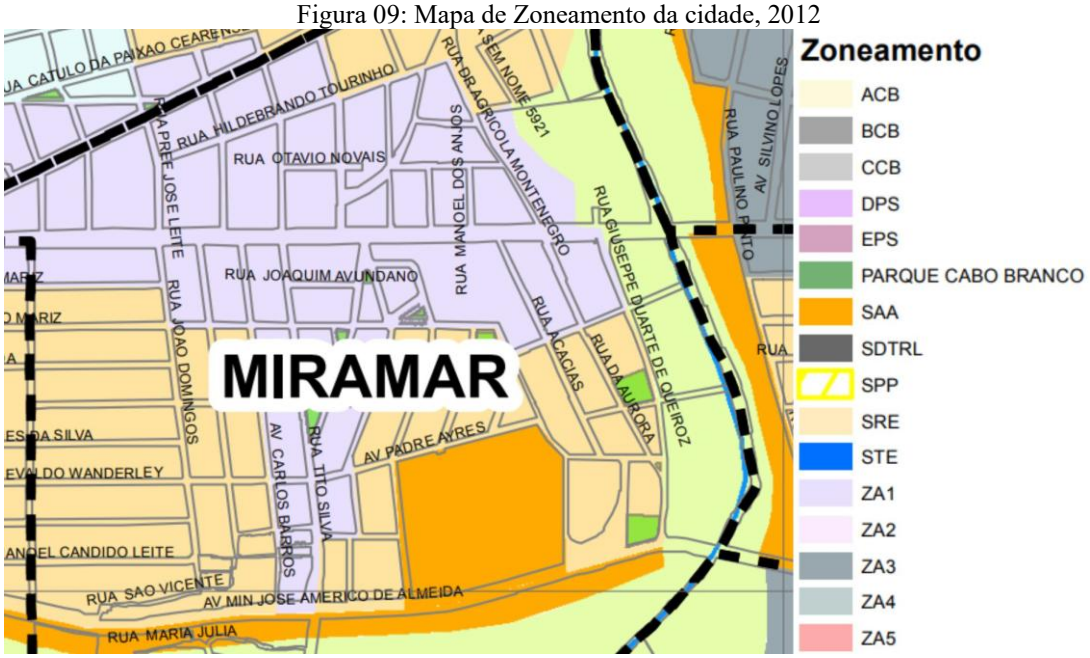
Enquanto a rua se adaptava as novas demandas e usos, a cidade passou esses e outros processos de mudanças urbanas, onde o plano diretor de 2012 foi atualizado no ano atual (2024) onde houveram mudanças na classificação das zonas da capital paraibana. No mapa de zoneamento de 2012 a Rua Joaquim Avundano estava localizada na ZA1.

A Zona Axial Epitácio Pessoa (ZA1), conforme o Plano Diretor de João Pessoa de 2012, foi estabelecida com o objetivo de melhorar a funcionalidade urbana e promover o

[3] O projeto urbano contemplou a padronização do calçamento e das calçadas, a criação de espaços equipados com mobiliário urbano, paisagismo e iluminação. A Secretaria Executiva de Mobilidade Urbana (SEMOB) também implementou o disciplinamento do trânsito para sentido único, além de permitir estacionamento apenas em um dos lados da rua. Essas alterações foram detalhadas em: FONTE83. Cícero Lucena projeta entrega de ponte no Bairro São José e padronização de Rua dos Sabores no Miramar para este mês de outubro. Disponível em: https://fonte83.com.br/cicero-lucena-projeta-entrega-de-ponte-no-bairro-sao-jose-e-padronizacao-de-rua-dos-sabores-no-miramar-para-este-mes-de-outubro/. Acesso em: 01 dez. 2024.

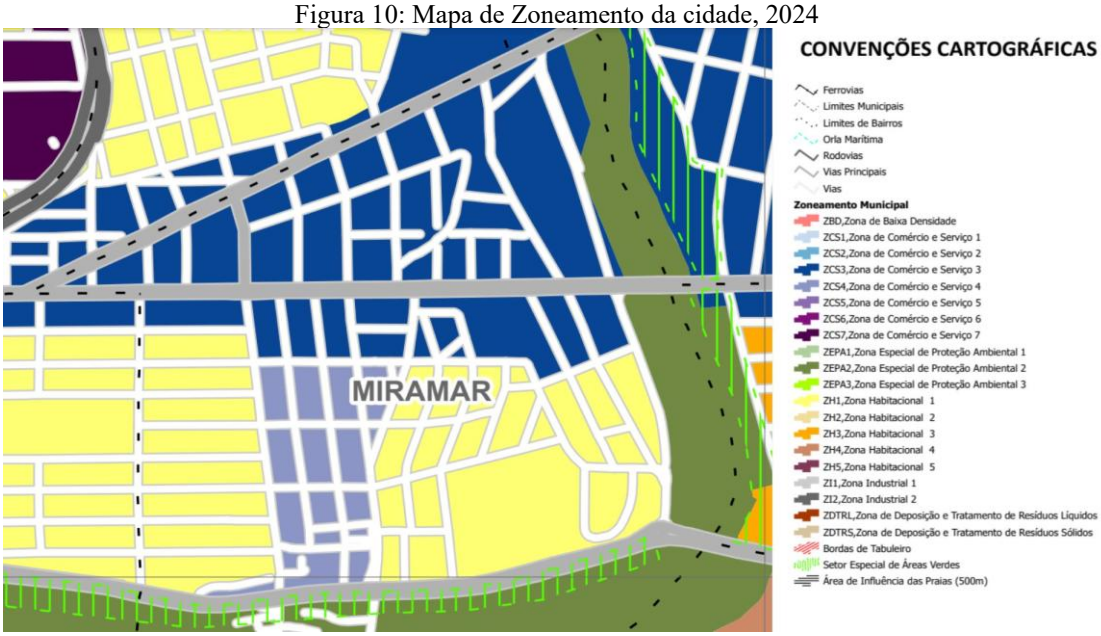
desenvolvimento equilibrado da cidade. Ela abrange áreas de maior centralidade e importância urbana, refletindo a preocupação com o desenvolvimento sustentável, acessibilidade e densificação.

Figura 09: Mapa de Zoneamento da cidade, 2012



Fonte: Filipéia Mapas da cidade

Figura 10: Mapa de Zoneamento da cidade, 2024



Fonte: Filipéia Mapas da cidade

Em 2024, agora inserida na ZCS-3.

> Zona de Comércio e Serviço 3 (ZCS-3) incide em áreas formadas por corredores de estruturação urbana, parcialmente em áreas com a restrição da orla marítima, com grande concentração de usos habitacionais e de comércio e serviço de todos os portes, aliando o uso do solo e sistema viário, onde se pretende estimular o desenvolvimento de centralidades. (Lei Complementar Nº 166, de 29 DE ABRIL DE 2024, p. 002)

Ao comparar as duas classificações, observamos que, na atual, há um destaque para a concentração comercial, refletindo a intensificação do comércio e o uso do solo, assunto que será discutido no tópico a seguir.

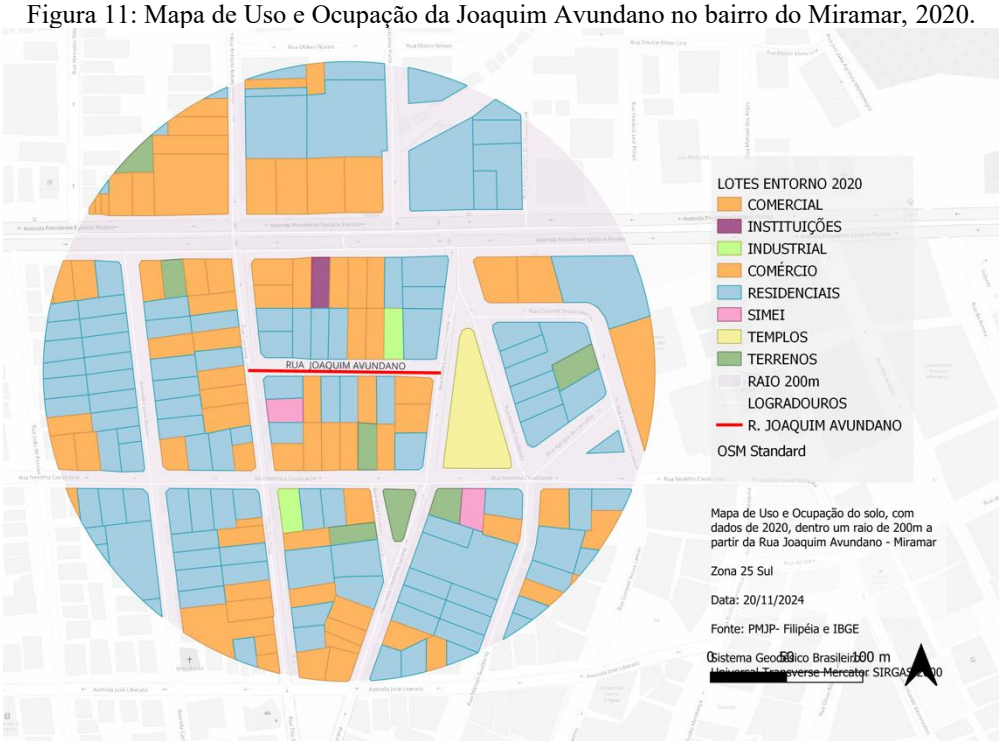
4.2 USO E OCUPAÇÃO

Realizou-se a análise do uso e ocupação da rua com base em mapas comparativos elaborados para os anos de 2020 e 2024. O ano de 2020 foi escolhido como referência por ser o período mais próximo ao início da transformação urbana em estudo, iniciada em 2016, com dados georreferenciados disponíveis no cadastro urbano municipal, permitindo uma melhor identificação das mudanças ocorridas ao longo do tempo.

A elaboração dos mapas utilizou dados georreferenciados que forneceram informações detalhadas sobre a configuração espacial e funcional da área, possibilitando a comparação entre os dois períodos. Esses mapas permitiram observar alterações no uso do solo, como a substituição de áreas residenciais por estabelecimentos comerciais ou de serviços, bem como a densificação de determinados setores. Entre os dezesseis lotes que compõem a rua, atualmente, onze são destinados ao uso comercial, incluindo um destinado apenas ao estacionamento de um dos restaurantes presentes na via. Entre os onze lotes, há diversificação comercial com a existência de um salão de beleza, um lava a jato e um edifício comercial misto.

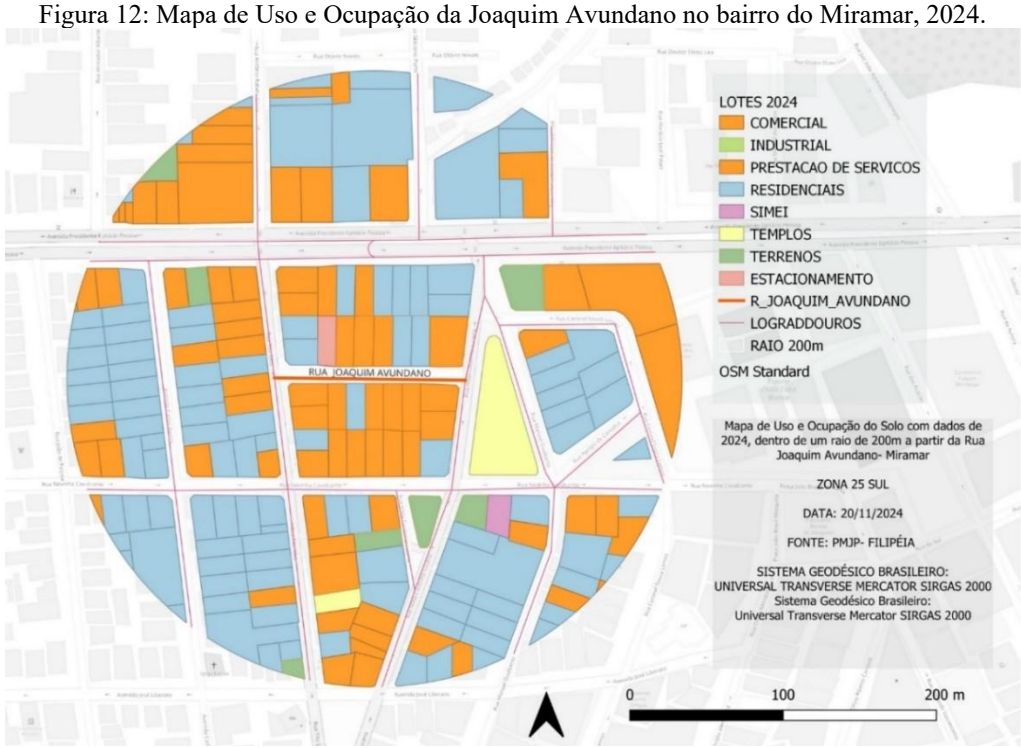
Destaca-se como atrativo da rua, a predominância de seis lotes dedicados exclusivamente a estabelecimentos gastronômicos, como bistrôs e restaurantes. Esse fenômeno reflete o incentivo a atividades urbanas, embora também levante questões sobre a possível homogeneização do uso do solo na área.

Figura 11: Mapa de Uso e Ocupação da Joaquim Avundano no bairro do Miramar, 2020.



Fonte: Elaborado pela autora em 20/09/2024)

Figura 12: Mapa de Uso e Ocupação da Joaquim Avundano no bairro do Miramar, 2024.



Fonte: Elaborado pela autora em 20/09/2024)

A análise dos mapas de uso do solo ao longo dos últimos anos revela uma transformação significativa na configuração da rua, com uma mudança predominante de uso residencial para comercial.

Originalmente, a rua era composta por uma grande maioria de lotes residenciais, com espaços dedicados à moradia e atividades de menor porte. No entanto, com o passar dos anos, observa-se uma crescente instalação de estabelecimentos comerciais, especialmente no setor gastronômico, com restaurantes, bistrôs e outros tipos de negócios voltados ao consumo e lazer.

As imagens a seguir ilustram o processo de locação e mudança de uso de uma casa ao longo de vários meses. Na primeira imagem, observamos uma placa de anúncio de locação que destaca a possibilidade de uso tanto para comércio quanto para residência. Em seguida, na segunda imagem, capturada menos de um mês depois, nota-se a remoção da placa, simbolizando a mudança no processo de locação. Finalmente, na terceira imagem, é possível ver uma nova placa indicando que em breve abrirá um comércio de âmbito gastronômico**.**

Figura 13: Imagens da mesma casa em diferentes datas

Fontes: Imagem 1: Capturada pela autora em 27/04/2024; Imagens 2 capturada em 10/05/2024 e imagem 3 Capturada pela autora em 14/11/2024.

A intensificação do uso comercial também implica uma mudança no ambiente urbano, com um aumento no tráfego de pessoas e veículos, o que pode gerar problemas de mobilidade e congestionamento nas ruas. Portanto, a análise dos mapas de uso do solo representa de maneira espacial as mudanças observadas.

4.3 ESTUDO VIÁRIO

Ao analisar os mapas de mobilidade urbana, observamos que a malha viária do entorno é bastante assistida de infraestrutura urbana e diversidade de modais. Situada a 200m da Av. Epitácio pessoa, a rua Joaquim Avundano tem em seu entorno paradas de ônibus e fácil acesso a uma grande extensão cicloviária.

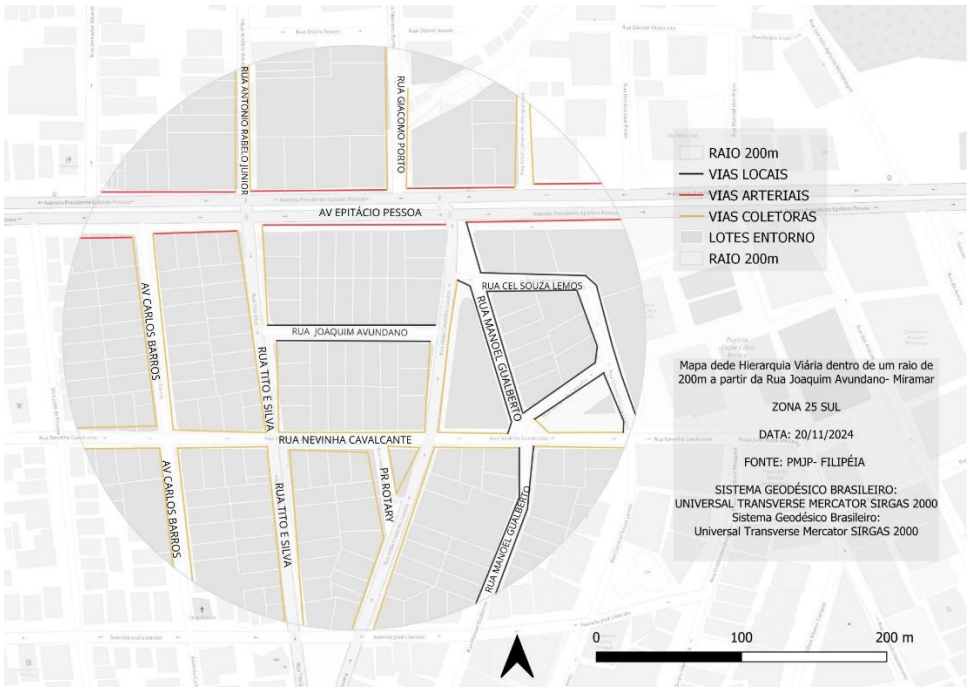
Assim, sendo uma localização de favorável acesso para pessoas de diferentes partes da cidade que queiram vivenciar a experiência urbana e diversidade culinária que a rua oferece.

Figura 14: Mapa de Mobilidade Urbana da Joaquim Avundano no bairro do Miramar, 2024

Fonte: Elaborado pela autora em 20/09/2024)

Quanto à hierarquia viária, o mapa a seguir ilustra como a rua local, que é a Joaquim Avundano, é afetada pelo fluxo de seu entorno. Rodeada por vias coletoras — que têm como principal função coletar o tráfego proveniente de vias arteriais e distribuí-lo para vias locais — de alto fluxo, acaba servindo como uma rota alternativa entre elas e, consequentemente, sofre com um congestionamento que vai além do seu porte de via local. Esse congestionamento, somado à sua própria demanda como uma rua predominantemente comercial e de serviços, afeta a rotina e o acesso dos moradores que lá habitam.

Figura 15: Mapa de Mobilidade Urbana da Joaquim Avundano no bairro do Miramar, 2024.



Fonte: Elaborado pela autora em 20/09/2024)

5. VOZES E PERSPECTIVAS: VIVÊNCIAS URBANAS

Representando os resultados obtidos na análise de caso, as entrevistas feitas com os moradores e trabalhadores da rua foram feitas de maneira semiestruturada, guiadas por um questionário que frisava perguntas sobre as vivências cotidianas.

Ao todo, três pessoas foram entrevistadas. Dentre elas, dois moradores e uma comerciante. A prioridade foi buscar moradores dos únicos dois lotes de uso residencial restantes no perímetro da rua, sendo esses o edifício “Beach Way” e uma casa residencial que apesar de ser arquitetonicamente semelhante as demais, se destaca entre a vizinhança por ser a única que permanece com seu uso residencial. As perguntas gerais estabelecidas para a pesquisa questionavam sobre as principais mudanças notadas pelos moradores, há quanto tempo eles ocupam esse espaço e há quanto tempo eles notam tais mudanças. Se as consideram positivas ou negativas, qual o horário de maior fluxo na rua e se há dificuldade para acessar estacionar. Deixando-os livres para respostas subjetivas sob suas percepções e vivências.

O entrevistado representante da casa residencial é um trabalhador da casa que vivencia a dinâmica da Joaquim Avundano há mais de 10 anos de trabalho. A primeira mudança destacada por ele foi a valorização do imóvel. Em suas palavras, ele disse que o aluguel de uma casa na rua em questão custava em torno de R$1700 e seu valor máximo chegava a R$2000 mensais. Aluguel dos mesmos imóveis que nos dias atuais tem o valor entre R$7000 e R$7500, representando um aumento entre 275% e 311% na locação. Tais valores, de locação nos dias atuais, foram fornecidos tanto pelo entrevistado quanto levantados em ligações diretas para corretores de anúncios ativos na rua. Ele comenta que tal valorização se destacou no último ano.

Como usuário do espaço, classifica as mudanças na infraestrutura da rua como positivas. Destaca as mudanças pós obras da prefeitura e cita “pavimentação da rua, iluminação e maior movimentação, principalmente nas sextas-feiras e sábados.”. Ao ser questionado sobre o fluxo de carros e estacionamento, comenta da dificuldade que tinha ao chegar na casa e ter carros em cima da calçada ou bloqueando seu acesso a garagem. Cita um acontecimento em que precisou se deslocar até um dos restaurantes para pedir que retirassem o carro da calçada e por mais de uma vez, acontecer de os consumidores negarem a posse do veículo até se fazer necessária a vinda do DETRAN/PB -Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba. E só assim houve reconhecimento e remoção do veículo estacionado de maneira imprópria. Apesar disso, diz que tais acontecimentos foram amenizados pós recente determinação de que apenas um lado da via é permitido para estacionamento.

Uma pergunta específica feita apenas ao trabalhador dessa casa foi se houve alguma proposta de compra da casa. Pois como foi citado acima, outros lotes da rua tiveram uma tendência de venda e locação. Ele respondeu que sim e que receber tais propostas é algo recorrente para o proprietário da residência. Comenta que o proprietário está ciente da valorização e o mesmo não tem pretensão de alugar ou vender a propriedade. Quanto ao som dos bares e restaurantes, não há incomodo de sua parte pois visualiza a movimentação na rua como algo positivo no geral.

A segunda entrevistada é uma moradora do edifício residencial que se mudou para a rua recentemente e não acompanhou a mudança de uso ou a reforma na infraestrutura. Apesar de ser nova moradora e habitar na rua há apenas semanas na data da entrevista, já compartilhou suas vivências e divergências com a movimentação na rua. Destaca a dificuldade para estacionar por ter frequentemente carros bloqueando seu acesso a garagem do prédio e compartilha até sua preocupação de como em um suposto caso de urgência, o SAMU- JP (Serviço de atendimento Móvel de Urgência) alcançaria sua residência em meio aos obstáculos que uma rua congestionada representa diante o atendimento de emergência. Reforçando a importância de medidas como a educação e o cumprimento das leis de trânsito.

Se queixa também dos lixos e garrafas jogados na rua durante o alto fluxo noturno. Garrafas e demais lixos ficam na rua até a coleta pública, que vai três vezes na semana, recolher, pois, os bares e consumidores não o fazem. Trazendo para o período diurno e dias de semana consequências da agitação da vida noturna dos fins de semana. Assim, dificultando sua vivência no espaço. Ao ser questionada sobre o som emitido pelos bares do entorno, a moradora afirma que a Lei do silêncio, determinada pela prefeitura de João Pessoa, em que deve haver uma maior limitação sonora entre as 22h00 da noite e 07h00 da manhã em respeito ao sossego público, não tem sido respeitada. A moradora acredita que tal recorrência só será cessada após uma denúncia a Divisão de Fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente (SEMAM) feita por parte dos moradores.

“Esses pontos a gente vai começar a denunciar né, porque tem que haver uma conscientização que quando chega 22h não tem mais que ter ninguém fechando rua, nem bar e nem bebida” disse a moradora entrevistada.

A terceira entrevistada na presente pesquisa, foi uma empresária de um salão de beleza atuante na rua. Como inquilina da residência e proprietária de um comércio na rua há 5 anos, notou as principais mudanças durante o ano atual da pesquisa (2024), destaca, em suas palavras as seguintes mudanças, “Asfaltaram e colocaram mais iluminação. Tem tido mais movimento e está esteticamente mais bonita”. Considerando tais mudanças benéficas para seu comércio e positivas para o entorno.

Sobre o custo de vida na rua, ela menciona que ocorreram apenas os aumentos regulares previstos nos contratos de aluguel, sem valores considerados exorbitantes.

Na discussão sobre o fluxo de veículos e pedestres, as opiniões foram convergentes. Os entrevistados afirmaram que o fluxo é intenso todos os dias e horários, mas que passa a ter um trânsito a mais a partir das 17h00 e perdura maior atividade viária durante a noite, principalmente entre quinta-feira e domingo. Além do comércio local, acrescentaram as atividades da igreja próxima como fator influente no fluxo viário em horários de missa.

As entrevistas proporcionaram percepções valiosas de quem vivencia a dinâmica urbana em seu cotidiano, trazendo à tona novos pontos de discussão que, por um olhar externo, haviam passado despercebidos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Rua Joaquim Avundano, no bairro do Miramar, em João Pessoa, exemplifica como uma transformação urbana pode afetar tanto o ambiente físico quanto as experiências cotidianas dos moradores e comerciantes, gerando tanto valorização quanto desafios, que precisam ser geridos para garantir a harmonia e a qualidade de vida urbana.

Observou-se mudanças na morfologia urbana, no uso do solo e no público da rua estudada. Tais transformações se iniciaram quando a rua, composta por casas térreas e de sua maioria, residenciais, passou a abrigar estabelecimentos comerciais, como padarias, docerias e bares. A chegada desses estabelecimentos fortaleceu o caráter coletivo e atraente da via, criando um cenário urbano com maior movimento e interação. O lançamento do projeto “Rua dos Sabores” pela Prefeitura de João Pessoa, que envolveu melhorias na infraestrutura e a definição de normas de trânsito, ajudou a consolidar esse novo perfil comercial, promovendo mais atratividade para consumidores e empreendedores.

A mudança na classificação urbanística da área também acompanhou essa transformação, passando da Zona Axial Epitácio Pessoa (ZA1) para a Zona de Comércio e Serviço 3 (ZCS-3), que favorece a concentração de comércio e serviços em corredores urbanos de alta densidade. Essa alteração reflete o estímulo ao comércio em seu entorno. A análise do uso e ocupação do solo revela a predominância do uso comercial na rua, com a instalação de estabelecimentos gastronômicos e de serviços, além de uma crescente valorização dos imóveis residenciais, especialmente no que diz respeito aos preços de locação. A mudança de uso do solo tem gerado um impacto significativo na dinâmica do trânsito e no comportamento da população local, que observa um aumento no fluxo de veículos, com dificuldades de estacionamento e mobilidade, especialmente nas noites de fim de semana.

Os relatos dos moradores e comerciantes agregam diferentes perspectivas sobre as mudanças. Enquanto alguns reconhecem os benefícios da requalificação, como melhorias na infraestrutura e no ambiente urbano, outros se queixam dos desafios trazidos pela intensificação do fluxo de pessoas e veículos. Esses pontos de vista contrastantes refletem o dilema de muitas áreas urbanas em processo de gentrificação: enquanto os benefícios da requalificação e do crescimento econômico são visíveis, as consequências sociais, como a exclusão de moradores de longa data, exigem uma gestão mais cuidadosa e inclusiva das transformações urbanas.

Além disso, a gentrificação traz consigo um fenômeno de valorização dos imóveis, que, embora possa beneficiar os proprietários em termos financeiros, também pode resultar na exclusão de moradores que, devido ao aumento no custo de vida, não conseguem mais se manter na área. Esse efeito é particularmente notável quando observamos a progressiva valorização dos preços de locação e a mudança no perfil socioeconômico dos que residem e atuam no local. Em muitos casos, a população original é deslocada, o que altera as características sociais e culturais do

bairro, provocando uma desconexão entre os novos moradores e os antigos, que se veem excluídos do novo contexto urbano.

Assim, as mudanças na Rua Joaquim Avundano exemplificam como a gentrificação pode promover tanto o desenvolvimento quanto desafios significativos para a coexistência harmônica entre os diferentes grupos sociais que compartilham o espaço urbano. As transformações observadas refletem os processos urbanos atuais, onde o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação da diversidade social se torna cada vez mais desafiador. A gestão das mudanças deve, portanto, priorizar soluções que promovam a inclusão e a continuidade da população existente, sem negligenciar os benefícios do desenvolvimento.

Este artigo apresentou o uso do espaço como fator de gentrificação, refletido em um processo de mudança urbana dinâmico. A Rua Joaquim Avundano, no bairro do Miramar, em João Pessoa, exemplifica como uma transformação urbana pode afetar tanto o ambiente físico quanto as experiências cotidianas dos moradores e comerciantes, gerando tanto valorização quanto desafios, que precisam ser geridos para garantir a harmonia e a qualidade de vida urbana.

Assim, as mudanças na Rua Joaquim Avundano exemplificam como a gentrificação pode promover tanto o desenvolvimento quanto desafios significativos para a coexistência harmônica entre os diferentes grupos sociais que compartilham o espaço urbano.

REFERÊNCIAS

CRIEKINGEN, Mathieu Van; FLEURY, Antoine. La ville branchée: gentrification et dynamiques commerciales à Bruxelles et à Paris. Belgeo, [s.l.], v. 1-2, 2006. Tradução livre. Disponível em: http://journals.openedition.org/belgeo/10950. DOI: https://doi.org/10.4000/belgeo.10950. Publicado em: 27 dez. 2013. Acesso em: 6 abr. 2024.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. Gentrificação. In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2018. Disponível em: http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao. Acesso em: 6 abr. 2024.

Filipeia Mapas da Cidade. Mapas: sistema de informação geográfica. Disponível em: https://filipeia.joaopessoa.pb.gov.br/files/mapas/PlanoDiretor/A0_P_MUN_ANEXO_II_ZONEAMENTO_URBANO.pdf. Acesso em: 21 nov. 2024. Consulta realizada no mapa de zoneamento – Plano Diretor de 2012.

Filipeia Mapas da Cidade. Mapas: sistema de informação geográfica. Disponível em: https://filipeia.joaopessoa.pb.gov.br/files/mapas/PlanoDiretor/A0_P_MUN_ANEXO_II_ZONEAMENTO_URBANO.pdf. Acesso em: 21 nov. 2024. Consulta realizada no mapa de zoneamento – Plano Diretor de 2024.

MEDEIROS, M. D. L. Transformações urbanas (1990-2020) e relações entre formas, usos e movimento no Bairro Miramar, João Pessoa, PB. Revista de Morfologia Urbana, [S. l.], v. 12, n. 1, 2024. DOI: 10.47235/rmu.v12i1.358. Disponível em: https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/358. Acesso em: 7 abr. 2024.

Prefeitura Municipal de João Pessoa. “Prefeito autoriza obras para transformar rua do bairro Miramar em espaço de fomento da economia criativa.” Disponível em:

https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/prefeito-autoriza-obras-para-transformar-rua-do-bairro-miramar-em-espaco-de-fomento-da-economia-criativa/. Acesso em: 11 mai. 2024.

FONTE83. Cícero Lucena projeta entrega de ponte no bairro São José e padronização de Rua dos Sabores no Miramar para este mês de outubro. Disponível em: https://fonte83.com.br/cicero-lucena-projeta-entrega-de-ponte-no-bairro-sao-jose-e-padronizacao-de-rua-dos-sabores-no-miramar-para-este-mes-de-outubro/. Acesso em: 1 dez. 2024.

CAPÍTULO 11: AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO NO PARQUE DAS TRÊS RUAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS 12 CRITÉRIOS DE JAN GEHL

Luan Felipe Cardoso da Rocha [1]
Andrei de Ferrer e Arruda Cavalcanti [2]
Marcela Dimenstein [3]

RESUMO

Este trabalho avalia a qualidade do Parque das Três Ruas, em João Pessoa/PB, com base nos 12 critérios de Jan Gehl. Os objetivos foram: investigar a percepção dos pedestres sobre a qualidade do espaço público, definir um índice de qualidade a partir de dados técnicos e percepção de usuários, e propor melhorias que contribuam para o aprimoramento do local. A pesquisa buscou consolidar um índice de qualidade que representasse as condições atuais do espaço. De abordagem qualitativa e exploratória, o estudo combinou observações in loco e questionários. O Índice de Qualidade do Espaço Público adotado neste estudo é uma adaptação da metodologia de Ferreira e Sanches (2001), que incorpora os 12 critérios de Jan Gehl direcionando a pesquisa para o espaço público. A análise resultou no Índice de Qualidade do Espaço Público (IQEP), que atingiu 3,25 em uma escala de 1 a 5, classificando a qualidade do parque como regular. Desse modo, o estudo conclui que, apesar de atender parcialmente às demandas básicas, o Parque das Três Ruas necessita de melhorias significativas para oferecer uma experiência urbana agradável.

Palavras-chaves: Espaço público, Qualidade, Índice.

ABSTRACT

This study evaluates the quality of Parque das Três Ruas in João Pessoa, PB, based on Jan Gehl's 12 criteria. The objectives were: to investigate pedestrians' perceptions of the quality of the public space, to define a quality index derived from technical data and user perceptions, and to propose improvements that could enhance the site. The research aimed to establish a quality index that represents the current conditions of the space. With a qualitative and exploratory approach, the study combined on-site observations and questionnaires. The Public Space Quality Index adopted in this study is an adaptation of the methodology of Ferreira and Sanches (2001), which incorporates Jan Gehl's 12 criteria directing the research to public space. The analysis resulted in the Public Space Quality Index (IQEP), which reached 3.25 on a scale of 1 to 5, classifying the quality of the park as regular. The study concludes that, although it partially meets basic demands, Parque das Três Ruas requires significant improvements to offer a more inclusive and functional urban experience.

Keywords: Public space, Quality, Index.

[1] Graduando do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniesp.
E-mail: 20201069040@iesp.edu.br
[2] Orientador do trabalho e Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniesp.
E-mail: andrei@iesp.edu.br
[3] Coorientadora do trabalho e Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFERSA.
E-mail: mmarcelad@gmail.com

1. **INTRODUÇÃO**

Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE, entre 2010 e 2022, a população de João Pessoa cresceu 15,3%. No bairro Bancários, o crescimento foi ainda mais expressivo: a população passou de 11.886 para 24.046 habitantes, representando um aumento de 102,4% no período. Esse rápido crescimento populacional tem impacto significativo sobre o uso e ocupação dos espaços públicos, comprometendo, em muitos casos, sua capacidade de atender adequadamente às necessidades da população.

O aumento acelerado da população intensifica a sobrecarga sobre a infraestrutura urbana, agravando problemas que já existem, especialmente quando o planejamento urbano prioriza o uso de automóveis em detrimento dos pedestres. Em João Pessoa, a infraestrutura frequentemente privilegia deslocamentos motorizados, o que reduz a qualidade dos espaços destinados à mobilidade pedonal. Essa abordagem compromete a experiência de quem circula a pé pela cidade e dificulta o desenvolvimento de ambientes urbanos inclusivos e humanizados.

> "Uma cidade que oferece boas condições para pedestres e ciclistas demonstra preocupação com a qualidade de vida, pois adota escalas humanas que promovem a interação social e fortalecem o uso dos espaços públicos" (Gehl, 2013, p. 48).

A partir dessa perspectiva, a avaliação da qualidade dos espaços públicos torna-se essencial, pois permite identificar como eles atendem às necessidades e expectativas dos usuários. Gehl (2010) enfatiza que a criação de espaços atrativos para pedestres é um dos pilares para cidades mais habitáveis.

> Além disso, conforme Amâncio (2007, p. 98), "o modo mais objetivo de verificar o desempenho do atendimento aos usuários é a realização de pesquisas de opinião e estudos de avaliação que juntos possibilitam a avaliação da qualidade dos serviços oferecidos".

Com base nessa análise, entende-se como necessário identificar aspectos críticos, desenvolver estratégias e implementar melhorias para requalificação dos espaços urbanos, beneficiando a funcionalidade desses espaços.

Neste contexto, delimitou-se como objeto de estudo um trecho da Rua Waldemar de Mesquita Accioly, no bairro Bancários, região que tem passado por intensas transformações demográficas e espaciais devido ao rápido crescimento populacional e à expansão urbana. Essas mudanças trazem desafios significativos, como a pressão sobre a infraestrutura existente, o aumento da demanda por serviços públicos e a necessidade de adequação dos espaços públicos para garantir a qualidade de vida da população. Assim, este estudo busca contribuir para uma compreensão mais aprofundada dessas questões e propor soluções que tornem os espaços públicos mais inclusivos e acessíveis.

Este trabalho tem como objetivo avaliar a qualidade do espaço público no bairro Bancários, localizado na Zona Leste da cidade de João Pessoa/PB, à luz dos 12 critérios estabelecidos por Jan Gehl. Para alcançar essa meta, foram definidos três objetivos específicos. O primeiro consiste em investigar a percepção dos pedestres em relação à qualidade dos espaços públicos, considerando a experiência dos usuários e os elementos que contribuem para um ambiente urbano agradável. O segundo objetivo é definir um índice de qualidade para o trecho estudado, utilizando dados obtidos a partir da percepção dos usuários e de uma avaliação técnica conduzida pelo autor. O terceiro e último objetivo consiste em propor melhorias que contribuam para os padrões de qualidade deste espaço. Acredita-se que essa análise pode revelar aspectos

fundamentais sobre as dinâmicas urbanas existentes, contribuindo para o desenvolvimento de melhorias futuras desse espaço.

Para fundamentar a análise, será apresentado um referencial teórico que aborda a importância do espaço público, destacando suas funções e características essenciais. Inicialmente, será feita uma definição que enfatiza a diversidade de usos desses espaços, seguida de uma discussão sobre suas diferentes funções. Também serão considerados os critérios propostos por Jan Gehl (2010), que oferecem parâmetros relevantes para a análise. Por fim, será explorada a metodologia de Ferreira e Sanches (2001), que propõe o Índice de Qualidade de Calçadas, baseado na coleta de dados primários, secundários e na aplicação de métodos estatísticos. Esse referencial teórico proporcionará uma compreensão abrangente de como os elementos analisados corroboram para a criação de espaços públicos de qualidade.

2. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

2.1. ESPAÇO PÚBLICO

Segundo Loureiro (2016), os espaços públicos são essenciais para o bem-estar coletivo e coesão social, pois são planejados para abrigar atividades de lazer, convivência, circulação e manifestações culturais. Dessa forma, o autor destaca a importância da diversidade de usos, que torna o espaço público verdadeiramente democrático e inclusivo. Ao oferecer uma ampla variedade de atividades, esses espaços promovem a convivência entre diferentes grupos sociais e geram experiências coletivas.

Jane Jacobs (2007) também enfatiza essa perspectiva ao afirmar que a diversidade de usos é um fator fundamental para a vitalidade dos espaços urbanos. Segundo ela, quanto mais variados forem os usos, mais dinâmico, inclusivo e atraente o espaço se torna, contribuindo para a criação de ambientes acolhedores. Portanto, para ser diverso, ele precisa exercer funções variadas que integram e reúnem pessoas, independentemente da finalidade. No livro *"Public Space"*, os autores Carr, Francis, Rivlin e Stone (1992) exploram as funções que compõem o espaço público, sendo elas: cultural, recreativa, circulação, ambiental e educativa. Descritas abaixo:

1) A função cultural do espaço público, por exemplo, vai além da simples realização de eventos ou manifestações artísticas; ela serve como um veículo para a expressão e manifestação de narrativas coletivas. Em contextos urbanos marcados por desigualdades sociais, esses espaços tornam-se palcos de resistência. 2) A função recreativa deve ser entendida como uma questão de equidade social. O acesso a áreas de lazer e à natureza é frequentemente desigual, refletindo disparidades econômicas. Portanto, a criação de espaços recreativos inclusivos é essencial para promover a justiça entre diferentes classes, desafiando as estruturas excludentes que permeiam o planejamento urbano. 3) Além disso, a função de circulação abrange mobilidade social e a conexão entre diferentes comunidades. Espaços públicos bem projetados que priorizam pedestres e ciclistas facilitam não apenas o trânsito, mas também promovem a interação social e o fortalecimento de laços. 4) Do ponto de vista ambiental, os espaços públicos desempenham um papel primordial na mitigação dos impactos das mudanças climáticas e na promoção da saúde pública, ao oferecer um refúgio e espaço para atividades físicas, contribuindo para o bem-estar mental e físico da população. 5) Por fim, a função educativa do espaço público é essencial para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e consciente. Espaços que promovem a educação ambiental cultivam um senso de pertencimento e responsabilidade coletiva.

Além de funções diversas, os espaços públicos se manifestam de várias formas nas cidades, sendo fundamentais para a vida urbana e suas dinâmicas sociais. Podem se materializar como praças, parques, ruas, calçadas, mercados, feiras, centros culturais e bibliotecas, formando juntos um tecido urbano que promove a convivência entre seus indivíduos. Diante disso, pesquisas como as de Tzoulas et al. (2007) e Sennett (2008) discutem como os ambientes públicos bem projetados não apenas melhoram o espaço urbano, mas também contribuem para a saúde mental e física dos usuários, ao oferecer ambientes que favorecem bem-estar físico e psicológico.

2.2. QUALIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO

A obra “A Alma da Cidade", publicada em 1908 por João do Rio, possui trechos literários que ajudam a compreender a subjetividade do caminhar nas cidades ao introduzir o conceito de "flanar", que consiste em percorrer a cidade sem destino, experimentando despretensiosamente suas dinâmicas e sensações. Esse conceito foi ressignificado ao longo do tempo e hoje, está associado diretamente a esforços contemporâneos para estimular o caminhar como uma maneira de apropriação do espaço urbano.

Em 1960, o urbanista Kevin Lynch publicou “A Imagem da Cidade”, obra que ao destacar a importância da legibilidade e acessibilidade, introduziu conceitos indispensáveis sobre a percepção dos espaços urbanos (Lynch, 1960). Mais adiante, em 1961, com o livro “Morte e Vida de Grandes Cidades Americanas”, a urbanista Jane Jacobs trouxe uma visão crítica sobre os modelos urbanísticos da época e gerou discussões sobre a importância das interações sociais nos espaços públicos. Sua obra continua sendo uma referência atemporal para estudos sobre a qualidade urbana e planejamento participativo (Jacobs, 1961).

Na década de 1970, começaram a surgir metodologias voltadas para a avaliação da qualidade do espaço público. Esse movimento apresentou uma preocupação sobre a acessibilidade, segurança e conforto dos ambientes urbanos, marcando o início de esforços para mensurar os parâmetros de qualidade destes aspectos (Gehl, 1971).

2.3.1. Metodologia de Ferreira e Sanches

Em 2001, Ferreira e Sanches propuseram o Índice de Qualidade de Calçadas (IQC), destacando-se por ser uma metodologia pioneira para avaliar a qualidade das calçadas. O IQC se baseia na obtenção de dados combinados a análises estatísticas, oferecendo uma abordagem abrangente para medir a acessibilidade e segurança do espaço destinado aos pedestres.

A metodologia de Ferreira e Sanches para a avaliação Qualidade de Calçadas é reconhecida e fundamentada em princípios de análise qualitativa e quantitativa, baseando-se na coleta de dados em três etapas: 1) Dados primários: Obtidos por meio de avaliações técnicas diretas realizadas pelo autor, que consideram características do trecho. 2) Dados secundários: Coletados por meio de questionários aplicados aos usuários, que visam captar suas percepções sobre a qualidade do espaço. Essa prática é apoiada por Sennett (2008), que defende que as experiências dos usuários são fundamentais para compreender a dinâmica urbana. 3) Metodologias estatísticas: Utilizadas para calcular fatores que indicam o nível de serviço ou a qualidade do espaço. Tzoulas *et al.* (2007) argumentam que a análise estatística é crucial para a interpretação dos dados e a formulação de intervenções urbanas eficazes.

2.3. CRITÉRIOS DE JAN GEHL PARA QUALIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO

Gehl (2010) propõe que espaços públicos de qualidade devem priorizar a escala humana, enquanto Lynch (1960) destaca a importância da legibilidade urbana para o pedestre. Esses conceitos, aliados, sustentam a ideia de uma cidade planejada para as pessoas, facilitando a circulação e a interação social.

Em seu livro Cidades Para Pessoas, publicado em 2010, Jan Gehl propõe critérios que o espaço deve apresentar para ser qualificado com um bom espaço urbano (ver Tabela 01), em que, o cumprirem suas finalidades, esses elementos constituem um espaço público de qualidade, essencial para a promoção de uma vida urbana satisfatória. O uso desses conceitos também possibilita um diagnóstico preciso e uma avaliação mais objetiva, ajudando a traduzir percepções subjetivas em parâmetros que orientam a implementação de intervenções.

Tabela 01: Critérios estabelecidos por Jan Gehl.

Eixo	Critérios	Descrição
Proteção	Proteção contra o tráfego	Priorizar a segurança dos pedestres, reduzindo a presença de veículos motorizados em áreas de convivência.
	Proteção contra o crime	Projetar espaços urbanos que promovam vigilância natural e segurança para os usuários.
	Proteção contra condições climáticas	Criar áreas que protejam as pessoas de ventos, chuva e calor excessivo, garantindo conforto climático.
Conforto	Possibilidades para caminhar	Assegurar calçadas e caminhos atraentes, contínuos e acessíveis para pedestres.
	Possibilidades para permanecer	Oferecer espaços convidativos onde as pessoas possam parar e passar tempo.
	Possibilidades para sentar	Disponibilizar assentos confortáveis e estrategicamente localizados para descanso e socialização.
	Possibilidades para ver	Facilitar vistas interessantes, que estimulem a exploração visual e a conexão com o entorno.
	Possibilidades para conversar	Criar ambientes que incentivem a interação social, com boa acústica e disposição espacial favorável.
	Possibilidades para o lazer	Fornecer opções de lazer ativo ou passivo, como áreas verdes e espaços recreativos.
Prazer	Escala humana	Planejar a cidade em dimensões que respeitem as capacidades físicas e perceptivas humanas.
	Oportunidades para boas experiências sensoriais	Incorporar elementos que estimulem sentidos como visão, audição e olfato de maneira positiva.
	Possibilidades para desfrutar de um clima positivo	Valorizar condições climáticas favoráveis com projetos que aproveitem o sol, a sombra e a ventilação natural.

Fonte: O autor (2024).

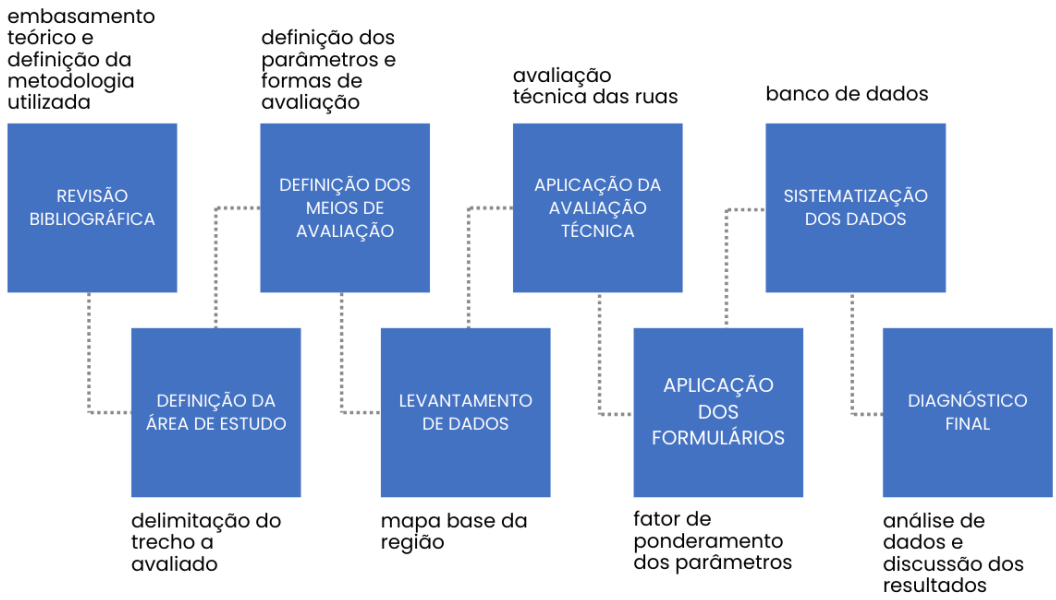
3. **METODOLOGIA**

Nesta fase, são descritas as etapas da pesquisa, com foco nas abordagens metodológicas adotadas, visando fundamentar os dados coletados e as análises realizadas.

O Índice de Qualidade do Espaço Público adotado neste estudo é uma adaptação da metodologia de Ferreira e Sanches (2001), reconhecida por sua aplicação na análise espacial urbana. A

metodologia original, que combina técnicas quantitativas e qualitativas para avaliar o desempenho das calçadas, foi ajustada para incorporar os 12 critérios de Gehl, permitindo uma análise focada no espaço público. A pesquisa de campo foi estruturada em oito etapas (ver Figura 01), integrando métodos quantitativos e qualitativos ao longo do processo.

Figura 01: Etapas de trabalho e principais produtos.



Fonte: O autor (2024).

A abordagem mista incluiu pesquisa bibliográfica, avaliação técnica e aplicação de formulários. As visitas de campo ocorreram entre setembro e novembro de 2024, em diferentes dias e horários, com o objetivo de captar a experiência de variados grupos de usuários, que utilizam o espaço público para diferentes finalidades.

A pesquisa de campo foi iniciada com observações *in loco* sobre a realidade atual do Parque das Três Ruas. Todos os dados, incluindo registros fotográficos, foram coletados e em seguida organizados e armazenados. A partir disso, os resultados foram interpretados com base nos objetivos da pesquisa. Esta etapa caracteriza a avaliação técnica, conduzida pelo autor, a fim de garantir a correta aplicação dos critérios. Os resultados dessa fase forneceram dados essenciais para a continuidade da pesquisa.

Na segunda fase, denominada Percepção do Usuário, foi realizada uma avaliação com 30 participantes selecionados com base na diversidade ao considerar aspectos como faixa etária, gênero e perfil socioeconômico. Os participantes preencheram um formulário digital, no qual atribuíram notas de 1 a 5 para cada classificação avaliada. Essa abordagem combinou dados qualitativos e quantitativos sobre a experiência dos usuários, permitindo a análise das 12 percepções envolvidas no estudo. Além disso, foi realizado um levantamento socioeconômico dos participantes, coletando dados como idade, gênero, escolaridade e frequência de uso de espaços públicos. Posteriormente, os dados foram quantificados e armazenados.

Ao se tratar de um estudo exploratório com ênfase qualitativa, o objetivo não foi alcançar a representatividade estatística, mas sim obter informações relevantes por meio da articulação dos participantes. De acordo com Patton (2002), uma pesquisa qualitativa prioriza a profundidade dos dados em vez da quantidade de participantes, sendo o número adequado

definido pela capacidade de atender aos objetivos do estudo e pela riqueza das informações obtidas.

Após as duas primeiras etapas, onde aconteceram as coletas de dados, índices de qualidade foram calculados por meio da combinação ponderada (ver Figura 02) das notas técnicas e avaliações dos usuários, contemplando tanto aspectos físicos quanto comportamentais e perceptivos.

Figura 02: Fórmula para cálculo dos índices.

$$\text{Índice de Qualidade do Espaço Público} = \frac{tr \cdot Ptr + cr \cdot Pcr + cc \cdot Pcc + ca \cdot Pca + pe \cdot Ppe + se \cdot Pse + ve \cdot Pve + co \cdot Pco + la \cdot Pla + eh \cdot Peh + es \cdot Pes + cp \cdot Pcp}{}$$

Fonte: O autor (2024).

Os dados coletados por meio dos formulários foram analisados estatisticamente, onde as variáveis foram medidas em escala de razão. Isso permitiu calcular a relevância de cada parâmetro que define a qualidade do espaço público. Esses fatores, que funcionaram como pesos para cada parâmetro, foram aplicados junto às notas da avaliação técnica, proporcionando uma avaliação final precisa e integrada do espaço público.

Para simplificar a compreensão dos resultados, os intervalos numéricos dos índices foram associados a níveis de serviço (Tabela 02). Para verificar o nível de serviço do trecho avaliado, basta consultar o valor na tabela. A tabela relaciona as condições dos espaços aos níveis de serviço, sem substituir a avaliação qualitativa das áreas, que será apresentada no capítulo seguinte.

Tabela 02: Correspondência do índice aos níveis de serviço.

Índice de Qualidade do Espaço Público	Nível de Serviço	Condição do espaço
4,17 - 5,00	A	Excelente
3,34 - 4,16	B	Adequada
2,60 - 3,33	C	Regular
1,67 - 2,59	D	Comprometida
8,84 - 1,66	E	Inadequada
0,00 - 0,83	F	Crítica

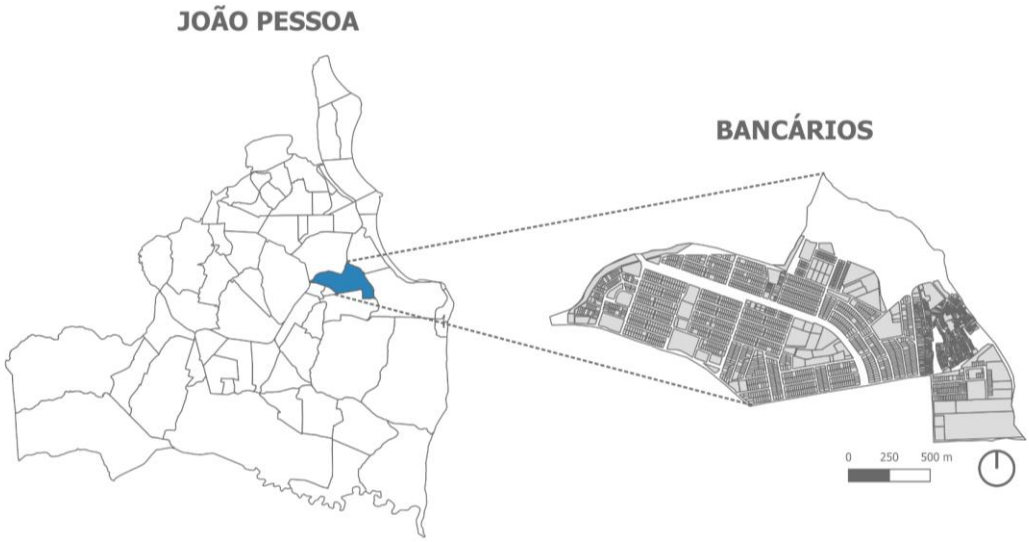
Fonte: O autor (2024).

4. **RESULTADO E DISCUSSÃO**

4.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

O bairro Bancários, em João Pessoa, foi escolhido como local de estudo deste trabalho por destacar-se como um polo local, caracterizado pelas recentes transformações urbanísticas e por sua conectividade com o restante da cidade. Localizado próximo à BR-230, beneficia-se de sua posição estratégica ao servir de corredor viário que interliga regiões centrais às periféricas da cidade. Essa integração viária torna o bairro um ponto de convergência para deslocamentos pendulares, como também o consolida como uma área de significativa relevância no contexto urbano de João Pessoa.

Figura 03: Mapa de Localização.



Fonte: Filipeia PMJP.

A localização estratégica de Bancários, próxima a importantes instituições de ensino superior, como a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e o Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), fez com que o bairro se tornasse um destino atraente para estudantes, contribuindo para seu crescimento populacional significativo na última década.

4.1.2. Diagnóstico Urbano

O bairro Bancários exemplifica como o crescimento populacional e a diversidade demográfica influenciam diretamente as dinâmicas urbanas. Nesse contexto, os dados e a análise demográfica são ferramentas essenciais para o planejamento urbano, pois permite identificar as necessidades específicas de diferentes grupos populacionais e definir estratégias para atender a essas demandas (Villaça, 2001, p. 47).

Figura 04: Mapa de Uso e Ocupação.

Fonte: Filipeia PMJP.

O bairro em estudo é predominantemente residencial, com moradias ocupando a maior parte do território. Por outro lado, estabelecimentos comerciais e de serviço têm distribuição mais uniforme quando equiparados, apesar de se localizarem mais frequentemente no centro ou ao longo do eixo principal do bairro, reunindo desde pequenos comércios até redes varejistas nacionais como Carrefour, que atraem consumidores da própria região e de bairros vizinhos. Também existem locais vazios e espaços verdes que parecem ser destinados ao lazer da população. Outros usos, como os institucionais e industriais, são pouco frequentes, reforçando o caráter predominante residencial.

Figura 05: Mapa de Cheios e Vazios e Arborização.

Fonte: Filipeia PMJP.

O bairro apresenta uma ocupação densa, com áreas limitadas para expansão horizontal, resultando numa valorização significativa do metro quadrado. Essa alta demanda é ainda mais intensificada pela localização estratégica do bairro, que é limitada tanto por outros bairros quanto por áreas de preservação ambiental, restringindo ainda mais as possibilidades de expansão territorial. A arborização, por sua vez, se concentra em praças e parques, onde a vegetação é mais abundante, ainda assim, é possível observar sua presença, embora menos densa, espalhada por outras partes do bairro.

Figura 06: Mapa de Sistema Viário.

Fonte: Filipeia PMJP.

Quanto ao sistema viário, predominam vias locais. No entanto, o bairro conta também com algumas vias coletoras, como a Avenida Sérgio Guerra, e arteriais, como a Avenida Waldemar de Mesquita Accioly, que se destacam como dois dos principais eixos viários. Apesar disso, é possível observar que, independentemente de sua classificação funcional, não apresentam largura adequada para comportar de forma eficiente o fluxo crescente de veículos, comprometendo significativamente a fluidez do trânsito e resultando em congestionamentos frequentes, especialmente nos horários de pico. As paradas de ônibus, em sua grande maioria, se concentram ao longo de vias específicas, refletindo a lógica de planejamento voltada para os principais eixos viários. Essa configuração pode limitar a mobilidade de pessoas em áreas mais afastadas dessas vias. Por outro lado, as faixas de pedestres, apesar de acompanharem essa tendência, apresentam uma distribuição mais uniforme ao longo do tecido urbano.

A compreensão detalhada do perfil do bairro permite prever desafios e potencialidades, facilitando o desenvolvimento de políticas que promovam uma urbanização inclusiva. A Tabela 03 compara os principais dados demográficos do bairro Bancários, com base nos números levantados pelo Censo de 2010 e projeções atualizadas para 2023.

Tabela 03: Dados demográficos do Bancários em 2010 e projeções para 2023.

Característica	Dados de 2010	Estimativa para 2023
População Total	11.863	24.046
Homens	5.539	11.227
Mulheres	6.324	12.819
Faixa Etária (0-14 anos)	19,9% (2.365)	19,9% (aprox. 4.790)
Faixa Etária (15-64 anos)	73,9% (8.769)	73,9% (aprox. 17.746)
Faixa Etária (65 anos ou mais)	6,2% (735)	6,2% (aprox. 1.488)
Domicílios	4.072	12.000
Média de moradores por domicílio	3,3	2,0 (aprox.)

Fonte: O autor (2024).

Os dados demográficos estimados para 2023 do bairro refletem um crescimento expressivo da população, que quase dobrou desde o último censo. Esse aumento populacional foi acompanhado por um significativo acréscimo no número de domicílios, saltando de 4.072 para 12.000, o que sugere um intenso desenvolvimento urbano e maior verticalização na construção de moradias. A média de moradores por residência reduziu de 3,3 para 2,0, o que pode indicar a preferência por unidades habitacionais menores, comuns em áreas com grande concentração de estudantes.

A estimativa foi realizada com base nos dados existentes de 2010 e nas informações disponíveis de 2022 sobre população e número de domicílios. Partindo disso, a projeção mudou as proporções observadas em 2010 para distribuição por sexo e faixas etárias se mantiveram constantes até 2022. Assim, a população total estimada para 2023 (24.046) foi dividida proporcionalmente, resultando em 46,7% homens (aproximadamente 11.227) e 53,3% mulheres (aproximadamente 12.819). Da mesma forma, as faixas etárias foram calculadas aplicando os percentuais de 2010 à população total, chegando aos valores estimados para cada grupo.

O número de domicílios foi projetado com base no crescimento até 2022, estimado em 12.000 para 2023. A média de moradores por domicílio foi calculada dividindo a população estimada

(24.046) pelo número de domicílios (12.000), resultando em aproximadamente 2,0 moradores por domicílio.

Essa configuração demográfica mostra que o bairro vem se consolidando como um centro urbano atrativo, perante o crescente número de moradores. Além disso, o aumento de moradias pode estar associado ao perfil de classe média emergente, que impulsiona a demanda por serviços e comércio locais. Essas projeções oferecem uma base sólida para a formulação de políticas públicas que considerem as demandas de mobilidade, segurança e espaços públicos, objeto de estudo deste trabalho.

4.1.1. Análise da área

O recorte geográfico escolhido para análise do bairro dos Bancários, é um trecho da Rua Waldemar de Mesquita Accioly. Essa via se caracteriza principalmente por seu perfil residencial, com predominância de casas térreas, refletindo o padrão habitacional da região. Além disso, o local concentra uma diversidade de estabelecimentos comerciais e de serviços, incluindo escolas, academias, bares e restaurantes, o que contribui para a dinâmica e a vivência comunitária. A rua, portanto, combina aspectos residenciais com um fluxo comercial.

Figura 07: Trecho em estudo da Rua Waldemar Mesquita Accioly.

Fonte: Google Maps (2022).

Recentemente, a área passou a contar com importantes melhorias urbanísticas, ao receber o projeto do Parque das Três Ruas (Apêndice 01), que inclui a revitalização da via, oferecendo espaços públicos e contribuindo para a mobilidade urbana ao incluir trajetos alternativos para o bairro. Essas transformações fazem parte de um esforço para adaptar a região ao crescente adensamento populacional e melhorar a infraestrutura local.

O parque possui em média 650 metros de comprimento por 22 metros de largura, totalizando uma área aproximada de 14.600 m². Ao longo de sua extensão, o espaço é dividido em setores temáticos, como: Recanto da Família, Aventura, Reflexão, Criança, Esportes e Árvores. Esses setores oferecem uma diversidade de equipamentos públicos destinados a diferentes faixas etárias, incluindo academia ao ar livre, playground, pista de skate, quadra poliesportiva e quadra de areia (Figura 08).

Além disso, o parque é equipado com mobiliários urbanos (Figura 09) que, embora essenciais para a funcionalidade e conforto do espaço, apresentam limitações em termos de qualidade e durabilidade. As lixeiras em tela moeda, por exemplo, possuem uma estrutura frágil que pode comprometer sua resistência ao uso contínuo e às intempéries. Os bancos, feitos de serralheria e ripas de madeira, demonstram um acabamento básico, que pode não oferecer o conforto adequado ao público.

Figura 08: Equipamentos públicos.

Fonte: O autor (2024).

Figura 09: Mobiliário urbano.

Fonte: O autor (2024).

Em relação à materialidade (Figura 10), é possível encontrar uma variedade de revestimentos, como piso intertravado, concreto, granilite, madeira, porcelanato e tijolo cerâmico, que contribuem para a estética. Essa diversidade de materiais, embora promissora, levanta dúvidas sobre sua durabilidade e praticidade em longo prazo.

Figura 10: Materialidade.

Fonte: O autor (2024).

Ainda assim, o Parque das Três Ruas se destaca como um espaço de respiro e socialização em meio ao Bancários. A revitalização do espaço visa não apenas embelezar o espaço, mas também promover a interação social, incentivando o deslocamento pedonal e o uso dos espaços públicos, reforçando a vitalidade do bairro. Essa transformação contribui para a qualidade de vida dos moradores e consolida o Bancários como um dos bairros mais procurados para se viver em João Pessoa.

4.3. PESQUISA DE CAMPO

Avaliação Técnica

No dia 30 de setembro de 2024, o autor conduziu uma avaliação técnica das condições do espaço público em estudo, utilizando os 12 critérios de qualidade propostos por Jan Gehl. Esta avaliação foi fundamentada em uma escala que variava de 1 a 5, onde 1 representava uma qualidade insatisfatória e 5 indicava uma qualidade excelente. A avaliação técnica incluiu observações *in loco* de características físicas, além do registro fotográfico para documentar o estado atual das áreas avaliadas. A avaliação técnica envolveu a observação sistemática de

diversas características do espaço, que inclui eixos de proteção, conforto e prazer, já apresentados neste trabalho.

Percepção dos Usuários

Para captar as percepções sobre a qualidade do espaço público, foi aplicado um formulário a um grupo de 30 pessoas. O objetivo dessa etapa foi avaliar como os usuários percebem os espaços públicos. Os participantes foram convidados a classificar a importância de cada um dos 12 critérios de Gehl em uma escala de 1 a 5, sendo 1 "pouca importância" e 5 "muita importância". Essa abordagem qualitativa forneceu *insights* valiosos sobre como os usuários valorizam diferentes aspectos do espaço público, refletindo suas experiências e expectativas.

Os 30 participantes foram selecionados com base em um critério de diversidade, que garantiu a inclusão de diferentes faixas etárias, gêneros e níveis socioeconômicos. A amostra foi escolhida para refletir a diversidade de usuários que frequentam os espaços públicos para finalidades distintas. Estudos futuros poderiam ampliar o número de participantes e explorar diferentes regiões da cidade para uma análise mais abrangente.

Ponderação dos Fatores

Após a coleta dos dados, foi realizada uma ponderação dos fatores, combinando as informações obtidas na avaliação técnica e nas respostas dos participantes. Esta análise estatística permitiu a correlação entre a qualidade técnica observada e a percepção dos usuários, resultando em um índice de qualidade do espaço público.

Nível de Serviço

O índice de qualidade do espaço público obtido nesta análise foi comparado a uma tabela de níveis de serviço, que classifica as condições do espaço em uma escala que vai de "crítico" a "excelente". Essa comparação permitiu uma interpretação mais objetiva da qualidade do espaço público, ao converter as impressões obtidas por meio dos critérios avaliados em um índice, que, por sua vez, foi traduzido em uma classificação para o espaço analisado.

4.4. RESULTADOS DA PESQUISA

Avaliação técnica

A tabela a seguir apresenta, de forma detalhada, as notas atribuídas a cada critério avaliado. Cada pontuação reflete a condição do espaço analisado, destacando as áreas que necessitam ou não de melhoria para atingir os padrões desejados de qualidade de vida urbana. A tabela fornece uma estrutura para avaliar a qualidade do espaço urbano em diferentes critérios, focando nas necessidades de proteção, conforto e prazer dos pedestres. Cada critério está vinculado a um parâmetro específico e possui uma descrição e uma forma de avaliação, com uma nota associada que indica o nível de adequação prática.

Tabela 04: Avaliação Técnica.

Eixo	Critério	Descrição do critério	Forma de avaliação	Descrição da nota	Nota	Condição atual
Proteção	Proteção contra o tráfego e acidentes	Espaços públicos devem proteger os pedestres do tráfego motorizado para aumentar a segurança (GEHL, 2013).	Avaliar a presença de barreiras físicas e a separação entre pedestres e veículos.	Separação completa e eficaz em todo o espaço, com barreiras físicas adequadas e seguras para pedestres e veículos.	5	
	Proteção contra o crime	A percepção de segurança também inclui a redução de oportunidades para crimes (GEHL, 2013).	Verificar a iluminação, monitoramento e presença de policiamento no espaço público.	Iluminação razoável, mas ainda com pontos escuros; monitoramento limitado e presença policial ocasional.	2	
	Proteção contra condições climáticas	O design urbano deve considerar abrigo contra o vento, chuva e frio, além de fornecer áreas sombreadas (GEHL, 2013).	Medir a quantidade e a qualidade dos abrigos e sombras disponíveis para diferentes condições climáticas.	Sombra e abrigo razoáveis, mas ainda com algumas áreas descobertas ou desconfortáveis.	3	
Conforto	Possibilidade para caminhar	Os espaços públicos devem ser acessíveis e confortáveis para caminhar, incentivando o deslocamento a pé (GEHL, 2013).	Examinar a acessibilidade, continuidade e conforto das rotas para pedestres.	Acessibilidade boa, mas com algumas dificuldades em trechos específicos.	3	
	Possibilidades para permanecer	A presença de mobiliário urbano adequado deve incentivar as pessoas a permanecerem nos espaços públicos (GEHL, 2013).	Observar a quantidade e a distribuição de áreas confortáveis para descanso e permanência.	Alguns assentos disponíveis, mas com conforto e localização limitados.	2	
	Possibilidades para sentar	Disponibilizar locais confortáveis para sentar é importante para criar espaços acolhedores (GEHL, 2013).	Checar a disponibilidade, qualidade e localização dos assentos no espaço público.	Locais para sentar estão disponíveis, mas não são suficientes ou não são confortáveis.	2	
	Possibilidades para ver	A visibilidade e as vistas agradáveis incentivam as pessoas a explorar os espaços públicos (GEHL, 2013).	Inspecionar as vistas oferecidas e a visibilidade geral do espaço público, incluindo pontos de interesse.	Excelente visibilidade, com muitas vistas interessantes e bem distribuídas.	4	
	Possibilidades para conversar	O espaço deve permitir interações sociais, facilitando conversas e trocas entre as pessoas (GEHL, 2013).	Analisar o nível de ruído e a adequação do ambiente para interações sociais.	Nível de ruído razoável, com algumas áreas mais tranquilas para interações sociais.	3	
	Possibilidades para o lazer	A inclusão de áreas de lazer e recreação oferece opções de descanso e diversão (GEHL, 2013).	Identificar a oferta de opções de lazer e recreação, avaliando sua diversidade e acessibilidade.	Excelente oferta de lazer, com atividades variadas, acessíveis a todos e bem distribuídas.	5	
Prazer	Escala humana	A arquitetura e o design dos espaços públicos devem ser proporcionais às necessidades e à percepção humana (GEHL, 2013).	Comparar o design do espaço público com as proporções humanas, verificando se ele é acolhedor.	Design bom, com áreas agradáveis e confortáveis, mas algumas podem ser melhoradas.	3	
	Oportunidades para boas experiências sensoriais	O ambiente deve proporcionar uma experiência sensorial agradável, incluindo vistas, sons e texturas agradáveis (GEHL, 2013).	Examinar o ambiente em relação à qualidade das experiências visuais, auditivas e táteis.	Boa experiência sensorial, mas com algumas áreas ainda pouco estimulantes.	3	
	Possibilidades para desfrutar de um clima positivo	Além de proteção, o espaço deve oferecer condições para o aproveitamento de um bom clima, como a luz do sol e a brisa (GEHL, 2013).	Avaliar a adequação do espaço para o aproveitamento de condições climáticas agradáveis, como sol e sombra.	Excelente aproveitamento do clima, com sombra e sol adequadamente distribuídos.	4	

Fonte: O autor (2024).

Proteção contra o tráfego e acidentes: O espaço público possui uma separação suficiente entre pedestres e veículos. Isso significa que há uma infraestrutura bem planejada, como faixas elevadas, barreiras físicas ou faixas exclusivas para pedestres, o que proporciona segurança. Os pedestres podem caminhar confortavelmente, com baixo risco de acidentes.

Proteção contra o crime: A iluminação e a segurança do espaço público são consideravelmente inadequadas. Embora haja alguma iluminação, ela é insuficiente em algumas áreas, o que pode ser perigoso, especialmente à noite. Além disso, embora haja monitoramento por rotas da

guarda municipal, a presença de policiamento é inexistente, o que pode contribuir para a sensação de insegurança.

Proteção contra condições climáticas: O espaço oferece sombra por meio da arborização existente, mas não é totalmente eficaz. Em dias muito quentes ou chuvosos, pode ser difícil encontrar um abrigo adequado que ofereça conforto para quem está no espaço.

Possibilidade para caminhar: A acessibilidade das rotas para pedestres é razoável, isso porque existem alguns pontos de interrupção, como trechos inacabados ou calçadas irregulares, que podem dificultar o acesso, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida. Ainda assim, a continuidade das rotas é boa na maior parte do parque.

Possibilidades para permanecer: Há áreas dedicadas ao descanso, mas que são de baixa qualidade. A falta de assentos confortáveis dificulta a permanência no espaço, tornando a experiência desagradável para quem deseja relaxar ou descansar durante a visita.

Possibilidades para sentar: A variedade de assentos e consequentemente as possibilidades de agrupamentos são limitadas e não atende adequadamente à demanda do público, o que pode dificultar o conforto e a permanência das pessoas no local. Além disso, a partir das visitas ao local é possível perceber que, costumeiramente, os moradores levam suas próprias cadeiras, o que reafirma a análise realizada sobre a ineficácia do espaço diante deste aspecto.

Possibilidades para ver: O espaço público oferece uma boa visibilidade em várias direções, com pontos de interesse visíveis e agradáveis. A paisagem ao redor é interessante, e há uma sensação de abertura e conectividade, permitindo que as pessoas desfrutem de uma experiência visual agradável enquanto percorrem o local.

Possibilidades para conversar: O ambiente pode ser adequado para interações sociais em horários de menor movimento, mas durante os picos de tráfego, o nível de ruído pode tornar as conversas difíceis. O barulho de veículos pode prejudicar a experiência social em algumas áreas do espaço.

Possibilidades para o lazer: O espaço público oferece uma excelente variedade de opções de lazer e recreação, acessíveis a diferentes faixas etárias e interesses. As atividades disponíveis são diversificadas, proporcionando opções para todos, o que torna o espaço atraente para diferentes grupos de pessoas.

Escala humana: O design do espaço público é razoavelmente bom e confortável, mas algumas áreas podem ser desproporcionais ou ociosas. Embora o espaço seja funcional, certas partes ainda não foram totalmente otimizadas para a escala humana.

Oportunidades para boas experiências sensoriais: O ambiente oferece uma experiência sensorial razoável, mas pode ser melhorado. Visualmente, algumas áreas são agradáveis, mas há outras que são menos estimulantes. O som também pode ser impactado pelo tráfego, e os estímulos táteis não são consistentes ao longo do espaço.

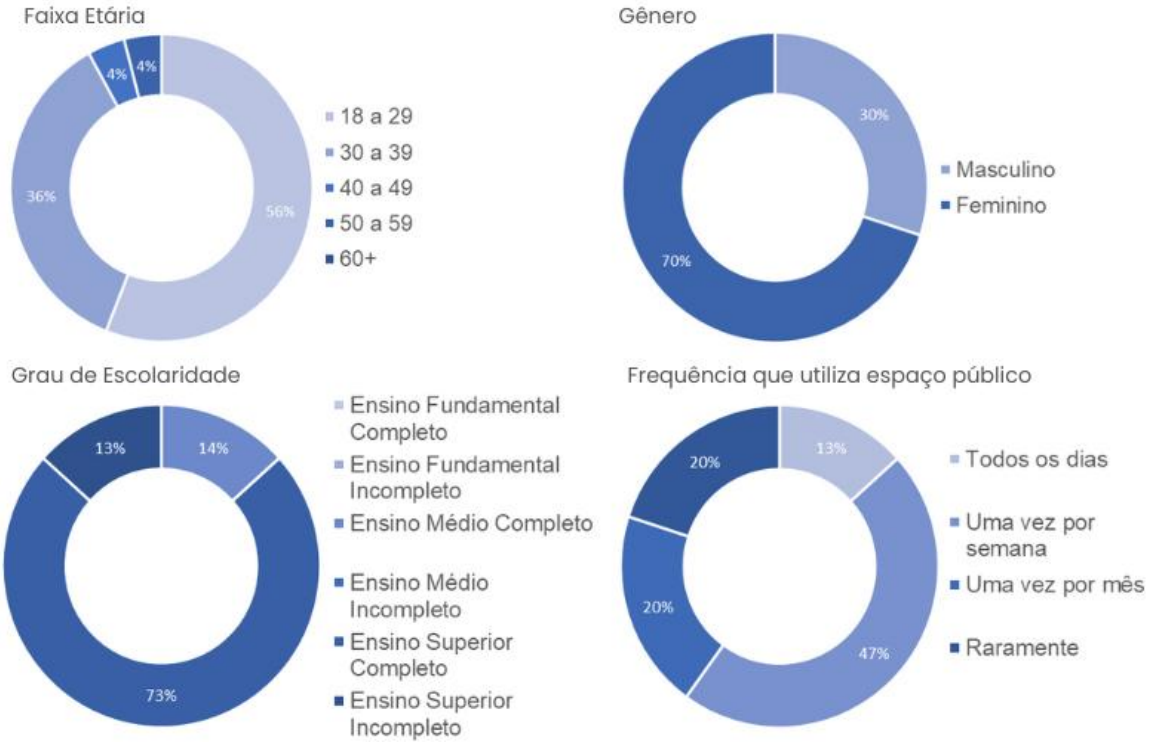
Possibilidades para desfrutar de um clima positivo: O espaço é bem projetado para aproveitar as condições climáticas, com boa distribuição de áreas ensolaradas e sombreadas. As pessoas podem aproveitar tanto os dias de sol quanto os momentos de sombra, tornando o ambiente confortável seja para tomar sol ou descansar na sombra.

Percepção do Usuário

Os gráficos a seguir apresentam uma análise detalhada dos dados coletados referentes às características demográficas dos participantes (Gráfico 1-4) e à percepção deles sobre os níveis

de importância (Gráfico 05) dos critérios de qualidade em espaços públicos. Essa análise permite identificar as preferências e prioridades do público-alvo em relação a esses critérios, que foram classificados em níveis de importância.

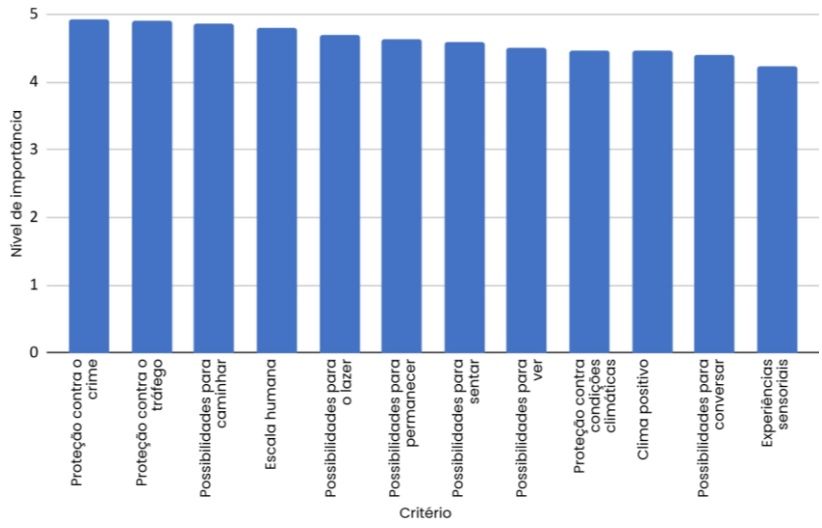
Gráficos 1, 2, 3 e 4: Dados demográficos dos participantes.



Fonte: O autor (2024).

A avaliação dos dados demonstra que alguns critérios se destacam como fundamentais na percepção de qualidade dos espaços públicos, influenciando diretamente na experiência positiva ou negativa dos usuários. No Gráfico 05, esses critérios estão organizados de forma hierárquica, destacando aqueles com maior impacto na percepção de qualidade.

Gráfico 05: Nível de importância dos critérios.



Fonte: O autor (2024).

Esses resultados indicam que os participantes buscam espaços urbanos que sejam funcionais e seguros, enfatizando a proteção e o conforto na mobilidade e permanência, mas sem priorizar tanto a experiência sensorial e social. Isso pode indicar a necessidade de políticas urbanas que fortaleçam esses aspectos básicos para satisfazer as necessidades principais dos usuários antes de expandir para elementos mais subjetivos e emocionais.

Os participantes valorizaram altamente a proteção contra o crime (Critério 2) e proteção contra o tráfego (Critério 1). Esse resultado sugere uma percepção de insegurança ou uma preocupação relevante com a segurança pessoal, tanto do ponto de vista de crimes quanto de perigos viários. É possível que os usuários estejam buscando espaços urbanos onde possam se sentir seguros, seja contra ameaças de violência ou acidentes de trânsito.

A caminhabilidade (Critério 4) aparece em terceiro lugar, destacando que a facilidade de movimentação pelo espaço é importante para os usuários. Em seguida, a escala humana (Critério 10) também aparece entre os critérios mais valorizados. Isso revela uma preferência por ambientes acessíveis e humanizados, onde as proporções sejam agradáveis e confortáveis para o ser humano.

A possibilidade de lazer (Critério 9) foi considerada relativamente importante. A permanência (Critério 5) e sentar (Critério 6), que ocupam posições médias, indicam que os usuários desejam espaços que favoreçam atividades de curta e média duração, podendo sugerir um interesse em locais para socializar.

Critérios como ver (Critério 7) e proteção contra condições climáticas (Critério 3) foram considerados menos importantes em comparação aos critérios anteriores. Isso sugere que, embora desejem uma certa proteção do clima e boas perspectivas do espaço, esses aspectos talvez não sejam tão críticos.

Na base da lista, temos clima positivo (Critério 12), conversa (Critério 8) e experiências sensoriais (Critério 11). Esses fatores mais subjetivos, que estão ligados a aspectos como o ambiente acolhedor, socialização e estímulos sensoriais, estiveram entre os menos relevantes, o que pode indicar que os participantes tendem a priorizar a funcionalidade e a segurança sobre aspectos mais subjetivos.

A Tabela 05 apresenta os pesos atribuídos a cada critério com base nas pontuações obtidas, que variam de acordo com a percepção de importância de cada um. Esses pesos refletem a relevância atribuída pelos participantes aos diferentes critérios de qualidade dos espaços públicos. Dessa forma, os critérios com maior impacto sobre a experiência dos usuários recebem maior peso, enquanto aqueles percebidos como menos relevantes têm menor influência na pontuação final. Essa abordagem permite uma avaliação mais precisa e alinhada às expectativas e necessidades dos frequentadores do espaço público.

Tabela 05: Determinação do peso por critério.

		Escala de Pontos						
Eixo	Critérios	1	2	3	4	5	Pontos	Peso (Ponderação)
Proteção	Proteção contra o tráfego	0	0	0	3	27	147	0,088
	Proteção contra o crime	0	0	0	2	28	148	0,089
	Proteção contra condições climáticas	0	0	3	8	19	136	0,081
Conforto	Possibilidades para caminhar	0	0	1	2	27	146	0,087
	Possibilidades para permanecer	0	0	1	9	20	139	0,083
	Possibilidades para sentar	0	0	2	8	20	138	0,083
	Possibilidades para ver	0	0	4	5	21	137	0,082
	Possibilidades para conversar	0	0	5	8	17	132	0,079
	Possibilidades para o lazer	0	0	1	7	22	141	0,084
Prazer	Escala humana	0	0	0	6	24	144	0,086
	Oportunidades para boas experiências sensoria	0	2	1	12	15	130	0,078
	Possibilidades para desfrutar de um clima posi	0	1	1	11	17	134	0,080
						Total	1672	

Fonte: O autor (2024).

Ponderação dos Fatores e Nível de Serviço

Aqui foi feita a ponderação dos fatores utilizando denominadores obtidos nas duas etapas anteriores (Tabela 06).

Tabela 06: Obtenção do Índice de Qualidade do Espaço Público - IQEP.

Critério	Fator de Ponderação	X	Pontuação da Avaliação Técnica
Proteção contra o tráfego	0,089		5
Proteção contra o crime	0,089		2
Proteção contra condições climáticas	0,082		3
Possibilidades para caminhar	0,088		3
Possibilidades para permanecer	0,083		2
Possibilidades para sentar	0,082		2
Possibilidades para ver	0,081		4
Possibilidades para conversar	0,078		3
Possibilidades para o lazer	0,084		5
Escala humana	0,086		3
Oportunidades para boas experiências sensoriais	0,077		3
Possibilidades para desfrutar de um clima positivo	0,080		4
	Índice de Qualidade do Espaço Público		3,25
	Nível de Serviço		C - REGULAR

Fonte: O autor (2024).

Após calcular o Índice de Qualidade do Espaço Público (IQEP), obteve-se o valor de 3,25 para uma escala de 1 a 5, em seguida, este foi comparado à tabela de Nível de Serviço, o que permitiu avaliar a condição geral do espaço. Os resultados indicaram que o espaço apresenta uma condição classificada como "Regular" para atender às necessidades de seus usuários e cumprir com seus objetivos funcionais.

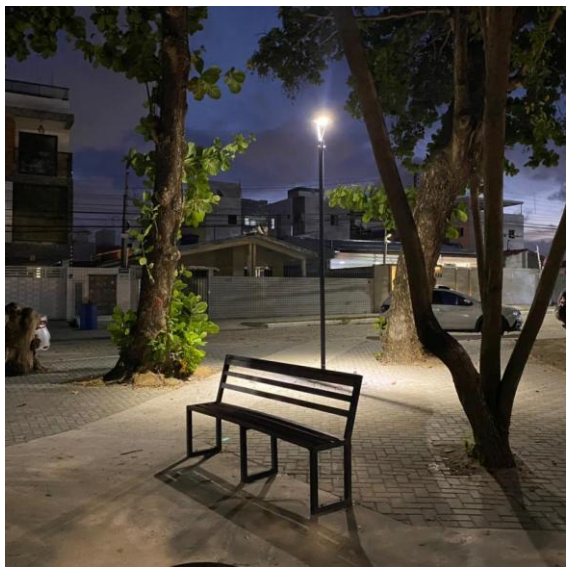
Considerando o crescimento contínuo do bairro Bancários, é fundamental que o planejamento urbano leve em conta as necessidades emergentes. A criação de novos parques e áreas de lazer, bem como a ampliação das calçadas, podem garantir que o bairro continue a ser um ambiente de boa qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, este estudo de qualidade do espaço público do Parque das Três Ruas, em João Pessoa, à luz dos 12 critérios de Jan Gehl, reafirma a necessidade de avaliar e desenvolver constantemente o espaço para garantir uma excelente experiência urbana aos seus frequentadores. Os resultados mostram que condições atendem de maneira satisfatória aos requisitos básicos para o ambiente urbano inclusivo e funcional. Por outro lado, há áreas identificadas que precisam de intervenções. A análise técnica e a percepção dos usuários coincidiram em que a condição do espaço público é regularmente satisfatória e que necessita de melhorias.

Uma das principais questões identificadas foi a insuficiência da iluminação (Figura 11), especialmente em áreas específicas do parque. A instalação de luminárias mais eficientes e o reposicionamento estratégico das existentes são ações prioritárias para garantir uma visibilidade adequada. Além disso, embora a vegetação natural ofereça um sombreamento indispensável em ambientes públicos, a criação de espaços cobertos é necessária para proteger os usuários durante condições climáticas adversas, complementando o sombreamento gerado pela arborização existente.

Figura 11: Insuficiência da iluminação.



Fonte: O autor (2024).

Outro ponto crítico foi a mobilidade e acessibilidade, comprometidas por percursos inacabados (Figura 12). É essencial finalizar esses caminhos, garantindo que todas as áreas do parque sejam acessíveis para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Adicionalmente, os equipamentos disponíveis, como bancos e áreas de descanso, apresentam baixa qualidade e conforto. Investimentos em mobiliário urbano que priorizem ergonomia, durabilidade e estética são indispensáveis para melhorar a experiência dos usuários.

Figura 12: Percursos inacabados.

Fonte: O autor (2024).

A manutenção também se destacou como um aspecto fundamental. Podas regulares são necessárias não apenas para manter a estética do espaço, mas também para evitar obstruções de iluminação e visibilidade. O gramado, em algumas áreas, apresenta desgaste significativo (Figura 13), exigindo irrigação eficiente e cuidados constantes para preservar a qualidade visual e funcional do parque. Por fim, se propõe que a inclusão de pontos de recarga para dispositivos móveis, mesas de apoio e bebedouros, poderiam não só aumentar a funcionalidade do espaço, mas também estimular o uso prolongado do parque.

Figura 12: Ausência de manutenção.

Fonte: O autor (2024).

O estudo alcançou seus objetivos ao oferecer uma análise detalhada sobre a situação atual do Parque das Três Ruas, e propor diretrizes para sua qualificação, dentro da metodologia aplicada. Entretanto, enfrentou limitações como o número reduzido de usuários consultados e o recorte geográfico específico, restringindo as possibilidades de generalização para outras áreas. Essas limitações evidenciam a necessidade de estudos complementares que contemplem outras regiões da cidade.

No caso do parque, foi identificada a ausência de projetos voltados para sua interpretação e estudo detalhado, o que motivou o desenvolvimento de iniciativas específicas. Essas iniciativas incluíram mapeamentos detalhados e a implementação de ferramentas de análise ambiental como decibelímetro e luxímetro, permitindo uma compreensão mais eficiente do espaço.

Nesse contexto, sugere-se que futuras pesquisas ampliem a análise, considerando uma amostra maior e a inclusão de variáveis adicionais. Estudos longitudinais também seriam recomendados para avaliar essas intervenções ao longo do tempo, possibilitando o monitoramento contínuo neste local. Assim, investigações futuras poderiam aprofundar o entendimento sobre a relação entre o crescimento urbano e a qualidade dos espaços públicos em bairros com características similares ao Bancários, contribuindo para um planejamento mais funcional.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Edilson. **Gestão de qualidade em serviços**. São Paulo: Atlas, 2007.

CARR, S.; FRANCIS, M.; STONE, A. M. **Espaço público**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CEP MAIS. Rua Bancário Waldemar de Mesquita Accioly, Bancários - João Pessoa PB - CEP 58051-420. Disponível em: https://www.cepmais.com.br/pb/joao-pessoa/bancarios/rua-bancario-waldemar-de-mesquita-accioly/58051420. Acesso em: 21 nov. 2024.

FERREIRA, L.; SANCHES, S. A. **Avaliação da qualidade do espaço público: O caso das calçadas**. São Paulo: Editora Universitária, 2001.

FERREIRA, L.; SANCHES, S. A. **Índice de Qualidade de Calçadas (IQC): Metodologia para Avaliação da Infraestrutura Urbana**. São Paulo: [Instituição ou publicação original], 2001.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GEHL, Jan. **Vida Entre os Edifícios: Usando o Espaço Público** . Copenhague: The Danish Architectural Press, 2006. (1ª ed. 1971).

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 28 out. 2024.

ITDP. **Índice de Caminhabilidade (iCam): Metodologia e Aplicações**. Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento, 2018.

ITDP - Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento. **Índice de Caminhabilidade - iCam: metodologia e aplicação**. Disponível em: https://itdpbrasil.org. Acesso em: 28 out. 2024.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades Americanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1961.

JOÃO DO RIO. **A Alma da Cidade**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1929.

JOÃO PESSOA (PB). Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Projetos de Revitalização Urbana**. Disponível em: https://www.joaopessoa.pb.gov.br. Acesso em: 28 out. 2024.

JORNAL DA PARAÍBA. **Bancários: crescimento e revitalização**. Disponível em: https://www.jornaldaparaiba.com.br. Acesso em: 28 out. 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LOUREIRO, S. **Espaço público e qualidade de vida nas cidades: uma abordagem integrada**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1960.

PATTON, Michael Quinn. **Pesquisa qualitativa e métodos de avaliação**. 3ª ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2002.

PROJETO PARA ESPAÇOS PÚBLICOS. **Quais critérios determinam um bom espaço público**. Projeto para Espaços Públicos, 2024. Disponível em: https://www.pps.org/article/que-criterios-determinan-un-buen-espacio-publico. Acesso em: 19 set. 2024.

SENNETT, Ricardo. **Praça e o Pilar: a sociedade urbana no século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

TZOULAS, Konstantinos; KATSIARAKIS, Nikos; ASTRY, Elizabeth; et al. **Promovendo o ecossistema e a saúde humana em áreas urbanas usando infraestrutura verde**. Gestão Ambiental, p. 453, 2007.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Paris, França: H. Garnier, 1908.

A PERSPECTIVA DE GÊNERO NO PLANEJAMENTO URBANO

UMA ANÁLISE CRÍTICA: O MUNICÍPIO DE CABEDELO-PB

Roberta de Paiva Saldanha [1]
Nirvana Lígia Albino Rafael de Sá [2]

RESUMO

O intuito do presente artigo é analisar o planejamento urbano sob uma perspectiva de gênero, tendo como recorte geográfico o município de Cabedelo, no estado da Paraíba. Apesar dos dados do Censo demográfico do IBGE de 2022 confirmarem mais uma vez a superioridade numérica das mulheres em relação aos homens isso não se reflete no tratamento dispensado às mulheres, em todas as esferas, incluindo a política. O corpo feminino é invisibilizado e menosprezado pelos planejadores urbanos, majoritariamente homens. Além de não participar das decisões, os padrões que norteiam as escolhas no planejamento das cidades são patriarcais e excludentes, seus critérios são obsoletos, pois tem como base um questionável "papel" da mulher na sociedade e na economia, o que põe abaixo a ideia de uma pretensa neutralidade, demonstrando a relevância de uma abordagem sobre o assunto. A análise da questão no município escolhido será precedida de uma revisão bibliográfica sobre o tema e posterior exame da existência de legislação municipal e políticas públicas urbanas com esse viés, para em seguida, após o conhecimento da realidade institucional e cotidiana, apresentar sugestões da incorporação de uma perspectiva de gênero no planejamento urbano do município de Cabedelo.

Palavras-chaves: gênero; planejamento urbano; cidade; vivência.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze urban planning from a gender perspective, focusing on the municipality of Cabedelo, in the state of Paraíba. Despite the 2022 IBGE Census data confirming once again the numerical superiority of women over men, this is not reflected in the treatment given to women in all spheres, including politics. The female body is invisibilized and underestimated by urban planners, mostly men. In addition to not participating in decision-making, the standards that guide choices in city planning are patriarchal and exclusionary; their criteria are outdated, based on a questionable "role" of women in society and the economy, undermining the idea of supposed neutrality, thus demonstrating the relevance of an approach on the topic. The analysis of the issue in the chosen municipality will be preceded by a literature review on the subject and a subsequent examination of the existence of municipal legislation and urban public policies with this bias, to then present suggestions for incorporating a gender perspective into the urban planning of the municipality of Cabedelo, after gaining an understanding of the institutional and everyday reality.

Keywords: gender; urban planning; city; experience.

[1] Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniesp
E-mail: 2021110690012@iesp.edu.br

[2] Orientadora do trabalho e Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniesp
E-mail: nirvana@iesp.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O espaço público e sua utilização pelas mulheres é um grave problema a ser enfrentado pelo planejamento urbano, negligenciado, na maior parte das vezes de forma intencional, para perpetuar a desigualdade e manter os tradicionais papéis de gênero impostos pela sociedade patriarcal. O presente artigo busca examinar a ausência de inserção da mulher na política como forma de perpetuação das desigualdades e adversidades sofridas por esse grupo majoritário historicamente desprezado. A questão será enfrentada com amplitude, mas analisar a inserção da mulher na política urbana e no planejamento do município de Cabedelo na contemporaneidade é o objetivo geral do presente trabalho. De forma específica, o estudo vai abordar três aspectos: a) a discussão da relação mulheres-cidade, seus problemas e dificuldades e um breve histórico; b) a apresentação de um diagnóstico da perspectiva de gênero na política urbana e no planejamento do município de Cabedelo; c) a apresentação de sugestões de formas de inclusão das mulheres no planejamento urbano.

Outro aspecto importante da pesquisa é a análise do Plano para a Justiça de Gênero 2021- 2025 da prefeitura de Barcelona, na Espanha, que põe a perspectiva feminista no centro das políticas públicas, substituindo o plano anterior (2016-2020), como instrumento para eliminar as desigualdades de gênero na cidade. A norma em questão buscou aprimorar a anterior a partir de uma análise de suas conquistas e aprendizados. Ambas foram instituídas na gestão da prefeita Ada Colau Ballano que ficou à frente da cidade por oito anos, tendo seu mandato encerrado em meados de 2023.

Segundo os dados do Censo demográfico do IBGE de 2022, 51,5% da população brasileira é composta por mulheres e 48,5% por homens. Somos seis milhões de mulheres a mais que os homens no Brasil e apesar da maioria numérica feminina, as mulheres ficam à margem do planejamento urbano e da política, além de outras esferas. O corpo feminino é objetificado, esquecido em sua expressão política, invisibilizado e menosprezado pelos planejadores, que são, em sua irrefutável maioria, homens. Além de não participar das decisões, os padrões que norteiam as escolhas são patriarcais e excludentes, seus critérios são obsoletos, pois têm como base um questionável "papel" da mulher na sociedade e economia. Tudo isso precisa ser discutido e revisto. Além do entendimento das razões e porquês de em pleno século XXI ainda estarmos vivenciando um cenário com alarmantes índices de violência de gênero, feminicídios, assédios, estupros, precisamos discutir o que e como fazer para que o espaço público deixe de ser hostil para as mulheres. Como a organização do espaço público interfere para legitimar as desigualdades econômicas entre homens e mulheres e o que fazer em termos de planejamento urbano para o enfrentamento de tais distorções?

O recorte geográfico dado para a pesquisa é o município de Cabedelo- PB. O primeiro passo é a análise da legislação urbana da cidade no intuito de identificar ou não a existência de uma política urbana voltada para uma perspectiva de gênero. A busca por dados que mapeiem as condições econômicas e sociais das mulheres que habitam e trabalham no município é outro ponto de fundamental importância no nosso trabalho, e, por fim, após conhecer a realidade institucional e cotidiana, nosso intento é a apresentação de sugestões para a incorporação de uma perspectiva de gênero no planejamento urbano do município de Cabedelo.

O primeiro ponto de abordagem será a relação cidade, gênero e planejamento urbano e uma breve digressão histórica sobre o tema. Em seguida, após uma sucinta apresentação do município e suas características principais, a análise se deterá no planejamento urbano e política do município referido voltada para a concepção de gênero. O passo seguinte será a análise de

documentos de política urbana com esse viés de duas cidades distintas: João Pessoa, capital da Paraíba, cidade conurbada à Cabedelo, e Barcelona, na Espanha, uma das cidades no mundo onde a política urbana direcionada para a perspectiva de gênero é referência. Delineados os cenários de Cabedelo e das cidades referências escolhidas, o momento subsequente é de apresentar ideias de intervenções possíveis no sentido de alinhar a legislação urbana do município ao enfrentamento da questão de gênero.

Defendemos a importância do presente estudo, pois, além de uma alerta quanto a omissões existentes, deliberadas ou não, no planejamento urbano municipal no que se refere aos problemas e necessidades das mulheres na sua vivência da cidade, também serve para apontar caminhos possíveis no enfrentamento dessa questão que atinge sua população majoritária.

A metodologia analítica descritiva foi adotada para o presente artigo, fundamentada basicamente em pesquisa bibliográfica e de dados institucionais e sua análise, e obedeceu às seguintes etapas:

Busca e seleção de material bibliográfico referente ao tema objeto de estudo;

Leitura e identificação de obras, autores e suas principais ideias;

Análise da legislação urbanística de Cabedelo no intuito de identificar a existência ou não de abordagem de perspectiva de gênero e de políticas públicas nesse sentido e de dados estatísticos oficiais quantitativos e qualitativos sobre a situação das mulheres no município;

Estudo comparativo da legislação urbana com o viés da perspectiva de gênero de dois outros municípios, o de João Pessoa, conurbado ao de Cabedelo, e o de Barcelona, na Espanha, cidade referência no mundo na política urbana de inclusão da perspectiva de gênero.

A pesquisa bibliográfica de material sobre gênero e o tema no Brasil e, também, fora de suas fronteiras foi o ponto de partida da pesquisa, com o objetivo de compreender o tema e suas nuances. Em seguida, deu-se a identificação e seleção do material bibliográfico, com posterior leitura, anotações textuais e indicação das obras e autores.

A fase seguinte foi a de busca na legislação urbanística do município de Cabedelo para aferição da existência de normas ou políticas públicas que tratem da questão e para fins de comparação, foi examinada a legislação urbanística de João Pessoa e o Plano para justiça de gênero da cidade de Barcelona, na Espanha, Outro documento analisado foi o Guia para cidades mais inclusivas, elaborado pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Além do arcabouço teórico citado e sua análise crítica, necessário se fez a obtenção de dados acerca da condição das mulheres no município. O *site* do município, documentos oficiais, além de dados do IBGE foram consultados para tal fim.

Afora o material referido, outras informações foram obtidas por meio de conversas informais com funcionária do município.

2. A RELAÇÃO MULHERES-CIDADE. A PERSPECTIVA DE GÊNERO

A cidade é uma estrutura em constante transformação, com atores diversos. No presente trabalho nossa atenção se volta para um desses, as mulheres, suas necessidades, vivências, dinâmicas, relação com a cidade e diferenças com os agentes masculinos, protagonistas nesse cenário e detentores do poder decisório. A partir de quando essa diferenciação e seus porquês instalou tamanha assimetria? Nossa pesquisa inicia de tais pontos para então situar a questão feminina no cenário contemporâneo da cidade e como suas demandas e enfrentamentos são tratados pelo planejamento urbano, de gênese patriarcal. Zaída Muxí (2019) nos explica que as

decisões de urbanismo levam em conta a figura do homem "saudável", com capacidade plena, trabalho fixo e bem remunerado e com uma vida privada resolvida por outra pessoa e tal premissa decorre da invisibilidade e não valoração das experiências femininas.

Leslie Kern (2021) afirma que a identidade de gênero feminina molda a forma como as mulheres se movem na cidade, sua vivência do cotidiano e opções disponíveis. Tudo isso revela que não há nos espaços uma neutralidade. Mª Ángeles Muñio (2018) relaciona a história dos espaços à história dos "poderes", argumentando que a arquitetura nos mostra o plano simbólico das relações entre sujeitos e a questão de gênero intervém como fator fundamental para tanto.

Além das autoras citadas, dentre as referências bibliográficas consultadas para o presente trabalho, destacam-se também Montaner (2021, 2023) e Jane Jacobs (2011). Montaner defende a necessidade de uma dimensão política no modo de fazer arquitetura, que se contrapõe ao enfoque neoliberal, para inclusão, com a participação efetiva, das comunidades e pessoas comuns, da perspectiva feminista e ambiental. O autor propõe uma revisão das questões relativas à evolução da arquitetura a partir da condição contemporânea. Já Jacobs, em sua obra "Morte e vida das grandes cidades", livro referência do urbanismo desde sua publicação (1961) até os dias atuais, ataca o pensamento urbanístico vigente cuja base é a setorização para fins de organização espacial das cidades, defendendo a mescla de usos e usuários como a única forma de garantir sua vitalidade. A autora, ainda que de forma indireta, trata da questão feminina, ao questionar a prática vigente a partir da vivência cotidiana da diversidade dos seus usuários.

Para uma adequada abordagem do tema, uma questão prévia a ser abordada é o significado da palavra gênero. Esta pode ser entendida como a expressão cultural que atribui uma conduta adequada aos sexos em uma determinada sociedade e época. A palavra gênero está relacionada, portanto, a uma série de papéis culturais, características socialmente atribuídas, associados aos sexos feminino e masculino, que não tem correlação com a capacidade real das pessoas. Zaida Muxí (2019, p.20/21) adverte que a estruturação dos papeis de gênero amparados "na suposta dualidade do sexo biológico do nascimento" (tradução nossa) não é inofensiva e que ao rever historicamente o conceito ao longo da história ocidental outra não é conclusão de que este serviu para colocar as mulheres numa posição de subordinação, uma estratégia de dominação que atravessa e condiciona de forma desigual outras diferenças como classe, origem cultural e religiosa, inclusive, educacionais. Essa construção de papéis, além de atribuir habilidades particulares, sinaliza espaços e prioridades distintas para homens e mulheres.

A autora defende a necessidade de recontar, de reescrever a história da arquitetura e urbanismo incluindo as contribuições femininas que foram silenciadas ou invisibilizadas ao longo do tempo. É o que Grada Kilomba (2019) chamaria de "tornar-se sujeito", fazendo referência ao uso dos conceitos de "sujeito" e "objeto" de Bell Hooks (2019)[6]. Segundo Gerda Lerner (2019, p.28) "as mulheres são e foram peças centrais, e não marginais para a criação da sociedade e a construção da civilização". Embora a autora reconheça o papel das mulheres como sujeitos e agentes da história, coube aos homens, em decorrência do sistema patriarcal, a organização do conhecimento, e, portanto, este não pode ser qualificado como universal e sim sexista. O que é "ser mulher", e quais seriam suas atividades inatas, foi definido pelos detentores do poder, no caso os homens.

Às mulheres foram atribuídas capacidades e funções relacionadas a "casa" e às tarefas de cuidados, ao âmbito privado, ao passo que aos homens competências que dizem respeito à cidade, ao trabalho produtivo, ao âmbito público.

Mas como a arquitetura e o urbanismo foram afetados por esse processo? Zaida Muxí (2018, 2019) destaca que todas as medidas, parâmetros arquitetônicos associados à beleza tomaram como base o ideal de proporção do homem varão ariano e essa visão permeou a criação do

Modulor por Le Corbusier e o sistema de medidas de Ernest Neufert[8] no século XX. As dimensões e proporções do homem são, portanto, a base da configuração dos espaços.

Menciona a arquiteta, ainda, o apagamento, o esquecimento ou ausência de reconhecimento do protagonismo feminino ao longo de milênios da história das contribuições das mulheres no campo da arquitetura e urbanismo, a exemplo, dentre outros, de Aino Marsio, Elsa Kaisa Makiniemi, sócias de Alvar Alto, Charlotte Perriand e Lilly Reich, colaboradoras de Le Corbusier e Mies van der Rohe, respectivamente, e Denise Scott Brown, arquiteta e esposa de Robert Venturi, que trabalhou associada ao mesmo durante trinta anos, mas teve seu nome esquecido quando do recebimento do prêmio Pritzer pelo arquiteto em 1991. Montaner (2023) sustenta que historicamente a atuação feminina foi invisibilizada e os relatos existentes são injustos, insuficientes e obsoletos e, de forma intencional, buscaram excluir as mulheres e enfatizar figuras masculinas como gênios da criação.

A geógrafa feminista Jane Darke, citada por Leslie Kern (2021, p.29) ensina que: "Qualquer assentamento é uma inscrição no espaço das relações sociais na sociedade que o construiu. Nossas cidades são patriarcados escritos na pedra, no tijolo, no vidro e no concreto". Até as diretrizes da cidade de Toronto consideradas para efeitos do vento levaram em conta a pessoa padrão e pelas características de altura, peso e área, tal equivale a de um homem adulto, assevera Leslie Kern (2021). A referida autora adverte que o símbolo de gênero no ambiente construído nos lembra da dominação masculina, fazendo menção aos monumentos que enaltecem a força militar, os arranha-céus que evidenciam o poderio econômico corporativo dos homens e, ainda a uma série de monumentos fálicos históricos e contemporâneos como a torre de escritórios.

Muitos outros aspectos poderiam ser abordados envolvendo a relação mulheres e arquitetura, a exemplo, da tipologia das casas, mas como o estudo que ora se propõe entra na esfera do urbanismo, passaremos logo ao enfrentamento dessa questão.

Aquilo que hoje se denomina como urbanismo foi se formando, com características disciplinares específicas e seus instrumentos, entre a segunda metade do século XIX e início do século XX em decorrência de progressivos processos de industrialização de alguns países europeus ocasionando modificações na estrutura dos assentamentos territoriais, como destaca Donatella Calabi (2015). Seu campo de aplicação é a cidade, o controle de sua ampliação e sua organização. Pode ser definido, portanto, como a arte de planejar o desenvolvimento físico das cidades, resolvendo conflitos sociais. Condições de vida saudáveis e seguras, sistema de transporte adequado, bem estar e qualidade de vida das pessoas estão dentre seus objetivos. A ideia base do urbanismo, portanto, seria atender a todas as pessoas na cidade, o que efetivamente não aconteceu nem acontece hoje. Tudo continua como Jane Jacobs denunciou desde 1961 em "Morte e vida das grandes cidades":

> A pseudociência do planejamento urbano e sua companheira, a arte do desenho urbano, ainda não se afastaram do conforto ilusório das vontades, das superstições conhecidas, do simplismo e dos símbolos e ainda não se lançaram na aventura de investigar o mundo real (IDEM, p.12)

A parcela majoritária é simplesmente esquecida por muitos dos planejadores urbanos que projetam a cidade sob a ótica do capital, numa lógica masculina. Não há presença das mulheres nas decisões urbanas nem como usuárias do espaço público. Montaner e Zaida Muxí elucidam o retrato contemporâneo do urbanismo:

> (...) nas últimas décadas, por causa da pressão dos processos especulativos, especialmente no fim do século XX e início do XXI, o planejamento urbano perdeu o valor de defesa do público e tendeu a legitimar os direitos da propriedade privada e dos investidores. Colocou-se a serviço das estratégias neoliberais, dos capitais globais e da financeirização das cidades, acima das necessidades da coletividade. O

> urbanismo não é neutro nem alheio às pressões dos poderes e dos momentos históricos. (MONTANER E MUXI, 2021, p. 91)

As considerações acima evidenciam a necessidade e urgência de ampliação do debate. O chamado urbanismo com perspectiva e visão de gênero parte da ideia de inclusão e da redefinição de seus objetivos para abraçar a necessidade da totalidade de seus usuários e a diversidade de situações. Isso implica em trazer para o âmbito do urbanismo as vivências das mulheres, suas necessidades e principais questões. O trabalho reprodutivo, que inclui também as atividades domésticas e de cuidado de outras pessoas, prioritariamente desenvolvido por mulheres, principalmente aquelas com menor poder aquisitivo, devem ser levados em consideração da mesma forma que o trabalho produtivo no momento de se planejar a cidade. Como bem adverte Gerda Lerner (2019, p. 29): "As mulheres são maioria, mas são estruturadas em instituições sociais como se fossem minoria".

Como seria projetar uma cidade com a inclusão da perspectiva de gênero? Quais seriam as ideias básicas para tanto? O urbanismo de gênero, conforme assevera Lucía Pérez-Moreno (2018) ao sintetizar o pensamento de Zaida Muxí, se contrapõe aos fundamentos do urbanismo moderno, quais sejam o zoneamento (setorização conforme usos), a hegemonia do automóvel e a ausência de diversidade de escalas urbanas. Superar a divisão de cidade por partes e incorporar a vida cotidiana das mulheres e sua complexidade na discussão é o ponto central do urbanismo com esse viés. Outros aspectos importantes são trabalhar com a ideia de proximidade para atender a real necessidade das pessoas, e possibilitar a participação ativa das mulheres no planejamento urbano enquanto profissionais de arquitetura e urbanismo e também como usuárias da cidade.

Trabalhar na escala de bairro, estabelecer micro-estratégias, utilizar instrumentos efetivos para a busca do conhecimento das realidades de cada grupo específico de mulheres, são outros elementos a serviço do urbanismo de gênero ou urbanismo feminista.

Feitas tais digressões, no tópico seguinte abordaremos o que acreditamos ser os principais problemas das mulheres na cidade, fazendo um contraponto com a vivência masculina.

2.1 PROBLEMAS E ENFRENTAMENTOS DAS MULHERES NA CIDADE

Quais os problemas existentes nas cidades que afetam as mulheres impactando o seu dia a dia de forma diferente dos homens? A primeira coisa que temos que ter em mente é que os enfrentamentos do cotidiano das mulheres vão se intensificando na medida em que outros elementos vão sendo adicionados como: raça, classe social, nacionalidade, etc. A análise interseccional, portanto, é fundamental para o entendimento da questão de uma forma mais ampla e não segmentada.

Nas decisões urbanas tomadas majoritariamente por homens, e seguindo sua lógica, as necessidades das mulheres não são levadas em consideração, até mesmo porque o lugar original da mulher na ótica patriarcal é a casa, cuidando da família. Como bem adverte a geógrafa canadense Leslie Kern:

> A cidade foi criada para apoiar e facilitar os papéis tradicionais do gênero masculino e estabelecendo as experiências dos homens como 'regra', com pouca consideração de como a cidade cria bloqueios para as mulheres e ignora seu contato diário com a vida urbana. Isso é o que quero dizer com 'cidade dos homens'. (KERN, 2021, p. 19)

O direito à cidade pelas mulheres é precário e limitado. A liberdade do corpo feminino de ir e vir na cidade é relativa. O grau de insegurança com que as mulheres transitam na cidade é indiscutivelmente maior que o dos homens e essa condição é agravada exponencialmente quando associada à raça e classe social. Além da violência geral a qual todas as pessoas estão submetidas, estas têm que lidar com a violência praticada em razão da condição feminina, simplesmente pelo fato de ter nascido mulher. Por isso, são perfeitas as afirmações de Joice Berth de que as "(...) as mulheres habitantes das cidades partilham da experiência de ser um corpo estranho, indesejado, invadido e apto a ser cerceado ou limitado" (2023, p. 157).

O primeiro problema visualizado diz respeito à segurança. As mulheres geralmente não se sentem seguras em seus deslocamentos na cidade. Existem espaços que "devem" ser evitados pela sua condição de potencialmente perigosos para mulheres. Os trajetos percorridos são definidos não pela distância física, mas sim pelo medo. Será que é seguro? Esse certamente é o primeiro questionamento feito pelas mulheres antes de iniciar uma caminhada ou permanecer sozinha aguardando o ônibus em determinado lugar ou horário. A mulher é um ser potencialmente vulnerável no espaço urbano.

Outro transtorno vivenciado pelas mulheres decorre do fato dos equipamentos públicos dos espaços da cidade não serem adequados para as mulheres em geral. E tal condição ainda é pior se à condição feminina for associada outro aspecto. Um exemplo comum é o de uma mãe com criança de colo ou com um carrinho de bebê. Haveria um local público apropriado para pessoas com filhos na cidade? O problema atinge mulheres de todas as idades e circunstâncias. Leslie Kern (2021) menciona que o planejador urbano quando instado a criar um espaço para jovens sempre o faz pensando nos interesses e nas práticas associadas ao sexo masculino. A autora cita um exemplo de uma empresa de arquitetura sueca que solicitou a participação de meninas num projeto de espaço público e o lugar projetado criava uma ambiência de intimidade sem a sensação de confinamento, algo bem diferente das infindáveis quadras de esportes nos espaços públicos.

Além da questão de segurança e inadequação de equipamentos públicos, as mulheres sofrem ao se deslocar na cidade, principalmente a parcela que não detém uma condição social e econômica que lhe permita fazer uso do automóvel e terceirizar as tarefas de cuidado (geralmente para outras mulheres de classe social inferior).

O primeiro ponto a ser enfatizado nessa questão é que a relação tempo-atividades da mulher é totalmente distinta do homem. As chamadas tarefas de cuidado, que envolvem as atividades de mãe e de dona de casa, somadas ao trabalho tido como produtivo, que é o remunerado, tornam o dia da mulher insuficiente para tanto. Zaida Muxí (2018) nos explica que as múltiplas atividades femininas vão refletir na mobilidade. O padrão de movimento do homem é direto, linear, de ponto a ponto, ao passo que o da mulher é poligonal devido ao somatório das tarefas de cuidado com o trabalho remunerado e vai acarretar uma maior diversidade de paradas entre o ponto inicial e final.

Segundo Leslie Kern (2021), o transporte público foi concedido tendo como parâmetro o deslocamento do homem em uma direção específica e para atender a um momento específico, o trabalhador do escritório que é o passageiro masculino comum. Prossegue, afirmando que: "Todas as formas de planejamento urbano se baseiam em um conjunto de suposições sobre o cidadão urbano 'típico': seus planos de viagem, necessidades, desejos e valores" (p.55).

Ainda tratando da complexidade dos deslocamentos das mulheres, Leslie Kern (2021) cita como exemplo uma mãe de duas crianças pequenas que pega um ônibus para deixar o filho na creche e logo após volta para deixar o outro na escola, para só depois pegar o trem que a levará para o trabalho. Na jornada de retorno, além de buscar as crianças, a mãe tem que comprar ingredientes para fazer o jantar e comprar fraldas. Com os pacotes das compras, o carrinho de

bebê e outra criança pequena, ela retorna para casa em ônibus lotado, tendo um gasto com transporte que supera o dos homens. A escritora canadense adverte:

> Uma pesquisa recente descobriu que o transporte é outra área em que as mulheres pagam um 'imposto cor de rosa' (pagando mais por serviços semelhantes aos dos homens). As mulheres são mais propensas a depender do transporte público do que os homens, embora sejam mais mal atendidas por ele. A pesquisa de Sarah Kaufaman mostrou que na cidade de Nova York, por exemplo, as mulheres que cuidam de crianças podem pagar até 76 dólares a mais por mês de transporte (KERN, 2021, p.56).

Joice Berth (2023) fazendo referência a estudos realizados pela Secretaria do Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo, diz que as mulheres superam os homens no número de pedestres na cidade e que seus deslocamentos, além do trabalho, envolvem questões atinentes a atividades que lhes são naturalmente incumbidas como levar filhos à escola, acompanhar pessoas da família na sua ida ao médico, fazer compras, etc. O estudo revelou ainda que as mulheres são as maiores usuárias do transporte público e que, dentre pedestres, o maior número é de mulheres periféricas.

Toda essa problemática envolvendo mulheres e cidade se intensifica num modelo de cidade funcionalista e segregada, onde há uma divisão de usos na configuração das cidades e, portanto, aumento das distâncias.

3. O MUNICÍPIO DE CABEDELO. LEGISLAÇÃO URBANA E POLÍTICA DE INSERÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO. UMA BREVE COMPARAÇÃO COM INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS DE OUTRAS CIDADES

O nascimento da cidade de Cabedelo remonta ao final do século XVI, na década de 1580 e se deu em torno da fortaleza construída pelos portugueses com a finalidade de defender a cidade de João Pessoa, à época chamada Filipéia de Nossa Senhora das Neves. Naquele tempo, esta pertencia à cidade de João Pessoa e só alcançou autonomia e a condição de vila em 1908. A vila foi extinta em 1928 e seu território devolvido à cidade de João Pessoa, em 1933 passou a ser distrito e, somente em 1956, foi elevado à categoria de município.

É uma cidade litorânea e também banhada pela bacia hidrográfica do Rio Paraíba. O município de Cabedelo é conurbado com João Pessoa, sendo a BR 230 a principal via de ligação entre as duas cidades. Segundo dados do último censo do IBGE (2022) tem a população estimada de 66.519 habitantes, sendo composta por 47,91 % de homens e 52,09 % mulheres. Sua área territorial é de 29.873 km² e, geograficamente, apresenta uma configuração singular, possuindo 24 bairros, distribuídos em 18 quilômetros de extensão e 03 quilômetros de largura.

A escolha de Cabedelo foi motivada pela cidade ser de pequeno porte, mas economicamente um das mais ricas do Estado devido à presença de um porto de grande importância no transporte de cargas. Ainda de acordo com o IBGE, tem o 3º maior PIB do Estado da Paraíba, perdendo somente para João Pessoa e Campina Grande, posição que se manteve no Censo de 2022.

Os dados obtidos pelo *site* da prefeitura municipal revelam, em relação à participação política feminina no município, que o atual prefeito e também o vice eleitos para o período de 2021 a 2024 e, 14 dos 15 vereadores são homens[12]. A presença feminina é constatada nas secretarias municipais, mas os cargos administrativos ligados ao planejamento e dinâmica da cidade, nas secretarias de planejamento urbano e habitação, infraestrutura, meio ambiente e mobilidade urbana são ocupados por homens. Existe uma secretaria de políticas públicas das mulheres, que tem como secretária uma mulher, mas suas atribuições na formulação, coordenação e articulação de políticas públicas são de "assessoramento" do chefe do poder executivo. Foi

constatado, ainda, por informações obtidas junto à funcionária do município, que não há qualquer conexão ou atuação conjunta entre a secretaria de política pública das mulheres com as secretarias acima citadas. A composição administrativa do município revela que o poder decisório está em mãos masculinas, o que se estende para a câmara municipal. Esse microcosmo revela com possíveis exceções pontuais a situação do país no particular.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 182, estabeleceu como instrumento básico de política de desenvolvimento e de expansão urbana, o Plano Diretor. Tal instrumento de política urbana é obrigatório para cidades com mais de 20.000 habitantes, devendo ser revisado dentro de dez anos no máximo. Sua importância para o planejamento e gestão é inquestionável, pois as diretrizes nele traçadas tem influência direta na estruturação da cidade, no seu processo de produção. A legislação urbanística tem o poder de moldar a cidade já que é responsável por regular o uso e ocupação do solo. As afirmações de Rolnik de que "não há 'problema' urbano ou marca urbanística (...) que não esteja associado a decisões no âmbito de sua política urbana" (2022, p.102) se referindo a São Paulo, cabe para qualquer cidade.

No município de Cabedelo o Plano Diretor foi instituído em 2006, por meio da Lei Complementar n. 20, e tal norma sofreu alteração por meio das Leis Complementares 29 e 31 de 2011 e 60, de 2017. Atualmente está em processo de revisão tardia, já que se passaram aproximadamente 18 anos de sua instituição. A análise do documento vigente, com suas alterações atesta a ausência de qualquer referência a uma política de inclusão das mulheres no planejamento urbano, ainda que estas numericamente superem os homens com relativa folga. Não há, ainda, legislação específica a esse respeito.

Foram examinadas, ainda, a Lei Orgânica do município, publicada no Diário Oficial, em 15 de maio de 1990 e as alterações introduzidas por suas 24 emendas, a última ocorrida em 25.06.2020, e o Código de Posturas (Lei 307/77), de 01.11.1997, com as modificações incorporadas pela LC nº 19 de 24.01.2006. Isso nos revela, de forma induvidosa, que a questão da inserção da perspectiva de gênero passa ao largo da política urbana no município. Ainda que incipiente, esse novo olhar inclusivo já ecoa em algumas cidades, principalmente estrangeiras, mostrando a necessidade de implementar discussões sobre o espaço urbano para atender também às demandas do corpo feminino. Joice Berth (2023) adverte acerca da elitização do ensino superior em arquitetura e urbanismo, pregando a necessidade de ampliação das discussões sobre o espaço urbano para além do hermético e do técnico. Na tentativa de mostrar essa nova abordagem no planejamento urbano, analisaremos a seguir a legislação urbana de João Pessoa e da cidade espanhola de Barcelona.

João Pessoa tem uma relação de proximidade com Cabedelo e há entre ambas um movimento pendular. Ademais, Cabedelo integra a região metropolitana de João Pessoa. Tais aspectos justificam a análise referida. Já a legislação urbana da cidade de Barcelona interessa ao nosso estudo em virtude de ser uma referência no mundo de inserção da perspectiva de gênero no planejamento urbano.

O Plano Diretor de João Pessoa, capital da Paraíba, foi revisto recentemente pela Lei Complementar 164/2024. Na análise do documento legal referido, observamos que houve um importante avanço na legislação urbanística do município, pois pela primeira vez foi feita referência à mulher no âmbito do planejamento urbano. No capítulo II, o art. 6º, ao elencar os princípios do novo regramento, incluiu, no inciso XIV, a equidade de gênero, princípio de justiça social que tem como fundamento promover e garantir igualdade de oportunidades entre os gêneros, partindo da premissa da existência de diferenças e particularidades entre homens e mulheres, em especial das desigualdades socioespaciais vivenciadas por ambos. Mais adiante, aponta a promoção da igualdade de gênero dentre as diretrizes para o desenvolvimento social (art. 18, inciso VII, capítulo IV, título II). Tais normas de caráter principiológico, informativo

e direcional não são suficientes para modificar, por si só, a situação de desigualdade. Para tanto, é necessário a existência de normas concretas, passíveis de execução prática. Ao examinar o restante do novo documento legal, vislumbramos a possibilidade de a administração pública municipal ter iniciado, ainda que de forma reduzida, a inclusão da perspectiva de gênero. Ao estabelecer o sistema de planejamento urbano integrado e a formação de sua composição pela secretaria municipal de planejamento, conselho municipal da cidade de João Pessoa – CMC e conselho de desenvolvimento urbano – CDU, estabelecendo número de membros e outros requisitos, a administração pública deixou de reservar vagas para mulheres como conselheiras ou participantes nos referidos conselhos, o que contraria a base principiológica do plano. Nem a abordagem aditiva comumente utilizada, que consiste em adicionar numericamente mulheres, foi adotada. É certo que a possibilidade de legislação específica para tornar efetivo o princípio mencionado existe, mas até o presente nada foi feito a esse respeito.

Passamos da total ausência de uma política urbana sob a perspectiva de gênero do município de Cabedelo para o caso de João Pessoa, onde o novo Plano Diretor reconhece expressamente a existência de desigualdade socioespacial entre homens e mulheres e estabelece como princípio a equidade de gênero, mas não há nenhuma norma concreta que o efetive. A análise subsequente é da legislação urbana de Barcelona, qual seja o Plano para a Justiça de Gênero 2021-2025.

O Plano se divide em quatro eixos estratégicos: mudança institucional, economia para a vida e organização dos tempos, cidade dos direitos e bairros próximos e sustentáveis. O primeiro eixo "mudança institucional" é direcionado para o funcionamento interno da Câmara Municipal de Barcelona e tem como objetivo o aprofundamento das modificações nas práticas e na cultura da instituição para garantir a inserção da perspectiva de gênero. Já o eixo "economia para a vida e organização dos tempos" busca garantir condições econômicas e materiais da vida das mulheres. A "cidade dos direitos" é o eixo que trata da promoção da defesa dos direitos das mulheres, abrangendo aspectos sociais, culturais e de representação. O último eixo, "bairros próximos e sustentáveis" tem como finalidade a construção de novos bairros centrados na vida cotidiana, com maior conforto, justiça, igualdade, segurança e sustentabilidade. A amplitude do alcance do plano é inquestionável. No presente artigo nos deteremos na análise do último eixo, que trata da relação da mulher com a cidade, do urbanismo propriamente dito, apesar da nossa compreensão de que todos os demais estão interligados.

O eixo "bairros próximos e sustentáveis" trata de uma variedade de elementos. A ideia de um desenho urbano com atenção às tarefas da vida cotidiana da diversidade dos usuários, usos sociais, diferentes turnos, etc., que resultou na implantação do modelo da "supermanzana" ou "superilhas" para trazer espaços mais confortáveis para todas as pessoas e trabalho próximo é um desses aspectos. Um dos pontos do programa das Superilhas, como destacou Manzani (2024), é a restrição do trânsito e a transformação das ruas em espaços públicos multifuncionais, como podemos atestar nas imagens a seguir de dois bairros da cidade de Barcelona.

Partindo da premissa que a trama urbana foi idealizada para dar resposta à atividade econômica realizada por homens em mais de 70% (setenta por cento), o plano busca o aprofundar o diagnóstico de gênero no espaço urbano e seus elementos, principalmente em lugares periféricos, e assegurar a incorporação de critérios de gênero no planejamento e projetos urbanos.

A mobilidade urbana entra na pauta de discussão do eixo. As mulheres são maioria dentre os usuários do transporte público, mas em contrapartida este é o local onde mais sofrem violência machista. A ideia é trazer a visão feminina para os órgãos de decisão e projetos sobre mobilidade e, com isso, impulsionar a autonomia das mulheres em seus deslocamentos pela

cidade, o que envolve tanto o acesso como a segurança, na tentativa de eliminar progressivamente as dificuldades existentes.

Figuras 1 e 2: Sant Antoni e La Nova Esquerra de l'Eixample, Barcelona.

Fonte: arquivo pessoal (outubro 2024)

Outro ponto de fundamental importância é o direito à segurança no uso do espaço público ante os dados alarmantes de violência com recorte de gênero e a busca pelo incremento da segurança e empoderamento das mulheres no espaço público.

A política de proximidade dos serviços e equipamentos públicos nos bairros é outro enfoque do eixo na busca do fortalecimento da rede social cotidiana. A forma como a cidade é projetada e a implantação de equipamentos e gestão de equipamentos públicos deve incorporar a perspectiva de gênero. O objetivo seria que o cidadão pudesse encontrar tudo o que necessita na sua vida cotidiana a poucos passos de casa.

Tudo isso que foi sucintamente apresentado acerca de um dos eixos do plano de Barcelona nos mostra que é possível a inserção no planejamento urbano dos municípios, incluindo o de Cabedelo, de uma perspectiva de gênero que proporcione às mulheres um novo modo de vivenciar a cidade.

Iniciativas de cunho não governamental também devem ser destacadas a exemplo do Guia prático e interseccional para cidades mais inclusivas, elaborado pela organização financeira internacional BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento (2021). O guia em questão introduz a discussão de gênero, seu conceito e alcance, fazendo uma ponte entre tal concepção e as cidades. São abordadas questões como diagnóstico urbano com viés de gênero, funcionalidades do espaço público com tal perspectiva, ruas seguras, diversidade nos espaços públicos, sempre apresentando uma visão interseccional do tema. Indicações de publicações nacionais e internacionais, vídeos e cursos sobre a temática também são referenciadas no guia para possibilitar um maior aprofundamento no assunto. O guia também elenca uma série de projetos urbanos desenvolvidos no Brasil que podem ser enquadrados na perspectiva de gênero.

3.1 CAMINHOS PARA INSERÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO MUNICÍPIO DE CABEDELO.

Como iniciar o processo de inserção de uma perspectiva de gênero no município de Cabedelo? Isso seria possível e de que forma? No presente tópico abordaremos possíveis caminhos para tanto. Como já foi referido anteriormente, o município está em processo de revisão tardia do Plano Diretor. Segundo informações obtidas junto ao site da prefeitura, a empresa consultora responsável pela condução dos trabalhos de revisão, a URBTEC, é a mesma que esteve à frente da revisão do Plano Diretor da cidade de João Pessoa. A 4ª e última audiência pública da revisão do Plano Diretor está aprazada para o dia 30.11.2024, às 18h00, no auditório da Câmara Municipal de Cabedelo. Como já foi referenciado no presente artigo, no Plano Diretor de João Pessoa foi reconhecida a existência de desigualdades socioespaciais entre homens e mulheres e a equidade de gênero posta como um dos princípios da nova norma. No caso da revisão da norma urbana de Cabedelo seguir caminho similar, o primeiro passo, ainda que tímido, de inclusão da perspectiva de gênero no planejamento seria dado. Como enfatiza o Col-lectiu Punt 6 (2023) a incorporação da perspectiva de gênero contribui para dar visibilidade a uma realidade que estava oculta e pode ser o ponto de partida para a implementação de modificação de condições materiais desiguais.

O reconhecimento da existência de desigualdades na forma de vivenciar a cidade entre homens e mulheres e, em consequência, da falsa ideia de neutralidade dos espaços, já que estes foram criados, projetados e concebidos para atender aos anseios e à lógica de uma masculinidade hegemônica, seria o começo do processo. Quanto mais amplo for tal reconhecimento, maior a possibilidade de implementar medidas concretas. O passo seguinte seria mapear os problemas, necessidades e a forma como as mulheres experenciam a cidade. O conhecimento da situação da forma mais próxima da realidade é um aspecto fundamental para proposições que atendam de forma efetiva a demanda da população feminina. Tudo isso pressupõe uma mudança de paradigma na forma de entender e "fazer" o urbanismo. É a transição do urbanismo denominado "normativo" para o urbanismo "feminista", como aponta o Col-lectiu Punt 6 (2023), uma cooperativa de arquitetas, sociólogas e urbanistas, com sede em Barcelona, na Espanha, que atua de forma ampla na busca de cidades mais inclusivas. Segundo estas, haveria uma mudança não só na elaboração de projetos, mas uma transformação drástica nos sistema de valores básicos estruturantes da ordem social e simbólica das cidades, um olhar e uma prática totalmente distintas do urbanismo hegemônico, androcêntrico, patriarcal e mercantil. O quadro apresentado a seguir (2023, p. 172) explicita as diferenças entre ambos (tradução nossa):

URBANISMO NORMATIVO	**URBANISMO FEMINISTA**
Baseado no material e na pedra	Incorpora gestão, uso e aspectos temporais
Padronizado e homogeneizador	Adaptado e flexível
Disciplinador	Integra diversidade e desigualdades
Alheio e estático	De acordo com a realidade do contexto
Prioriza o produtivo	Baseado na sustentabilidade da vida
Baseado na autossuficiência e no individualismo	Leva em consideração a dependência e a vida comunitária

O primeiro ponto de transição entre as duas formas de urbanismo traduz a necessidade de o urbanismo abarcar, além da construção de elementos físicos, questões como gestão, uso e a relação espaço e tempo. A crítica do Col-lectiu Punt 6 (2023) é que o urbanismo tradicional enxerga de forma parcial aspectos da vida urbana, focando no elemento construtivo como a solução dos problemas sociais, quase sempre com um intuito higienista, disciplinando e restringindo usos. A vida cotidiana, ponto de partida do urbanismo feminista, é desprezada em tal lógica. Outro aspecto do urbanismo dominante é a padronização de produtos, partindo de uma presunção de que modelos podem ser replicados em qualquer local. A posição de superioridade de tais planejadores urbanos desconsidera as diferentes dinâmicas econômicas e sociais das cidades, exclui as variáveis ambientais e a realidade cotidiana dos moradores, o seu dia a dia. A cidade é projetada "de longe" e "de fora", ao contrario do que prega o urbanismo feminista. Como explicita o Col-lectiu Punt 6 (tradução nossa):

> Frente a uma visão padronizada, o urbanismo feminista propõe analisar e compreender o contexto e suas relações com a diversidade de pessoas, fugindo de fórmulas mágicas e desenvolvendo propostas concretas. Ao invés de iniciativas totalizadoras, se enunciam critérios gerais adaptáveis às características e particularidades de cada território e das pessoas que o habitam. (PUNT, 2023, p. 169)

Outro aspecto apontado pelo Coletivo referido é que o pensamento do planejador urbano deve ser flexível, já que as necessidades das pessoas não são fixas e estanques, ao contrário, são heterogêneas e se transformam a todo tempo. A sustentabilidade da vida, que prioriza o trabalho reprodutivo e questões ambientais mais do que o aspecto produtivo, visibilizando e valorando as chamadas tarefas de cuidado e seus impactos na mobilidade urbana é uma das características base dessa nova vertente do urbanismo. Por fim, o entendimento de que não há autossuficiência das cidades e sim vulnerabilidade, ecodependência e interdependência como característica inata das cidades faz parte desse novo olhar. Estamos diante de um cenário de emergência climática, de efeitos irreversíveis no planeta, como advertem Montaner e Zaida Muxí (2021).

Delineados os contornos dessa nova maneira de conceber e fazer urbanismo, a questão que se segue é de como fazer para apreender quais são os problemas, necessidades das mulheres na sua vida cotidiana, no seu entorno e sua relação com a cidade. A nosso ver, a abordagem que se utiliza comumente é totalmente ineficaz. O guia elaborado pelo BID (2021) já referido indica como um dos instrumentos para a busca das condições reais das mulheres na sua relação com a cidade as "auditorias de segurança feminina", denominadas também de "caminhadas exploratórias", defendendo que as mulheres fiquem "no centro do diagnóstico para que o poder de decisão seja derivado da experiência delas" (p.12). Tal documento faz referência, ainda, a palestras, sessões de empoderamento e oficinas criativas como complementos da investigação. Estratégias diversas, como o trabalho com grupos de identidades distintas em separado, espaços não mistos de participação para as mulheres, inclusão da perspectiva interseccional na participação e outras são mencionadas pelo Col- lectiu Punt 6 (2023) para buscar um diagnóstico o mais crível possível.

Outro aspecto que deve ser pontuado é a necessidade de capacitação de gestores e de equipes do município sobre a temática da inserção de gênero no planejamento urbano. Até o presente momento não há nenhuma política pública com esse viés no município de Cabedelo o que certamente demanda um letramento de gênero e o conhecimento do conteúdo e técnicas sobre essa nova forma de compreensão do planejamento urbano, que tem como foco central a vida cotidiana. As atividades, tarefas e responsabilidades realizadas pelas mulheres, itinerário, deslocamentos e tempo gasto são aspectos fundamentais para uma análise adequada. Um diagnóstico fiel, com uma abordagem qualitativa combinada com quantitativa, é condição

imprescindível para projetos eficazes que supram a necessidade das mulheres, minimizando as desigualdades socioespaciais e contribuindo para que estas possam ter direito à cidade. Como seria a atuação e quais pontos o planejamento urbano com uma perspectiva de gênero abrangeria?

A representatividade feminina é um ponto essencial. A inclusão de mulheres em cargos de tomadas de decisões urbanas seria um ponto importante no município de Cabedelo. Como já

falamos anteriormente, o município de João Pessoa, na recente revisão do Plano Diretor, deixou de resguardar um número de vagas para mulheres nas comissões relacionadas ao planejamento urbano. Cabedelo tem essa oportunidade já que está em curso a revisão do Plano Diretor. A secretaria de políticas públicas das mulheres existente em Cabedelo, como já referido anteriormente, não tem atuação na área de planejamento e política urbana.

Repensar a questão da mobilidade urbana para valorizar as atividades reprodutivas que apresentam uma maior complexidade que as de cunho produtivo, com maior número de paradas, desvios e até mesmo cargas físicas, a exemplo de carrinhos de bebês, sacolas de compras, etc., incorporando a essa preocupação, a questão da segurança e do conforto é um dos aspectos fundamentais de uma política urbana com perspectiva de gênero. Já foi referido anteriormente que as mulheres, numericamente, são as maiores usuárias do transporte público e o desafio do planejamento urbano é desenvolver alternativas que contemplem esse público e suas particularidades, favorecendo viagens curtas.

A questão dos deslocamentos "seja a pé ou em transporte público", é outro grave problema a ser enfrentado. Segundo dados da pesquisa realizada pela Agência Patrícia Galvão[19] em parceria com o Instituto Locomotiva sobre "Vivências e demandas das mulheres por segurança no deslocamento" realizada no ano de 2019 em várias capitais brasileiras, 80% declararam sentir medo ao se deslocar na cidade. 46% das entrevistadas se sentem vulneráveis a algum tipo de assédio no transporte público. Outras questões como a falta de iluminação nas ruas, ruas desertas, espaços públicos abandonados, pontos de ônibus inseguros foram fatores, dentre outros, apontados para tanto.

Uma cidade segura na mesma medida dos homens é uma demanda feminina inadiável do planejamento urbano e, segundo a publicação canadense "Entornos habitáveis", citada por Collectiu Punt 6 (2023), isso ocorre quando há visibilidade, vigilância, sinalização, vitalidade e quando o ambiente é dotado de equipamentos de suporte de atividades da vida cotidiana, o que favorece o sentimento comunitário de pertencimento. A cidade planejada com a perspectiva de gênero é da proximidade habitável (Manzani, 2024), que busca inverter a tendência de desertificação social, impulsionando espaços multifuncionais e a diversidade de pessoas. Um dos exemplos mais bem sucedidos citados pelo autor referido (p. 96) é o das Superilhas em Barcelona, que permite "(...) ao cidadão encontrar tudo o que precisa em seu dia a dia perto de casa", a menos de dez minutos de casa.

Tudo isso revela que é possível pensar numa cidade mais inclusiva, onde o direito à cidade seja de fato estendido às mulheres.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se propôs a fazer um estudo do planejamento urbano do município de Cabedelo sob o viés da perspectiva de gênero. Apresentado um breve histórico da relação entre mulheres e cidades, foi constatado que a concepção do planejamento sempre levou em conta as necessidades e a lógica masculinas e o modelo de cidade que conhecemos tem em sua gênese a dicotomia público e privado e a divisão sexual do trabalho, sendo a esfera produtiva associada

aos homens e a reprodutiva às mulheres. Essa forma de pensar a cidade impulsionou a segregação, produzindo um sistema binário e opressivo.

Cabedelo, objeto de nosso estudo, não foge à regra geral. Foi observado da análise das normas urbanas do município que inexistem políticas públicas nesse campo voltadas para minimizar as desigualdades socioespaciais entre homens e mulheres, o que revela a necessidade iminente de uma mudança de paradigma.

Foram apresentadas as bases que sustentam o chamado urbanismo com perspectiva de gênero ou urbanismo feminista. Trabalhar o micro ao invés do macro, a proximidade no lugar do distanciamento, tomando como base a realidade e a vivência das pessoas. A vida cotidiana é a base dessa nova forma de olhar, que rompe a ideia de divisão espacial entre o público e o privado. Incorporar a dimensão ambiental é outra característica da proposta de mudança do paradigma fundado na sustentabilidade da vida. O ecossistema é visualizado de forma integral, o que inclui as pessoas, a sociedade e a natureza.

A menção à experiências bem sucedidas no campo do urbanismo com perspectiva de gênero, como é o caso das mudanças implementadas na cidade de Barcelona e de outras, ainda que de forma pontual, demonstram a viabilidade de adoção dessa nova forma de planejamento urbano, cujo intuito é buscar lugares mais abrangentes, onde todos os seus habitantes possam usufruir do seu direito à cidade. Uma cidade com espaços públicos visíveis, sinalizados, iluminados e ocupados por pessoas diversas, ou seja, que tenha vitalidade e que transmita uma sensação de segurança é o objetivo do modelo que defendemos. Um modelo urbano que priorize pedestres e uma rede de transporte público acessível e seguro onde os diferentes tempos urbanos sejam considerados, o que alcança as chamadas tarefas chamadas reprodutivas. Tudo isso é perfeitamente factível no município Cabedelo. Nosso objetivo foi chamar a atenção para essa possibilidade, apresentando justificativas, fundamentos e caminhos possíveis para uma mudança de padrão. Um lugar onde todas as pessoas e seu modo de vida estejam no centro da discussão, essa é a cidade inclusiva.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa:** racismos, falocentrismos e opressões na cidade. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2023.

CALABI, Donatella. **História do urbanismo europeu**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

COL-LECTIU PUNT 6. **Urbanismo feminista**: por una transformación radical de los espacios de vida. Barcelona: Virus Editorial, 2ª ed., 2023.

GAMRANI, Sarah, TRIBOUILLARD, Clementine. **Guia prático e interseccional para cidades mais inclusivas**. BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2021.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 3ª ed., 2015.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro, Rosa dos tempos, 2024.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 3ª ed., 2011.

KERN, Leslie. **Cidade feminista:** a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado.** História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

MANZINI, Ezio. **Proximidade habitável**: ideias para a cidade que cuida. São Paulo: Blucher, 2024.

MUÑIO, Mª Ángeles M., Presentaciones institucionales. In: PÉREZ-MORENO, Lucia C. (Org.). **Perspectivas de Género en la Arquitetura** (Primer encuentro). Madrid: Abada Editores, 2018.

MUXÍ, Zaida. **Mujeres, casas y ciudades.** Más allá del umbral. Barcelona: dpr-barcelona, 2ª ed., julio 2019.

. **Mulheres, casas e cidades**. São Paulo: Olhares, 2024.

. Criterios para la inclusión de la perspectiva de género en el urbanismo. In: PÉREZ-MORENO, Lucia C. (Org.). **Perspectivas de Género en la Arquitetura** (Primer encuentro). Madrid: Abada Editores, 2018.

MONTANER, Josep M., MUXÍ, Zaida. **Política e arquitetura:** Por um urbanismo do comum e ecofeminista. São Paulo: Olhares, 2021.

, Josep M. **Renombrar la arquitectura en su evolución técnica, formal y ética**. Barcelona: Editorial GG, SL, 2023.

PÉRES-MORENO, Lúcia C., Prefacio – Entrelazamientos de la arquitectura com los estudios de género. In: PÉREZ-MORENO, Lucia C. (Org.). **Perspectivas de Género en la Arquitetura** (Primer encuentro). Madrid: Abada Editores, 2018.

SEGAUD, Marion. **Antropologia do espaço:** habitar, fundar, distribuir, transformar. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

SENNETT, Richard**. Carne e pedra.** O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio Janeiro: BestBolso, 6ª ed., 2021.

, Richard**. Construir e habitar:** Ética para uma cidade aberta. Rio Janeiro: Record, 2ª ed., 2021.

DIGITAIS

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. Disponível em:

<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/sobre-esta-plataforma/> (Acesso em novembro/2024)

ARELLANO, Mónica. "Sobre o deslocamento do corpo na arquitetura: o Modulor de Le Corbusier" [Sobre la dislocación del cuerpo en la arquitectura: El Modulor de Le Corbusier]

24 Fev. 2019. ArchDaily Brasil. (Trad. Daudén, Julia)

<https://www.archdaily.com.br/br/911962/sobre-o-deslocamento-do-corpo-na-arquitetura-o-modulor-de-le-corbusier> ISSN 0719- (Acesso em setembro/2024)

BARCELONA Ajuntament de Barcelona. Disponível em:< https://ajuntament.barcelona.cat/dones/sites/default/files/documents/plan-para-la-justicia-de-genero-2016-2020_0.pdf> (Acesso em março/2024)

BRASIL, Censo 2022. Disponível em <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/> (Acesso em março/2024)

CABEDELO. Prefeitura de Cabedelo. Disponível em <https://cabedelo.pb.gov.br/> (Acesso em maio/2024)

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> (Acesso em novembro/2024)

JOÃO PESSOA. Plano Diretor de João Pessoa. Disponível em

<https://planodiretor.joaopessoa.pb.gov.br/documentos/>(Acesso em novembro/2024)

TRE. Divulgação dos resultados das eleições 2024. Disponível em

<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2024-content/divulgacao-dos-resultados-das-eleicoes-2024> (Acesso em outubro/2024)